

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LILIAN DE SOUZA LIMA MATIAS

CONVERGÊNCIAS ENTRE OS MOVIMENTOS FEMINISTA E SINDICAL NA
EXPERIÊNCIA BRASILEIRA (1968-1988)

NITERÓI

2025

LILIAN DE SOUZA LIMA MATIAS

**CONVERGÊNCIAS ENTRE OS MOVIMENTOS FEMINISTA E SINDICAL NA
EXPERIÊNCIA BRASILEIRA (1968-1988)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História Social.
Setor temático: História Contemporânea III

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Niterói

2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M433c Matias, Lilian de Souza Lima
Convergências entre os movimentos feminista e sindical na
experiência brasileira (1968-1988) / Lilian de Souza Lima
Matias. - 2025.
230 f.

Orientador: Marcelo Badaró Mattos.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto
de História, Niterói, 2025.

1. Movimento feminista. 2. Movimento de mulheres. 3. Novo
sindicalismo. 4. CUT. 5. Produção intelectual. I. Mattos,
Marcelo Badaró, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

LILIAN DE SOUZA LIMA MATIAS

**CONVERGÊNCIAS ENTRE OS MOVIMENTOS FEMINISTA E SINDICAL NA
EXPERIÊNCIA BRASILEIRA (1968-1988)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História Social.
Setor temático: História Contemporânea III

Aprovada em 08 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos -UFF
Orientador

Prof.^a Dr.^a. Bárbara Araújo Machado -UERJ

Prof. Dr. Demian Bezerra de Melo - UFF/IEAR

Prof.^a Dr.^a. Kênia Aparecida Miranda - UFF

Prof. Dr. Marcelo Henrique Bezerra Ramos - UFRRJ

Niterói

2025

A todas as mulheres que ousaram sonhar e lutar.

AGRADECIMENTOS

Eu sempre tive uma gratidão imensa pela UFF, lugar que marcou o meu amadurecimento e a minha independência, e onde tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas incríveis, dentre elas Marcelo Badaró. Professor, orientador, amigo e “psicólogo”, que sempre me incentivou e teve muita paciência com as minhas crises. Chefia, para mim você é uma grande referência pessoal e profissional. Obrigada por toda a paciência, pela generosidade e pelo carinho!

Agradeço às/aos docentes Bárbara Machado, Demian Melo, Kênia Miranda, Marcelo Ramos e Marco Pestana, que muito gentilmente aceitaram participar das minhas bancas de qualificação e de defesa, com contribuições valiosas; às servidoras e servidores do Programa de Pós-Graduação em História e da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, especialmente da Divisão de Afastamentos para Capacitação e Qualificação, pela paciência, presteza e orientação sobre os procedimentos internos; às servidoras/servidores e amigas(os) que conheci nos anos de trabalho no Instituto de Geociências e no Instituto de Letras pelo convívio, exemplo e incentivo; ao Adalto, do CEDOC-CUT, pela disponibilidade, atenção e eficiência; ao Laboratório de Estudos de Gênero e História por disponibilizar as transcrições de entrevistas do seu acervo; ao Programa de Pós-Graduação em História pela oportunidade.

Devo um agradecimento especial a Antonio Abreu por todo o apoio, trocas, sugestões, estímulo e por ser todo amor da minha vida. Eu não tenho palavras para expressar a minha gratidão por ter suportado esse período ao meu lado e ter adiado tantos planos até a conclusão deste trabalho. Obrigada por ter compartilhado a sua vida comigo, inclusive a sua família, que também se tornou minha. Um agradecimento também à Márcia, por todo o apoio, carinho e livros. Da mesma forma, sou grata aos meus pais, por tudo o que fizeram por mim e pela paciência e compreensão com as minhas ausências; e ao meu avô que, infelizmente, partiu antes que eu pudesse terminar essa tese, antes mesmo de podermos comemorar seu aniversário de 100 anos (chegou tão perto, vô). Obrigada por tudo, pena que eu perdi a oportunidade de te dizer isso pessoalmente.

Não poderia deixar de mencionar o apoio e a amizade de longa data da Elyene, que trouxe leveza em dias sombrios. Tulio, pela companhia nos finais de semana em peças malucas. Sol, Edmur, Andréa, Gabriel, Brandão, Vidal e Victor, porque sem o trabalho e o cuidado desses profissionais não teria me mantido em pé.

É difícil mencionar alguns nomes e outros não, mas se fosse listar, realmente não teria fim. Portanto, quero registrar um agradecimento a todos, todas e todes que cruzaram a minha vida durante esse “parto” e que trouxeram uma palavra de acolhimento.

RESUMO

Esta pesquisa buscou resgatar a história movimento feminista brasileiro – mais especificamente no Rio de Janeiro e em São Paulo - nascente na década de 1970, suas diferentes correntes teóricas, crises e articulações com o movimento de mulheres, entendendo-o como parte do processo mais geral de reorganização da classe e de luta por emancipação social no período da redemocratização. Este movimento contribuiu para a organização das mulheres da classe trabalhadora, valorizando suas pautas específicas e lutando pela abertura de um espaço para as mesmas no movimento sindical. Nesse sentido, buscamos analisar o seu impacto no novo sindicalismo, especialmente a partir da trajetória da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNMT/CUT).

Palavras-chave: movimento feminista; movimento de mulheres; novo sindicalismo; CUT.

ABSTRACT

This research aimed to recover the history of the emerging Brazilian feminist movement in the 1970s, its different theoretical currents, crises, and articulations with the women's movement, understanding it as part of the broader process of class reorganization and the struggle for social emancipation during the period of redemocratization. This movement contributed to the organization of working-class women, valuing their specific agendas and fighting for the opening of space for them within the labor movement. In this sense, we seek to analyze its impact on the new unionism, especially through the trajectory of the Central Única dos Trabalhadores (Unified Workers' Central- CUT) and the Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (National Commission on the Issue of Working Women -CNMT/CUT).

Keywords: feminist movement; women's movement; new unionism; CUT.

Keywords:

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p.1

Uma concepção ampliada de classe, p.10

Capitalismo e luta de classes no Brasil (1964-1989), p 16

CAPÍTULO 1- MULHERES EM MOVIMENTO, p.24

1.1 Final da década de 1960 e década de 1970, p.27

1.2 Brasileiras no exílio, p.30

1.3 Grupo Latino-Americano de Mulheres, p.31

1.4 Comitê de Mulheres, p.33

1.5 Círculo de Mulheres Brasileiras, p.33

1.6 O movimento feminista no Rio de Janeiro e a criação do Centro da Mulher Brasileira, p.37

1.7 Violência contra a mulher, p.50

1.8 São Paulo: os Clubes de Mães, Movimento contra o Custo de Vida e a Luta por Creches, p.56

1.9 Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, p.67

1.10 A Década de 1980, p.74

1.11 A participação das mulheres na Constituinte, p.77

1.12 Considerações finais, p.95

CAPÍTULO 2- A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL, p.97

2.1 Mulheres no mundo do trabalho, p.97

2.2 Trabalhadoras sob o olhar dos jornais feministas, p.104

2.3 Mulheres no movimento sindical, p.126

2.4 Balanço sobre a trajetória da CNMT, p.162

2.5 Considerações finais, p.166

CAPÍTULO 3- RELACIONANDO CLASSE E GÊNERO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA ENTRE A CUT E O MOVIMENTO DE MULHERES, p.167

3.1 A influência da esquerda e do sindicalismo no movimento feminista, p.167

3.2 A influência do movimento feminista na esquerda e no sindicalismo, p.176

3.3 Transição política e os atrativos da institucionalidade, p.184

3.4 Aposentadoria para donas de casa e creches, p.187

3.5 Direitos e garantias da mulher, p.194

3.6 Considerações finais, p.218

CONCLUSÃO, p.219

FONTES, p.222

1- Materiais sindicais da CUT, p.222

2. Jornais da Imprensa Alternativa Feminista, p.223

3. Entrevistas do acervo do LEGH/UFSC, p.223

4. Materiais da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, p.223

BIBLIOGRAFIA, p.224

INTRODUÇÃO

Há dez anos, em 2015, as mulheres deram uma demonstração da força de sua articulação nas ruas e nas redes sociais. A reação a comentários machistas e pedófilos dirigidos contra uma competidora na edição brasileira do Masterchef infantil levou à campanha virtual #meuprimeiroassédio. Essa campanha e as que se seguiram serviram para denunciar o machismo enraizado na sociedade e várias situações de assédio ou violência sofridas por mulheres desde a mais tenra idade, mostrando que a culpa nunca é da vítima e que esse processo não é uma experiência individual, mas um problema social. Grandes manifestações de mulheres ocuparam as ruas contra o projeto de lei nº 5069/2013, de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que restringia o acesso à informação, o direito ao aborto legal e à pílula do dia seguinte.¹ Esse movimento ficou conhecido como a “primavera das mulheres”.

A luta feminista contra a violência de gênero rompeu as fronteiras nacionais com a unidade com os movimentos de outros países. Em 2015, na Argentina, o assassinato da adolescente de 14 anos, Chiara Páez, então grávida e morta a pauladas pelo seu namorado, foi o estopim de grandes manifestações feministas organizadas pelo coletivo “Ni una a menos”.² Em solidariedade e também por apresentar números crescentes de violência contra a mulher, a luta contra o feminicídio e a cultura do estupro motivou protestos em todo o Brasil com a organização de uma frente ampla com o mesmo mote “Nem uma a menos”, complementada por “Nenhum direito a menos”. Longe de ser algo pontual, os atos continuaram com fôlego em 2016, potencializados, infelizmente, por novos casos de violência, como o estupro coletivo de uma jovem de 16 anos por 30 homens, no Rio de Janeiro.³ Para além dessas manifestações, a participação feminina foi evidente nos debates políticos gerais e na luta contra o golpe parlamentar que derrubou a presidente Dilma Rousseff (PT) cuja votação do impeachment conteve uma retórica machista e de defesa dos “direitos da família”, em clara oposição ao movimento que ganhava força nas ruas pelo direito ao corpo, seja em termos de saúde reprodutiva, seja em termos de poder dizer “não” e ser respeitada.

Em 2017, as mulheres avançaram em uma articulação mundial que realizou uma greve internacional de mulheres no dia 08 de março, com uma convocação coletiva com grandes

1 Ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html. Disponível em 01 de setembro de 2019.

2 A respeito ver: [\[https://elpais.com/sociedad/2019/06/03/actualidad/1559590094_787207.html\]](https://elpais.com/sociedad/2019/06/03/actualidad/1559590094_787207.html). Disponível em 01 de setembro de 2019

3 Ver: [\[http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-06/ato-reune-milhares-de-mulheres-no-rio-contracultura-do-estupro\]](http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-06/ato-reune-milhares-de-mulheres-no-rio-contracultura-do-estupro). Disponível em 02 de setembro de 2019.

nomes identificados com o movimento feminista, como Angela Davis. Essa greve foi uma tentativa de disputa social pela própria concepção de feminismo. Recusando o feminismo submisso à lógica neoliberal - que visa uma igualdade baseada no mercado e na meritocracia, voltado para um empoderamento individual sem romper com as condições que possibilitariam o fim da opressão da mulher - para defender um feminismo por transformações sociais profundas, expandindo a compreensão de que as contradições sociais inerentes ao capitalismo estão presentes em todos os campos da vida, sendo imprescindível a unidade e articulação em diversas frentes de luta, sem que isso signifique deixar de lado questões que afetam diretamente as mulheres.⁴

O movimento feminista brasileiro se constituiu em um polo de enfrentamento e mobilização dos setores progressistas a partir de 2015. Nesse processo, setores organizados da esquerda e do movimento de mulheres retomaram antigos debates ainda não superados, da oposição entre lutas gerais e lutas específicas e da defesa de um feminismo classista que beira ao economicismo. Para compreender essas questões não resolvidas e a ascensão das mobilizações feministas em sua articulação com as lutas sindicais, poderia ser interessante refletir sobre outro período de união dessas frentes. Com esse intuito, o recorte cronológico desta pesquisa vai de 1968 a 1988: com a reestruturação do movimento feminista brasileiro, o surgimento do novo sindicalismo que caminharia para a formação da Central Única dos Trabalhadores e a atuação de ambos no processo da Constituinte. Essa delimitação também leva em consideração o período de publicação das fontes utilizadas: os jornais feministas Brasil Mulher (1975-1979), Nós Mulheres (1976-1978) e Mulherio (1981-1988). Outras fontes trabalhadas foram as resoluções de congressos e plenárias da Central Única dos Trabalhadores, documentos elaborados pela Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNMT-CUT⁵), documentos da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte e entrevistas disponibilizadas no Acervo do LEGH/UFSC.

A imprensa feminista alternativa foi uma das principais fontes utilizadas nesta pesquisa para pensar o movimento feminista e é importante apresentar algumas considerações a respeito. Ela foi um espaço de diálogo e difusão das ideias feministas, um espaço de agitação e propaganda, facilitando o contato com militantes exiladas no exterior e a troca de experiências. Também explicitaram outras vivências, mostrando depoimentos de mulheres de

4 ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

5 Encontrei referências à comissão como CNMT e CNQMT, mas optei por utilizar apenas CNMT para facilitar a leitura.

diferentes realidades. Em geral, são jornais de pequena circulação, sem estrutura financeira ou profissional, construídos pelo envolvimento militante para criar um espaço de informação, denúncias, debates, de mobilização e no qual as mulheres poderiam se fazer ouvir:

A necessidade de uma imprensa feminista própria colocou-se, assim, a partir da consciência de que os meios tradicionais de comunicação, esfera de atuação dos donos do poder, e até mesmo alguns setores da imprensa alternativa, ou ignoram a mulher, ou reforçam os estereótipos discriminatórios a seu respeito, ou a manipulam enquanto objeto de consumo-consumidora. Ou seja, negam a existência de um falar feminino e, portanto, de uma mulher sujeito de sua fala e de seu desejo. (BARSTED, 1983, p. 14).⁶

O Brasil Mulher foi fundado em Londrina (PR), tendo circulado entre 1975-1980. Foi dirigido inicialmente por Joana Lopes e é o primeiro jornal feminista brasileiro deste período, ainda que, inicialmente, não tenha se assumido como tal. O seu nascimento está relacionado ao surgimento do Movimento Feminino pela Anistia. Joana Lopes, depois de participar de uma reunião na casa de Terezinha Zerbini sobre anistia, pensou em criar um boletim sobre o assunto, ideia que evoluiu para ser um jornal. O número zero teve uma entrevista com a Zerbini e ela foi convidada a integrar o jornal.⁷

Além de um grupo de mulheres em Londrina, foi formado um núcleo em São Paulo e juntos construíram o Brasil Mulher. Mas os grupos tinham divergências entre a pauta feminista e o foco na luta pela anistia - o que consta no editorial no número 1 do Brasil Mulher, com referências em ambas as lutas. Segundo Joana Lopes, Zerbini rompe com o jornal já no segundo número por não concordar com anistia para todos (inclusive para os que Zerbini considerava “terroristas” da esquerda clandestina) e funda o Maria Quitéria, em 1977, explicitando que não se tratava de um jornal feminista.⁸

Apesar das diferenças, os sete primeiros números do Brasil Mulher cobrem o movimento pela anistia. Outras notícias frequentes são sobre o Movimento do Custo de Vida e a educação. O jornal começou a crescer pelo país, com colaboradoras de Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, além de Paraná e São Paulo, também passou a ter contato com

6 POPADIUK, Barbara; SCHMITT, Elaine; WOITOWICZ, Karina Janz. Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 80. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (Orgs). *Mulheres de luta. Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p.56-74, p.61.

7 TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. 142f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, p.24-26

8 *Ibid*, p.27-28

grupos feministas na Europa e a apresentar formalmente correspondentes internacionais.⁹ Na edição de 1976, há um trecho sobre a criação deste jornal:

Na estreia ao preço de 5 cruzeiros, a redação, composta por 30 elementos todos mulheres, oferece temas como o controle da natalidade, depoimentos de mulheres operárias sobre a sua vida e seu trabalho, mulheres empregadas domésticas, os problemas da mulher negra no Brasil, salário mínimo e, até uma fotonovela cujo enredo fica a cargo da imaginação do leitor, no caso, da leitora.

A tiragem inicial foi de 10 mil exemplares distribuídos com a intenção de criar uma tribuna aberta. No editorial, onde são citados os fatores condicionantes que levam as mulheres a serem “oprimidas porque são mulheres” ficam claras ainda as ideias que originaram o jornal: “achamos que nós mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar tanto quanto os homens para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito de realização. Para que ganhemos salários iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres”.¹⁰

Joana Lopes pensou o jornal como um veículo produzido por mulheres sobre mulheres. Uma característica marcante e peculiar do Brasil Mulher são as capas, onde predominam imagens de mulheres no seu cotidiano, frequentemente com um tom de denúncia social, mas principalmente inovando ao não objetificá-las e por fugir dos padrões de beleza e de idade. Nas palavras de Joana Lopes:

Eu achava que o BM tinha que ter uma aparência própria, ele tinha que se vestir, ter as sensações de um jornal feito por mulher, e acho que as imagens têm um poder muito grande para as mulheres, que eram nosso público-alvo. E eu inovei no sentido em que me juntei a um grande fotógrafo de mulheres, o Chico Rezende, e nós dois trabalhávamos em parceria. Isso era pessoal, as outras mulheres não participavam disso, mas era um orgulho de todas porque para nós **ser feminista era não esconder a mulher, mas sim revelar a mulher**. Na época o BM causou estranheza, inclusive na imprensa alternativa. Me recordo que quando levei o número 4, na sede do jornal Movimento, o Bernardo Kucinski, que fazia parte da publicação, me disse com ares de censura: “escuta, você não está fazendo jornal”. Eu respondi: “pois é, mais isso é a maneira de uma mulher fazer jornal; se está certo ou está errado, em termos jornalísticos, eu não me importo, Bernardo”.¹¹

A referência da Igreja Católica é visível desde os primeiros números do jornal, com citações de pensadores cristãos, o que não deixa de ser explicado pela expressividade da Igreja no movimento pela anistia. No entanto, esta referência remete à contradição existente no feminismo brasileiro deste período que, por vezes, viria a refrear determinados debates para conciliar com interesses opostos defendidos por seus aliados políticos. O tom em questões sobre a sexualidade feminina é tímido, o debate inicial é pautado pela crítica à

9 CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 132f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), ECA - Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2004, p.87.

10 *BRASIL MULHER*, ano 1, n. 4, 1976, p.16.

11 Grifo nosso. Entrevista de Joana Lopes concedida à Elizabeth Cardoso em 11 de novembro de 2003. In: CARDOSO, Elizabeth da P. *Op. cit.*, p.89

distribuição de pílulas anticoncepcionais pela BEMFAM¹², também a partir da ótica da Igreja. Por exemplo, no número 1, de dezembro de 1975, nas páginas 6 e 7 é discutida a questão das pílulas. O artigo começa com a fala de um arcebispo contra a política de distribuição de anticoncepcionais, buscando validar esse posicionamento com o relato profissional de um docente da faculdade de medicina da UFRJ, reforçando a ideia de que as mulheres deveriam abandonar o uso da pílula por ir contra ao funcionamento “natural do corpo feminino”, gerando doenças diversas como câncer de mama, o que não seria a preocupação do “patriarcado industrial”. Além disso, o artigo inclui relatos como a suspeita de que mulheres teriam sido esterilizadas pelo uso de anticoncepcionais. Chama a atenção que não tem nenhuma preocupação em apresentar outros métodos contraceptivos alternativos às pílulas, o que vai mudando nos números subsequentes.¹³

Este jornal também está preocupado em abordar a questão da mulher trabalhadora embora tenha reproduzido nos artigos as falas de dirigentes sindicais de que as mulheres não participavam dos sindicatos por serem mais passivas e dóceis, de que não tinham uma cultura de reclamar e de lutar pelos seus direitos, reforçando com isso o preconceito dos sindicalistas e, nem sempre, problematizando esses argumentos. Seus números acompanham encontros sindicais voltados para mulheres, discutem direitos trabalhistas, a alteração da CLT para permitir o trabalho noturno para mulheres, defendem a criação de Departamentos Femininos nos Sindicatos e abordam temas como a prostituição. Sem se aprofundar no assunto, há breves inserções sobre a violência contra mulheres, com dados estatísticos. Falam, ainda, que combatem o racismo, mas não há reportagens sobre isso, ainda que dê visibilidade às mulheres negras nas fotografias.

Também são muito interessantes os relatos de lutas feministas no mundo, às vezes como recortes de notícias de jornais da grande imprensa, outras como uma forma de reforçar a

12 “ A BEMFAM, Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil, foi criada durante a XV Jornada Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia, no Rio de Janeiro, em 1965. Com a intenção, segundo seus criadores, de agenciar o planejamento familiar e reduzir o número de abortos realizados no Brasil ela recebeu, dois anos depois, o financiamento da IPPF (Federação Internacional de Planejamento Familiar), uma entidade que foi criada em 1952 com sede em Londres.

As ações da BEMFAM, entretanto, receberam muitas críticas da sociedade em geral, pois foram várias as denúncias de que aquela entidade estaria realizando esterilizações sem o consentimento das mulheres. Criticada pelas esquerdas, por parte dos militares e por feministas, foi identificada como um órgão a serviço dos países de primeiro mundo, com intenções imperialistas. Teve forte atuação principalmente nos estados do Nordeste Brasileiro, onde distribuiu pílulas anticoncepcionais e fez a inserção de DIUs – Dispositivos Intrauterinos - em mulheres pobres.” Ver: MENEZES, Valderiza Almeida. Evitando “a proliferação de uma sub-raça”: as estratégias da BEMFAM na defesa do controle de natalidade (1965-1980). *Mneme. Revista de Humanidades*, v. 20, n. 43 (jan./jun. 2019), p.114-138, p.115.

13 *BRASIL MULHER*, ano I – ano internacional da mulher, n.1, dezembro de 1975, p.6-7.

visão de feminismo defendida pelo jornal e para disputar a imagem que o feminismo internacional terá no Brasil. Nesse sentido, o Brasil Mulher retrata uma visão do movimento feminista internacional condizente com a linha do feminismo marxista brasileiro de um feminismo de classe ou, nas palavras de Anette Goldbert, um feminismo dos movimentos de mulheres, a partir de reportagens sobre a luta das mulheres em Portugal, Espanha e Itália por pautas gerais da classe e em defesa da democracia.

O relato de Amélia Teles permite vislumbrar o jornal como um instrumento de militância que era debatido nos espaços do movimento. Além da complexa relação com a Igreja Católica, o depoimento também reforça que a discussão sobre direitos sexuais reprodutivos parte das próprias mulheres da periferia, contrariando o discurso de que estes temas só interessariam à “burguesia”:

No dia do jornal a gente ficava a noite toda na gráfica, fazendo. Depois a gente ia levar para as bancas de jornal pra distribuir nos bairros, nos sindicatos. E depois a gente fazia avaliação [...]. Ai, eu fazia leitura em dezoito clubes de mães [...]. Eu levava 150 jornais. Quem dava o dinheiro era o padre, ele falava assim “você não tá falando de aborto né?” e eu dizia “de jeito nenhum!”. A gente estava falando né, claro. Inclusive assim, eu aprendi o seguinte: que eu nunca precisava falar nada, as mulheres que falavam, eu só respondia. Eu nunca precisei falar de aborto. Que o padre falava assim: “não pode falar de aborto” Ai um dia tá lá... todo mundo discutindo aborto. Ai o padre falou assim “mas eu falei pra você que não pode discutir aborto e você tá discutindo”. Eu falei assim: “não, eu não falei, mas as mulheres tão falando e não posso falar coisas que elas não podem falar. Uma coisa é eu falar, outra coisa é elas falarem”. E ele falou “ah, então tá”. (TELES, 2017, s/p).¹⁴

Entre os números 6 e 7, ficou fora de circulação em função de problemas políticos internos. Militantes que atuavam no jornal e eram vinculadas a partidos de esquerda (Partido Comunista do Brasil- PCdoB, Ação Popular Marxista Leninista-APM e Movimento Revolucionário 8 de outubro-MR-8) levaram muitas mulheres para votar na assembleia que elegeria a diretoria da Sociedade Brasil Mulher e foram eleitas com a proposta de aproximar o jornal das questões de classe. Joana Lopes destacou que o jornal tinha uma ética diferente dos demais espaços de militância masculina, prezando a franqueza, o que não ocorreu nesta ocasião. O grupo fundador se reuniu e optou por se retirar da Sociedade. A partir de então, os números 8 a 16 são totalmente diferentes dos anteriores em relação à temática de classe.

Como parte desta mudança de direção, apresentam uma análise do jornal soviético “A classe operária e o mundo contemporâneo” no número 9 do Brasil Mulher. No que tange ao

14 POPADIUK, Barbara; SCHMITT, Elaine; WOITOWICZ, Karina Janz. Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 80. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (Orgs). *Mulheres de luta. Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p.56-74, p.68.

feminismo, citam: “O feminismo é uma ideologia burguesa porque muda o verdadeiro inimigo das mulheres – o Capitalismo – em um inimigo imaginário – o homem, provocando, portanto, mais danos que benefícios às mulheres. Em suma é uma heresia que devemos condenar”. Justificaram a inclusão deste trecho por ter sido a primeira vez que a imprensa soviética se manifestava sobre o feminismo ocidental. No entanto, não apresentaram nenhuma contestação ou problematização sobre essa concepção.¹⁵

O jornal *Nós Mulheres* foi lançado em 1976, sendo que o seu último número foi publicado em 1978. Segundo Juliana Tamião, o grupo que fundou este jornal chegou a conversar com o *Brasil Mulher* para uma unificação, o que teria sido negado pela própria Joana Lopes por duvidar sobre a possibilidade de grupos tão distintos conviverem. Enquanto o *Brasil Mulher* era composto por amigas de longa data com uma carreira no jornalismo, o *Nós Mulheres* era uma iniciativa de estudantes e mulheres formadas em Psicologia, História e Sociologia, tendo apenas uma jornalista profissional. Eram militantes organizadas no Partido Comunista Brasileiro (PCB), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).¹⁶

O jornal destaca-se por se reivindicar feminista já no primeiro número. A pauta das creches é frequente, problematizando o papel da mulher na reprodução social. Contém depoimentos de trabalhadoras em diversos setores, destacando problemas enfrentados pelas mulheres: salários menores dos que os homens recebem ao exercer a mesma função, os assédios sexuais (que não recebem essa terminologia, mas são denunciados como “cantadas”). Também dão orientações sobre direitos trabalhistas.

A questão do racismo esteve mais presente neste jornal que destacou a fala de uma militante negra no evento em comemoração do Ano Internacional da Mulher, em 1975, no Rio de Janeiro, além de resgatar a importância do 13 de maio, que remete à abolição da escravidão no Brasil, sem ficar apenas na menção ao 01 de maio, dia internacional dos trabalhadores. Também abordaram métodos contraceptivos, enfatizando o direito da mulher ao prazer e o controle sobre o próprio corpo, em meio à crítica à atuação da BEMFAM. Vale destacar a menção à impunidade a Doca Street, sem abordar o crime por ele cometido, o assassinato de Ângela Diniz. É insuficiente, considerando que este feminicídio impulsionou o debate sobre a

15 *BRASIL MULHER*, ano 2, n.9, 1977, p.6.

16 TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. 142f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, p.33-34

violência contra a mulher e teve grande repercussão nacional, mas é digno de nota já que não há nenhuma referência ao mesmo no Brasil Mulher.

Enquanto o Brasil Mulher apresentava a desigualdade social e os problemas da população a partir do protagonismo da trabalhadora, buscando atrair o público feminino para a discussão de pautas gerais; o Nós Mulheres conseguia ser mais equilibrado, ainda que apresente o depoimento de mulheres no trabalho, por exemplo, incluiu temáticas distintas e aparentava estar mais aberto ao movimento feminista. No editorial do último número do jornal, afirma a importância das lutas específicas:

Na luta por melhores condições de vida e trabalho, surgem movimentos específicos de setores diversos da população. Os negros organizam-se pelo fim da discriminação racial; os índios defendem o direito de viverem em suas terras; os homossexuais fazem-se reconhecer através de um jornal. Cada vez mais, discute-se a família, a moral, a sexualidade, a condição dos velhos e a educação das crianças. Os movimentos ecológicos vêm alertar contra violência e a devastação da natureza.(...) Alguns dirão que, para aqueles que sentem fome e frio, a questão econômica é a única (ou a mais) premente. Concordamos. No entanto, isso não invalida o argumento de que a batalha deve ser travada em todos os campos. Seria negar o grande desafio que nos é colocado: a transformação da sociedade envolve mudanças profundas no pensamento, na arte e nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres.¹⁷

O jornal Mulherio foi criado após a aprovação no Congresso da Lei da Anistia (agosto de 1979) e quando os partidos da esquerda viviam um período de legalidade. Diferente do Brasil Mulher e do Nós Mulheres, o contexto do Mulherio eram as mobilizações pelas Diretas Já, as eleições de 1982 e a Constituinte. O jornal foi lançado em São Paulo, em 1981, com vigência até 1988. E, segundo Alvarez, teria sido uma expressão de uma nova perspectiva no movimento feminista depois do Encontro de Valinhos.¹⁸ Foi feito de forma mais profissional, com matérias assinadas e teve como editoras Mariza Correa, Adélia Borges e Fúlvia Rosenberg, além de contar com professoras, jornalistas e pesquisadoras feministas. Tinha como temas recorrentes: situação da mulher no trabalho, direitos trabalhistas da mulher, democracia doméstica, descriminalização do aborto e sexualidade.¹⁹

Diferente dos jornais feministas que o antecederam, Mulherio têm uma série de artigos escritos por militantes feministas negras sobre o combate ao racismo. Está preocupado em apresentar posicionamentos de diversas organizações de esquerda atuantes no movimento de mulheres e suas propostas eleitorais. Oferece dicas culturais de cinema, leitura, teatro.

17 *NÓS MULHERES*, n.8, junho/julho de 1978, p.2

18 ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1991, p.134.

19 TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. 142f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, p.36

Divulga iniciativas do movimento feminista e não se omite em relação a crises. Com um espírito aberto, está preocupado em debater, mais do que em convencer.

O Mulherio teve apoio das Fundações Ford e Carlos Chagas. A ideia inicial era fazer um boletim de informações sobre as pesquisas e estudos sobre a mulher no Brasil, mas virou um jornal. De 1981 a setembro de 1983, Fúlvia Rosemberg e Adélia Borges atuaram como editoras. Em 1984, a Fundação Carlos Chagas se retirou do projeto. De 1984 a 1988, a gestão passou a ser feita pelo Núcleo de Comunicação Mulherio, tendo como editora a jornalista Inês Castilho. A partir de 1988, o jornal passa a se chamar Nexo, Feminismo, Educação e Cultura, tendo publicado apenas 2 números, vindo a encerrar os trabalhos por falta de apoio financeiro.²⁰

Ao longo de sua publicação, com as dificuldades financeiras e com as mudanças no corpo editorial, o jornal vai se transformando: houve uma ampliação de temas para dialogar com questões nacionais de destaque (tais como o movimento ambientalista, AIDS e o aumento de mortes provocadas por homofobia), além de incorporar textos críticos sobre telenovelas e esportes; uma tentativa de aproximar o público masculino; ao mesmo tempo que diminuem as menções às atividades do movimento feminista, crescem as agendas acadêmicas; maior cobertura para a atuação na esfera institucional, especialmente porque a criação de Conselhos Estaduais e Nacionais da Mulher não foi pacífica, tendo gerado muita discussão e receios sobre a garantia da autonomia do movimento. Nas palavras do próprio jornal:

Nós queremos continuar fazendo o jornal igual era antes, na mesma busca de refletir a imagem real das mulheres, na mesma independência frente a grupos. E também diferente. Pretendemos ampliar bastante nosso público, e para isso ampliar a pauta dos assuntos tratados. Pretendemos tratar de nosso cotidiano, e entrar em áreas que, na imprensa, são guetos masculinos, como a economia, a política, o esporte, a polícia, trazendo para aí a visão específica das mulheres. E pretendemos incorporar no jornal o ponto de vista masculino, pois entendemos que não se pode falar em 'questão da mulher' sem falar em 'questão do homem'. Ou seja: queremos dar, sempre que possível, o contraponto do homem às experiências femininas. Com o movimento feminista as mulheres mudaram muito nos últimos anos, causando desencontros e perplexidades em si mesmas e principalmente entre elas e os homens. Mulherio quer discutir essas relações.²¹

A crise do feminismo também foi vivida intensamente pelas mulheres que continuaram comprometidas com a publicação. A mudança se completaria com a substituição do Mulherio pelo Nexo, perdendo o caráter original de jornal feminista.

20 TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. 142f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, p.37-38.

21 *MULHERIO*, São Paulo, ano IV, n.16, maio-junho de 1984, p.2.

Esses três jornais – Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio - permitem vislumbrar a posição de diferentes grupos atuantes no movimento feminista, especialmente no campo da esquerda, e o que consideravam pautas prioritárias para o mesmo. Além disso, contêm o acúmulo do debate e das posições sobre determinados temas de discussão, tais como violência e direitos sexuais reprodutivos, e a preocupação em discutir também racismo e homofobia, especialmente no Mulherio. Os jornais também cobrem lacunas sobre a organização das trabalhadoras no meio sindical.

Uma concepção ampliada de classe

Este trabalho tem a hipótese de que o movimento feminista está na base da organização das mulheres da classe trabalhadora e sua atuação nos sindicatos e partidos, questionando as práticas sindicais que reproduziam a participação desigual entre homens e mulheres nestes espaços e interferindo na construção do projeto político do novo sindicalismo no Brasil, o que se refletiu na trajetória da CUT desde os anos 1980 até o presente, com variados graus de incidência. O movimento de mulheres e o movimento feminista que emergiram no Brasil na década de 1970 constituem uma das expressões do processo de reorganização da classe nesse período, apesar do caráter policlassista de sua composição e das diferentes vertentes políticas presentes nos mesmos. Da mesma forma, esses movimentos também serão afetados pelo processo geral de desarticulação de um projeto de emancipação social com o avanço do neoliberalismo e pela relação com a institucionalidade.

Esta compreensão do movimento de mulheres como parte do processo de reorganização da classe requer uma concepção ampliada da classe trabalhadora, que não esteja limitada a determinadas categorias (assalariados, produtivos, etc), mas a partir suas experiências de subordinação ao capital, objetiva e subjetivamente, nas suas formas de organização e ação coletivas, combinadas com opressões específicas, compondo uma totalidade contraditória em constante movimento. Dessa forma, destoamos das análises de que a classe trabalhadora não seria mais um agente de transformações, assim como visamos apontar caminhos para superar divisões entre os(as) que lutam pelo fim do capitalismo. O que está em consonância com o esforço teórico de estudos do campo da História do Trabalho para pensar a complexidade da classe.

Algumas considerações sobre o conceito de classe social em Marx e Engels também são necessárias. A tradição crítica do materialismo histórico desenvolveu uma perspectiva de análise e intervenção na realidade a partir da compreensão da luta entre classes sociais. O termo classe é anterior a Marx e Engels, mas se torna com esses autores uma categoria central de análise social que dá conta das desigualdades oriundas da sociedade capitalista e capta um momento em que os(as) trabalhadores(as) conscientemente se representam a partir de interesses comuns e em oposição aos interesses de outras classes. Foi a partir da inserção no movimento dos(as) trabalhadores(as) que Marx começou a formular o materialismo histórico e sua crítica à economia política clássica, ao socialismo utópico e à dialética de Hegel.²²

Não é possível pensar o conceito de classe trabalhadora separado do desenvolvimento do capitalismo. O processo de proletarização é central para a acumulação produtiva do capital quando, historicamente, se dá a separação do produtor dos meios de produção. Proletariado ou classe trabalhadora são os que têm que vender sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário para sobreviver. De acordo com Mattos, nos *Manuscritos Econômico-filosóficos* a classe é definida pela ausência: a classe trabalhadora não dispõe de capital, de renda nem de terra.²³

A classe não pode ser compreendida apenas em sua dimensão econômica, ela tem uma dimensão política. O movimento de produção no capitalismo também influi nas relações de produção e reprodução da vida, seus espaços de sociabilidade e seus interesses. No entanto, reside em si o potencial da classe explorada ter consciência de sua exploração. A dimensão política da classe se define a partir da consciência de classe, que se forma na luta entre classes sociais. Essa noção aparece nos manuscritos de *A Ideologia Alemã*, ao trabalhar a análise da transformação das sociedades modernas pela burguesia em conflito com a nobreza feudal:

[...] os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta comum contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do

22 MATTOS, M. Sobre classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista em Pauta*: Rio de Janeiro, n.20, pp. 33-55, 2007, p.34-5.

23 MATTOS, M. B. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico”. *Revista Outubro*, n.21, 2º semestre de 2013, p.81-117, p.90. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/21/out21_03.pdf>

trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho.²⁴

Marx identifica diferentes níveis de consciência ao trabalhar com categorias como “classe em si” e “classe para si”, o salto no qual além de identificar condições econômicas e interesses comuns contra o capital, a classe trabalhadora empreende uma luta política contra outra classe. Sem utilizar essas expressões, as diferenças também aparecem em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Ao estudar o papel do campesinato, Marx afirma que os camponeses formavam uma classe pelas suas condições de existência comuns, ao mesmo tempo em que não eram uma classe politicamente organizada e articulada nacionalmente. A partir da análise da dimensão política da classe é possível estudar as formas de organização dos trabalhadores e o desenvolvimento de uma perspectiva revolucionária.

Ainda que Marx não tenha concluído o livro terceiro do *Capital* e a pergunta “o que constitui uma classe?”, as noções de classe e luta de classes permeiam sua obra. Diferentes dimensões deste conceito aparecem na própria explicação do processo de acumulação de capital.²⁵ Esses conceitos também foram esmiuçados por diversos autores na tradição crítica do materialismo histórico.

No que diz respeito à História, destaca-se o grupo de historiadores do Partido Comunista Britânico e suas contribuições para a história da classe trabalhadora, sem determinismos e atenta para diferentes dimensões da classe, não apenas a econômica. Entre eles, E. P. Thompson entende a classe como uma categoria histórica, ou seja, oriunda de processos sociais ao longo do tempo. Mais do que uma abstração, as classes existem porque as pessoas se comportam de forma classista, delineando-se conforme homens e mulheres vivem as relações sociais. Esse processo está presente no conceito de luta de classes, porque a classe enquanto fenômeno se constitui em oposição aos interesses de outra classe ao longo do tempo, é uma relação materializada em pessoas e eventos reais:

Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se

24 MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. APUD MATTOS, M. E. P. *Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012, p. 61.

25 Ver: MATTOS, M. B. *A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo*. São Paulo, Boitempo, 2019.

vêm numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.²⁶

Outro conceito utilizado por Thompson para compreender a relação entre a consciência e o modo de produção é o de experiência, que consistiria em uma mediação entre o vivido e o percebido.²⁷ A experiência de classe é marcada pelas relações de produção nas quais homens e mulheres nasceram e a forma como estas são tratadas culturalmente compõe a consciência de classe. Esse conceito extrapola o local produtivo para ambientes de moradia e sociabilidades.

Tendo como uma de suas referências Thompson, o sociólogo Eder Sader capta esta dimensão ampliada da existência da classe trabalhadora ao analisar as novas configurações que trabalhadores(as) da grande São Paulo assumiram na década de 1970, incluindo novos padrões de ações coletivas, constituindo-se como sujeitos sociais. Ele identifica que teria havido uma nova configuração das classes populares no cenário público, com a passagem de padrões de legitimação da ordem para os de contestação. Esses movimentos não poderiam ser explicados pelos modelos sociológicos de determinações estruturais, porque perderiam com isso o que os singularizava.²⁸

Sader reconstitui elementos sobre as condições de vida da classe trabalhadora paulista, experiências que foram reelaboradas pelos movimentos sociais, articulando a reprodução social à esfera produtiva: os migrantes, a solidariedade entre desempregados em contraste com o ambiente de trabalho e o discurso para promover a concorrência entre trabalhadores(as), as mudanças na vida familiar, o cotidiano como espaço contraditório de contestação e de assimilação de padrões dominantes e o aumento da participação da mulher na população economicamente ativa. Essa reelaboração do cotidiano popular estaria no cerne da criação de novos discursos, que ganhariam espaço a partir da crise de três instituições: da Igreja Católica que adotaria o projeto de comunidades de base para recuperar sua influência popular; da estrutura sindical esvaziada da qual surgiria um novo sindicalismo; de grupos de

26 THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e falsa consciência. In: THOMPSON, E. P. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 269-281, p.274.

27 MATTOS, Marcelo Badaró. *E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012. (Pensamento Crítico, 18), p.86.

28 SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.25-44.

esquerda desarticulados que buscariam uma nova forma de integração com os trabalhadores. Essas matrizes seriam adaptadas e combinadas pelos movimentos ao longo do tempo como uma forma de nomear suas aspirações, problemas e valores, expressando divisões e antagonismos sociais.²⁹

Um aspecto da formação da classe que também pode ajudar a pensar a dimensão cotidiana da classe trabalhadora, da luta por melhores condições de vida, assim como as diferentes experiências e relações de trabalho é a expropriação/despossessão (dispossession) e a precariedade. A partir da obra de Marx, Bryan Palmer, identifica a expropriação, ou seja, a separação dos trabalhadores da propriedade dos meios produtivos, como a base da acumulação de capital, sendo este um processo contínuo de desapropriação, alimentado pelas crises do capitalismo e a retirada de direitos.³⁰

A classe trabalhadora encarnou, ao longo da história, diferenciação, insegurança e precariedade, aspectos presentes na sua própria constituição. A expropriação é heterogênea e particular na experiência de cada pessoa, embora seja uma marca sobre trabalhadores e trabalhadoras, independente das diferenças em suas condições de trabalho e salário. Aliás, a precariedade também incide na própria forma como as mulheres são incorporadas ao mercado de trabalho, concentradas em setores específicos e com salários inferiores aos dos homens no exercício da mesma função, por exemplo. Dependendo da forma como esses aspectos são trabalhados por diferentes atores sociais, podem contribuir tanto para a divisão, quanto para a unificação dos setores despossuídos. Neste último caso, abre a possibilidade para a organização de setores da classe trabalhadora que estão desempregados, submetidos a relações de trabalho temporárias e informais e, no caso do nosso estudo, para a articulação das moradoras da periferia.³¹

As diferenciações apontadas por Palmer tendo como eixo comum a expropriação e a precariedade também podem ser entendidas a partir dos conceitos de exploração, opressão e alienação, presentes na obra de Marx. Essas relações são moldadas historicamente e complexificam as interações nas interações subjetivas e objetivas. Segundo Bakan, a exploração não é específica do capitalismo, mas adquire um caráter específico neste modo de produção, voltada para a combinação de diferentes formas de extração de trabalho excedente

29 SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.144.

30 PALMER, Bryan. Reconsiderations of class: Precariousness as proletarianization. *Socialist Register*, 2014, n .50, Toronto, 2013, p.46-57, p.45.

31 *Ibid.*, p.45.

da classe trabalhadora. A reprodução da exploração está relacionada à alienação e à opressão.³²

A alienação tem raízes materiais nas condições históricas e é proveniente: da distância da humanidade dos produtos oriundos do trabalho humano; do processo de trabalho; da distância de outros seres humanos; e do “ser genérico”, o que torna humanos únicos. A alienação está relacionada ao sentimento de isolamento estimulado pela competitividade entre trabalhadores(as) e se combina com o individualismo das democracias liberais, reforçando um sentimento de diferença em relação aos outros. Por outro lado, a solidariedade nas lutas pode se contrapor e enfraquecer a alienação.³³

A opressão é o conceito que foi menos teorizado pela tradição marxista. Pode se referir à opressão de uma classe sobre outra ou a opressão específica entre setores das classes, dividindo-as internamente e obscurecendo diferenças de classe. Ao mesmo tempo que o capitalismo pressiona os trabalhadores para uma experiência comum de opressão a partir da expropriação e da precariedade, possibilitando a identificação de interesses afins, também pressiona pela divisão através de opressões específicas dentro da classe, intensificando a alienação. Mecanismos ideológicos e institucionais possibilitariam a identificação com a classe dominante, levando um setor de explorados(as) a acreditar que é superior a outro.³⁴

Em outras palavras, na dimensão concreta, fatores sociais e culturais participam da exploração do trabalho, incluindo as dimensões de gênero e de raça/etnia, organizando o espaço social que compreende o capitalismo como um modo de produção. Gênero e raça são mediações que ajudam a produzir a desvalorização da força de trabalho, assim como atuam na formação de um senso comum que legitima e reproduz relações e instituições de dominação.³⁵

O trabalho humano também deve ser entendido em sentido ampliado, como “atividade prática humana”.³⁶ O que inclui tanto a esfera do trabalho produtivo, no local de trabalho, quanto do trabalho de reprodução social da classe trabalhadora, que não está restrito ao lar.³⁷

32 BAKAN, Abigail B. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. *Revista Outubro*, n. 27, novembro de 2016, pp.44-76, 48-54.

33 *Ibid.*, p.55.

34 *Ibid.*, p.61-70.

35 BANNERJI, Himani. Construindo a partir de Marx: reflexões sobre “raça”, gênero e classe. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 2022, p. 2079-2101.

36 MCNALLY, David. Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Teoria da reprodução social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Elefante, 2023. p.155-179, p.176.

37 No pensamento marxista, reprodução social se refere ao processo de reprodução da sociedade, mas na tradição marxista feminista tem sido utilizada em um sentido mais específico: para pensar a reprodução e manutenção da vida. Ver: ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, p. 33-58, 1 sem. 2015, p.55

Processos multifacetados unidos de forma complexa e internamente conectados pelos quais ocorre a reprodução da vida. Reconhecer que os(as) trabalhadores(as) existem para além do local de trabalho amplia a forma de pensar o próprio conceito de classe trabalhadora e a relação entre opressão e exploração.³⁸

Produção e reprodução constituem processos interdependentes e simultâneos, no qual a força de trabalho é um elemento central. O preço da força de trabalho é calculado a partir das necessidades para a sua reprodução. Não obstante, o padrão dessas necessidades é variável e depende da luta de classes. Capitalistas tentam reduzir os salários ao mínimo e aumentar as jornadas de trabalho ao máximo, enquanto os(as) trabalhadores(as) pressionam na direção oposta. A luta por salários e por melhores condições de vida e trabalho caminha na contramão dos interesses das classes dominantes. O que ajuda a compreender porque, em momentos nos quais não é possível o aumento salarial, crescem movimentos reivindicando melhores condições de vida, seja na luta por água, moradia, terra ou contra as políticas de austeridade. Além disso, amplia a concepção das atividades que constituem trabalho, o que se expressa em reivindicações de parte do próprio movimento de mulheres como a defesa de aposentadoria para as donas de casa, chamando a atenção para um tipo de trabalho que não é reconhecido enquanto tal.³⁹

Isso possibilitaria a superação de uma abordagem reducionista e/ou economicista que restringe o(a) trabalhador(a) ao assalariado(a), resgatando o trabalho como fonte de valor, mas também como expressão da vida social. As relações sociais que ocorrem fora da esfera produtiva do trabalho não são acidentais, elas correspondem a uma formação histórica específica. A organização social do trabalho incorpora formas racializadas e generificadas aprendidas pelo capital em épocas históricas anteriores e através da luta contra a classe trabalhadora, articulando-as no processo de acumulação capitalista.⁴⁰

Capitalismo e luta de classes no Brasil (1964-1989)

O significado histórico do golpe de 1964 e da ditadura que se seguiu pode ser entendido, de acordo com Renato Lemos, a partir de uma análise de fatores de curto, médio e

38 BHATTACHARYA, T. (Ed.). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017, p. 68-93.

39 *Ibid.*, p. 68-93.

40 *Ibid.*, p. 68-93.

longo prazo no período de 1914-1989, unificados através da ideia da contrarrevolução. O marco da Primeira Guerra Mundial é adequado para pensar um processo mundial no qual a acumulação capitalista ganha novos conteúdos, assim como a internacionalização da luta de classes a partir da Revolução Russa em 1917, colocando o socialismo como alternativa real. Enquanto o fim dessa temporalidade abarca o processo de transição controlada, a crise do Welfare State e do campo socialista.⁴¹

As classes dominantes brasileiras não tiveram grandes conflitos sobre projetos políticos, mas divergências quanto ao rumo econômico entre agrarismo e industrialismo, o que facilitou a constituição de uma frente única de combate a ameaças à ordem social e política associadas ao socialismo e ao anarquismo. Se até então o anticomunismo se confundia com o receito das classes populares, isso viria a ganhar contornos mais nítidos com a fundação do PCB (1922), com a Coluna Prestes (1925-1927), a formação do Bloco Operário e Camponês (1928) e a revolta da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935.⁴²

Durante o governo Vargas (1930-1954), tentaram desenvolver a produção do setor de bens de capital, até então oriunda do exterior. O governo potencializou o parque industrial de bens essenciais com investimentos em empresas estatais. Com o alto custo da produção e um retorno lento, o processo de substituição de importações foi favorecido, privilegiando o setor industrial de bens de consumo composto, majoritariamente, por capitais nacionais. A partir da década de 1950, houve importantes alterações no setor industrial, como a criação da indústria de bens de consumo duráveis. Indústrias automobilísticas e de eletrodomésticos foram impulsionadas pela entrada de capital estrangeiro, vindo a se constituir como o carro-chefe da economia, mas exigindo elevado fluxo de importações para a montagem de equipamentos e envio de lucro a suas matrizes.⁴³

A acumulação capitalista operava uma crescente concentração de capitais, favorecendo a concentração de renda, criando novos empregos em áreas técnicas e administrativas com salários mais altos, enquanto o salário mínimo era mantido sob controle. Diferentes capitais estavam em disputa política, visando o controle do Estado e o favorecimento de um ou outro segmento da economia, o que foi acirrado pelo processo de concentração de capitais e a internacionalização da economia. A crise de 1964 uniu determinações econômicas (o apoio no

41 LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2. Jan/jul. 2014.

42 *Ibid.*, p.115-116.

43 MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 1996, p.8-11.

Estado e no capital estrangeiro para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro) e políticas (ascensão de movimentos de massa).⁴⁴ O aprofundamento da dependência econômica, financeira e tecnológica nas décadas de 1950 e 1960, além do surgimento de uma burguesia multinacional e associada combinava segmentos dinâmicos das frações industrial e financeira, pressionando o sistema político pactuado.⁴⁵

O processo de urbanização também foi reconfigurado com o êxodo rural. A partir de meados da década de 1950, o crescimento e a concentração da classe trabalhadora levaram ao questionamento dos mecanismos de controle do conflito capital-trabalho criados no Estado Novo (1937-1945). Um dos sentidos do golpe foi enfraquecer a representação e organização dos trabalhadores. As classes dominantes agrárias ligavam-se às atividades urbanas progressivamente fortalecidas, ampliando seu poder. Um dos fatores centrais para a crise social na primeira metade da década de 1960 é a aliança das frações do capital rural e as demais, tendo como questões cruciais a propriedade da terra, a modernização capitalista da agricultura e a ação política dos trabalhadores rurais com o surgimento das Ligas Camponesas (década de 1950) e os conflitos rurais.⁴⁶

Até 1961, o jogo político privilegiou o campo nacional-popular, representado pela articulação entre Partido Social Democrático (PSD), ligado a oligarquias agrárias e representando o apoio conservador ao governo, e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A União Democrática Nacional (UDN) representava a segunda maior expressão, compondo o campo liberal associativista antivarguista, aglutinando uma elite intelectual conservadora que foi adquirindo contornos golpistas e veio a se articular com militares para combater o que viam como avanço do comunismo no país, identificado com o crescimento do PTB e a sobrevivência do getulismo. A aliança de classes que era a base de sustentação do regime (PTB-PSD) tinha uma concepção de ordem socioeconômica que se viu ameaçada na sua capacidade de aproximar politicamente burgueses e trabalhadores, abrindo margem para que a corrente liberal-associacionista avançasse; além disso, sofria pressões imperialistas provenientes dos Estados Unidos e pelas mudanças na estrutura das relações sindicais desde meados da década de 1950, com a retomada de grandes mobilizações e novas formas de organização. A crise brasileira entre 1960-1964 também foi influenciada pela

44 MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 1996, p.8-11.

45 LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2. Jan/jul. 2014, p.121.

46 *Ibid.*, p.117.

contrarrevolução internacional em alerta com a Revolução Cubana (1959), alimentando a campanha contra Goulart e o regime democrático.⁴⁷

A eleição de Jânio Quadros (UDN) em 1961 já fornecia indícios de crise, tendo focado na questão da corrupção e tentando se colocar acima dos partidos, o que indicava que já não conseguiam responder às suas bases. Essa crise se aprofundou com a sua renúncia e a posse do vice-presidente João Goulart (PTB), o que só se deu depois da tentativa de neutralizar o presidente com o estabelecimento do parlamentarismo para reduzir seus poderes, o que durou até 1963, quando o presidencialismo foi restaurado.⁴⁸ Além disso, é preciso considerar a formação de entidades suprapartidárias, como Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a anticomunista Ação Democrática Parlamentar (ADP), tendo o protagonismo na coordenação dos representantes políticos, com intensas campanhas por reformas constitucionais.⁴⁹

Para segmentos das classes dominantes o problema residia na própria forma de dominação de classe frente a ascensão das mobilizações da classe trabalhadora. As primeiras passaram a defender um tipo de regime forte, elitista e em sintonia com os interesses do capital multinacional e associado. Elementos de crise estrutural se cruzaram com outros de crise política imediata, abrindo as condições para uma ruptura violenta para estabelecer uma dominação de classe condizente com a correlação de forças. Segundo Lemos:

Alguns dos principais aspectos do regime foram: a sua natureza contrarrevolucionária; a sua vinculação prioritária ao grande capital multinacional e associado; a grande autonomia do Estado militarizado em relação aos interesses particulares das frações das classes dominantes, em face dos quais, quando em conflito, exerceu o papel de árbitro; a preeminência, no interior do Executivo hipertrofiado, do aparato repressivo policial-militar e a pretensão a uma legitimidade, inicialmente com base no perfil antipopulista e anticomunista e, depois, sem abrir mão desses traços, em um projeto modernizante-conservador tendente a um regime democrático restrito.⁵⁰

De 1964 a 1970, a contrarrevolução assumiu o caráter de terrorismo de Estado, com prisões clandestinas e torturas, instrumentalizando para isso órgãos de repressão anteriores com a implantação dos atos institucionais. No período entre 1968 e 1974, este processo chegou ao auge com o AI-5 e o aperfeiçoamento do aparato repressivo com a criação da Operação Bandeirantes (OBAN) e do Destacamento de Operações de Informações– Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). No plano econômico, a meta de retomar a acumulação de capital se deu através do arrocho salarial e da superexploração da força de

47 LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2. Jan/jul. 2014, p.123-124.

48 MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 1996, p.12-13.

49 LEMOS, R. *Op.cit.*, p.125.

50 *Ibid.*, p.129.

trabalho, além de medidas para minar o poder de mobilização dos(as) trabalhadores(as), elevando a lucratividade do capital.⁵¹ A concentração de capitais também foi potencializada em torno de grandes grupos monopolísticos, especialmente do capital estrangeiro, e do sistema financeiro; além da retomada de investimentos públicos em grandes obras, com foco em infraestrutura e subsidiando empresas privadas. A meta foi alcançada a partir de 1968, com o período que ficou conhecido como “milagre econômico”, mas que já mostraria os seus limites em 1975, com a multiplicação da dívida externa e a queda nas taxas de crescimento.⁵²

A política econômica aprofundou a concentração de renda e aumentou a diferenciação do leque salarial brasileiro, tendo funcionado como um confisco, promovendo a erosão do salário real e aumentando os lucros. Frente a isso, a classe trabalhadora tentou recompor a sua renda por meio de horas extras e com a participação de mulheres e crianças no mercado de trabalho. Contraditoriamente, aumentar o volume da oferta da força de trabalho contribuiu para rebaixar o seu preço. O custo social do “milagre” também se expressou no aumento dos acidentes de trabalho, com a desnutrição da população e, conseqüentemente, elevação da mortalidade infantil, e alastramento de doenças epidêmicas.⁵³

A compressão salarial contribuiu para a ampliação e surgimento de favelas, envolvendo grandes cidades em loteamentos periféricos irregulares onde a população enfrentava a ausência de saneamento básico, iluminação, transportes e escolas. Em resposta a isso, proliferaram Associações de Moradores e organizações similares em todo o país, com uma atuação que mantinha a sua autonomia perante o Estado. A reação popular também se manifestou de forma espontânea, com quebra-quebras de trens e ônibus no Rio de Janeiro e em São Paulo entre 1974-1976, vindo a ganhar corpo com a retomada das greves no final da década de 1970 e o novo sindicalismo.⁵⁴

Desde 1972, se discutia um projeto de transição democrática sob controle das classes dominantes com o objetivo de construir um centro político conservador para apoiar e legitimar a nova forma de dominação. Para isso, tomaram medidas de favorecimento do setor liberal-democrático, tais como o reconhecimento da vitória do MDB nas eleições de 1974 e a progressiva suspensão da censura. A luta pela anistia tomou corpo com o Movimento

51 LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2. Jan/jul. 2014, p.131.

52 MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.109-111.

53 MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 1996, p.24-28.

54 *Ibid.*, p.70.

Feminino pela Anistia e o movimento estudantil ressurgiu em todo o país. Entre 1974 e 1978, conquistadas as metas de retomada do crescimento e “limpeza” do cenário político, meios de dominação foram readequados para se chegar a um regime democrático restrito, uma forma de evitar o desgaste nas Forças Armadas em disputa pelo controle estatal. No plano internacional, foi formada a Comissão Trilateral em 1973 para assistir processos de transição controlada em países sob ditaduras, além da reformulação da relação dos Estados Unidos com a URSS e China.⁵⁵

O projeto de transição controlada sofreu a oposição de setores de extrema-direita que recorreram a medidas violentas, tais como atentados a bomba e assassinato de presos políticos. Em reação a estas medidas, novos atores políticos se envolveram na transição, tais como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Desenhava-se um reordenamento jurídico, político e institucional sob tutela das Forças Armadas, incorporando forças civis ao projeto de transição, que passou pelos testes da campanha pelas “Diretas Já” e a formação da Frente Liberal. A mobilização dos(as) trabalhadores(as) foi fundamental para garantir uma Constituinte com participação popular, mas o governo da nova república (1985-1990) apresentaria muitos traços de continuidade com o regime ditatorial.⁵⁶

Os novos movimentos sociais que despontaram na cena a partir da década de 1970 e 1980 não surgiram apenas de organizações tradicionais da classe, como sindicatos, mas estavam alicerçados no interesse central da classe. Ainda que diferentes correntes teóricas, cada uma com suas próprias pautas prioritárias, tenham atuado no movimento feminista, suas militantes convergiam para a preocupação de pensar uma política voltada para mudar as condições de vida das mulheres, com um caráter classista. Por exemplo, as militantes que atuavam em temas que não eram considerados prioritários pela esquerda, o faziam junto às mulheres da classe trabalhadora, nos movimentos de bairro.

No entanto, a forma como as diferenças entre as organizações de esquerda e as feministas foram trabalhadas contribuiu para construir um caminho no qual as rupturas se sobrepuseram às ações comuns. Ao não ver espaço para pautas caras às mulheres em outros espaços da esquerda, muitas militantes trilharam novas veredas, afastando-se de uma perspectiva de transformação social mais profunda e da preocupação com a classe. O mesmo

55 LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2. Jan/jul. 2014, p.132.

56 *Ibid.*, p.132-135.

pode ser dito da esquerda e dos espaços sindicais que, apesar de todos os debates e avanços, ainda via a discussão de opressões como menor. Essa ruptura contribuiu para que os setores atuantes no combate a opressões específicas se identificassem com a política liberal de direitos e cidadania na reprodução da organização capitalista, com a perda do seu potencial de emancipação social.⁵⁷

Para reconstruir esta trajetória, o primeiro capítulo visa traçar um panorama sobre a constituição do movimento de mulheres no Brasil a partir do final da década de 1960 e o papel de diferentes gerações nessa luta. Para isso, resgata a atuação das organizações de esquerda e a experiência no exílio, com o favorecimento da troca de ideias entre o movimento feminista de diferentes países, as polêmicas sobre lutas gerais e específicas, as diferentes correntes teóricas subjacentes à organização das mulheres, jornais e encontros feministas, suas crises e reorganizações. Entendendo o movimento feminista e de mulheres como um fenômeno complexo e multifacetado. Em função da bibliografia, a maior parte das experiências analisadas são da região sudeste, mais especificamente do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tampouco foi possível nos debruçarmos sobre o movimento de mulheres negras e de lésbicas pelo receio de não fazer jus às suas trajetórias.

Também cabe ressaltar que as mulheres negras viam o combate ao racismo como prioridade e buscaram se organizar em grupos próprios ou a partir do movimento negro e não do movimento de mulheres, apesar atuarem em movimentos de associações de moradores nas favelas e bairros periféricos. Isso se deve, segundo Lélia González:

E, em 1975, quando as feministas ocidentais se reuniram na Associação Brasileira de Imprensa para comemorar o Ano Internacional da Mulher, elas ali compareceram, apresentando um documento onde caracterizavam a situação de opressão e exploração da mulher negra. Todavia, dados os caminhos seguidos por diferentes tendências que se constituíram a partir do Grupão, esse grupo pioneiro acabou por se desfazer e suas componentes continuaram a atuar, então, nas diferentes organizações que se criaram. (...)

Enquanto isso, nossas experiências com o movimento de mulheres se caracterizavam como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas “agressivas” ou “não feministas” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em conta nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa. Quando, por exemplo, denunciávamos a opressão e exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causávamos grande mal-estar: afinal, dizíamos, a exploração do trabalho doméstico assalariado permitiu a “liberação” de muitas mulheres para se engajarem nas lutas “da mulher”. Se denunciávamos a violência policial contra os homens negros, ouvíamos como resposta que violência era a da repressão contra os heróis da luta contra a ditadura (como se a repressão, tanto num quanto noutro caso, não fizesse

57 BANNERJI, Himani. Construindo a partir de Marx: reflexões sobre “raça”, gênero e classe. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 13, n.3, 2022, p. 2079-2101.

parte da estrutura do mesmo Estado policial-militar). Todavia, não deixamos de encontrar solidariedade da parte de setores mais avançados do movimento de mulheres que demonstraram interesse em não só divulgar nossas lutas como em colaborar conosco em outros níveis.⁵⁸

Não tivemos acesso a essas questões a partir das fontes trabalhadas. Portanto, não foi possível abordar a relação entre o movimento feminista e o movimento de mulheres negras.

No segundo capítulo, o nosso olhar se volta para as mudanças no mundo do trabalho com o crescimento expressivo da participação feminina na população economicamente ativa. As revistas feministas atentaram para este aspecto e para a dimensão de organização das trabalhadoras nos sindicatos, vindo a divulgar não só as lutas, mas relatar o cotidiano dessas trabalhadoras, explicitar seus direitos e comemorar a sua organização. Considerando que a Central Única dos Trabalhadores foi uma das expressões das lutas da classe trabalhadora no período e do novo sindicalismo, buscamos entender em que medida as reivindicações das mulheres tiveram penetração no conjunto da classe, quais as reivindicações incorporadas em propostas políticas.

O terceiro capítulo apresenta uma síntese de aspectos em que esses movimentos se influenciaram mutuamente, finalizando com uma avaliação da relação com a institucionalidade a partir do processo Constituinte e da análise das emendas populares.

58 GONZÁLEZ, Lélia. Mulher negra. In: GONZÁLEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*: Lélia González em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p.265-282, p.276-277.

CAPÍTULO 1- MULHERES EM MOVIMENTO

Analisar o movimento feminista brasileiro que eclode na década de 1970 envolve algumas considerações. Primeiro, o feminismo enquanto movimento social tem uma trajetória anterior, com lutas e conquistas que tiveram rupturas e continuidades no período estudado, apesar da heterogeneidade de perspectivas teóricas e políticas que embasaram os embates promovidos pelas mulheres ao longo da história. Segundo, a ditadura empresarial-militar que se instaurou em 1964 é o contexto de retomada deste movimento, estimulado também pelo movimento das mulheres nos países centrais do capitalismo. O exílio de muitas militantes que tiveram contato com esses movimentos na Europa e nos Estados Unidos contribuiu para a reflexão de brasileiras sobre o feminismo, com a participação em grupos, com debates e o compartilhamento de leituras. Muitas mulheres lutaram ativamente pela anistia aos presos políticos e pela redemocratização, tendo como aliadas a esquerda e a Igreja Católica, o que gerou uma série de contradições entre a radicalidade das reivindicações feministas e o conservadorismo desses setores. Terceiro, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho é um dado essencial, com a organização dessas mulheres em partidos, sindicatos e diversos movimentos sociais.

No Brasil, o movimento de mulheres está presente nas camadas médias e populares e, ainda que não intervenham em pautas específicas de combate ao machismo, ganham destaque nos movimentos contra a carestia, nos clubes de mães e movimentos pela anistia aos presos políticos. A atuação dos movimentos de mulheres possibilitou a sua aproximação com o feminismo, contribuindo para um questionamento crescente do papel atribuído à mulher na sociedade brasileira.⁵⁹ As mulheres estavam em diferentes frentes de luta e compreender esta pluralidade é importante para pensar a constituição do feminismo brasileiro e a relevância de suas conquistas, mesmo que parte dessas mulheres não se identificasse diretamente com o feminismo neste período. Nesse sentido, encontramos dificuldade em trabalhar com a dissociação presente na literatura especializada entre “movimento feminista” e “movimento de mulheres”⁶⁰ para a finalidade de compreender em que medida o movimento de mulheres e

59 TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo é História. 145), p.43-44.

60 “A expressão ‘movimento de mulheres’ significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao ‘movimento feminista’ refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história.” In: *Ibid.*, p.12. Também é necessário salientar que algumas autoras também dissociam o movimento feminista do movimento de libertação das mulheres: “O movimento feminista reivindica a herança dos feminismos do passado, de tradição liberal ou socialista.

o movimento feminista influenciaram as lutas sindicais no período analisado. Como destaca Fraccaro:

Considerar que as mulheres fazem sua própria história conduziu ao reconhecimento de que o feminismo é um campo político permeado por disputas. Dessa forma, a delimitação do termo não acontece apenas nas teorias sociológicas ou filosóficas; o conceito pode ser definido a partir dos embates travados diretamente pelas mulheres em diferentes movimentos da história, inclusive em organizações que envolvem homens, como partidos e sindicatos, ou em movimento que reivindicam outras bandeiras e sonhos de liberdade. É possível contar a história do feminismo a partir das lutas empunhadas pelas próprias mulheres.⁶¹

Seguindo um caminho semelhante ao de Fraccaro, buscamos entender como as mulheres lutaram por suas pautas específicas neste período e em que medida as inseriram no movimento mais geral da classe trabalhadora.

Outrossim, é importante salientar que a literatura sobre o feminismo brasileiro identifica como um marco da renovação deste movimento a instituição, pela ONU, de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. Teles justifica a adoção deste recorte por avaliar que o movimento feminista, que tinha sido desarticulado após o golpe de 1964, voltou atuar a partir de 1975, retomando grupos de estudos, jornadas de lutas e mobilizações, somando-se aos movimentos democráticos, pela anistia, pelas liberdades políticas e por uma nova constituição. O Movimento do Custo de Vida em São Paulo teria aproveitado a criação deste Ano Internacional da Mulher para redigir uma carta das mães às autoridades do país reivindicando melhores salários, controle do custo de vida, creche e escolas para os seus filhos.⁶² Neste mesmo ano, foi lançado o “Manifesto da Mulher Brasileira” em prol da anistia, que se tornou o Movimento feminino pela Anistia⁶³. Mulheres também se articularam para formar os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* na imprensa alternativa. Portanto, o

(...) Nos dois casos, ao movimento feminista pode ser associado a ideia de surgimento de um novo ator político: a mulher. O movimento de libertação das mulheres se coloca em ruptura com a tradição igualitária e emancipatória dos feminismos do passado, levantando as questões de identidade, diferenças e singularidade. Para a orientação feminista radical que deu o impulso inicial e a tônica a esse movimento, as noções de patriarcado, gênero e autonomia são fundamentais.” In: GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.11, grifos da autora. No trabalho de Goldberg também fica evidente que a diferença conceitual entre movimento de mulheres e movimento feminista reflete as divergências políticas presentes no movimento feminista da década de 1970.

61 FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p.16

62 TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo é História. 145, p.80.

63 O Movimento Feminino pela Anistia foi fundado em 1975 por Therezinha Zerbini. Era composto, em sua maioria, por mulheres católicas de classe média. Em 1978, criaram o jornal *Maria Quitéria* para divulgar a pauta.

protagonismo das mulheres nos movimentos por melhores condições de vida e direitos sociais e o pioneirismo do movimento pela anistia são elementos apontados por Teles para justificar a importância de utilizar 1975 como marco de renovação do movimento feminista. Além disso, a iniciativa da ONU teria contribuído para a garantia de um espaço de discussão e de organização durante a ditadura. Pinto destaca, ainda, que o feminismo brasileiro, até então caracterizado pela reunião de grupos privados com caráter de encontros de amigas, teria se juntado pela primeira vez em 1975, tornando-se público e institucional.⁶⁴

No entanto, Joana Maria Pedro faz a ressalva de que o marco de 1975 também pode ser entendido como um mito de origem do movimento feminista brasileiro na década de 1970, a partir da disputa entre diferentes grupos feministas em torno de dicotomias entre “lutas gerais e específicas” e “mulheres verdadeiramente feministas e não feministas”, diferenças que também estariam presentes nas cronologias adotadas por esses grupos.⁶⁵

Através de entrevistas realizadas com diferentes militantes feministas, Joana Maria Pedro identificou uma narrativa que atribui o ressurgimento do movimento feminista no Brasil ao ano de início da Década da Mulher. A inauguração foi realizada em reunião na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, em julho de 1975, com a constituição do Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro e com a criação posterior de outros espaços de união do movimento feminista em diferentes lugares do país, como o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira criado em São Paulo, em novembro de 1975. A autora avalia que a participação na inauguração no Rio de Janeiro garantiu às entrevistadas a legitimidade da identificação com o feminismo. É importante destacar que o Ano e a Década da Mulher repercutiam o movimento feminista europeu e norte-americano em curso desde o final da década de 1960. No Brasil, essas datas permitiram a realização de diversos eventos públicos em um contexto de ditadura militar, o que abriu a possibilidade de que o movimento feminista se tornasse também um meio de “conscientização das camadas populares” para determinados setores da esquerda clandestina.⁶⁶

Essa narrativa seria contestada por militantes cuja identificação com o feminismo era anterior a 1975. Um exemplo seria o congresso organizado por Romy Medeiros e o Conselho Nacional da Mulher em 1972. Romy Medeiros foi herdeira do que Céli Regina Pinto

64 PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção História do Povo Brasileiro), p.56

65 PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, v.26, n.52, p.250-272.

66 *Ibid.*, p. 253.

denominou de vertente “bem-comportada” do movimento feminista anterior a 1964, na luta pela igualdade de direitos, enraizada em mulheres da elite e tendo como principal liderança Bertha Lutz⁶⁷. Ela foi uma advogada que participou da criação do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil em 1949 e atuou nas reivindicações, ao longo da década de 1950 e início de 1960, pela alteração dos artigos do Código Civil relativos às mulheres casadas, que eram consideradas “incapazes”. Romy também tinha boa relação com a elite do governo militar e chegou a enviar um Projeto de Serviço Cívico Feminino para Mulheres de 18 e 21 anos nas áreas de saúde e educação para o governo Médici, em 1971. Ela era entusiasta das políticas de planejamento familiar. Além disso, foi pioneira ao defender a descriminalização do aborto na década de 1960, no artigo “Justiça social e aborto”.⁶⁸ O Congresso feminista do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil foi realizado em 1972, tendo reunido de banqueiros e representantes do alto clero da Igreja Católica a feministas como Rose Marie Muraro e Heleith Saffioti, que então não se identificava como feminista. Pinto destaca a importância deste congresso porque, apesar do conservadorismo que permeou a sua organização, conseguiu aglutinar diferentes gerações do feminismo brasileiro, inclusive a que estava se formando naquele período reunida em grupos de reflexão de caráter privado, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.⁶⁹ A mesma leitura é compartilhada por Moema Toscano e Miriam Goldenberg, que entendem que o congresso marcou a transição entre o sufragismo e o “novo feminismo” da década de 1970.⁷⁰

Mas mesmo algumas mulheres que atuaram em grupos de reflexão entendem a sua participação na organização do evento realizado na ABI em 1975 como um marco. Os grupos de reflexão compostos por mulheres surgiram em São Paulo (1971) e no Rio de Janeiro (1972). Albertina de Oliveira Costa, entrevistada por Joana Maria Pedro, identifica duas vertentes nesses grupos de discussão: uma vinda da França e outra dos Estados Unidos.⁷¹ O

67 PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção História do Povo Brasileiro).

68 Romy escreve que “O aborto é um grave problema de saúde, justiça social e um direito das mulheres de disporem de seu próprio corpo.” In: ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 1353. *E-book*.

69 PINTO, Céli Regina Jardim. *Op. cit.*, p.47-49.

70 TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. *A revolução das mulheres: Um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p.31

71 Nos Estados Unidos, os grupos de consciência (consciousness-raising groups) buscavam desenvolver o sentimento de irmandade/ sororidade a partir do compartilhamento de vivências individuais que, na discussão, adquiriam dimensão social sobre a opressão à mulher. No movimento feminista francês, esta prática foi chamada de vécu (vivido). Esse despertar da consciência está na base da noção de que o pessoal é político e foi uma marca do que se convencionou chamar de Segunda Onda Feminista. Ver: RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

próprio formato dos grupos do Rio de Janeiro e de São Paulo, em reuniões com pequenos grupos de mulheres sem uma pauta definida, apenas com um tema, seria uma inspiração do feminismo norte-americano.⁷² A partir do debate dos grupos, as mulheres perceberiam que os seus problemas não eram isolados, mas compartilhados por outras mulheres, transformando questões aparentemente individuais em coletivas.⁷³

À guisa de conclusão, gostaria de destacar esta consideração de Joana Maria Pedro sobre a especificidade do feminismo brasileiro:

Lutar no Brasil pela “liberação das mulheres”, no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as ideias, as propostas. Certamente foi esse cenário o principal responsável pela data “fundadora” de 1975. Aquelas que, anteriormente, estavam discutindo e formando uma nova feminilidade, não reconheceram como feministas as atuações de vários dos grupos que assim se denominavam, tornando a própria denominação “feminista” alvo de intensas disputas. A luta contra a ditadura e a busca por “conscientização” das camadas populares tornaram o movimento feminista e de mulheres uma maneira menos arriscada de realizar esse projeto.⁷⁴

1.1 Final da década de 1960 e década de 1970

A luta das mulheres neste período germinou em muitos lugares, alimentada pelas mudanças sociais envolvendo a participação econômica e política das mulheres. Algumas transformações já se faziam sentir na década de 1960, com a crescente preocupação com a situação da mulher no Brasil e a publicação de livros como o “Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, “A Mulher na Construção do Mundo Futuro”, de Rose Mari Muraro, “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, de Heleieth Saffioti, além da coluna de Carmen da Silva na revista Cláudia, “A arte de ser mulher”, inaugurada em 1963. Soma-se a isso, a vinda de Betty Friedan ao Brasil - autora de “A mística feminina” e presidente da National Organization of Women (NOW) - promovida pela editora Vozes, que traduziu o livro para

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.131-133.

72 A maior parte dos trabalhos enfatizam a construção destes grupos no Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. No entanto, Ana Rita Fonteles Duarte, Sarah Pinho da Silva e Elyssan Frota dos Santos problematizam isso, destacando a atuação destes grupos em todo o país, em estudo de caso sobre o feminismo cearense. Ver: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Sarah Pinho da; SANTOS, Elyssan Frota dos. Experiências e desafios da segunda onda feminista brasileira: organizações sob vigilância no Ceará. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (Orgs). *Mulheres de luta. Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p, 35-55. (ebook)

73 PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, vol.26, nº 52, p.250-272.

74 *Ibid.*, p.269

publicação em 1963. Nesta ocasião, a imprensa brasileira buscou ridicularizar a feminista estadunidense, associando o feminismo à queima de sutiãs, ao aborto e ao lesbianismo.

Moema Toscano e Miriam Goldenberg entrevistaram mulheres que participaram do movimento feminista da década de 1970 para um livro de balanço deste movimento. Chama a atenção que, ao serem perguntadas como se tornaram feministas, a maioria destacou que tinha receio de se identificar como tal e ficar marcada pela ridicularização e o preconceito que o termo carregava, algumas chegaram a destacar a atuação machista do Pasquim na entrevista feita a Betty Friedan.⁷⁵

No Brasil, o feminismo se tornou mais conhecido pela forte reação a ele, presente inclusive entre militantes de esquerda. As militantes que começaram a discutir essas ideias, faziam-no a partir da busca de transformação social. Para essas mulheres, tornar-se feminista se deu a partir de processos particulares e diferenciados. Setores da esquerda aderiram à luta armada como parte da luta contra a ditadura, inclusive mulheres e, mesmo que não o tenham feito por uma inspiração feminista, representaram uma transgressão ao comportamento social esperado delas. Depoimentos dessas militantes indicam que elas desenvolveram consciência do machismo sofrido ao serem relegadas à posição de coadjuvantes nas missões ou por ficarem responsáveis pelo trabalho e sustentação da casa, enquanto os homens ficavam livres para estudar e militar. As brasileiras residentes no exterior, sejam exiladas políticas ou estudantes, tiveram contato com o movimento de libertação das mulheres na Europa e nos Estados Unidos, contribuindo para a divulgação do mesmo no Brasil através de correspondências e publicações. Esta troca também é explicitada nos jornais feministas da época, como o Brasil Mulher, com a publicação de extratos de materiais do movimento feminista internacional e a divulgação dos grupos feministas que estavam sendo criados no Brasil.⁷⁶

As mulheres engajadas em organizações de esquerda do período eram, em geral, oriundas da pequena burguesia. Buscavam formação profissional, tinham o apoio de suas famílias para isso e se sentiam privilegiadas em termos de cultura, oportunidade e mesmo

75 TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. *A revolução das mulheres: Um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p.48-58.

76 O BM recebeu uma carta da Federação Democrática Internacional de Mulheres, com sede em Berlim. Disponível em: Brasil Correio. *BRASIL MULHER*, ano 1, n. 4, 1976, p.16. Feministas Espanholas se organizam. *BRASIL MULHER*, ano 2, n .6, p.10, 1976. ; Na Itália, as mulheres manifestam-se nas ruas. *BRASIL MULHER*, 1976, ano 2, n.6, p.11; Mulheres Brasileiras na Bélgica, *BRASIL MULHER*, ano 2, n .7, 1977, p.4; As baianas se organizam. *BRASIL MULHER*, ano 2, n.7, 1977, p.4; Carta do Grupo de Brasileiras na Bélgica. *BRASIL MULHER*, ano 2, n 7, 1977, p.16; só para mencionar algumas trocas internacionais e divulgação da criação de novos coletivos de mulheres no país.

condições socioeconômicas. As que aderiram à luta armada eram, em sua maioria, jovens universitárias na faixa dos 20 anos. Diferenciavam-se das demais garotas de sua idade na atuação no movimento estudantil, no questionamento à virgindade, ao não casarem. As relações familiares e/ou afetivas contribuíram para o engajamento político de muitas dessas jovens, assim como os acontecimentos políticos e o clima revolucionário dos locais que frequentavam. Comprometimento, coragem, priorizar o coletivo, enfrentar qualquer dificuldade pela causa revolucionária eram princípios que almejavam desenvolver.

Essas mulheres enfrentaram diversas contradições de gênero na clandestinidade ao ter que cuidar do trabalho remunerado para que os companheiros estudassem, ao serem encarregadas de garantir a aparência de um lar normal para não suscitar a desconfiança dos vizinhos, assim como eram frequentemente limadas da participação em ações armadas. Sob alegação de cuidado com a segurança, tinham seus namoros controlados pelos dirigentes. No exílio, essas contradições se tornaram ainda mais perceptíveis.⁷⁷ Concomitantemente, elas puderam acompanhar os movimentos de liberação das mulheres nos países centrais do capitalismo. Essa troca e o esforço de divulgação de materiais de formação diversos circulando dentro e fora do país alimentaram as discussões dos primeiros grupos de reflexão no Rio de Janeiro e em São Paulo.

1.2 Brasileiras no exílio

Segundo Goldberg, enquanto os homens eram nutridos pelo “mito do herói revolucionário”, o que facilitava a sua inserção no exterior e diminuía o sentimento de perda de identidade, as mulheres exiladas sofriam com dificuldade de inserção social, perda de identidade e preconceitos contra imigrantes, considerados de baixo nível cultural e baixa extração social. As exiladas tinham que buscar empregos pouco qualificados e desvalorizados para garantir a sobrevivência familiar. O mergulho forçado nesta realidade social e o contato com mulheres mobilizadas contra questões naturalizadas pelo machismo brasileiro – dupla jornada de trabalho e assimetrias de sexo – contribuiu para que as brasileiras reconhecessem a opressão de gênero.

77 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.163-164

Ao analisar diferentes gerações de exiladas, de 1964 a 1968, de 1969 a 1973 e a partir de 1974, Goldberg identifica especificidades entre essas militantes e as motivações para o exílio. A primeira geração de exiladas era composta majoritariamente por mulheres que saíram do país acompanhadas por seus companheiros devido à perseguição, pressão política, medo ou precaução, rumando para Uruguai, Chile, México, Argentina, França, Argélia, Bélgica, Alemanha, Suíça, Itália, União Soviética, Polônia e Estados Unidos. Os acontecimentos no Chile, com a vitória de Salvador Allende e o golpe militar, marcaram as gerações posteriores. O Chile foi um destino privilegiado entre os(as) exilados(as) no período de 1969 a 1973. Outros(as) brasileiros(as) buscaram refúgio nos Estados Unidos, França, Itália e Inglaterra, onde formavam uma comunidade e, por vezes, conviviam com exilados(as) da primeira geração. Entre as exiladas, além das que acompanharam seus companheiros, também havia ex-prisioneiras políticas e militantes da luta armada que começaram a se defrontar com a identidade de gênero. A solidariedade entre brasileiras no Chile se consolidou no Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado por Zuleika Alambert.⁷⁸ A terceira geração de exiladas foram as militantes que fugiram do golpe militar no Chile, fugindo para o Canadá, França, Bélgica, Suíça, Suécia, Dinamarca, Alemanha, Portugal, Moçambique e Guiné Bissau.⁷⁹ Havia notícias de formação de grupos para discutir a questão feminina em Portugal, Alemanha, Suécia e Itália. No entanto, os grupos mais expressivos e dos quais pesquisadoras conseguiram obter informações atuavam na França, com destaque para o Grupo Latino-Americano de Mulheres, em 1972; o Grupo de Estudos/Comitê em 1974; e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, criado em 1976.⁸⁰

1.3 Grupo Latino-Americano de Mulheres

Danda Prado, ex-militante comunista e filha de Caio Prado Júnior, viajou à Paris em 1970 para fazer a sua tese de Doutorado, onde entrou em contato, através de Simone de Beauvoir, com o Movimento de Libertação das Mulheres.⁸¹ Em 1972, atuou na organização de um grupo de mulheres latino-americanas em Paris, cujas reuniões eram realizadas no subsolo

78 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.69.

79 *Ibid.*, p.65.

80 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.127.

81 *Ibid.*, p.129.

de um bar. Essas mulheres enfrentaram a resistência da Frente de Brasileiros no Exílio, da qual participavam seus próprios namorados/maridos, que ameaçou retirar o apoio às famílias cujas mulheres participassem das reuniões do comitê por considerarem-no apolítico e sem importância para a luta contra a ditadura brasileira.⁸² Nas palavras de Danda Prado em entrevista a Elizabeth Cardoso em 13 de novembro de 2003:

O Front declarou que o grupo Nosotras não podia continuar, pois estava pondo as mulheres contra os homens nos casamentos e nas ligações e que isso desajustava a vida dos companheiros. A proibição do Front foi oficial e aconteceu por volta de 75. A proibição era justificada porque, segundo eles, tinha caso de gente entrando em depressão pessoal, querendo se separar. As mulheres pararam de ir, vieram até mim contar que dependiam do Front para tudo e não podiam correr o risco de ficar sem apoio. O Grupo Front Brasileiro, formado por homens e mulheres brasileiros, não era representante do Partido Comunista, mas era apoiado pelo Partido Comunista Francês. Ele ajudava quem estivesse nas organizações. Então, era uma forma deles se manterem a par do que estava acontecendo no Brasil politicamente e também uma forma de atuar junto ao governo para obter entrada de crianças na escola, encontrar apartamento e trabalho, tudo era o Front que conseguia. Então tinha gente que nunca tinha sido de esquerda, mas que tinha participado contra a ditadura e era apoiado. E quase todos os grupos brasileiros de esquerda tinham representantes no Front: VPR, MR-8, PCdoB e pessoas independentes. Eu participava do Front na questão cultural, porque era ligada ao MR-8, trabalhava pelo MR-8 para atividades culturais do Front. Por exemplo, a peça que a Norma [Benguell] representou lá, montado pela Gilda Grilo, foi apoiada pelo Front. O Front era uma espécie de selo para os brasileiros exilados e vinculados a uma oposição à ditadura. O Front era uma espécie de garantia e, para as pessoas dos grupos, era uma garantia de atendimento médico, de documentação, de tudo. Essa era a função do Front. E eles proibiram a participação das mulheres no Nosotras e no Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris: quem participasse do Nosotras estaria fora da rede de ajuda do Front, não teria mais ajuda. Depois da proibição do Front, o Nosotras continuou, mas com grande número de hispânicas. Depois sofremos outra divisão, porque o grupo de venezuelanas era grande (umas 10 mulheres) — e elas foram participar de um outro grupo de origem boliviana, fundado pela Elizabeth Burgos, com tendência claramente partidária.⁸³

O Grupo Latino-Americano de Mulheres passou a divulgar as ideias feministas, inspirado pelo Movimento de Libertação das Mulheres francês (Mouvement de Libération des Femmes - MLF), e participou de uma rede de correspondência entre vários países, inclusive o Brasil. Deste trabalho surgiu o boletim bilíngue, em português e espanhol, “Nosotras”, em janeiro de 1974, que não tinha a intenção de ser porta-voz do grupo, mas um material de divulgação do feminismo. O boletim, sob responsabilidade de Danda Prado, Mariza Figueiredo, Clélia Piza, entre outras, continuou a ser publicado até 1976, mesmo depois do desaparecimento do Grupo. A maior parte das leitoras do “Nosotras” era brasileira. O boletim era trazido ao Brasil por Mariza e sua prima de São Paulo, que o distribuía pelo correio

82 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.70-71.

83 CARDOSO, Elizabeth. IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA PÓS-1974. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (N.E.), p. 37-55, set-dez/2004, p.42-43.

nacional.⁸⁴ Nas discussões iniciais do grupo polarizavam-se a relação entre luta de mulheres e luta de classes, com militantes mais interessadas em discutir questões sobre sexualidade, enquanto outras optavam pela discussão política geral, especialmente sobre a ditadura, além de bandeiras como a legalização do aborto e igualdade salarial para o mesmo trabalho. Também eram motivos de divergências temas sobre a homossexualidade, alvo de muito preconceito, e a não participação de homens. O feminismo dessas mulheres foi construído a partir do quadro teórico de referencial marxista e do feminismo europeu.⁸⁵

1.4 Comitê de Mulheres

Exemplificando o terceiro período de exílio, com o encontro de mulheres de diferentes gerações e trajetórias buscando se integrar aos movimentos de libertação da mulher, surgiu o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, em 1976.

Zuleika Alambert criou o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior em Santiago, a pedido do PCB e apoiado por diversos grupos políticos brasileiros como uma forma de aprender com a construção do socialismo no Chile e organizar mulheres familiares de militantes exilados. Prevalencia neste comitê a noção de que o papel da mulher seria cuidar da família, das crianças e da paz. Depois do golpe de Pinochet, Zuleika Alambert se exilou em Paris em 1974. Lá, depois de entrar em contato com o Grupo de Mulheres Latino-Americanas, cujo feminismo não a contemplava, buscou formar o Comitê de Mulheres, que acabou reunindo muitas intelectuais. A sua configuração adquiriu o formato de um grupo de estudos com hegemonia do PCB e do grupo Debate. A curiosidade e a procura por se aproximar das discussões e práticas do MFL logo encontrou a resistência das militantes pertencentes às organizações supracitadas. Se em um primeiro momento o Comitê de Mulheres atraiu militantes insatisfeitas com o Grupo Latino-Americano de Mulheres e a sua porosidade ao feminismo francês, estas logo desenvolveram críticas à impermeabilidade do Comitê às ideias feministas. Tais conflitos também se expressavam na dicotomia entre reforma e revolução e na oposição entre esquerda tradicional versus nova esquerda.⁸⁶

84 CARDOSO, Elizabeth. IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA PÓS-1974. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(N.E.), p. 37-55, set-dez/2004, p, 73.

85 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.133-135.

86 *Ibid.*, p.136-137.

A discussão sobre a integrar o Comitê de Mulheres nas atividades do Ano Internacional da Mulher da ONU motivou um racha entre militantes que defendiam a participação e as que analisavam a iniciativa como um enquadramento burguês do movimento feminista para levar uma política de controle de natalidade aos países subdesenvolvidos. Dissidentes do Comitê eram oriundas do Grupo Campanha, fundado no exílio no Chile e que se identificava com a Liga Comunista Revolucionária, vinculada à Quarta Internacional, acompanhando as publicações desta sobre o MLF, além de passar a atuar com o Movimento de Liberação do Aborto e da Contracepção. Ao saírem do Comitê de Mulheres, criaram o Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias (GBMR), que foi o embrião do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.⁸⁷

1.5 Círculo de Mulheres Brasileiras

O documento “Por uma tendência feminina revolucionária”, assinado pelo “Grupo de Mulheres Brasileiras Revolucionárias” em 1976, marcou o início do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, com 20 integrantes. Reivindicavam um movimento autônomo de mulheres com base na luta de classes, mantendo o compromisso com a esquerda, a forma de organização em grupos de consciência/reflexão, assim como propunham a constituição de uma tendência revolucionária para atuar no movimento de mulheres no Brasil.⁸⁸ Denunciavam o desrespeito aos direitos humanos dos presos políticos brasileiros, as torturas, destacando as condições a que estavam submetidas as presas políticas, além de lutar pela anistia.

As reivindicações listadas pelo Círculo, inclusive aborto e contracepção livre e gratuita, deveriam, na opinião dessas mulheres, ser absorvidas pela plataforma dos trabalhadores em geral:

“(…) consideramos que é necessário desde já lutar para exigir a igualdade dos sexos e questionar nossa dominação, imposta pela sociedade de classes. Sabemos que a nossa liberação não será alcançada dentro do sistema, mas a luta começa de hoje. Começa por algumas reivindicações imediatas que dão as condições mínimas para a nossa emancipação:

- mesma educação para meninos e meninas;
- igualdade de acesso à formação profissional;
- não aos trabalhos só para mulheres;

87 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.138.

88 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.146.

- por um trabalho igual e salário igual;
- garantia de trabalho levando em conta a maternidade;
- creches e refeitórios nos locais de estudo e trabalho e nos bairros;
- aborto e contracepção livres e gratuitos;
- retirada da imagem da mulher para fins publicitários.

Todas essas reivindicações imediatas são importantes de serem levadas desde hoje e elas têm condição de ser absorvidas pelas plataformas de luta dos trabalhadores em geral.

Nosso programa pode e deve ser parte integrante do programa socialista, programa que levará a classe operária à vitória.”⁸⁹

É importante ressaltar que, enquanto no Brasil alguns grupos feministas estavam preocupados em organizar as mulheres para que atuassem na luta de classes, discutindo temas mais gerais da conjuntura, o Círculo propõe um movimento em via de mão dupla: um feminismo que abraça a causa da classe trabalhadora, dialogando com sindicatos e partidos para também adotarem as reivindicações das mulheres.

O círculo funcionava a partir de subgrupos que discutiam temas como: discriminação da mulher na educação; imagem feminina na arte e na publicidade; trabalho feminino; experiências pessoais e questões relacionadas a maternidade, sexualidade, exílio; além de outros temas discutidos pelo movimento feminista francês. Tratavam-se de práticas para dentro e para fora.

Em julho de 1976, o estupro de uma brasileira na Bélgica gerou mobilizações do Círculo de Mulheres de Paris. Mas foi a partir do encontro *Faroles aux Femmes de l'Amérique Latine*⁹⁰, em março de 1977, organizado pelo Jornal Information des Femmes, que as atividades do Círculo vieram ao público, marcando o seu crescimento e legitimação na colônia brasileira em Paris e o desenvolvimento de diversas atividades com o intuito de: ampliar para cada vez mais brasileiras; estabelecer laços com o movimento feminista no Brasil com o envio de material e divulgação das publicações brasileiras no exterior; contribuir para criar um clima de solidariedade internacional às mulheres brasileiras; buscar o intercâmbio de experiências com o movimento feminista internacional, especialmente o francês; estreitar laços com outros grupos de brasileiras e latino-americanas exiladas na

89 (Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias, 1975: 7-8) In: GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.146-147.

90 Em uma tradução livre: Luzes sobre as mulheres da América Latina ou Apresentando as mulheres da América Latina.

Europa; contribuir com o debate sobre corpo e sexualidade; ter um esforço constante de reflexão teórica com a revisão das memórias coletivas do Círculo.⁹¹

O Círculo chegou a reunir centenas de brasileiras na faixa dos 30 anos. A coordenação era rotativa e composta por um membro de cada subgrupo, as assembleias gerais eram mensais. Duas orientações predominavam entre as militantes do Círculo: a vertente da luta de classes do movimento francês, que defendia uma “dupla militância”, tendo contribuído com textos para os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres; a vertente minoritária, composta por mulheres mais jovens sem experiência de militância, que enfatizavam discussões sobre as experiências pessoais e sexualidade.⁹²

Através do envio de correspondências, o Círculo se fez conhecer no Brasil, assim como pela passagem de brasileiras em Paris. Tendo sido muito importante para o retorno dos(as) exilados(as) a partir de 1979, com a lei da anistia: “O que sabemos é que, de retorno aos vários estados de onde provinham, as ex-integrantes do Círculo criaram grupos de mulheres ou integraram os já existentes, imprimindo-lhes novas direções e até, em alguns casos, provocando fracionamentos e criando novos grupos.”⁹³

Ribeiro identifica semelhanças entre o Grupo de Mulheres Latino-Americanas e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, ainda que esses grupos não tenham coexistido, uma vez que o primeiro acabou antes do segundo se organizar. Ambos tinham reuniões de grupos de consciência/reflexão, além de assembleias/plenárias mensais. Os dois grupos refletiam sobre a especificidade da opressão das mulheres nos seus países de origem a partir de um referencial marxista. Ambos tinham proximidade com o MLE, ainda que em momentos distintos de sua atuação.⁹⁴

Diferenciavam-se, no entanto, na organização interna. O Grupo não tinha direção ou hierarquia, enquanto o Círculo estabeleceu critérios de participação e normas de funcionamento. Reuniam-se em subgrupos semanais, realizavam assembleias mensais, grupos de trabalho eram responsáveis pelos encaminhamentos, tinha uma encarregada das finanças,

91 Círculo de mulheres brasileiras, documento distribuído numa jornada organizada pelo Comitê Brasil- Anistia em junho de 1977. In: GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.148-149.

92 *Ibid.*, p.150.

93 *Ibid.*, p.152.

94 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.145.

uma presidente e uma secretária das plenárias responsável pelas atas e faziam rodízio na coordenação. Discutiam Simone de Beauvoir, Evelyn Reed, Elena Belotti, Flora Tristan, August Bebel, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Sheila Rowbotham, Juliet Mitchell, além de revistas produzidas pelo MLF. As reflexões de Rowbotham e Mitchell se destacavam nestas leituras ao apontarem as limitações na abordagem socialista sobre a questão da mulher.⁹⁵

Goldberg ressalta que alguns aspectos da história do Círculo que trazem reflexões sobre a constituição do feminismo carioca no pós-abertura. O primeiro é a ausência da tendência radical, não por exclusão, mas porque as remanescentes do Grupo Latino Americano de Mulheres e do boletim *Nosotras* que se identificavam com esta tendência teriam encontrado um lugar de atuação em grupos do movimento feminista internacional onde não era predominante a identidade com a esquerda. O segundo aspecto está relacionado com o primeiro, porque a ausência das feministas radicais fez com que a “nova esquerda feminista” brasileira passasse a reivindicar ideias de dupla militância e de movimento autônomo, mantendo a hierarquia entre “lutas gerais e específicas”.⁹⁶

1.6 O movimento feminista no Rio de Janeiro e a criação do Centro da Mulher Brasileira

Todas no CMB se diziam feministas, mas defendiam um feminismo diferente daquele dos países desenvolvidos: aqui, tratava-se de lutar pela causa das outras mulheres, de salvar as operárias, cuja causa era mais importante do que a nossa, já que tínhamos comida, casa e instrução. Era engraçado, tinha até gente que saía vomitando se se falasse em aborto; não se podia falar em problemas pessoais, todas se diziam bem e felizes, quem tinha problemas eram as operárias, as outras mulheres, uma dissintonia total com a realidade!⁹⁷

Abrimos o Centro da Mulher Brasileira, fazíamos reuniões de quinze em quinze dias nas tardes de sábado, ia aquela mulherada toda para lá. Começamos a falar da nova pauta, a grande novidade da segunda onda foi a nova pauta. A nova pauta que falava de direitos reprodutivos, sexualidade, aborto, contracepção e violência. É a pauta que temos hoje. A preocupação com a violência começou naquele tempo. O centro era um lugar de convergência. Os grupos de reflexão foram sustentáculo da militância.⁹⁸

95 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 146-147.

96 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.153

97 Entrevistada 3. In: *Ibid.*, p.113.

98 Entrevista de Comba Marques Porto. In: ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 1695-1701. *E-book*.

No início da década de 1970, a discussão sobre o movimento feminista se dá a partir de grupos de reflexão mais intimistas, formados por relações pessoais de amizade. Mas a experiência desses grupos de reflexão não era alheia às militantes que participaram de organizações do movimento estudantil, assim como também foram alimentadas por redes de resistência clandestinas.⁹⁹ Goldberg menciona alguns desses grupos, inclusive um cuja experiência deste tipo de organização se deu no exterior. Em âmbito mais restrito, um pequeno grupo de brasileiras em Berkeley, nos Estados Unidos, formou um grupo de consciência no início dos anos 1970. A partir desta experiência, Branca Moreira Alves disse ter tomado consciência do que significava ser mulher e tomou a iniciativa de montar um grupo de reflexão com mulheres de diferentes idades. Conforme o relato de Branca Moreira Alves, no seu retorno ao Brasil, o primeiro desses grupos se reuniu em 1972 com mulheres de 25 a 35 anos, com formação universitária, e outro grupo com senhoras de mais de 45 anos, participantes da Ação Católica dos Meios Independentes, do qual fazia parte a mãe de Branca. O relato de Branca destaca que tinha uma divergência geracional entre os grupos. Em reuniões conjuntas dos dois grupos, com 25 a 30 pessoas, as universitárias deixavam as mais velhas inibidas pela sua formação e conhecimento, enquanto as mais velhas não permitiam que elas discutissem temas como sexualidade. As reuniões coletivas deixaram de acontecer paulatinamente e apenas o grupo das mais jovens se manteve e aglutinou outras mulheres. Eram aproximadamente 10 mulheres participantes do grupo até 1975.¹⁰⁰

Outra entrevistada por Goldberg, Maria Luiza Heilborn (Malu) comenta um grupo do qual participaram jovens universitárias por volta dos 20 anos, estudantes da PUC, que discutia literatura feminista, material enviado pela prima de uma das participantes (Marhel – Maria Helena Darcy de Oliveira) que estava exilada na Suíça. Leram *La Cause de Femmes*, de Gisèle Halimi, Simone de Beauvoir, Ti-Grace Atkins, Sheila Rowbothan, entre outras. Na entrevista de Maria Luiza Heilborn, citada por Anette Goldberg, há um comentário sobre a experiência de militância e como o feminismo era mal visto neste meio:

Eu militava no Diretório, mas o que me dava realmente identidade era o feminismo, o que aliás era super mal visto na época. Era como se eu tivesse abandonado a luta de classes para adotar a luta de sexos. Eu não tinha feito isso, mas dentro do Diretório sentia-me discriminada, como se tivesse passado a ser alguém em luta por uma revolução íntima, pessoal. Continuava a fazer grupos de estudos sobre O Capital e a revolução na América Latina, mas na verdade era essa literatura feminista que me

99 ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1991, p.89.

100 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.101.

aparecia como uma descoberta, um novo filão de explicação do mundo. Do ponto de vista sociológico, era como se eu tivesse aberto uma porta e tivesse apenas de entrar, para compreender o que se passava.¹⁰¹

Conforme dito anteriormente, a instituição pela ONU do Ano Internacional da Mulher em 1975, vista pelos movimentos de libertação da mulher nos países centrais do capitalismo como uma tentativa de “neutralizar” o feminismo, abriu um campo de possibilidades durante a ditadura brasileira. Nesta ocasião, esses grupos se articularam para divulgar o feminismo com o patrocínio da ONU. Formou-se uma comissão, entraram em contato com Carmen da Silva, da revista *Cláudia*, e passaram a organizar o evento “Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira”, no Rio de Janeiro, que seria realizado na semana de 30 de junho a 06 de julho de 1975. Teriam ocultado o termo “feminista” para evitar medos e alardes, a mesma motivação residiu na preocupação de garantir homens na programação.¹⁰²

No relato de Branca Moreira Alves, em entrevista concedida a Goldberg, ela comenta que, no início do encontro, as mesas tinham aproximadamente 40 participantes, enquanto na sessão de encerramento compareceram 300 pessoas. Durante a realização do evento, uma moça na plateia sugeriu que as mulheres se reunissem um pouco antes e depois das mesas. Dessas reuniões surgiram propostas de organizar grupos. A elaboração do manifesto do encontro falava de tudo. Na entrevista feita por Goldberg a Malu, esta destaca a participação de pessoas da esquerda querendo aproveitar o espaço; assim como mulheres que se recusaram a utilizar o termo feminista porque era entendido como sinônimo de “sapatão”.¹⁰³

Neste evento, foi criado o Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro, que Anette Goldberg considera a primeira associação neofeminista do período. O documento de conclusões e encaminhamentos do Seminário apontava que a inferiorização da mulher seria oriunda de condições econômicas e culturais e deveria considerar a realidade de um país subdesenvolvido dividido em classes sociais. Faltariam às mulheres oportunidades de emprego e foram criados estereótipos sobre o papel social da mulher para enfatizar a sua suposta fragilidade, a atuação exclusiva como mãe e “rainha do lar” e incentivar o preconceito masculino colocando a mulher como concorrente no mercado de trabalho. A partir da alienação da mulher sobre a sua própria realidade, ela passaria a reproduzir papéis de opressão enquanto mãe e/ou educadora. Os papéis sexuais não eram naturais, mas aprendidos pelas

101 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.101

102 *Ibid.*, p.96-102.

103 *Ibid.*, p.104.

crianças desde a mais tenra idade. O sistema escolar contribuiria para reforçar os papéis sexuais e a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, assim como meios de comunicação, livros de recreação, teatro, cinema e televisão. A discriminação da mulher também ocorreria na legislação, a exemplo da trabalhista, e estavam presentes em pesquisas no campo da medicina, deixando as mulheres com o ônus de assumir a sua sexualidade e métodos contraceptivos. Seria preciso combater formas de marginalização da mulher, que afetavam a mãe solteira, a homossexual, a prostituta, entre outras. Além de compreender que a discriminação da mulher negra era ainda mais complexa, já que ela sofria o preconceito racial, além da opressão por ser mulher. Seria preciso acabar com a dicotomia entre família e trabalho, os encargos com os filhos deveriam ser dos pais e da sociedade. Caberia às mulheres lutar pelo fim de sua opressão. O documento apresenta como conclusões e propostas:

Diante deste quadro nós, mulheres brasileiras, concluímos que:

1. A luta pela libertação da mulher não deve ser desvinculada da luta pela libertação do ser humano em geral.
2. O primeiro passo será a tomada de consciência pela mulher de sua posição dentro da realidade socioeconômica em que vive, havendo para isso necessidade de um amplo trabalho de reeducação.
3. Para tanto, é necessário que as mulheres se organizem e possam manifestar livremente o seu pensamento, numa ampla frente para discutir, reivindicar e se lançar num programa de ações concretas.
4. Esse programa de ações concretas pressupõe como tarefa mínima a formação de grupos para discussões, estudo e encaminhamentos de seus problemas concretos.

Neste Ano Internacional da Mulher aderimos a todos aqueles que no mundo inteiro lutam contra as formas de opressão e discriminação.

(...)

Propostas:

1. Propomos a criação de um Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira que obedecerá a seguinte estrutura:

- a) um centro de estudo, reflexão, pesquisa e análise;
- b) um departamento de ação comunitária para tratar concretamente e a nível local dos problemas da mulher.

O objetivo principal do centro será combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais para que ela possa exercer o seu papel insubstituível, e até agora não assumido, no processo de desenvolvimento.

A nossa primeira etapa de ação será a aquisição de uma sede, personalidade jurídica, estatuto e o apoio ao maior número possível de mulheres a quem pedimos filiação.

2. Decidimos pela criação de um jornal que terá como a veiculação e divulgação dos problemas reais da mulher no sentido de criar uma consciência nacional de sua condição.¹⁰⁴

104 Documento “Análise geral e conclusões finais do Seminário-Pesquisa sobre O Papel e do Comportamento da Mulher Brasileira, patrocinado pelo Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa (30 de junho/6 de julho de 1975)”. Disponível em: TOSCANO, Moema; GOLDENGERG, Miriam. *A revolução das mulheres: Um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro:

Apesar de Rose Marie Muraro não ter participado do encontro, ela conseguiu uma verba junto à ONU para fundar o Centro da Mulher Brasileira (CMB), o que se deu em assembleia geral em 03 de agosto de 1975.¹⁰⁵ O primeiro colegiado do CMB foi composto por: Moema Toscano, Branca Moreira Alves, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (Santinha), Maria Luiza Heilborn, Maria Luiza d’Aboim Inglês, Maria Emília Carvalho da Fonseca, Vera Maura Fernandes de Lima, Sandra Maria Azeredo Boshi e Berenice Fialho Moreira.¹⁰⁶

Goldberg relaciona as fases do CMB à predominância de tendências feministas. Da fundação em 1975 até o começo de 1977, identificou três vertentes de contorno tênue, porque o debate teórico era inexistente e as divergências não eram explícitas: o feminismo radical, o feminismo liberal e o marxismo ortodoxo. Cabe salientar que essas tendências não atuavam como grupos internamente, mas eram perceptíveis em depoimentos, documentos internos e boletins. O clima de “paranoia”, no qual era preciso manter a unidade e o consenso para sobreviver, teria contribuído para evitar uma atuação mais marcada de cada uma. No entanto, esse processo teria gerado um estrangulamento interno, provocando desilusões e desgastes entre as sócias do CMB. Sem fazer o debate abertamente, as diferenças entre essas concepções teóricas eram expressas em divergências sobre questões de estrutura, a forma de organização e as denominações. Isso coincide com a periodização de Pintanguy e Alves, que identificam o período de 1975-1976 como uma fase de regularização jurídica e instalação de uma sede do CMB, assim como um momento de formação dos grupos de reflexão e de trabalho, com a organização de debates e pesquisas para divulgação de ideias feministas e para fazer um levantamento sobre as condições de vida das mulheres, cujos dados serviriam para pensar uma estratégia de ação.¹⁰⁷

Sobre a estrutura e a forma de organização, as diferenças eram entre as adeptas dos grupos de consciência de funcionamento espontâneo e fluido, em oposição a criar personalidade jurídica, coordenação e centralização das atividades. No entanto, foi vencedor o argumento que defendia a necessidade de uma estrutura legal e institucional para fazer

Revan, 1992, p.114-115.

105 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.108.

106 TOSCANO, Moema; GOLDENGERG, Miriam. *A revolução das mulheres: Um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p.35.

107 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 1701-1707. *E-book*.

reuniões e atividades durante a ditadura.¹⁰⁸ Outro ponto de discordância foi sobre adotar o termo feminista no nome, recusado por ser estigmatizado e “sinônimo de homossexual”. Tampouco utilizaram “movimento de libertação” ou diferenciavam “movimento feminista” de “movimento de mulheres”.

No estatuto do CMB, há a referência a grupos de reflexão, em vez de grupos de autoconsciência, este termo era utilizado pelos movimentos de libertação das mulheres na Europa e nos Estados Unidos para um espaço de reflexão sobre as experiências individuais das participantes. O argumento foi de que “autoconsciência” poderia ser identificada com militância política. Na prática, Goldberg avalia que a autoconsciência era pouco valorizada e os grupos de reflexão teriam passado a ser mal vistos, considerados burgueses, assim como a questão da sexualidade era evitada.

A nível internacional, correntes ligadas ao feminismo radical defendiam que a instituição do patriarcado originou as desigualdades sexuais e a opressão das mulheres. Shulamith Firestone, autora de “A dialética do sexo” (1971), traduzido e publicado no Brasil em 1976, é a primeira grande teórica do feminismo radical materialista e identifica como origem das desigualdades entre os sexos a esfera da reprodução; enquanto as variantes idealistas do feminismo radical enfatizariam a influência das culturas masculina e feminina na formação de comportamentos. Para o feminismo radical, a luta principal seria de libertação a nível individual/cotidiano e social. A luta contra as práticas autoritárias e opressoras em todas as instâncias da vida seria necessária para mudar a ordem social, defendendo a “conquista da autonomia” em todas as dimensões da existência e pela livre disposição do corpo (controle sobre a sexualidade e sobre a reprodução). As mulheres precisariam se valorizar como seres femininos, estabelecendo laços de irmandade de gênero e, para isso, os grupos de autoconsciência seriam fundamentais.¹⁰⁹

O feminismo herdeiro do liberalismo está fundado na promoção de valores individuais, com políticas de ação positiva para reduzir desigualdades.¹¹⁰ Considera que as diferenças entre homens e mulheres são culturais e não naturais, as mulheres seriam vítimas da “defasagem entre os direitos naturais”, a igualdade entre raças e sexos expressa na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Defende a luta pela igualdade dos sexos,

108 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Libertação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.109.

109 *Ibid.*, p.110-111

110 HIRATA, Hirata (Org.), LABORIE, Françoise (Org.), LE DOARÉ, Hélène (Org.), SENOTIER, Danièle (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2009, p.147.

com a conquista de direitos políticos e a supressão de todas as formas de discriminação sexual, enfatizando possibilidades de emancipação pessoal para mulheres. Organiza-se através de movimentos de pressão para a conquista de direitos civis e espaços públicos de atuação. Os grupos feministas eram vistos como um local de fortalecimento mútuo de “novas mulheres”, um espaço de individuação. As feministas liberais buscavam se reapropriar do legado histórico feminista.¹¹¹

Goldberg atribui o artigo “A mulher no código Civil” como manifestação do feminismo liberal do CMB, que defendia que as desigualdades sexuais e discriminações seriam oriundas de uma inadequação do processo de desenvolvimento e modernização social desde o código civil de 1916. Esta legislação atrasada teria se perpetuado junto com os hábitos e valores culturais igualmente obsoletos, apesar das mudanças já existentes na mentalidade feminina. A concepção liberal também estaria presente em relato sobre a experiência dos grupos do CMB para o fortalecimento individual das participantes.¹¹²

Por fim, o que Goldberg denomina “marxismo ortodoxo” seria a corrente de pensamento que identifica a origem da opressão da mulher no sistema capitalista de produção. Na compreensão de Goldberg, para Engels, a emancipação das mulheres dependia do seu acesso ao trabalho assalariado e na sua participação na luta pelo socialismo, enquanto Lênin considerava o trabalho doméstico como desvalorizante e defendia a construção de creches, lavanderias públicas, onde as mulheres seriam assalariadas. Nessa concepção, o movimento de mulheres seria um setor do partido revolucionário de vanguarda que deveria conscientizar as trabalhadoras para a luta por uma sociedade sem classes. Esta noção estaria presente na ênfase nas publicações do CMB de que mulher não é classe, que não está em luta contra os homens, além de destacar a importância do trabalho e da sindicalização feminina.

Das tendências identificadas por Goldberg, o feminismo liberal teria sido a predominante na primeira fase do CMB, que recuperou a ideia dos primeiros grupos de consciência do feminismo radical, tornando compatíveis as atividades desenvolvidas pelo Centro e as reflexões sobre si mesmas. As feministas radicais se isolaram, enquanto as marxistas eram minoritárias, com uma intervenção partidária camuflada, vindo a se consolidar no CMB-RJ a partir de 1977.¹¹³ Um exemplo sobre a tentativa de contemplar diferentes

111 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.114-115.

112 *Ibid.*, p.116.

113 *Ibid.*, p.118.

tendências políticas internas no CMB teria sido a crítica ao Programa de Prevenção à Gravidez de Alto Risco do governo. Oposição compreendida por Goldberg como um reflexo da necessidade de não ser incompatível com as pautas da Igreja Católica contra o planejamento familiar e controle da natalidade, e de outro, a vontade de debater temas sobre contracepção e aborto, bloqueados por razões políticas.

Em relação à atuação política, o reconhecimento da dupla jornada de mulheres colocou a questão das creches como uma demanda importante. Um grupo de estudos levantou os serviços oferecidos e suas carências. Este estudo foi apresentado no Congresso para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional sobre o trabalho feminino, sugerindo a criação de creches comunitárias e que a Delegacia Regional do Trabalho se manifestasse sobre a ausência de fiscalização do Decreto nº 16.300, que determina a criação de creches nas empresas com mais de 30 trabalhadoras.¹¹⁴

A discriminação às mulheres na legislação também levou à formação do grupo de estudos para análise dos Códigos Civil, Penal e Consolidação das Leis do Trabalho. Esse grupo fez um trabalho fundamental de denúncia da discriminação, tendo sido convidado para depor na CPI da Reforma do Código Civil da Câmara dos Deputados no final dos anos 1970, onde apresentou emendas sobre família e casamento.¹¹⁵

O CMB se apresentou ao público pela primeira vez com a organização do 08 de março de 1976¹¹⁶, quando promoveu uma mesa de debates sobre a situação jurídica da mulher na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio de Janeiro. Além disso, participou na organização da festa “Realidade Mulher” de encerramento o Ano Internacional da Mulher, no Museu de Arte Moderna do Rio. A ocasião foi marcada por palestras, exposições de arte e de livros feministas, painéis sobre a imagem da mulher na publicidade e na literatura, espaços infantis de arte, dança e teatro. Outras atividades desenvolvidas pelo CMB em 1977 e 1978 foram: I Encontro da Mulher que Trabalha, no Sindicato dos Aeroviários do Rio de Janeiro,

114 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 1701-1707. E-book.

115 *Ibid.*, posição 1713. E-book.

116 A instituição do 08 de março como Dia Internacional da Mulher foi uma proposta de Clara Zetkin na II Conferência Feminina da Internacional Socialista de Mulheres, realizada na Dinamarca em 1910, tendo sido incorporado pelo movimento feminino operário até a década de 1920. Depois de um período de esquecimento, a data foi retomada pelo movimento feminista a partir de meados do século XX. No Brasil, a primeira comemoração da data se deu em 1947, organizada pelo Instituto Feminino de Serviço Construtivo, dirigido por Alice Tibiriçá. Com o golpe empresarial militar de 1964, houve uma interrupção das comemorações, tendo sido retomadas pelo movimento feminista em meados da década de 1970. Fonte: BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e memórias – Movimento Feminista no Brasil*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010, p.9-10.

comemoração ao 08 de março de 1977, e II Encontro da Mulher que Trabalha, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em maio de 1978.¹¹⁷

O relatório de 3 anos de atividade do CMB destacou o I Encontro da Mulher que trabalha como um marco nas orientações do movimento feminista:

A partir de março de 1977, com a realização do “I Encontro da mulher que trabalha”- como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher – iniciou-se um movimento de “sair de si”, estando mais atento ao conjunto das reivindicações da sociedade civil, tentando fazer do Centro da Mulher Brasileira uma associação mais atuante, respondendo melhor aos acontecimentos nacionais através da colocação da problemática da mulher e em especial da mulher que trabalha no cenário político da nação.¹¹⁸

O I Encontro da Mulher que trabalha abordou a dupla jornada de trabalho e as condições do mercado de trabalho para a mulher. Foram reivindicações desse encontro: a implantação de creches municipais; campanha para mudar a concepção errada do desempenho da mulher (discriminação em relação à formação), salário igual para trabalho igual, modificação dos critérios de seleção para inviabilizar a discriminação da mulher no acesso ao mercado de trabalho. Dentre as propostas de atuação, destaco:

- 6- que se organizem as seguintes comissões:
- a) por categoria profissional, com representante feminino de cada setor, para o encaminhamento de seus problemas específicos;
 - b) uma comissão coordenada pelo Centro, para trabalhar junto aos sindicatos e associações profissionais, visando fortalecer a participação da mulher na vida sindical;
 - c) uma comissão coordenada pelo Centro, para fazer um levantamento das associações de bairro existentes, e divulgar o trabalho por elas desenvolvido.¹¹⁹

No final de março de 1977, o colegiado do CMB elegeu a chapa “Mulher Hoje”, composta majoritariamente por mulheres marxistas ortodoxas, membros ou simpatizantes de partidos comunistas clandestinos. A chapa tinha por programa a redefinição das funções do colegiado - o que militantes críticas à proposta viam como um processo de burocratização que aumentaria o poder das coordenadoras de cada setor - e uma proposta de implantação de grupos de assistência jurídica e frentes de trabalhos junto a comunidades. O avanço do processo político para a transformação do regime contrastava com a falta de espaço para uma política feminista autônoma, no sentido de apartidária. Muitas mulheres, próximas do feminismo liberal, se afastaram do CMB a partir da eleição da nova diretoria em 1977.¹²⁰

117 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.123-124.

118 Fonte: Três anos de atividades do Centro da Mulher Brasileira, arquivo pessoal de Anette Goldberg. In: *Ibid.*, p.124.

119 Fonte: documentos do CMB-RJ, tirados do arquivo pessoal de Anette. In: *Ibid.* p.125.

120 *Ibid.*, p.126.

Em 1978, foi realizado o II Encontro da Mulher que Trabalha no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para debater o anteprojeto do Ministério do Trabalho para a regulamentação do trabalho feminino. Foram discutidos no encontro a proteção à maternidade, trabalho noturno, horas extras, trabalhos insalubres e igualdade salarial. A partir deste encontro, o CMB passaria a atuar em comunidades, o que resultou na construção de dois encontros na Associação de Moradores do Chapéu Mangueira sobre direitos das mulheres, sexualidade, planejamento familiar e aparelho genital e reprodutivo feminino.¹²¹

Em dezembro de 1978, no 29^a aniversário da assinatura da declaração de direitos humanos, o CMB-RJ promoveu uma comemoração em parceria com a Sociedade Brasil Mulher e o Movimento Feminino pela Anistia, na qual discursou sobre a importância das mulheres assumirem o seu lugar na história, organizando em defesa dos seus direitos, como o direito ao trabalho, salário justo e igual, melhores condições de vida e pleno exercício das atividades democráticas.¹²²

O ano de 1978 foi eleitoral, o que teria, segundo Goldberg, contribuído para um esvaziamento do CMB-RJ. Para a eleição, a entidade elaborou uma “Carta às Mulheres”, com 10 mil exemplares, chamando o eleitorado feminino a votar em quem apresentasse as seguintes reivindicações na sua plataforma eleitoral:

reivindicações gerais: anistia ampla geral e irrestrita, eleições livres e diretas para todos os cargos, assembleia geral constituinte soberanamente eleita, contra a carestia; reivindicações específicas: criação de creches nas empresas e principalmente nos bairros; aumento do número de áreas de lazer principalmente nos bairros pobres; aumento do número de escolas e do número de horas letivas; ampliação e melhoria da merenda escolar nas escolas públicas; igualdade salarial; condições mais adequadas de trabalho; abertura do debate sobre a legislação que rege o trabalho feminino; abertura do debate sobre a implantação do planejamento familiar; supressão do uso da mulher na propaganda como mero objeto sexual ou de consumo; fim da educação discriminada; acesso a cargos políticos elevados e postos de direção em geral.¹²³

A adesão aos candidatos que contemplaram reivindicações da carta das mulheres teria sido menos feminista do que política ou pessoal. Segundo Goldberg, esse programa combinou o marxismo ortodoxo com o feminismo liberal. As reivindicações exigiam o ingresso da mulher na força de trabalho, assim como apresentava a preocupação de não contrariar a

121 Pitanguy e Alves entendem que a proximidade entre feministas e trabalhadoras ao longo trajetória do movimento feminista teria sido fundamental no processo da Constituinte. Ver: ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 1749-1755. *E-book*.

122 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.128.

123 *Ibid.*, p.128-129

Igreja, refratária a qualquer limitação da natalidade. O programa dos três dias em comemoração do 08 de março de 1978, elaborado pelo CMB-RJ, Sociedade Brasil Mulher, União Brasileira de Mães e o Comitê Brasileiro pela Anistia refletiria o mesmo compromisso entre diferentes tendências.¹²⁴ Organizaram uma retrospectiva das lutas das mulheres no Brasil a partir do sufragismo com o evento “Jornadas da Memória da Mulher”, no Museu de Arte Moderna do Rio.¹²⁵

No CMB-RJ gestava-se a ideia de promover um Encontro Nacional de Mulheres em 1979, reunindo grupos ou associações criados em vários estados a partir de 1975. A proposta se explicava tanto pela conjuntura, que prometia novas possibilidades de empreendimentos coletivos com os ventos da abertura política; quanto pela debandada das militantes de esquerda do CMB-RJ, em um momento de aproximação de novas militantes no Centro a partir da leitura de textos publicados do movimento feminista dos Estados Unidos e do Jornal Movimento que estava debatendo mais temas como mulher e feminismo. Além das novas integrantes, começaram a se aproximar do centro as antropólogas Bruna Franchetto (italiana) e Leni Silvertein (estadunidense), Dorinne, jornalista holandesa, além de mulheres que retornaram do exílio, dentre elas, participantes do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, cujo principal eixo de luta na época era em defesa da legalização do aborto.¹²⁶

Depois das eleições, as militantes retornaram ao CMB-RJ com a perspectiva de construção do I Encontro Nacional de Mulheres, dias 8, 9 e 10 de março de 1979. A partir de janeiro de 1979, as divergências se tornaram mais presentes nas assembleias gerais do CMB-RJ, alimentadas pela proposta de um seminário sobre a “Livre apropriação do corpo da mulher”, com painéis sobre “Saúde e Sexualidade da Mulher (os projetos de controle da natalidade), Mulher e anticoncepção (informativo-riscos) e Aborto”¹²⁷, sendo que o último era considerado tabu em função da aliança com a Igreja. Além disso, outro ponto polêmico era a discussão sobre violência contra a mulher. Apesar da oposição, os temas foram incorporados e, das oito comissões, duas voltavam-se para questões de sexualidade e violência.¹²⁸ As insatisfações com o CMB-RJ fizeram com que um grupo de mulheres se reunisse

124 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.128-129

125 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 1755. *E-book*.

126 GOLDBERG, Anette. *Op. cit.*, p.139

127 SOIHET, R. Cisões, Alianças e Sucessos dos Feminismos no Rio de Janeiro. Anos 1970-1980. *Revista la manzana de la discordia*, v.2, n.1, p. 37-53, 2007, p.42.

128 *Ibid.*, p.42.

separadamente para escrever um texto para o Encontro Nacional. O documento foi assinado por 21 mulheres, que ainda se reuniam em grupos de reflexão, conhecido como “Documento das 21” .¹²⁹

No documento, avaliaram que as esperanças iniciais com o Centro da Mulher Brasileira, como um espaço de troca de experiências e de realização de objetivos comuns, se transformaram em decepção com os comportamentos presenciados em assembleias, classificados como autoritários e agressivos, além da impossibilidade de se discutir determinados temas. Tampouco viam interesse do CMB em estreitar laços feministas ao acompanhar espaços de associações de bairros/comunidades e profissionais. Defendiam os grupos de reflexão como espaços de debates entre mulheres, sem vinculação dos mesmos com o CMB, com uma existência descentralizada. Além de criticar a subordinação das reivindicações dos movimentos de mulheres às organizações que atuavam em prol de transformação social. Soihet identifica que a postura deste grupo contém elementos que remetem ao movimento de liberação das mulheres francês ou ao feminismo radical estadunidense. Em termos de reivindicações, priorizavam a discussão sobre sexualidade, autonomia sobre o corpo e direitos reprodutivos.¹³⁰

O documento final do I Encontro Nacional de Mulheres foi realizado nos dias 8 a 10 de março de 1979, na Faculdade Cândido Mendes, em Ipanema, com a participação de 400 mulheres provenientes de 8 estados e refletia, segundo Goldberg, a hegemonia nacional do movimento que se tornou predominante no CMB-RJ, assim como as brechas para a diversidade, como a presença de comissões no encontro para tratar sobre temas como violência e sexualidade.

Ainda em 1979, o CMB-RJ enviou participantes para acompanhar o I Encontro contra a carestia – 1979, que foi registrado da seguinte forma em ata: “O Centro da Mulher Brasileira que desenvolve trabalhos em defesa da mulher trabalhadora, construção de creches, está querendo iniciar o MCV em alguns bairros populares. A dificuldade está na falta de apoio da Igreja carioca.”¹³¹

129 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.138-139.

130 SOIHET, R. Cisões, Alianças e Sucessos dos Feminismos no Rio de Janeiro. Anos 1970-1980. *Revista la manzana de la discordia*, v.2, n.1, p. 37-53, 2007, p.37-38.

131 Ata do I Encontro contra a carestia – 1979. Disponível em: DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. *O PROTAGONISMO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA PERIFERIA: memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo (1978-1988)*. 203f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018, p.195.

Depois do encontro foram realizadas três grandes assembleias no Rio de Janeiro para debater a reestruturação do CMB-RJ. Assinantes do documento das 21 defendiam a extinção do colegiado do CMB-RJ e a adoção de uma estrutura horizontal, como, por exemplo, uma coordenação rotativa. Apesar do aparente avanço das propostas nas duas primeiras assembleias, na terceira reunião, mulheres que, segundo Goldberg, não teriam participado das assembleias anteriores, apareceram para votar contra essas propostas.

Um dos grupos de reflexão que se manteve ativo tornou-se o Grupo Ceres, nome inspirado no trabalho desenvolvido em 1978 e 1979 com financiamento da Fundação Carlos Chagas sobre identidade social e sexual da mulher. Esse grupo era de tendência feminista liberal composto por nomes como: Branca Moreira Alves, Comba Marques Porto, Jacqueline Pitanguy, Leila Linhares Barsted, Mariska Ribeiro e Sandra Boschi.

A Comissão Violência contra a Mulher, da qual participavam assinantes do Documento das 21, fundou o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro em abril de 1979, aglutinando militantes de três orientações ideológicas: feminismo radical, feminismo socialista ou marxista e cultura política alternativa. A ruptura representava a vontade de manter o grupo de reflexão para parte de suas militantes e também marcou uma especialização no tema da violência de gênero e direitos reprodutivos.¹³²

Em 1980, o Coletivo de Mulheres participou do evento “*Controle de natalidade, legislação do aborto e feminismo*”, no teatro Casa Grande, organizado pelo movimento para romper o silêncio sobre a temática do aborto. Em 1983, o coletivo também organizou o seminário nacional “*Saúde, sexualidade, contracepção e aborto*”, no Copacabana Palace. Publicou nove edições do jornal “*Sexo finalmente explícito*” e o documentário “*Vida de mulher é assim mesmo*”, de Eunice Gutman.

A relação internacional que militantes do coletivo possuíam permitiu o fortalecimento do movimento por meio de campanhas mundiais e maior possibilidade de recursos para seus projetos. O grupo era parceiro do ISIS (Woman’s Internacional Information Service), com sede em Genebra e em Santiago do Chile; da Rede Feminista Internacional sediada na Holanda, que coordenava a campanha “*Contracepção, aborto e esterilização*”.¹³³

As reformas da abertura política permitiram a reativação de canais de representação popular, como a criação de partidos políticos, sindicatos e associações, para onde as militantes

132 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 1926-1952. *E-book*.

133 *Ibid.*, posição 1983-1991. *E-book*.

marxistas ortodoxas dirigiram a sua atuação na década de 1980. As marxistas que permaneceram no CMB-RJ e as novas sócias que dele se aproximaram redefiniram-se como feministas.¹³⁴ Após a cisão, o CMB absorveu propostas oriundas das críticas do grupo dissidente, como a descentralização, mas retornou a uma estrutura colegiada após o esvaziamento do Centro. Temas como violência e aborto também foram incorporados.¹³⁵

Em 1984, além dos grupos de reflexão, o CMB tinha alguns grupos em funcionamento: um que realizava a pesquisa “Sexualidade da Mulher Brasileira. Corpo e Classe Social no Brasil”; outro que passou a atuar junto com o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, no projeto “Repensando papéis sociais”, para debater com professoras primárias do município sobre a educação diferenciada para meninos e meninas; um grupo que realizava a pesquisa “Violência sobre a mulher na Baixada Fluminense”; outro voltado para saúde, atuando na periferia do Rio de Janeiro, tendo publicado a cartilha “Mãe, Filha, Mulher” sobre o corpo feminino.¹³⁶

1.7 Violência contra a mulher

Em maio de 1979, o CMB se envolveu na luta contra a violência às mulheres e, desde então, tornou-se uma questão primordial. A mobilização a respeito ganhou corpo a partir do caso de assédio sexual sofrido por uma recepcionista do Jornal do Brasil, cujo superior enfiou a mão dentro de sua blusa. Ela o denunciou, apoiada por colegas que reclamaram com a direção do jornal pela garantia da segurança no trabalho. No entanto, todas as que se manifestaram contra o ocorrido foram demitidas. O caso motivou a primeira manifestação pública contra o assédio sexual no Rio de Janeiro, em 1979, organizada pelo CMB, Coletivo de Mulheres, e outros grupos. Parlamentares como Heloneida Studart, Raimundo de Oliveira, Hélio Fernandes Filho e Modesto da Silveira também participaram da manifestação e dialogaram com a polícia que apareceu para reprimir o ato. Depois da pressão pública, o

134 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p.141

135 SOIHET, R. Cisões, Alianças e Sucessos dos Feminismos no Rio de Janeiro. Anos 1970-1980. *Revista la manzana de la discordia*, v.2, n.1, p. 37-53, 2007, p.43.

136 MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em Movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo: Nobel, Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985, p.24.

jornal afastou o assediador com uma premiação: foi nomeando como correspondente em Paris - onde foi recebido por uma manifestação de brasileiras no aeroporto.¹³⁷

Os movimentos feministas do Norte Global denunciaram a violência sofrida pelas mulheres na vida pública e no âmbito privado a partir do slogan “o privado é político” ou, a tradução mais corrente, “o pessoal é político”. No Brasil, as feministas já apontavam as denúncias de violências contra as mulheres desde 1970, inclusive da violência específica praticada por agentes do Estado contra as presas políticas que, além de choques nas genitálias, também sofreram estupros.¹³⁸

Muitas mulheres foram assassinadas por maridos e companheiros pelo argumento de “legítima defesa da honra”, aceito pela Justiça, que absolvía os assassinos com sentenças irrisórias. A vítima era transformada em culpada pela sua própria morte e as feministas tiveram que combater a legitimação social do assassinato de mulheres com campanhas de conscientização. Em Belo Horizonte, criaram o slogan “Quem ama não mata”, ao qual o grupo SOS-Rio acrescentou “não humilha nem maltrata”.¹³⁹

Na década de 1980, foram criados grupos em todo o país com foco no combate à violência contra a mulher. A questão da violência explodiu com o assassinato de mulheres em todo o país: Ângela Diniz, Eliane de Grammont, Eloísa Ballesteros Stancioli e Maria Regina Santos Souza Rocha, Cristiel Arvid, entre tantas outras, infelizmente. Mas o caso de Ângela Diniz se tornou emblemático desta luta. Ela foi assassinada em 30 de dezembro de 1976, em Búzios, e os julgamentos de Raul Fernando (Doca) Street, seu assassino, foram um marco na luta feminista, com uma campanha contra o argumento de “legítima defesa da honra”.¹⁴⁰

O advogado de defesa no primeiro julgamento, em 1979, foi Evandro Lins e Silva, um dos mais respeitados criminalistas brasileiros, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele preparou a opinião pública nacional e da cidade de Cabo Frio, onde foi realizado o julgamento, para destruir a imagem de Ângela, descrevendo-a como mãe desnaturada, sem moral, criminosa e usuária de drogas, concluindo que ela criou as condições para morrer, construindo a argumentação para vitimizar o assassino. Doca Street foi condenado a dois anos

137 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 2063-2083. E-book.

138 BARSTED, L.L. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S. comps. *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento [online]*. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 17-40. Bahianas collection, v. 19. ISBN 978-85-232-2016-7, p.26.

139 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Op. cit.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 2089. E-book.

140 *Ibid.* posição 2096-2101. E-book.

de prisão, com direito a suspensão da pena para condenação não superior a dois anos. Mas o assassino saiu do julgamento livre e aclamado como herói e vítima.¹⁴¹

No dia 11 de novembro de 1979, o Jornal do Brasil publicou o “Manifesto contra o machismo”, assinado por 461 pessoas, no qual contém a revolta e indignação contra o assassinato de Ângela Diniz. O recurso da Promotoria foi aceito e houve um segundo julgamento em 1981, em Cabo Frio. Desta vez, grupos feministas se uniram, informalmente, no Núcleo de Mobilização Ângela Diniz, através do qual organizaram um abaixo-assinado pela condenação do assassino. O clima foi diferente do primeiro julgamento, sem o “fã-clube do Doca” e com a presença feminista noticiada na imprensa. Desta vez, Doca Street foi julgado e condenado a 15 anos de prisão.¹⁴²

A ênfase na urgência do combate a todas as formas de violência contra a mulher tomou corpo com a ideia de criação de uma entidade para autodefesa já no Encontro Feminista de Valinhos, realizado em junho de 1980, vindo a se concretizar em reunião realizada em São Paulo, em outubro do mesmo ano, com a participação de grupos feministas e militantes independentes para a criação do SOS-Mulher. O movimento contou com o apoio de homens do Grupo Masculino de Apoio à Luta das Mulheres, que escreveram o “Manifesto contra a Barbárie” expressando o repúdio contra o assassinato de mulheres por seus maridos sob a alegação da defesa da honra.¹⁴³

Em São Paulo, o SOS Mulher foi fundado em outubro de 1980 por militantes de diferentes grupos feministas. O grupo alugou uma sala em Pinheiros, zona oeste de São Paulo, onde recebia vários telefonemas com denúncias e pedidos de ajuda e faziam um plantão de atendimento de segunda a sexta, das 19h às 22h, e terças e quintas à tarde. A divulgação da entidade em jornais, televisão e rádio fez a procura aumentar, mas enfrentavam limitações no atendimento, porque atuavam com trabalho voluntário. Toda terça-feira à noite o grupo se reunia para discutir o trabalho e debater o problema da violência. Contavam com o auxílio de advogadas, psicólogas, médicas, além da contribuição de apoiadores(as).¹⁴⁴

Inicialmente, o SOS não tinha uma estrutura formal. Mas depois de seis meses de atuação tornou-se uma entidade reconhecida por lei, com diretoria eleita, estatuto e carta de

141 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 2108-2119. E-book.

142 *Ibid.*, posição 2127-2139. E-book.

143 MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em Movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo: Nobel, Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985, p.6.

144 BACHINI, Maria Otília. SOS Mulher. *MULHERIO*, São Paulo, ano 1, n. 1, maio/junho de 1981, p.3

princípios. As integrantes discutiram o risco de cair em uma atividade meramente assistencialista e, para evitá-lo, investiram em um trabalho de prevenção, distribuindo amplamente um caderninho com o telefone o SOS e orientações para evitar ataques de homens nas ruas. A principal tarefa do SOS era a denúncia incansável da violência contra a mulher, buscando reduzi-la.¹⁴⁵

Em Belo Horizonte, em 1980, o assassinato de Maria Regina Santos Souza e, quinze dias depois, de Eloísa Ballesteros, por seus respectivos maridos, mobilizou as feministas que lançaram o já mencionado slogan “Quem ama não mata”. A manifestação reuniu 400 pessoas. Tentaram organizar um “ato teatral”, no qual mulheres portaram rosas vermelhas e velas acesas. A manifestação se reuniu na Praça da Liberdade e seguiu em direção à Igreja de São José, no centro de Belo Horizonte, onde fizeram um discurso cerimonial e declamação de poesia. Nesta ocasião, foi anunciada a criação o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM). No Rio de Janeiro, o Coletivo de Feminista de Mulheres, o Grupo Feminista do Rio e o Centro da Mulher Brasileira de Niterói lançaram um manifesto contra esses assassinatos.¹⁴⁶

Segundo o Mulherio, a ideia de criação do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte surgiu durante este ato em 1980 e foi concretizada quatro dias depois do mesmo em reunião com 80 mulheres que defendiam que a democracia deveria começar dentro de casa, com os objetivos de: acabar com a discriminação contra as mulheres em casa, no trabalho e na sociedade como um todo. Tratava-se de um centro de reflexão, debates e atuação contra a violência à mulher. Em 1981, o CDDM se tornava uma referência, tendo sido convidado por escolas, associações de bairro, igrejas, entidades de classe, entre outras, para dar palestras e cursos sobre o tema. Muitas mulheres vítimas de violência passaram a procurar o CDDM em busca de ajuda. Criaram, então, um serviço de SOS, com plantões voluntários para o atendimento, sem uma sede própria, porém visando uma melhor estrutura e a formação de grupos de profissionais para dar um atendimento feminista às mulheres.¹⁴⁷

Em março de 1981, mais dois novos assassinatos mobilizaram mulheres no Rio e em São Paulo: Christel Arvid (RJ) e Eliane de Grammont (SP). Após a missa, em SP, o SOS-Mulher organizou uma manifestação até o cemitério onde entoavam “Mulher não é

145 BACHINI, Maria Otília. SOS Mulher. *MULHERIO*, São Paulo, ano 1, n. 1, maio/junho de 1981, p.3

146 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 2161 -2212. *E-book*.

147 Mineiras rompem longo silêncio e criam Centro de Defesa da Mulher. *MULHERIO*, São Paulo, ano 1, n. 2, julho/agosto de 1981, p.14

propriedade”, “quem ama não mata” e “sem punição, mais mulheres morrerão”. A entidade recebeu vários telefonemas com ameaças, inclusive de bombardearem a marcha.¹⁴⁸

O Coletivo Feminista (RJ) criou uma Comissão de Violência, que foi muito impactada pelo assassinato de Christel Arvid, que o tinha procurado para pedir ajuda. O coletivo disponibilizou um número de telefone de atendimento para mulheres em situação de violência e realizava plantões. Yolanda Prado (Danda), recém chegada da Europa, ofereceu o seu apartamento e telefone. Receberam telefonemas de mulheres do Rio e de outros estados em qualquer hora do dia e da noite, além de muitas ameaças. A experiência reforçou a necessidade de uma ação institucional para apoiar mulheres em situação de violência.¹⁴⁹

No Rio de Janeiro, um grupo do Coletivo Feminista criou, em 1981, o SOS-Mulher, a exemplo das feministas de São Paulo. No início não tinham estrutura, reuniam-se num bar. Atendiam as vítimas em dupla e analisavam os caminhos, se precisavam de advogado gratuito ou de contatar a polícia. Posteriormente, conseguiram alugar uma sala na Cinelândia com telefone. Cotizavam entre si para pagar os custos.¹⁵⁰

Em 1979, advogadas abriram um escritório de advocacia feminista para atender apenas mulheres e o espaço também funcionava como um grupo de estudos para as mesmas. O escritório atuava em parceria com o SOS Mulher-RJ, mas não atendia apenas casos de violência contra a mulher. Muitas clientes não tinham como pagar os honorários e, mesmo mulheres de classe média, queriam que o atendimento fosse gratuito. Por isso, o escritório não teve condições de se sustentar por muito tempo. No entanto, essa experiência serviu como semente para a criação do OAB-Mulher. Comba Marques Porto, entrevista por Pitanguy e Alves, destacou que no escritório tiveram as primeiras discussões sobre o projeto de criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.¹⁵¹

Em 1982, as advogadas do Escritório da Mulher, entre outras, juntaram-se para criar uma comissão na OAB-RJ, para incluir os direitos humanos das mulheres. A OAB-Mulher passou a atuar interna e externamente, e parte do seu trabalho gerou os pontos básicos que viriam a compor a Lei Maria da Penha no futuro. Segundo o relato de Gloria Marcia para Pitanguy e Alves, as reuniões eram informais, na sede da OAB. Nelas fizeram um parecer sobre o projeto de alteração do Código Civil de 1916. Aos poucos, concordaram que deveriam

148 Quem ama não mata! *MULHERIO*, São Paulo, ano 1, n. 1, maio/junho de 1981, p.3

149 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 2267-2273. *E-book*.

150 *Ibid.*, posição 2279-2285. *E-book*.

151 *Ibid.*, posição 2298-2303. *E-book*.

formar uma comissão. Em 1982, criaram o OAB Mulher. No início, acompanharam manifestações e tiveram grande interação com jornalistas, professoras, médicas, bancárias, sociólogas, sindicalistas e se tornaram uma referência.¹⁵²

A organização das feministas brasileiras no combate à violência contra as mulheres estava avançada também em relação aos demais países da América Latina. Relatos das brasileiras participantes do I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bogotá, em 1981, indicavam que, além do Brasil, apenas o México tinha um Centro de Assistência à Mulher Violada. Como resolução deste encontro, o dia 25 de novembro foi escolhido como dia mundial de luta contra a violência contra a mulher.¹⁵³

A perspectiva de abertura política, com a oposição eleita para governos estaduais em 1982, contribuiu para a busca de uma interlocução com o Estado, seja na disputa legislativa, seja pela pressão ao poder executivo nacional e estadual, para que fossem criados mecanismos institucionais capazes de atender mulheres vítimas de violência.¹⁵⁴ Em meio ao debate sobre a criação dos Conselhos da Condição da Mulher, uma preocupação era como manter a autonomia do SOS-Mulher em relação ao Estado, considerando que se tratava de uma experiência do movimento feminista que ganhou contornos nacionais no atendimento às mulheres vítimas de violência. Um exemplo de caminho possível seriam as experiências semelhantes desenvolvidas na Europa, que tinham financiamento do Estado, sem interferência na gestão e na autonomia do movimento.¹⁵⁵

As lutas feministas contribuíram para a elaboração de políticas públicas posteriormente, como a criação, em São Paulo, da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em 1985. Foram criadas também Comissões dos direitos da Mulher na Defensoria Pública e no Ministério Público, Juizados Especiais, programas de sensibilização de policiais, centros de acolhimento e apoio, casas-abrigo, centros de referência, casas da mulher, número telefônico para denúncia, a Lei Maria da Penha de 2006 e a Lei do Femicídio de 2015.

152 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 2317-2336. *E-book*.

153 SILVERSTEIN, Leny. O Encontro na Colômbia. *MULHERIO*, São Paulo, ano 1, n. 3, setembro/outubro de 1981, p.5

154 BARSTED, L.L. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S. comps. *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 17-40. Bahianas collection, vol. 19. ISBN 978-85-232-2016-7, p.27-28.

155 Um lugar no governo. *MULHERIO*, São Paulo, ano 2, n. 10, novembro-dezembro de 1982, p.8-9.

Em 1991, o argumento de legítima defesa da honra perdeu força jurídica pelo parecer 6ª T./d/j 15/04/1991, do ministro José Cândido de Carvalho Filho, do Superior Tribunal de Justiça. Somente em 12 de março de 2021, o STF decidiu pela inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra.¹⁵⁶ No entanto, apesar dos esforços e das conquistas dos movimentos feministas, a incidência de casos de violência contra as mulheres é extremamente alta.

1.8 São Paulo: os Clubes de Mães, Movimento contra o Custo de Vida e a Luta por Creches

A partir de 1964, o setor progressista da Igreja Católica, vinculado à Teologia da Libertação, contribuiu para que a Igreja se tornasse um importante espaço de articulação das forças populares. A sua crescente atuação nos bairros periferia de São Paulo, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), possibilitou o surgimento de ações concretas e mobilizações. Soma-se a isso que, com o fortalecimento da repressão nas fábricas a partir de 1969, os bairros se tornariam um novo espaço possível de articulação política.¹⁵⁷ Além da Igreja, a rearticulação da esquerda e a emergência de uma oposição política contribuíram para criar uma infraestrutura de mobilização para a atuação de vários movimentos populares, inclusive de mulheres, na década de 1970. Ainda que seja necessário fazer a ressalva de que a Igreja Católica progressista e a esquerda estimularam a participação das mulheres, mas nos seus próprios termos: a primeira em oposição às questões de direitos sexuais reprodutivos e avessa às discussões de temas específicos das mulheres nos Clubes de Mães, a segunda subordinando a pauta à “luta revolucionária”.¹⁵⁸

Os Clubes de Mães faziam parte dos Centros Comunitários da Igreja, tendo sido a base para o Movimento do Custo de Vida (MCV) e Movimento de Luta por Creches (MLC) na década de 1970. Existiam desde a década de 1950 na periferia de São Paulo, criados por grupos vinculados à Igreja Católica (Cáritas, Vicentino, etc) e organizações filantrópicas (Legião Brasileira de Assistência, Rotary Clube e Lions Club). Segundo Sader, os clubes se estruturaram inicialmente a partir de ações de caridade, nas quais mulheres ricas ensinavam as

156 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 2342-2354. *E-book*.

157 GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A força da periferia – A luta das mulheres por creches em São Paulo*. Vozes: Petrópolis, 1985, p.106

158 ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1991, p.81.

mais pobres a bordar, costurar, fazer trabalhos manuais, além de orientar sobre questões de higiene e saúde. A venda dos produtos produzidos em bazares fornecia o dinheiro para a compra de materiais para manter as atividades dos clubes. Posteriormente, na década de 1970, esse espaço foi reconfigurado, deixando de ter a participação de mulheres ricas para reunir apenas as donas de casa da periferia, muitas das quais também assalariadas, que discutiam problemas cotidianos, refletiam coletivamente sobre suas condições de vida a partir da leitura de um trecho do Evangelho e mantinham a realização de práticas artesanais, até mesmo como uma forma de atrair novas participantes.¹⁵⁹

Esses movimentos passaram a expressar a resistência de homens e mulheres às políticas autoritárias e o anseio por mudanças. As lutas por sobrevivência emergiam nos bairros pobres, renovando o ativismo operário e mobilizando as pessoas por moradia, por serviços sociais básicos negados pelo ritmo da urbanização e a indiferença do governo. São movimentos decorrentes da precariedade que marca a condição da classe trabalhadora, da carência social. Famílias e redes de amizades constituíram as bases para a articulação de organizações populares urbanas, estimulando formas cotidianas de solidariedade. E foram as mulheres pobres, muitas delas negras, que compuseram a maior parte desses movimentos sociais urbanos, porque eram elas que participavam mais ativamente da vida do bairro, que carregavam água nos baldes, que levavam os filhos para a escola, que administravam o salário da família na compra de alimentos.¹⁶⁰ Ao identificar essa experiência comum, passaram a se mobilizar:

“Diante das dificuldades de todo dia que cada uma de nós enfrenta, achamos que os problemas são grandes e que só a gente passa por eles. Mas, aos poucos, as mães conversando umas com as outras foram percebendo que o seu problema é o problema da vizinha também e que diante disso a gente não encontra solução sozinha. Por isso, aos poucos, juntando uma mãe com outra, um grupo de mães de um bairro com outro, uma região com outra, é possível fazer com que todo o povo compreenda esses problemas, e assim encontre uma verdadeira solução.”¹⁶¹

As mudanças nas relações de produção e reprodução contribuíram para a politização das mulheres que, no cotidiano dos bairros e ao se inserirem no mercado de trabalho, possibilitaram a tomada de consciência sobre sua opressão e as condições objetivas de luta por seus direitos. Mulheres participantes dos primeiros Clubes de Mães percorreram as

159 SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 199-212.

160 ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1991, p.37-43.

161 Depoimento de uma das participantes do movimento publicado em artigo no Brasil Mulher. Ver: *BRASIL MULHER*, ano 1, no 3, 1976, p.8

regiões vizinhas para a formação de novos clubes em um processo de expansão dessas organizações que culminou, em meados de 1972, na criação da Coordenação dos Clubes de Mães da zona sul, reunindo representantes eleitas de cada um dos 30 clubes. Este foi um passo importante para a sociabilidade, tomada de ações comuns e a comunicação entre os clubes, porque as coordenações desempenhavam um papel integrador entre as mulheres que deles participavam.¹⁶²

O Clube de Mães Jardim Nakamura, próximo à Vila Remo, se reunia semanalmente em 1972 e sugeriu que se debatesse o aumento do custo de vida. Esta proposta foi encaminhada pela coordenação para os demais Clubes de Mães da Zona Sul, tendo se tornado o tema principal e resultando na Carta às Autoridades Contra o Custo de Vida e em uma pesquisa sobre os preços dos gêneros alimentícios. Foram comparados preços dos gêneros alimentícios de bairros mais afastados da cidade e dos menos afastados, relacionando com o valor do salário mínimo.¹⁶³

Em julho de 1975, grupos da região de Cidade Ademar realizaram uma Assembleia Geral dos Clubes de Mães que teve a participação de 70 clubes da região sul. Esta assembleia foi considerada um marco na retomada do MCV pela expansão para outros setores da região sul, tais como Interlagos, Cupecê e Cidade Ademar. Nesta ocasião também foi aprovada a proposta de realização de uma nova pesquisa, mais ampla do que a de 1972, incluindo dados sociais dos moradores e gastos com aluguel, transporte, material escolar e higiene.¹⁶⁴

A elaboração do questionário e os dados da pesquisa foram avaliados por técnicos do DIEESE e militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP). Os últimos também levaram os questionários para debate nas fábricas, utilizando o resultado da pesquisa para definir o índice de reajuste a ser defendido na campanha salarial de 1975.¹⁶⁵ A mobilização popular contra o aumento do custo de vida viria a repercutir quando dirigentes sindicais reivindicaram ao governo a reposição pelo erro no cálculo do salário mínimo em

162 DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. *O PROTAGONISMO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA PERIFERIA: memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo (1978-1988)*. 203f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018, p.118.

163 Embora a carta das mães informe que a pesquisa foi realizada em outubro de 1973, em São Paulo, com intervalo de levantamento entre outubro de 1972 e outubro de 1973; outros documentos mencionam que ela teria sido realizada em outubro de 1973 com base nas lembranças dos anos anteriores. A respeito ver: MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. *“Como pode um povo vivo viver nesta carestia” - O Movimento do Custo de Vida em São Paulo, 1973-1982*. 247f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p.50-53.

164 *Ibid.*, p.66

165 *Ibid.*, p.67

1973¹⁶⁶ e está diretamente relacionada com o ressurgimento das greves no final da década de 1970.

Uma nova assembleia do MCV foi realizada, em 16 de novembro de 1975, para analisar o resultado do levantamento que comparava os preços dos alimentos no período de agosto de 1974 a agosto de 1975.¹⁶⁷ Nesta ocasião foi elaborada uma segunda carta das mulheres às autoridades com as seguintes reivindicações: “controle do custo de vida, melhores salários, creches e escolas para nossos filhos”.¹⁶⁸ Ao se constatar, no início de 1976, que o abaixo-assinado precisava de mais assinaturas, o movimento resolveu, então, organizar uma grande assembleia junto com as autoridades para que tomassem ciência da pesquisa e de suas reivindicações. A “Assembleia do Povo, Custo de Vida e Salário Mínimo” ocorreu no dia 20 de junho de 1976, quase um ano depois da reunião de avaliação da pesquisa realizada no Colégio Santa Maria, na zona sul, que contou com a presença de 5 mil pessoas. Somente nesta ocasião foi divulgada a segunda carta, contendo 19 mil assinaturas.¹⁶⁹ Os documentos produzidos pela assembleia foram protocolados na Câmara dos Deputados pelos parlamentares que comparecem ao encontro, mas também foram enviados para o bispo Dom Mauro Morelli, assessor do cardeal Paulo Evaristo Arns. No entanto, não houve resposta das autoridades e o movimento viveu um período de retração.¹⁷⁰

Em agosto de 1977, foi formalizada uma Coordenação Central do movimento que expandia nas demais regiões e se complexificava. A sua propagação pela zona sul em sua fase inicial não se restringiu à estrutura organizativa da Igreja. Diretórios do MDB, onde atuavam militantes do PCdoB, articulavam as reuniões do MCV na região noroeste. Na zona leste, o MCV se misturou com os grupos das Associações de Moradores e do “Movimento de Saúde”, também com forte presença do PCdoB. Por ter se organizado no interior dos Novos Clubes de Mães ou Clubes de Mães Populares da zona sul, não havia separação entre esses movimentos e MCV, já que eram tocados pelas mesmas pessoas. Assim como vínculos de amizade e relações familiares contaram para que chegasse a outras regiões.

A maioria dos Clubes de Mães da zona leste surgiu depois de reuniões realizadas nos bairros, em 1975, por ocasião do ano internacional da mulher. No entanto, reflexões sobre os

166 A questão do custo de vida está em debate. *BRASIL MULHER*, ano 2, n. 9, 1977, p.8.

167 MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. “*Como pode um povo vivo viver nesta carestia*” - *O Movimento do Custo de Vida em São Paulo, 1973-1982*. 247f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p.67

168 *BRASIL MULHER*, ano 1, n. 3, 1976, p.2.

169 *BRASIL MULHER*, ano 1, n. 3, 1976, p.2.

170 MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. *Op. cit.*, p.70-73

problemas locais e a opressão cotidiana das participantes não eram tema de debate em todos os clubes. Um levantamento, realizado em 1975, identificou a presença de 94 Clubes de Mães na região leste de São Paulo, reunindo semanalmente quase 2 mil mulheres em 70 grupos. A igreja organizou 63 desses grupos, sendo que 53 eram coordenados pelas próprias mulheres. No que tange aos temas, 41 grupos discutiam os problemas do bairro, enquanto outros se voltavam para a realização de trabalhos manuais. Nem todos os Clubes de Mães aderiram à organização do MCV na zona sul.¹⁷¹

Em 05 de agosto de 1977, foi realizada a assembleia que definiu que o movimento se chamaria “Movimento do Custo de Vida”, no Colégio Católico Arquidiocesano, com a presença de 700 pessoas. Nesta ocasião foram eleitas 40 pessoas, representando dois elementos de cada setor da periferia (um do MCV e outro do Clube de Mães), um participante de entidades estudantis, intelectuais e diretórios de bairro do MDB, garantindo a representatividade. Só poderia votar nas assembleias quem fizesse trabalho de base.¹⁷²

Monteiro encontrou diferentes avaliações decorrentes da eleição de uma Coordenação, incluindo críticas sobre o aumento da divisão de tarefas no movimento, dissociando a elaboração política e do desenvolvimento prático das propostas; e as que consideravam este período como de participação intensa com a arrecadação de assinaturas e realização de atividades, aglutinando os membros do movimento.¹⁷³

A mudança do local de reuniões para o Centro também dificultou a participação de mulheres dos Clubes de Mães nas reuniões da coordenação, porque tinham que voltar muito tarde para casa. Também teria havido uma alteração no perfil dos participantes para um público mais intelectualizado. Outra modificação em termos de organização se deu a partir de 1978, com a instituição de comissões de redação, de propaganda, de finanças, de contatos e para o acompanhamento do trabalho das demais.

O crescimento do MCV não foi linear, tendo atingido diferentes estágios em cada região (ou em uma mesma), mas ele teve um novo alcance político e de ocupação do espaço público com o lançamento oficial do abaixo-assinado no Colégio Católico Arquidiocesano em 12 de março de 1978, com a participação de mais de 20 mil pessoas. A organização deste ato também mostrou as mudanças na configuração do MCV, se antes incorporavam um

171 MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. “*Como pode um povo vivo viver nesta carestia*” - *O Movimento do Custo de Vida em São Paulo, 1973-1982*. 247f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p.74-77

172 *Ibid.*, p.74-77

173 *Ibid.*, p.80.

depoimento das donas de casa e outro de representantes da Igreja, nesta ocasião acrescentaram um operário, um estudante e o presidente da Frente Nacional do Trabalho (FNT).¹⁷⁴

A meta do MCV era atingir um milhão de assinaturas, tendo intensificado o trabalho nos bairros e organizado mutirões para o recolhimento de assinaturas para o abaixo-assinado conhecidos como “Jornadas contra a Carestia”. A Igreja foi fundamental nesse processo, mas sindicatos, especialmente as oposições sindicais, e comissões de fábrica também contribuíram com a coleta de assinaturas nos locais de trabalho, às vezes clandestinamente. A relação do MCV com o movimento operário se estreitaria a partir de 1978, com a organização de atos conjuntos em comemoração ao 1º de maio. Mulheres também teriam um papel importante para recolher doações para fundos de greve durante as mobilizações sindicais entre 1978 e 1980.¹⁷⁵

A entrega do abaixo-assinado às autoridades levou mais de 20 mil pessoas da periferia ao centro de São Paulo, no que ficou conhecido como o “Ato da Praça da Sé”. Em 12 setembro de 1978, formaram uma comissão composta por 13 mulheres e 8 homens para ir à Brasília entregar os abaixo-assinados. A comissão buscou o diálogo com deputados e senadores do MDB e da ARENA para tentar ser recebida pelo presidente Geisel, o que não aconteceu. Em 25 de setembro, a assessoria da presidência da república divulgou uma nota chamando o MCV de desonesto e acusando o movimento de ter falsificado as assinaturas, com base em uma análise grafológica que teria sido feita pelo Instituto de Criminalística da Polícia Federal. Esta nota foi a única resposta da presidência ao MCV durante toda a sua existência.

No dia seguinte à nota, a coordenação do MCV convocou uma comitiva de imprensa na Cúria Metropolitana de São Paulo, na qual o próprio Dom Evaristo Arns compareceu para explicar que as assinaturas com as mesmas letras eram de pessoas que assinaram por analfabetos que queriam endossar o documento, assim como pais que assinaram por seus filhos. Reforçado pela indignação, o movimento também organizou um protesto para 29 de outubro de 1978. A fim de evitar a repressão, foram construídos quatro atos em pontos diferentes da cidade: Igreja da Cidade Dutra (zona sul), Igreja Matriz de São Miguel Paulista (zona leste), Igreja de Santo Antonio de Brasilândia (zona noroeste), Instituto Coração de

174 MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. “*Como pode um povo vivo viver nesta carestia*” - *O Movimento do Custo de Vida em São Paulo, 1973-1982*. 247f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 84-86

175 *Ibid.*, p.90

Jesus de Santo André (ABC Paulista). Em Campinas, também houve um ato no Colégio Católico Vedruna. Essas concentrações ficaram conhecidas como as Assembleias das Painéis Vazias.¹⁷⁶ A repercussão nacional dessas manifestações estimulou a ampliação nacional do movimento. Em julho de 1979, o MCC teria alcançado o Pará, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Ceará, Piauí, Maranhão. Em São Paulo, também teria se expandido para cinco cidades.

A partir de dezembro de 1978, o MCV passaria por transformações com o progressivo afastamento da Igreja Católica de seus espaços por discordar da vinculação do movimento a candidaturas e partidos políticos, deixando de assumir a responsabilidade com a infraestrutura do mesmo, tendo ocorrido inclusive o afastamento de padres e militantes dos Clubes de Mães. Também teria contribuído para esse processo a criação da Coordenação Central do MCV e o seu posterior enxugamento, reduzindo de 40 para 13 membros da mesa diretora.¹⁷⁷

Apesar de ter avançado em termos de estrutura organizacional e de articulação nacional com a realização, em 27 e 28 de janeiro de 1979, do I Encontro Nacional do MCC, no Sindicato dos Jornalistas, do qual participaram 200 pessoas, o movimento perdia contato com as bases e, conseqüentemente, vida. Tendo contribuído para isso a danosa disputa entre setores progressistas pela direção do mesmo e processos mais gerais de reorganização. A adesão do PCdoB ao socialismo albanês e crítico ao maoísmo também afetaria a sua relação com grupos do novo sindicalismo, dos quais se afastaria. A partir de 1979, a OSMSP e a FNT deixariam de acompanhar o MCV.¹⁷⁸

A predominância do PCdoB na direção do movimento contribuiria para a alteração do nome para Movimento Contra a Carestia (MCC) durante o I Encontro Nacional - visando fazer a ponte com os movimentos do período anterior ao golpe empresarial-militar - e acrescentou a luta pela reforma agrária, o que, feito sem o adequado debate nas bases do movimento, gerou críticas à incorporação da pauta. Ao final de 1979, depois do I Congresso Estadual do MCC, grupos da zona sul romperiam com o movimento para construir seus próprios caminhos. Apesar da realização de outros encontros nacionais, o movimento foi se esvaziando progressivamente a ponto de ter reunido apenas 30 pessoas na praça da Sé no Dia

176 MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. *“Como pode um povo vivo viver nesta carestia” - O Movimento do Custo de Vida em São Paulo, 1973-1982*. 247f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p.100-101

177 *Ibid.*, p.109-110.

178 *Ibid.*, p.109-110.

Nacional de Luta Contra a Carestia em São Paulo, em 1981, que foi o último registro de sua atuação.¹⁷⁹

Presente nas reivindicações do Movimento do Custo de Vida, o problema da falta de creches era denunciado pelas mulheres da periferia. Essa situação foi explicitada em artigo do Brasil Mulher no qual relataram as mudanças nas condições de vida da população:

O poder de compra do trabalhador caiu muito nos últimos dez anos. A situação familiar só não está pior porque a mulher e os filhos passaram a trabalhar para ajudar nas despesas. Assim, por exemplo: em 1958, na maioria das famílias de mais ou menos cinco pessoas, somente uma trabalhava, enquanto que em 1969, duas pessoas passaram a garantir o sustento da casa, segundo estudo realizado pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio Econômico ("Família-Assalariada: Padrão e Custo de Vida" - janeiro/74).

O depoimento da operária-tecelã, Olga Postigo, de mais ou menos 45 anos, coloca um problema dramático para a mulher trabalhadora das grandes cidades, esclarecendo a situação: "Como toda operária, trabalho oito horas por dia para ajudar nos gastos. Oito horas é modo de dizer, porque a gente ainda fica duas horas por dia pendurada no ônibus e quando chega ainda gasto de 4 a 5 horas para arrumar a casa, lavar a roupa, preparar a comida e tome 15 horas de trabalho por dia! Sem falar que domingos, feriados e férias para a mulher não existe. Mas tem uma coisa que nem a gente se matando dá para resolver: com quem ficam nossos filhos quando a gente sai prá(sic.) trabalhar?"¹⁸⁰

No entanto, quando a direção do MCC passou para as mãos de sindicalistas, em sua maioria homens, a reivindicação por creches foi retirada da plataforma política por ser considerada assistencialista. Na esquerda, a criação dos filhos ainda era vista como atribuição exclusivamente feminina, sendo as creches entendidas ora como uma política dos países socialistas que não poderia dar certo no Brasil, ora como caridade para mulheres pobres.¹⁸¹ A dificuldade de mobilização pela pauta também se deu em outros espaços dirigidos por homens. Segundo Alvarez, em Jardim Miriam, as mulheres tiveram dificuldade em contar com o apoio de Sociedades de Amigos de Bairros que, reconhecidas como representantes formais dos bairros frente às Prefeituras, não davam a devida importância ao tema para incorporá-lo entre suas reivindicações. Elas precisaram romper com a necessidade de um

179 MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. "Como pode um povo vivo viver nesta carestia" - *O Movimento do Custo de Vida em São Paulo, 1973-1982*. 247f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 117-124.

180 Com quem ficam nossos filhos quando a gente sai pra trabalhar? *BRASIL MULHER*, ano 1, n. 5, 1976 p.12

181 TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches. In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs). *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015, p.21-34, p.23-26.

intermediário e levar diretamente as suas pautas ao poder público, organizando diversas idas à prefeitura como forma de pressão.¹⁸²

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, previa a obrigatoriedade de creches, mas apenas em empresas privadas e cobrindo somente a amamentação, já que atendia crianças de até 6 meses. O Estado se via desobrigado de qualquer iniciativa. Além de desrespeitada pelos empregadores, a legislação não era muito conhecida entre trabalhadores(as). Como veremos no próximo capítulo, a imprensa feminista alternativa desempenhou um importante papel de conscientização sobre esse e outros direitos. No entanto, a partir de 1975 diversos movimentos de comunidade em São Paulo passariam a denunciar o problema da falta de creches, tendo sido tema de debates no I Encontro de Comunidade para Debater Problemas do Povo de São Paulo (março de 1975); no Movimento de Creche da USP (segundo semestre de 1975); e no Encontro Diagnóstico da Mulher Paulista (outubro/1975). O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira convocou mulheres e representantes das Sociedades de Amigos de Bairro, Clubes de Mães, sindicatos e demais interessados para desenvolver um programa para resolver a questão das creches e auxiliar na organização de reuniões, assim como na coleta de dados junto a pesquisadores e órgãos do governo, com o objetivo de realizar um encontro no 8 de março para discutir a situação das creches no Estado de São Paulo.¹⁸³

Formas de luta se multiplicaram em empresas públicas e privadas com o levantamento de dados, a elaboração de projetos, formação de comissões. Foram realizadas manifestações públicas e encontros, o tema foi pauta da imprensa feminista, grupos organizados de moradores(as) de bairros organizaram e construíram creches em mutirão, recorrendo à prefeitura para auxílio financeiro.¹⁸⁴ Até então composto de iniciativas isoladas, viria se organizar oficialmente enquanto Movimento de Luta por Creches (MLC) a partir do I Congresso da Mulher Paulista, em 1979, com lançamento oficial no Largo de São Bento em 01 de outubro de 1979. A sua atuação estava prevista para cobrir toda a Grande São Paulo, dividido por zonas com a formação de comissões por bairro. Estabeleceram uma frente de atuação local para reivindicar por creches no Estado e outra geral para alterar a legislação e a

182 ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1991, p.86

183 Com quem ficam nossos filhos quando a gente sai pra trabalhar? *BRASIL MULHER*, ano 1, n. 5, 1976, p.12

184 ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil - o caso da creche. *Cad.Pesq.*, São Paulo (51), 73-79, nov.1984. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n51/n51a07.pdf> Acesso em 26 jun.2025.

CLT, incluindo a obrigatoriedade da instalação de creches nas fábricas.¹⁸⁵ Porém, parte do movimento sindical rejeitou a possibilidade de creche no local de trabalho alegando não ser um lugar adequado para crianças, entre outros motivos.¹⁸⁶

Com isso, o movimento foi reforçado nos bairros, atuando em locais onde havia creches em funcionamento precários; onde não havia creches, mas a população tinha consciência de sua importância; e em bairros sem creches e sem mobilizações para obtê-las. Ao longo desse processo, seus/suas militantes refletiram sobre o tipo de creche que queriam, diferenciando creche de depósito de criança. Tampouco queriam estimular a competição entre as crianças e reforçar estereótipos de gênero, mas garantir uma educação para a união e para a vida comunitária. Nesse sentido, reconheceram a importância de participarem ativamente da orientação das creches. Com o início da construção das creches, o movimento passou a discutir como as queria, como deveria ser o seu atendimento e a criticar a localização das mesmas, já que boa parte dos terrenos escolhidos pela prefeitura era em locais perigosos, perto de vias ou à beira de córregos.¹⁸⁷ Isso é perceptível na Carta da Creche, de 16 de julho de 1980:

1. Queremos creches diretas. Conhecemos de perto o funcionamento da creche indireta e particulares. Sabemos das dificuldades que atravessam e dos problemas para a educação das crianças.
2. Queremos que os funcionários que irão trabalhar nas creches sejam pessoas escolhidas pelos bairros, através das Comissões de Creche. As pessoas que vão ocupar cargos de direção devem ser de confiança do povo que vem participando do Movimento de Creches.
3. Queremos que estes funcionários tenham estabilidade para que não sejam demitidos por qualquer mudança de administração, com prejuízos para o trabalho de equipe.
4. Queremos que as normas de funcionamento interno das creches sejam elaboradas e aceitas pelas pessoas mais interessadas, ou seja, as mães, os funcionários, enfim pelo próprio Movimento de Creche.
5. Queremos um bom atendimento médico vinculado às creches, pois sabemos que atualmente existe apenas um médico na Prefeitura para as 5 creches já existentes, e que nos bairros não existem Postos de Saúde.
6. Queremos a entrega das outras 16 creches previstas e a construção de novas creches, principalmente para os bairros que vêm lutando há muitos anos.
7. Queremos que os projetos atuais sejam melhorados. Queremos creches com muros e com área de lazer ao ar livre.¹⁸⁸

185 GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A força da periferia – A luta das mulheres por creches em São Paulo*. Vozes: Petrópolis, 1985, p.112

186 TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches. In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs). *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015, p.21-34, p.25.

187 GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Op.cit.*, p. 118-119

188 Cf. Carta da Ceche. Movimento de Luta por Creches, 16/7/80. In: *Ibid.* p.120-121.

Durante esse processo de luta, constituiu-se a concepção da creche como um direito das crianças pequenas para garantia do seu desenvolvimento integral, contemplando as dimensões pedagógica, afetiva, intelectual, física e de promoção da socialização. Isso contribuiu para a superação do estigma em torno das creches, entendidas como sinônimo de orfanato ou apenas como política assistencialista. Essa luta também serviu para contestar a ideia da maternidade como destino da mulher, destacando a sua função social e a necessidade da participação dos pais (tomando corpo com a defesa da licença paternidade e com o slogan “o filho não é só da mãe”) e de toda a sociedade na criação e cuidado com as crianças.¹⁸⁹

De certa forma, a reorganização da esquerda, com a divisão das oposições, também vai afetar negativamente o movimento, contribuindo para a sua fragmentação com o fim da Coordenação Central para se articular por regiões, onde ficavam submetidos à direção de determinado partido de oposição, PT ou PMDB. Além disso, a própria forma de atuação, com pressões ao aparelho do Estado, que estava em disputa por setores da oposição, complicaria a questão. A prefeitura, ressaltando o custo para a construção das creches, apresentaria a proposta de conveniar as creches com entidades particulares e filantrópicas, o que gerou divergências no MLC por entrar em contradição com a reivindicação inicial por creches públicas e gratuitas. Além disso, muitas mulheres da periferia que participaram ativamente da luta por novas creches não puderam usufruir desta conquista com a limitação das vagas para as mulheres com renda inferior a 2 salários mínimos.¹⁹⁰

Rosemberg avalia que a participação do movimento feminista nesta luta teria sido episódica e que a escolha da pauta no I Congresso da Mulher Paulista se deu para escamotear divergências ao promover uma estratégia comum de mobilização que contemplaria desde feministas radicais - que reconheciam o anseio de mulheres de baixa renda e viam a possibilidade de contestação do papel tradicional de mãe - às que priorizavam a luta de classes - promovendo a organização das trabalhadoras, sem entrar na tão temida discussão sobre sexualidade, aborto e planejamento familiar que poderia estremecer a aliança com a Igreja. Além disso, a proposta de acompanhar a instalação de novas creches requeria maior disponibilidade física e psicológica das militantes, extrapolando a forma de organização em

189 TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches. In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs). *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015, p.21-34

190 ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil - o caso da creche. *Cad.Pesq.*, São Paulo (51), 73-79, nov.1984. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n51/n51a07.pdf> Acesso em 26 jun.2025.

grupos de reflexão e de realização de manifestações públicas.¹⁹¹ Apesar disso, essas lutas das mulheres da classe trabalhadora ganham um novo significado e valorização com o feminismo, quando potenciais parceiros de luta voltaram às coisas para essas demandas. As trocas entre o movimento de mulheres e o movimento feminista também proporcionaram um novo contexto de compartilhamento de experiências e abertura para a discussão de novos temas.

1.9 Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira

Como vimos, mudanças nas estruturas das organizações e nos discursos políticos que caracterizariam a oposição à ditadura nas décadas de 1960 e 1970 contribuíram para moldar movimentos políticos de mulheres e o florescimento de novos grupos. Os clubes de mães e associações de donas de casa foram a base da organização dos movimentos femininos em expansão. Inicialmente, foram responsáveis pela organização das mulheres por melhores condições de vida, vindo progressivamente a questionar o status desigual atribuído às mulheres e a estreitar vínculos com o movimento feminista de classe média no final da década de 1970, nesse processo, reivindicações de classe e gênero passariam a ser vistas como inseparáveis.¹⁹²

Em São Paulo, militantes do PCdoB tinham maior penetração nos Clubes de Mães, no Movimento contra o Custo de Vida e Associações de Donas de Casa. No entanto, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira foi hegemônico por militantes do PCB, assim como no CMB do Rio de Janeiro, com uma linha política que visava subordinar o feminismo à primazia da classe trabalhadora e à luta contra a ditadura. Enquanto o CMB-RJ nasceu da articulação de grupos feministas, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB-SP) tem sua origem no movimento de mulheres da periferia paulista.

Em São Paulo, em outubro de 1975, na Câmara Municipal, foi realizado o “Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista”, com patrocínio da Cúria Metropolitana e do Centro de Informações da ONU, sendo que a presença da Igreja contribuiu para limitar ainda mais os temas a serem discutidos e que ficaram restritos a: “a mulher e o direito”, “a mulher e a

191 ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil - o caso da creche. *Cad.Pesq.*, São Paulo (51), 73-79, nov.1984. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n51/n51a07.pdf> Acesso em 26 jun.2025.

192 ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1991, p.108.

educação”, “a mulher e a saúde” e “a mulher e a participação na sociedade”.¹⁹³ Este encontro aprovou a “Carta proposta da mulher paulista” e originou o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira que, posteriormente, em 1980, também adotaria o nome de Centro da Mulher Brasileira- Setor São Paulo.¹⁹⁴

Segundo Ribeiro, o evento é o ponto culminante de debates iniciados em março de 1975, quando a Sociedade de Amigos de Bairros organizaram o “I Encontro da Comunidade para Debater Problemas do Povo de São Paulo”, onde foram apresentados problemas sobre a precariedade da assistência materna e infantil e, como encaminhamento, foi formada uma comissão com 30 mulheres, a maioria com formação universitária, para investigar os problemas da mulher.¹⁹⁵

O Encontro foi organizado por militantes dos partidos comunistas e feministas independentes com o objetivo de construir mais uma frente de atuação política e compor um amplo movimento contra a Ditadura. Participaram do evento 38 entidades, incluindo representantes sindicais, dos partidos políticos (ARENA e MDB), da Igreja, de associações femininas, Frente Nacional do Trabalho, OAB, entre outras.

As comemorações do 08 de março tornaram-se momentos importantes de reunião e manifestação. Em 1976, mulheres organizadas no Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, o Movimento Feminino Pela Anistia, Associações de Donas de Casa, Clubes de Mães, jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres comemoraram a data no Museu de Arte de São Paulo em evento que contou com a exibição de filmes e debates. Em 1977, as mesmas organizações realizaram um debate na Fundação Getúlio Vargas sobre a situação da mulher na sociedade, dando especial atenção às de baixa renda. Associações de Donas de Casa e Clubes de Mães também se reuniram para debater reivindicações e sua organização na Igreja da Penha. Em 1978, as comemorações foram acrescidas de manifestações no Sindicato de Metalúrgicos de Santo André e na Igreja da Ponte Rasa. Além disso, no auditório da PUC-SP, nove grupos de mulheres discutiram temas como a situação da mulher na família, na comunidade e na sociedade, que serviu de base para a elaboração do primeiro documento de

193 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.182.

194 ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1991, p.120.

195 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Op. cit.*, p.182.

reivindicações da mulher paulista. Por sua vez, este documento foi utilizado para a construção da Carta dos Direitos da Mulher, formulada para as eleições.¹⁹⁶

O I Encontro da Mulher Paulista, realizado dias 4, 5 e 8 março de 1979, no Teatro Ruth Escobar, encerrou as comemorações do dia internacional da mulher naquele ano, que foi maior do que as dos anos anteriores. As atividades aconteceram em diferentes pontos do estado de São Paulo, tais como o debate organizado pelo Clube de Mães na Igreja de São Miguel Paulista; dirigentes feministas participaram de debate em programa da TV Bandeirantes; o Movimento Feminino pela Anistia convocou um ato para a Câmara Municipal de São Paulo, do qual participaram a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, Movimento Renovação Cristã, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e Diretório do MDB.

Uma pesquisa realizada nos bairros definiu os temas que seriam debatidos no I Encontro da Mulher Paulista: “trabalho doméstico, situação da mulher trabalhadora, creche, educação e sexualidade feminina, reprodução e controle da natalidade, e participação da mulher na sociedade”¹⁹⁷. É perceptível, comparando os temas de 1975 e 1979, que houve um avanço da pauta feminista. A inclusão da sexualidade como tema do debate se deve, segundo Ribeiro, à pesquisa realizada pela psiquiatra Deise Becker, que indicou que 50% das mulheres de baixa renda entrevistadas seriam frígidas. Segundo Alvarez, durante o Congresso foram as próprias mulheres das classes populares que relacionaram a falta de condições de vida dignas e a exaustão decorrente da longa jornada trabalho como explicações para a falta de satisfação sexual. Foi justamente esse setor que teria apresentado as reivindicações mais radicais sobre essas questões e que denunciaria a prática de curetagem sem anestesia como forma de punição às mulheres que recorriam ao aborto, aliás, outro tema que dividia as opiniões das participantes.¹⁹⁸ Ademais, foi criticada a ausência de uma política de planejamento familiar, já que era corrente a crítica de que o Estado teria imposto na prática o controle da natalidade com a distribuição de anticoncepcionais pela BEMFAM. Nas palavras de Lúcia Amaral, militante que atuou no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris:

O I Congresso em 1979, foi para as feministas, o Congresso da descoberta. Nossos problemas tinham eco nas mulheres da periferia. Mesmo questões como sexualidade, direito ao prazer, que julgávamos fora do universo dessas mulheres, ocuparam um

196 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.265-266.

197 *Ibid.*, p.268

198 ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1991, p.114.

espaço grande nas discussões que foram feitas, e com muito interesse de todas as participantes. Foi um congresso com linguagem e temas essencialmente feministas.¹⁹⁹

O objetivo do I Congresso – organizado pela Associação de Donas de Casa, Sociedade Brasil Mulher, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Clubes de Mães, Associação das Mulheres, Movimento do Custo de Vida, Frente Nacional do Trabalho, Oposição Sindical SABESP e CETESB, Casa de Cultura de Guarulhos com o apoio do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Igreja de Vila Matilde e o Serviço de Orientação à Família da Zona Sul - era organizar as mulheres nos bairros e entidades de classe, com a criação de uma coordenação para centralizar as lutas para esta finalidade. No que diz respeito às resoluções congressuais aprovadas:

As reivindicações que levantamos foram muitas e todas elas serão objeto de nossa luta. Mas, nesse primeiro momento, vamos construir a nossa unidade em torno de uma luta por três pontos:

1º) Creches- totalmente financiadas pelo Estado e empresas, próximas aos locais de moradia e trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças e que contem com a participação dos pais na orientação pedagógica.

2º)Pela Equiparação Salarial, por trabalho igual, salário igual. Por melhores salários para todos os trabalhadores.

3º)Contra o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco – pelo direito e condições sociais que permitam realmente optar por ter ou não filhos em bom estado de saúde e demais garantias de vida.

Portanto, a nossa luta é:

Por melhores salários para todos os trabalhadores.

Pelo direito de greve.

Por equiparação salarial de homens, mulheres e crianças.

Contra o trabalho noturno para ambos os sexos.

Que as empresas aceitem pessoas com mais de 35 anos.

Por melhores condições de vida, moradia e trabalho;

Pela profissionalização das mulheres;

Pela oportunidade de trabalho para mulheres casadas;

Pela garantia de emprego para a gestante e que as mulheres não sejam obrigadas a provar que não estão grávidas quando vão ser admitidas no emprego;

Pelo fim da educação repressiva e diferenciada entre os sexos;

Contra o uso de contraceptivos sem assistência médica regular e frequente;

Pelo direito de termos filhos que desejarmos;

Pela instalação de creches gratuitas próximas aos locais de moradia e trabalho;

Pelo direito de se organizar e expressar livremente;

Pela anistia ampla geral e irrestrita.²⁰⁰

A lista de reivindicações, cuja maioria é de “lutas gerais”, não é suficiente para ilustrar a participação de 900 mulheres que, em sua heterogeneidade, conseguiram um diálogo franco

199 AMARAL, Lúcia. O balancê do mulherio. *Em Tempo*. São Paulo, 8 de março de 1981. In: RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.267.

200 Documento oficial do Primeiro Congresso da Mulher Paulista. Encarte Especial publicado pelo Jornal Brasil Mulher. Ver: *BRASIL MULHER*, ano 4, abril de 1979, p.3.

sobre o direito ao prazer sexual, o problema da educação diferenciada e questões cotidianas que fortaleceram o sentimento de união e a necessidade de ocupar outros espaços como partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos. O ato de encerramento do Congresso contou com mais de 2 mil mulheres, apesar de ter sido dividido, já que o Movimento Feminino pela Anistia organizou um ato separado na Câmara Municipal. Como vimos, também foi neste congresso que surgiu o Movimento de Luta por Creches.

O ano de 1979 foi importante para o feminismo paulista devido ao sucesso do I Congresso da Mulher Paulista, o que contribuiu para dar visibilidade à pauta, além de servir como estímulo à ampliação do movimento com a criação de novas entidades, incluindo a organização de trabalhadoras em departamentos dentro dos seus sindicatos e a Frente de Mulheres Feministas, criada por Ruth Escobar para reunir celebridades que se opunham à ditadura militar e se identificavam com as ideias feministas.²⁰¹ Essa Frente organizou uma série de debates sobre a participação política da mulher, prostituição, violência sexual, trabalho doméstico, aborto, entre outras, conquistando espaço nos meios de comunicação e na grande imprensa.²⁰²

A crescente expressividade do movimento chamou a atenção de partidos e organizações políticas legais e clandestinas. Até então, militantes organizadas participavam individualmente do movimento feminista, mas muitas organizações voltaram os seus olhares para o mesmo visando disputar os seus rumos. O crescente interesse se expressou no aumento de entidades disponíveis para organizar o II Congresso da Mulher Paulista, com 56 entidades em contraposição às 9 que participaram da organização do I Congresso.²⁰³

Segundo Teles, neste congresso ficou explícita a disputa entre partidos políticos legais (PMDB e PT) e os clandestinos (PCdoB, PCB e MR-8), assim como a questão de como lidar com determinadas pautas feministas, como o aborto, pela preocupação com a repercussão desta reivindicação sobre a ala progressista da Igreja. Ou, ainda, o debate sobre a relação entre lutas gerais e específicas, que também compreendia certa desconfiança com a auto-

201 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.287.

202 MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em Movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo: Nobel, Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985, p.5.

203 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Op. cit.*, p.289.

Maria Amélia de Almeida Teles menciona 52 entidades na organização do II Congresso. TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo é História. 145, p.131-133

organização das mulheres. Uma questão que também se colocava para as militantes que atuavam no movimento feminista era até onde submeter as demandas das mulheres aos limites impostos pelos partidos.²⁰⁴

Segundo Ribeiro, o II Congresso tinha por objetivos incentivar a organização das mulheres em torno de suas lutas específicas, unificando-as. A proposta era de que todo grupo que tivesse um trabalho com mulheres pudesse participar da organização do congresso. Os temas propostos para discussão no congresso foram:

I. A Mulher - 1. Educação diferenciada, 2. Relação homem-mulher, 3. Educação sexual, 4. Sexualidade, 5. Violência sexual, e 6. Imagem da mulher nos meios de comunicação; II. A Mãe - 1. Maternidade, 2. Contracepção e planejamento familiar, 3. Aborto, 4. Mãe solteira, e 5. Creche; III. A trabalhadora doméstica - 1. Trabalho doméstico, 2. Profissionalização, e 3. Subemprego; IV. A trabalhadora assalariada - 1. Congressos de trabalhadoras, 2. Incorporação das reivindicações do I Congresso da Mulher Paulista, e 3. Departamentos femininos. Ainda seriam discutidos: a) Participação política da mulher; e b) Organização das mulheres.²⁰⁵

No entanto, o temário tornou-se um dos principais pontos de discórdia entre as diversas entidades que se somaram à organização do evento. Participaram do primeiro dia do encontro 3,5 mil pessoas, mas o congresso não chegou a ser concluído em meio às disputas pela sua direção por parte de setores da esquerda que buscaram combater, até mesmo apelando para agressões físicas, o “autonomismo” que se manifestava no movimento.

Um setor de mulheres que se reivindicavam feministas resolveu concluir o Congresso em Valinhos, dias 21 e 22 de junho de 1980, onde puderam debater temas como o combate à violência doméstica, o direito à contracepção, direito ao corpo, direito ao prazer, entre outros. Também participaram deste encontro militantes do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF).

Precavidas com as crises no II Congresso, as mulheres buscaram uma organização diferente, com a eleição de delegadas por regiões ou categorias profissionais. O mesmo grupo que provocou a cisão do II Congresso disputou a coordenação do III Congresso. Não obstante, desta vez a coordenação reunida derrotou as propostas deste grupo para alterar a composição da coordenação e o regimento dos trabalhos do Congresso que já estavam em andamento.

204 Maria Amélia de Almeida Teles menciona 52 entidades na organização do II Congresso. TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo é História. 145, p.131-133

205 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.291

O III Congresso da Mulher Paulista, realizado nos dias 7 e 8 de março de 1981, se dividiu em dois. A cisão estava relacionada aos posicionamentos de militantes do MR-8, que arregimentaram entidades de classe e de bairro para combater grupos feministas e inclusive chegaram a defender que lésbicas não deveriam participar do movimento “feminino”. Dirigentes do PCdoB e do PCB também pressionaram suas militantes para que se aliassem ao MR-8. Com a cisão foram realizados dois congressos, sendo que as militantes do PCdoB participaram de ambos. Reunidas no Pacaembu, a proposta do MR-8 envolvia a criação de uma Federação das Mulheres do Brasil, tentando reeditar a Federação de Mulheres de 1940. A proposta foi aprovada em São Paulo, mas recusada no II Congresso da Mulher Fluminense, também em 1981, e nos estados de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraíba, Minas Gerais e Goiás.²⁰⁶

O outro congresso foi realizado na PUC-SP em um clima de preocupação pela divisão no movimento feminista, o que alertou muitas militantes feministas que não estavam organizadas em partidos políticos sobre as tentativas de disputa pela direção deste movimento, além do receio com organizações aliadas que eram reticentes sobre pautas como o direito ao aborto. Teles considera que a disputa entre os partidos políticos pela hegemonia do movimento, desrespeitando a dinâmica e a organização mais ampla das mulheres, foi o principal motivo da cisão dos congressos. Ainda que houvesse também, entre os partidos de esquerda, a não-aceitação de pautas específicas, como o direito da mulher ao seu próprio corpo.²⁰⁷

As bandeiras de luta adotadas neste Congresso foram:

1. Pelo direito da mulher ao trabalho e contra a sua discriminação, 2. Pelas creches nos locais de trabalho e moradia, 3. Contra o controle de natalidade imposto pelo governo e pelo direito à maternidade consciente, e 4. Incentivo à participação das mulheres nas lutas operárias, populares e políticas, e sua organização em entidades às quais pudessem encaminhar suas questões específicas.²⁰⁸

Com a recusa deste congresso em incorporar a luta por “Assembleia Constituinte livre, democrática e soberana”, militantes do PCdoB começaram a questionar as resoluções congressuais, colocando em dúvida a legitimidade do congresso quando havia outro sendo

206 TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo é História. 145, p. 124-126.

207 *Ibid.*, p. 131-133

208 RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 302

realizado no Pacaembu. Passaram a defender que o movimento incorporasse as resoluções de ambos os congressos.

A partir de 1981, com o racha do III Congresso da Mulher Paulista, a fisionomia do movimento feminista se transformaria, com o aumento dos grupos focados em debater questões específicas das mulheres. A crise já vinha sendo gestada no período anterior aos congressos e também se expressaria nas disputas internas de um dos jornais feministas do período, o Brasil Mulher:

É interessante destacar que o jornal Brasil Mulher, que na época do Congresso estava na sua edição número 15 — e já vinha enfrentando o debate “classe versus gênero” desde a saída de Joana Lopes (editora e fundadora do periódico), na edição número 7 —, tem sua publicação cancelada a partir do número 16.²⁰⁹

1.10 A Década de 1980

Participar da política foi o dilema dos anos 80. O período pós-ditadura abriu algumas vertentes ao movimento de mulheres: continuar atuando nos movimentos sociais, entrar para o Legislativo, para o Executivo. Esta polêmica atravessou o movimento feminista e o movimento de mulheres (não feminista). A decisão teve um cunho, antes de nada, partidário. As mulheres optaram por cada uma dessas vertentes, ora movidas pelas diretrizes de seus grupos, ora por opções pessoais.²¹⁰

Pesquisadores do movimento feminista identificam a divisão do III Congresso da Mulher Paulista, em 1981, como uma tendência que viria a se repetir em outros encontros de mulheres nesta década, quando ficou explícita a diversidade do movimento de mulheres e a dificuldade de união. No Rio de Janeiro, a cisão se deu em 1979, quando o Centro da Mulher Brasileira passou por um racha no I Encontro Nacional de Mulheres que viria a originar o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro. Esses processos de ruptura estão ancorados nas diferentes concepções políticas de quem atuava no movimento, especialmente, a oposição entre luta geral e luta específica, potencializadas pelo processo de reorganização da esquerda e dos movimentos sociais com a progressiva abertura política. Segundo Moraes, militantes de organizações da esquerda passariam a atuar nos departamentos de partidos e sindicatos, enquanto grupos de militantes feministas se voltariam para questões específicas, como o tema da saúde da mulher e o combate à violência.²¹¹

209 CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 132f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), ECA - Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2004, p.70.

210 BLAY, Eva. *Mulher e Estado* (mimeo). Artigo apresentado no seminário Feminismo no Brasil, NEIM/UFBA, 1988. *Apud* SCHUMAER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no Governo: álbi ou conquista? *Ponto de Vista*, ano 1, 348, 2º semestre de 93, p. 348-364, p.350.

211 MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em Movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo: Nobel, Conselho Estadual da Condição Feminina,

Segundo Mulherio, a tônica das manifestações do 8 de março de 1981 conteve a contradição de expansão do movimento de mulheres no país e divisões oriundas das tentativas de aparelhamento do movimento por grupos políticos partidários. É visível no texto como a polêmica entre lutas gerais e lutas específicas se exacerbava. A citação é longa, mas apresenta um panorama da situação em diferentes estados brasileiros:

"As divergências que ocorreram em São Paulo, repetiram-se em outros Estados. No Rio, as comemorações se realizaram no Sindicato de Metalúrgicos, com o predomínio das facções políticas sindicais e estudantis, em detrimento das organizações de mulheres. A mesa privilegiou as questões gerais como a carestia e o controle da natalidade, e não aquelas mais ligadas à situação da mulher. As feministas encontraram dificuldades para se manifestar e uma encenação sobre o problema da violência, a cargo do Grupo do Teatro do Oprimido foi impedida de continuar. Tudo isso provocou o protesto dos movimentos feministas do Rio, para as quais o encontro foi inteiramente manipulado.

No Recife, os grupos Ação Mulher, Mulher do Nordeste e Brasil Mulher optaram por não participar do 2º Encontro de Mulheres de Pernambuco, dominado por elementos do PMDB, por discordarem fundamentalmente da pauta proposta, que não se referia aos problemas específicos das mulheres. Duas feministas que procuraram entrar no encontro foram agredidas.

Em Porto Alegre, também se realizaram dois encontros: um na Assembléia(sic.) Legislativa, de iniciativa da corrente da "Hora do Povo", que reuniu cerca de 100 mulheres, quase todas trazidas em ônibus fretados. Outros grupos feministas se reuniram no Colégio do Rosário, onde compareceram aproximadamente 400 mulheres, para discutir suas questões específicas.

(...)

Em Curitiba e em Belo Horizonte, houve encontros unitários. O 2º Encontro da Mulher Mineira teve o apoio do PT, do PMDB, de entidades estudantis e sindicais do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte. Tratou-se muito mais, entretanto, de questões gerais.

Em Fortaleza, a União de Mulheres Cearenses realizou no Colégio Oliveira Paiva o 2º Encontro da Mulher Cearense, que foi marcado por um incidente, ao se descobrir que entre as pessoas presentes havia quatro agentes femininas da Polícia Federal. Elas foram forçadas a abandonar o recinto por pressão da maioria e, em consequência, várias mulheres receberam intimações para comparecer à sede da Polícia Federal no Ceará, a fim de prestarem esclarecimentos. (...)

Ainda no Nordeste, o Centro da Mulher de João Pessoa realizou uma série de debates e de espetáculos de teatro de 8 a 12 de março, além de dar entrevistas aos meios de comunicação sobre o significado do Dia Internacional da Mulher.

Em Brasília, realizou-se um encontro regional com a presença da jornalista Irene Cardoso da "Folha de S. Paulo". Estavam representados o grupo Brasília Mulher do Distrito Federal, a Associação de Mulheres de Goiânia e o Movimento de Mulheres de Campo Grande, todos de organização recente.

Em Florianópolis, a comemoração foi feita a 13 de março, com um debate sobre a situação da mulher na Câmara Municipal, organizado pelo comitê do Movimento de Mulheres Catarinenses. Grupos feministas que não integram o comitê preferiram limitar sua atuação a entrevistas à imprensa sobre o tema do feminismo.²¹²

Outra mudança na configuração do movimento se dá na campanha eleitoral de 1982, quando feministas ligadas ao PMDB defenderam a criação de um organismo vinculado ao

1985, p.10-11

212 CUNHA, Maria Carneiro da. 8 de março. *MULHERIO*, São Paulo, ano 1, n. 1, maio/junho de 1981, p.6

Estado, em São Paulo, para combate permanente à discriminação contra a mulher. Em 1983, o governador de São Paulo criou o Conselho Estadual da Condição Feminina, presidido por Eva Blay, e que não dispunha de verba própria. O exemplo não ficou restrito a São Paulo, tendo sido criados conselhos também em Minas Gerais e no Paraná. Com isso, quadros do movimento feminista migraram para o Estado e atuaram para concretizar reivindicações históricas do movimento feminista, como a luta por creches. Nesse contexto, também foi criada a Delegacia de Defesa da Mulher.²¹³

Os Conselhos Estaduais já compunham a estratégia de ocupar espaços de poder, visando eliminar discriminações na construção da nova democracia. Duas tendências com visões políticas e estratégias diferentes confrontavam-se no feminismo. Havia a posição de que não seria possível avançar nos direitos das mulheres no sentido mais amplo sem uma ação coordenada a partir do Estado. Enquanto outras argumentavam que a participação no Estado poderia representar uma manipulação das propostas feministas, um esvaziamento da sua possibilidade de transformação, defendendo que o movimento deveria se manter fora do Estado. As posições se enfrentaram no VII Encontro Nacional Feminista, realizado nos dias 5 a 7 de abril de 1985, em Belo Horizonte.²¹⁴

O movimento de mulheres em São Paulo passou por uma transformação qualitativa acentuada com o desaparecimento de grupos como o Brasil Mulher, Nós Mulheres e Associação de Mulheres. Avançava a consciência social sobre a opressão da mulher, mas o movimento feminista se atomizava. Em Recife, o grupo Ação-Mulher atuava junto com o “novo” feminismo dos grupos voltados para ações mais específicas e mais concretas, como o SOS-Corpo. Na Bahia, ainda que menos atuantes, os grupos se organizaram em torno da pauta da opressão da mulher.²¹⁵

Esse processo foi captado pelo *Mulherio*, em número de 1984, atribuindo a crise pela qual passava o movimento feminista às mudanças na produção teórica do movimento com a revisão de posições e ao cenário de dissolução e esgotamento de grupos feministas atuantes no Brasil:

Toda essa linha editorial tem a ver com a tão falada crise do feminismo. Uma crise que começou a ser detectada pela imprensa no ano passado, quando a pioneira Betty

213 CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 132f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), ECA - Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2004, p.57-58.

214 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 3258-3274. E-book.

215 MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em Movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo: Nobel, Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985, p.11-12

Friedan lançou o livro *A Segunda Etapa*, propondo, de certa forma, uma volta à família - uma mudança enorme para quem, em 1963, construíra as bases do feminismo americano com *A Mística Feminina*, um retrato doloroso do enclausuramento da dona de casa.

Este ano, um novo lançamento editorial surgiu com grande impacto: a australiana Germaine Greer, que em 1970 escrevera o best-seller *A Mulher Eunuco*, agora lança *Sex and Destiny* (*Sexo e Destino*). Com ideias tão polêmicas como estas: mais vale a castidade que a pílula anticoncepcional; o movimento feminista levou o corpo feminino a estar permanentemente acessível ao homem; os adolescentes de hoje aprendem a praticar sexo como higiene mental, ou algo como escovar os dentes todas as noites.

Mas essa crise não está só nos livros. Está também no cotidiano dos grupos feministas. Aqui em São Paulo, muitas das líderes do movimento, aquelas que organizavam todos os anos as comemorações de 8 de março, agora estão sem motivação para continuar na militância. Um grupo que vinha obtendo grande repercussão na opinião pública, o SOS Mulher, simplesmente acabou. E não é que acabaram os nossos problemas específicos de mulheres. Só para ficar no exemplo do SOS, estão longe sequer de diminuir os estupros, os espancamentos, os assassinatos... O desaparecimento de grupos importantes não ocorre só em São Paulo. Mulherio recebeu há pouco uma carta de Áurea, de Porto Alegre, informando que o grupo Costela de Adão não se reúne há uns dois anos, “por motivo de auto-dissolução espontânea”.

Eu acho que isso acontece porque a crise está, na verdade, dentro de nós, no cotidiano das mulheres que poderíamos chamar genericamente de “liberadas”. E que nos flagramos agora com um certo mal-estar, desencanto, cansaço com alguns rumos a “liberação” trouxe às nossas vidas.²¹⁶

1.11 A participação das mulheres na Constituinte

Em 1984, feministas que tinham participado da criação do Conselho de Condição Feminina e Ruth Escobar, então deputada estadual, organizaram em São Paulo o “Seminário Mulher e Política” para debater a formação de um organismo oficial de direitos das mulheres. Neste mesmo ano, Ruth Escobar, parlamentares, feministas e mulheres reconhecidas na academia e na cultura fizeram uma visita a Tancredo Neves - então governador de Minas Gerais e nome indicado pela oposição como candidato à Presidência da República - objetivando negociar o seu compromisso na criação de um órgão federal para as mulheres. Segundo Schumaer e Vargas:

O “novo jeito de fazer política”, um dos slogans do seminário, lembrava muito mais um “velho jeito”, na opinião de algumas feministas, uma vez que os passos dessa articulação se davam sem prévia discussão com os grupos de mulheres e sem o reconfortante consenso que pautava a maioria das ações do movimento feminista.²¹⁷

Tancredo Neves, apoiado pela Aliança Democrática, foi eleito com voto indireto do Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, mas faleceu em abril de 1985. Seu vice, José Sarney, do partido apoiador da ditadura, assumiu a Presidência, mas manteve as promessas de Tancredo,

216 BORGES, Adélia. Vamos que vamos! Ou: voltamos que voltamos! *MULHERIO*, São Paulo, ano IV, São Paulo, n. 16, maio-junho de 1984, p.2-3.

217 SCHUMAER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no Governo: álibi ou conquista? *Ponto de Vista*, ano 1, 348, 2º semestre de 93, p. 348-364, p.353.

indicações para ministros e o compromisso de criar um organismo de direitos da mulher. Comba Marques Porto, Leonor Nunes Paiva, Florisa Verucci, Silvia Pimentel, Hildete Pereira de Melo, Maria Aparecida Schumacher (Schuma), entre outras, elaboraram uma proposta considerando que poderia ser um órgão ministerial ou uma secretaria especial.²¹⁸

Como apontamos anteriormente, o movimento feminista se viu dividido entre as que defendiam a participação em estruturas institucionais do Estado para a formulação de políticas públicas voltadas para questões de gênero, as que apoiavam a iniciativa sem maior envolvimento e as que a viam com receio de que o movimento pudesse perder a sua autonomia. No documento do VII Encontro Nacional Feminista, realizado em Belo Horizonte, em abril de 1985, o movimento mencionava possíveis armadilhas do Estado:

- os órgãos oficiais detêm o poder econômico e oferecem vantagens pessoais, enquanto que os grupos feministas não têm nada a oferecer;
- as entidades oficiais (termo usado na ocasião para designar instituição governamental) se apropriam do discurso feminista cooptando-o ou esvaziando-o, até transformá-lo em modismo;
- a garantia da permanente formulação de uma política de vanguarda está na independência do movimento. "... não pretendemos ser levadas a reboque..."²¹⁹

A proposta original de criação do Conselho foi repudiada pela forma (decreto-lei) e pela condução antidemocrática do processo. No entanto, o movimento apresentou as seguintes exigências para a criação de um Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na Carta de B.H:

- criação do CNDM mediante projeto de lei; como forma de garantir ampla participação da sociedade civil e das mulheres;
- atribuição de dotação orçamentária própria;
- identificação do órgão com a luta contra a discriminação e a opressão da mulher;
- qualquer parlamentar que venha a ocupar cargo no conselho deve licenciar-se de seu mandato;
- viabilização da participação do movimento de mulheres na elaboração, execução e acompanhamento das políticas oficiais;
- o conselho deve expressar as reivindicações do movimento de mulheres sem pretender representá-lo ou substituí-lo;
- e, finalmente, a adoção do critério de composição do conselho baseado na trajetória feminista de suas participantes.²²⁰

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado pela lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985, tornou-se um instrumento de mobilização das mulheres para acompanhar os trabalhos da Constituinte. O Conselho era híbrido, porque tinha conselheiras da sociedade civil e do Estado, uma estrutura técnica com recursos (Fundo Especial dos Direitos da

218 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 3329-3351. E-book.

219 SCHUMAER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no Governo: álbi ou conquista? *Ponto de Vista*, ano 1, 348, 2o semestre de 93, p. 353

220 *Ibid.*, p.353.

Mulher), autonomia administrativa e financeira. Sua estrutura incluía uma diretoria executiva, uma diretoria técnica, estrutura contábil e administrativa, além de comissões temáticas sobre trabalho, saúde, constituinte, mulher rural, legislação, educação, mulher negra, cultura, violência e creche. Também foi criado um Centro de Documentação e tinha uma assessoria de imprensa.²²¹

As primeiras conselheiras do CNDM foram Eunice Mafalda Michiles, Lélia de Almeida Gonzáles, Ruth Cardoso, Jacqueline Pitanguy, Rose Marie Gebara Muraro, Marina Colassanti, Tizuko Yamazaki, Maria da Conceição Tavares, Maria Elvira Salles Ferreira, Cristina Tavares, Benedita da Silva, Irondi Pugliesi, Nair Goulart, Leila de Abreu, Nair Guedes e Ana Montenegro. Como suplentes foram designadas Lúcia Arruda, Maria Betânia Melo D'Ávila e Maria Lúcia D'Ávila Pizolanti.²²²

As integrantes do Conselho entendiam que o feminismo não deveria ficar restrito a ele e viam a necessidade de atuação para irradiar a política de mulheres para as demais instâncias do governo, tendo buscado o diálogo com os Ministérios do Trabalho, da Educação, da Saúde, da Cultura, da Justiça e da Reforma Agrária. Desde a criação, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher tinha o compromisso de intervir no processo Constituinte.

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi convocada a partir de emenda à Constituição enviada pelo então Presidente José Sarney ao Congresso Nacional em 05 de julho de 1985 e tinha caráter congressional-unicameral, ou seja, a Câmara dos Deputados e do Senado Federal foram igualados como constituintes, totalizando 559, dos quais 487 da Câmara dos Deputados e 72 do Senado - sendo que menos de 5% eram mulheres. A distribuição dos cargos de presidente, 1º e 2º vice-presidentes e relator das comissões e subcomissões foi definida por meio de acordo entre os maiores partidos, PMDB e PFL. O então presidente também constituiu uma Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos.²²³

Em 1985, o CNDM iniciou sua ação atendendo e acompanhando o processo Constitucional, mobilizando as mulheres de todo o país e sensibilizando setores da sociedade.

221 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 3381-3404. E-book.

222 PIMENTA, Fabrícia Faleiros. *Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*. 2010. 328 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p.80

223 SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p.165-173

O processo constituinte era dividido em temas como direitos individuais, direitos sociais, família, violência e direitos reprodutivos. O CNDM descentralizava a campanha, engajando movimentos de mulheres nos estados, articulando com assembleias legislativas e conselhos estaduais e municipais.²²⁴

A reivindicação por uma Constituinte livre e soberana em circulação no país a partir de 1985 gerou intensa mobilização entre as feministas. Moema Viezzer, em entrevista concedida à Salete Silva, entende que o 1º Encontro Nacional de Educação Popular e Movimento de Mulheres, realizado em novembro de 1985, em Piracicaba (SP), pela Rede Mulher de Educação²²⁵, foi o início da campanha das mulheres pela Constituinte a partir da deliberação de mulheres de 21 estados da federação. Com este intuito foi organizado o boletim “Nós e a Constituinte”, cujo trabalho articulou 700 grupos de 14 estados, envolvendo aproximadamente 25 mil mulheres.²²⁶ Além de redigir um manifesto a ser enviado ao então Presidente José Sarney exigindo a participação das mulheres dos movimentos populares na Constituinte.²²⁷

Nacionalmente, a campanha “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, pela participação das mulheres na constituinte, foi lançada pelo CNDM junto com o movimento feminista em 26 de novembro de 1985, tendo como slogans "Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher", "Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher" e "Constituinte sem mulher fica pela metade". A campanha era chamada por Ruth Escobar - presidente do Conselho até 1986, quando se afastou para se candidatar a deputada estadual, tendo sido substituída por Jacqueline Pitanguy - como “Alerta mulher para a Constituinte”, e foi criada para distribuir 30 mil cartilhas sobre as reivindicações das mulheres, além de estimular candidaturas femininas para a Assembleia Nacional Constituinte. O Programa Geral da Campanha previa: o lançamento da campanha nos estados com a realização de seminários, palestras e debates; a realização de um encontro nacional para aprovar a carta das mulheres

224 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 3702-3711. *E-book*.

225 "A Rede Mulher é uma instituição e uma proposta de trabalho a serviço do movimento popular de mulheres. Surgiu em 1982, a partir de uma ideia da socióloga e educadora Moema Viezzer, tendo como principal linha de ação a pesquisa participante, a educação e a comunicação popular entre mulheres organizadas ou em fase de organização, em São Paulo e outros estados." Fonte: *MULHERIO*, São Paulo, ano IV, n. 17, julho-agosto de 1984, p.18.

226 MICHILES, Carlos, *et al.* *Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.89.

227 SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p.132-133

para a Assembleia Nacional Constituinte; desencadear uma campanha nacional para coleta de assinaturas pelas reivindicações das mulheres; produção de materiais diversos de campanha (como livros, folhetos, filmes); acompanhar, monitorar e ter participação ativa nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte junto com o movimento de mulheres.²²⁸

Comba Marques Porto, coordenadora da Comissão de Constituinte do CNDM, comentou que o conselho buscou levar ações para todas as capitais e cidades onde tinha movimento feminista organizado, formando uma rede de debates sobre os direitos a serem incluídos na Constituição. O CNDM também lutou por maior participação feminina no Congresso, através da campanha supracitada, influenciando as eleições de 1986. Foram eleitas 26 constituintes mulheres para 513 homens: Abigail Feitosa, Anna Maria Rattes, Benedita da Silva, Beth Aziz, Beth Mendes, Cristina Tavares, Dirce Tutú Quadros, Eunice Michiles, Irma Passoni, Lídice da Mata, Lúcia Braga, Lúcia Vânia, Márcia Kubitschek, Maria de Lourdes Abadia, Maria Lúcia, Marluce Pinto, Moema São Thiago, Myrian Portella, Raquel Cândido, Raquel Capiberibe, Rita Camata, Rita Furtado, Rose de Freitas, Sadie Hauache, Sandra Cavalcanti, Wilma Maia.²²⁹ Mas ficaram 25 deputadas constituintes com a saída de Beth Mendes para ocupar a Secretaria de Cultura de São Paulo. É interessante observar que a bancada feminina tinha uma posição política mais conservadora: 19 deputadas eram filiadas a partidos de direita e centro-direita (PSDB, PMDB, PFL e PTB), enquanto 07 são de partidos de centro-esquerda e esquerda (PSB, PT, PDT e PCdoB).²³⁰

O CNDM deu assistência aos conselhos estaduais e municipais da condição feminina e, onde estes não existiam, às entidades e grupos de mulheres. Foram realizados inúmeros seminários, atos públicos, atividades artísticas e culturais, palestras e debates em todo o país orientados pela pergunta “O que é preciso mudar?”.²³¹ Grupos de mulheres de cada estado se engajaram, paulatinamente, em atividades em defesa de seus direitos na Constituinte. O jornal *Mulherio*, edição de 1986, destacou as atividades desenvolvidas: a Secretaria de Participações em São Paulo tinha uma linha telefônica para recolher sugestões para a Constituinte; em

228 SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p.135

229 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 3718. *E-book*

230 PIMENTA, Fabrícia Faleiros. *Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*. 2010. 328 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p.38

231 SILVA, Salete Maria da. *Op. cit.*, p.136

Petrolina, mais de 300 mulheres participaram do 1º Encontro da Mulher do Sertão, sobre o tema da constituinte; outras atividades também foram realizadas no PR, SC, RS, ES, PB, AL, SP e RJ; no Rio de Janeiro, uma moradora de favela organizou uma peça na Baixada fluminense intitulada “Mulher e Constituinte”.²³²

No período entre a campanha lançada pelo CNDM e a eleição dos parlamentares, as mulheres estiveram intensamente mobilizadas. Essa organização culminou no Encontro Nacional Mulher e Constituinte, realizado em 26 de agosto de 1986, em Brasília, com a participação de 1.500 a 2.000 mulheres. Os debates e as propostas foram discutidos em 12 Grupos de Trabalhos ou Comissões Temáticas, organizados por uma coordenadora e uma relatora, além de contar com a presença de advogadas. Segundo Salette Silva, os temas do encontro abrangiam as seguintes questões: “violência, família e direito civil, educação, discriminação racial, cultura, terceira idade, saúde, trabalho no campo, creche, participação política, trabalho nos centros urbanos e questões nacionais e internacionais.”²³³

Neste encontro, foi escrita a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, cuja redação final foi feita por Jaqueline Pitanguy, Floriza Verucci, Branca Moreira Alves, Leila Pimentel, Comba Marques Porto, Nair Guedes e Ana Montenegro. A entrega da carta a Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, ocorreu no dia 26 de março de 1987. Na ocasião, o Salão Nobre da Câmara foi composto, pela primeira vez, quase totalmente por mulheres. Paralelamente, a carta também foi entregue a todas as Assembleias Legislativas dos estados e remetidas aos constituintes e lideranças partidárias.²³⁴

Uma vez entregue a Ulysses Guimarães tem início o processo de defesa das propostas, o que envolvia percorrer os gabinetes dos(as) deputados(as), senadores(as), líderes dos partidos, assessores(as) para formar uma base de apoio entre os(as) parlamentares, o que durou até a promulgação da Constituição. A maior parte das reivindicações das mulheres só foi mantida porque houve uma aliança entre a bancada feminina e o trabalho de sensibilização de outros constituintes. A Assessoria do CNDM coordenava a bancada das mulheres e sua articulação com o conselho.²³⁵

232 *MULHERIO*, São Paulo, ano VI, n. 25, março/agosto de 1986, p.14.

233 SILVA, Salette Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p.152

234 *Ibid.*, p.154-158

235 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 3906. *E-book*.

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi instalada em 01/02/87 e as comissões foram instaladas em 31/03/1987. O Regimento interno previa oito comissões, com 63 membros titulares e 63 suplentes em cada uma. As comissões eram divididas em 24 subcomissões com 45 membros titulares e 45 suplentes. Além disso, tinham comissões de sistematização. Os relatores redigiam o projeto em 30 dias, submetiam-no às subcomissões para a realização de audiências públicas com a representação da sociedade civil. As subcomissões tinham 5 dias para receber as ementas, discuti-las e votá-las.²³⁶

A pauta com as reivindicações do Conselho foi construída com movimentos, associações, sindicatos e grupos feministas em direta comunicação com o CNDM. As correspondências que chegavam ao conselho eram analisadas por um grupo de trabalho e também por uma comissão de advogadas que auxiliava a comissão de legislação, dando forma legal às demandas. O CNDM buscou o diálogo com a sociedade através dos meios de comunicação, buscando informar sobre a agenda feminista e influenciar a população para, assim, influenciar os constituintes. O conselho fez campanhas pela extensão da licença-maternidade, da maternidade como opção e escolha, para assegurar direitos trabalhistas e benefícios sociais para trabalhadoras domésticas e mulheres rurais e contra a violência doméstica.²³⁷

A pressão exercida pelo movimento de mulheres no processo ficou conhecida como lobby do batom. Schuma Shumaker, em entrevista a Salete Silva, atribuiu a origem do nome lobby do batom a um deputado que usou o termo para se referir pejorativamente às mulheres, tendo sido posteriormente incorporado pelas mesmas para dar visibilidade política. Comba Marques Porto identificou a origem do termo como sendo muito utilizado na imprensa, especialmente pelo Jornal do Brasil, tendo sido incorporado pelo movimento. Gilda Cabral mencionou o lobby do batom como uma tirada de humor, porque as mulheres do CNDM retocavam o batom ao entrar no Congresso, sendo chamadas por deputados de lobby do batom. Elas teriam adotado o termo e passaram a perguntar se eles também queriam um batom e participar do lobby, porque a vida seria melhor com direitos iguais. Enquanto Marlene Libardone destacou que o que queriam com esse nome era a presença organizada das mulheres no espaço e souberam dar visibilidade para o CNDM, para a bancada feminina e

236 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 3796-3802. E-book.

237 *Ibid.*, posição 3772 -3954. E-book.

para as feministas. Independente da explicação para o nome, a criação do lobby do batom impôs respeito.²³⁸

A atuação das deputadas constituintes na ANC levou a uma articulação contra as discriminações sofridas, independente do partido ao qual pertenciam. Uma das primeiras ações foi a luta por banheiros privativos no seus gabinetes e no plenário da Câmara, que precisou ser reformado porque até então só tinha banheiro masculino.²³⁹ Atuaram em bloco para defender as propostas do movimento de mulheres, apesar de suas diferenças político-partidárias. A bancada feminina apresentou 3.218 emendas, muitas sobre as questões das mulheres, mas também os temas das comissões das quais participavam.²⁴⁰ Em entrevista para Salete Silva, Schuma Shumacher comenta a atuação desta bancada:

Eu lembro como muito atuantes: Cristina Tavares, Ana Maria Rattes, Benedita da Silva, dentre outras, mas eu estou lembrando destas por conta das questões mais polêmicas, mais delicadas, que elas sempre defendiam, porque, por exemplo, a Benedita nunca defendeu a questão do aborto, mas ela dizia "isso é pessoal, mas minha questão pessoal não pode ditar uma norma para todas as mulheres". Então, ela tinha uma percepção muito madura, muito correta dessa história. (...) Ah, e tinha a Lídice da Mata, muito atuante também. Como tinha posturas curiosas também. Por exemplo, as constituintes Vilma Maia e Miriam Portella, elas perderam a vaga de vice-líder da ARENA, porque elas assinavam proposituras e frequentavam as reuniões da bancada [feminina], além de apoiarem a Carta das Mulheres aos Constituintes, então elas perderam coisas e nos ajudaram a ganhar outras, isto é, a conquistar direitos, ampliando a cidadania.²⁴¹

O caráter suprapartidário da atuação das mulheres também é destacado pelo jornal *Mulherio*, especialmente no campo da esquerda:

Realizado em maio no sindicato dos Metalúrgicos do Rio, o seminário "Palavra de Mulher" foi organizado em conjunto com representantes do PT, PCB, PCdoB, PSB, PDT, PMDB e MR-8, além de grupos feministas autônomos e sindicatos. O Comitê de Mulheres pela Constituinte, do mesmo estado, é integrado por mais 30 grupos de mulheres, seis sindicatos, União das Nações Indígenas e três parlamentares: a deputada Lúcia Arruda, a vereadora e candidata a deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ) e a deputada estadual Rosalinda Paim (PDT-RJ). O Pró-Mulher, grupo que mantém uma das Casas da Mulher de São Paulo, abriga um fórum suprapartidário permanente para elaborar uma carta de princípios para a Constituinte. Com tendências que vão do centro à esquerda, acaba de ser inaugurado em São Paulo o Comitê Suprapartidário da Mulher, integrado por 50 candidatas a deputada federal e estadual pelo PMDB, PCdoB, PSB e PDT. Tudo indica que a divisão no movimento de mulheres causada pela reorganização partidária ocorrida em 79 começa a se diluir.²⁴²

238 SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p.194

239 *Ibid.*, p.204

240 *Ibid.*, p.229

241 *Ibid.*, p.228

242 *MULHERIO*, São Paulo, ano VI, n. 25, março/agosto de 1986, p.14.

Além da bancada feminina, feministas, integrantes ou não do CNDM, atuaram dentro e no entorno do Congresso Nacional. Mulheres que participaram do CNDM sistematizavam e apresentavam aos constituintes questões levantadas pelas mulheres de vários estados, buscando abrir canais para participação da sociedade civil. Mulheres de todo o país poderiam enviar suas propostas ao CNDM. A campanha “Constituinte pra Valer tem que ter palavra de Mulher” foi um canal de intensa troca, através do qual recebiam sugestões oriundas dos estados, que um grupo, composto por juristas, advogadas e feministas, sistematizava e elaborava como propostas, articulando-as com as demais deputadas da bancada feminina.²⁴³

Mulherio publicou as propostas do Clube de Mães do Embu, em um artigo que destaca a intensa mobilização do movimento de mulheres, mas que também evidencia a penetração das pautas feministas nas camadas populares:

“1a. Lei: A mulher que trai o marido perde pensão, os filhos e todos os seus direitos. E nada acontece ao homem que abandona a família. Queremos direitos iguais para o homem e a mulher. 2a Lei: O marido não tem direito, por motivo nenhum, de bater na sua mulher, porque a mulher não é propriedade do marido. 3a Lei: Que no planejamento familiar, marido e mulher sejam responsáveis de maneira igual. Que o marido aceite orientação junto com a mulher sobre os métodos anticoncepcionais. 4a Lei: Que a mulher abandonada pelo marido e com filhos seja ajudada pelas autoridades competentes para criar os filhos. 5a Lei: Que toda empregada doméstica tenha direitos trabalhistas iguais: fundo de garantia, PIS, férias pagas e salário mínimo igual ao vigente no país. 6a Lei: Que toda dona-de-casa tenha um salário fixo por mês com direito a INPS e aposentadoria” Assim começará a nova Constituição, se depender das mulheres dos Clubes de Mães do Embu, na grande São Paulo - que reivindicam ainda cuidados do Estado aos menores abandonados e menores drogados, bom atendimento na área de saúde, fiscalização sobre os medicamentos e censura às revistas pornográficas e programas de televisão “que prejudicam a formação dada pelos pais em casa”. Por trás desses pedidos, descortina-se uma imagem: mulheres impotentes diante de seus homens, responsáveis solitárias pelos filhos já nascidos ou ainda por nascer; empregadas domésticas ou donas-de-casa à margem dos benefícios sociais.(...) E se há alguma ingenuidade na redação dessas propostas, não é o caso das redigidas pelas mães de creches de várias vilas e jardins da mesma região, organizadas em diversos capítulos e que incluem desde a redução para 30 horas da jornada de trabalho feminina e delegacias da mulher em cada bairro, até “que a mulher possa trabalhar fora por opção ou realização pessoal, e não para ajudar a manter a família”. Ou ainda seis meses de licença para a gestante e salário pago pelo governo à dona-de-casa, além de “que a lei de greve seja realmente uma lei para o trabalhador.”²⁴⁴

As mulheres compunham um coletivo já integrado ao cotidiano da Constituinte e o seu trabalho foi de rearticulação, como coleta de assinaturas e constante contato com grupos de

243 SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p.209-210

244 MULHERIO, São Paulo, ano VI, n. 25, março/agosto de 1986, p.14

mulheres em todos os estados, buscando garantir intensa participação das audiências públicas e apresentação de emendas. Schuma Shumaker, em entrevista a Salete Silva, comentou sobre a necessidade de pressão constante sobre os parlamentares para garantir as pautas das mulheres:

Por exemplo: para você ter uma ideia, o deputado Darcy Pozza, que era da Comissão dos Direitos e Garantias Individuais, era radicalmente contra o aborto, radicalmente contra os direitos sexuais e reprodutivos, radicalmente contra a livre orientação sexual, contra várias questões dentro disso e o que a gente fazia? Não era só pressionar, ir ao gabinete dele falar, expor, mas trazer mulheres do Rio Grande do Sul para ir ao gabinete dele e, como nós descobrimos onde era a cidade dele, de maior incidência de votos para ele, nós localizamos pessoas lá, principalmente mulheres, e fizemos o contato, como Conselho da Mulher, dizendo: olhe, o seu deputado tá votando contra tudo quanto é proposta favorável às mulheres, ele tem sido muito reacionário, muito conservador mesmo (...) e nós precisamos que vocês mandem dez telegramas pro gabinete dele dizendo “deputado, nós estamos acompanhando a sua postura na comissão tal, deputado as mulheres de Pelotas esperam que o senhor vote a nosso favor”, enfim (...) A gente tinha que agir porque o problema era que o cara estava falando em nome das brasileiras, entende? [o deputado] Estava sendo contra tudo, mas falando em nome das brasileiras, em nosso nome, votando contra nós, em nosso nome.²⁴⁵

Moema Viezzer, também em entrevista a Salete Silva, descreveu assim o trabalho de divulgação e mobilização do movimento de mulheres em sua relação com o CNDM:

Era algo muito forte, naquele tempo. E os meios de comunicação de então eram bem mais limitados do que a gente tem agora, principalmente nas classes populares. Ninguém tinha um celular na mão nem podia se comunicar pela internet. O máximo que as instituições mais chiques tinham era o Fax. As participantes, em sua grande maioria não tinham telefone em casa, ocupavam o telefone comunitário ou então de alguma instituição: escola, sindicato, igreja... E a gente se comunicava então através de cartas escritas a mão. E nós, da Rede Mulher mandávamos as informações que recebíamos de muitas fontes para os grupos que iam se agregando. Porque aquelas 90 mulheres que participaram da oficina representavam quase cinquenta grupos diferenciados de diferentes lugares do país. A maioria não eram mulheres ligadas ao movimento feminista; eram mulheres ligadas a sindicatos, a igrejas, algumas eram de associações de donas de casa... O universo era bem diversificado. Não lembro se havia alguma que era propriamente da vida acadêmica, mas algumas já tinham feito universidade e algumas davam aulas nas universidades. Lembro também que foi muito interessante a vontade de levar a oficina para a área da comunicação. Como o lugar do evento era a “Fazendinha da Universidade Metodista”, que trabalha muito na área de comunicação, no final do encontro veio uma pessoa da universidade e mostrou o que era uma pauta de jornal e redigiu uma pauta sobre o evento para as mulheres levarem em mãos e divulgarem em seus respectivos lugares. Para todas era um sucesso poder chegar à sua rádio local e dizer que tinha acontecido esse encontro e que nós tínhamos decidido de participar no processo da Assembleia Nacional Constituinte. Quando retornamos à Rede Mulher de Educação, conversamos sobre o ocorrido e nos perguntamos: “o que vamos fazer?” Daí surgiu à ideia de assumir, enquanto equipe da Rede Mulher, o compromisso de repassar as informações que recebêssemos, mas de dois lados: - por um lado as informações que nós recebêssemos de quem estava

245 SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p.221-222

participando no processo da elaboração da Constituição, mas por outro lado, também de quem estava na outra ponta: os grupos que estavam se organizando, as centrais sindicais, as grandes ONGs também. Nós aceitamos ser uma espécie de uma ponte entre os vários grupos. E aí tínhamos um trabalho lá em São Paulo, com grupos de mulheres da zona leste e da zona sul e que eram mulheres já bastante politizadas de ambos os lados e elas tinham participado anteriormente do Movimento contra a Carestia, o Movimento do Custo de Vida e já estavam ligadas também a algumas vereadoras e deputadas envolvidas no processo Constituinte. Assim começamos a trabalhar em cima do que fazer para que, por um lado chegasse às mulheres informação de coisas que estava acontecendo em Brasília; por outro lado, procurando que as mulheres dos vários lugares do país fossem se juntando a essa iniciativa e pudessem então conhecer o que as outras pensavam e partilhar então o que ia evoluindo. Nós criamos o Boletim "Nós e a Constituinte" para este intercâmbio de informações. Duas vezes fomos a Brasília com algumas das mulheres que puderam ir, com apoio de deputados e deputadas como a Irma Passoni. E em Brasília acompanhamos o programa que existia lá, mas também fomos visitar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Recolhemos assinaturas em cada estado. Fizemos mobilizações em praça pública... E, no final do processo, participamos também da entrega das iniciativas populares a Ulisses Guimarães. Eu fui escolhida para apresentar a Iniciativa Popular Direitos da Mulher como uma das pessoas que ocupou a Tribuna do Congresso sem mandato. Tivemos uma mobilização que juntou mais de setecentos grupos de mulheres do norte ao sul do país. Foi um trabalho muito, muito grande.²⁴⁶

As audiências públicas estavam previstas no regimento da Constituinte, mas ocorreram brevemente, no âmbito das subcomissões temáticas. Eram previstos dois tipos de audiências: para ouvir autoridades e especialistas sobre temas específicos; e com entidades representativas de segmentos sociais, para garantir o direito de manifestação da sociedade. Ao longo da experiência da constituinte, as audiências poderiam realizadas em qualquer lugar do país, podendo fazer um misto de audiência com vista técnica para verificar situações graves dos temas tratados.²⁴⁷

Houve massiva presença feminina na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, onde se debateu sobre a igualdade jurídica e aborto. Nesta subcomissão, mais especificamente em sua 7ª audiência, Jacqueline Pitanguy fez uma exposição sobre cidadania feminina e Estado e apresentou propostas sistematizadas pelas juristas do CNDM, correspondentes às demandas da Carta das Mulheres aos Constituintes, como direitos iguais para homens e mulheres no exercício da cidadania.²⁴⁸

246 SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p.283-284

247 *Ibid.*, p.236

248 *Ibid.*, p.237-238

Além disso, o jurista Carlos Roberto de Castro defendeu a licença paternidade de 8 dias e a previsão do princípio de igualdade entre os sexos. Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante propôs a criação de um Conselho de Iguais Oportunidades, sugerindo que fosse vinculado ao Ministério do Trabalho. Defendeu a proibição da diferença salarial entre homens e mulheres para o mesmo trabalho; proibição da diferença de critérios para admissão, promoção e dispensa.²⁴⁹ Apesar do aborto ter sido abordado na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, este não apareceu no anteprojeto do relator que não o concebia como matéria de natureza constitucional. A forte articulação de parlamentares mais conservadores contrários ao aborto fez com que o movimento de mulheres adotasse uma postura para evitar retrocesso no aborto legal existente (em caso de estupro e gravidez de alto risco), ainda que durante as audiências públicas, tenham apresentado a necessidade de descriminalização e legalização do aborto.²⁵⁰

Outras Subcomissões com forte presença feminina foram: a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, ambas vinculadas à Comissão da Ordem Social. Onde apresentaram demandas pelo reconhecimento da categoria empregada doméstica e sua sindicalização, direitos da mulher trabalhadora, direito à igualdade (mulher trabalhadora), saúde da mulher.²⁵¹

Mulheres também atuaram na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, apresentando questões relativas a: natureza da sociedade conjugal (igualdade entre os cônjuges; questionamento do Código Civil no qual o marido constava como chefe da sociedade conjugal); e proteção à gestante, à mãe e à família.²⁵²

A avaliação do lobby do batom foi de que conseguiram conquistar 80% das reivindicações contidas na Carta das Mulheres aos Constituintes. Entre as demandas que não foram incorporadas destacam-se a questão do aborto, o não reconhecimento de plenos direitos para empregadas domésticas e a não aprovação da aposentadoria para donas de casa.²⁵³

Setores conservadores levantaram o debate sobre o aborto na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, buscando um retrocesso histórico com a defesa da criminalização da

249 SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p.239

250 *Ibid.*, p.243

251 *Ibid.*, p.240

252 *Ibid.*, p.241

253 *Ibid.*, p.275

prática mesmo nos casos já previstos no Código Penal, propondo a inserção no texto da Constituição da garantia do direito à vida “a partir da concepção”.²⁵⁴

Segundo Pitanguy, a atuação do lobby do batom foi importante para impedir que se incluísse este texto na constituição. A avaliação do Conselho e do movimento feminista era de que seria impossível aprovar uma emenda de descriminalização do aborto e havia receio de que fosse aprovada a defesa da vida desde a concepção. Foi feita uma campanha para apresentar uma emenda popular pela descriminalização em contraponto à proposta de banir o aborto, ao mesmo tempo que o CNDM trabalhava para impedir a inclusão do trecho anti-aborto na Constituição.²⁵⁵ De acordo com Mulherio:

(...)Na Carta das Mulheres, o item sobre o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher, acabou sendo substituído por uma segunda versão, na forma de dispositivo, que não incluiu a questão do aborto por ser matéria pertinente às leis ordinárias. "Fomos ingênuas", analisa a feminista carioca Comba Marques, "ao supor que o aborto não seria levado pelos conservadores para a Constituinte". Para Comba, esse erro mostrou imaturidade e merece reflexão: "Adotamos a política da avestruz, evitamos falar sobre o assunto para ver se passava despercebido". Raquel Moreno, feminista paulista, concorda com a colocação e ressalta: "Estamos nos esbarrando. De um lado, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher defende que a matéria não é Constitucional; de outro, o movimento autônomo de mulheres pretende manter a luta da conscientização, mesmo que os resultados venham a ser obtidos só numa fase pós-constituente."

A reação das mulheres só veio quando os anteprojetos da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso transformaram o aborto em crime, independente da circunstância em que for realizado. Até mesmo nos casos previstos pelo atual Código Penal: gravidez resultando de estupro ou quando a gestante sofre risco de vida. Estabelecendo ainda as subcomissões que a vida deve ser protegida desde a concepção. "A aprovação de qualquer uma dessas propostas marcaria um retrocesso muito grande na luta da mulher, pois é uma radicalização da questão", afirma a deputada federal Cristina Tavares (PMDB-PE), que propôs um projeto de descriminalização do aborto, derrotado há três anos.

Na tentativa de reverter o quadro negativo, movimentos feministas independentes de mulheres de cinco estados resolveram articular uma proposta de iniciativa popular, que pode ser encaminhada à Constituinte, desde que subscrita por 39 mil assinaturas e endossada por três entidades. "Foi a solução que restou, pois a própria dinâmica da Constituinte é muito acelerada", diz Comba, "só teremos até o final de julho para passar os abaixo-assinados". Com a proposta da iniciativa o movimento de mulheres pretende usar o lastro da sociedade civil para barrar as posições conservadoras.²⁵⁶

254 SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p.276-277

255 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 4063-4075. *E-book*.

256 SILVEIRA, Santamaria. Aborto: momento de decisão. *MULHERIO*, São Paulo, ano VII, n. 30, julho de 1987, p.5.

Leonor Paiva lembra que no dia da votação as galerias do Congresso estavam lotadas com religiosos, mas foi vitoriosa a tese de que o aborto deveria ser tratado em lei ordinária e derrotada a proposta de inclusão do texto “em defesa da vida desde a concepção”.²⁵⁷

A questão da orientação sexual também não foi incluída na Constituição e isso foi uma derrota. Foram muitas as barreiras e preconceitos. O movimento LGBT ainda era tímido no Brasil dos anos 1990. O grupo Triângulo Rosa era um dos grupos que atuaram junto aos constituintes para incluir a orientação sexual como parte dos direitos humanos.²⁵⁸

O crescimento e o sucesso do CNDM enfrentaram a oposição de setores conservadores. A leitura apresentada por Pitanguy e Alves é de que a atuação das mulheres destoava do Estado, era muito mais uma postura de movimento social, sentindo-se livres para criticar. Temas como racismo, violência no campo, direitos e benefícios sociais e trabalhistas eram pontos sensíveis na relação do CNDM com o governo federal. Schumaer e Vargas corroboram essa leitura ao afirmar que o CNDM tinha um perfil voltado para o Estado e outro marcado pelo compromisso de ser um canal de representação dos movimentos de mulheres, tendo atuado em defesa de pautas independente do interesse do governo.²⁵⁹

Entre os anos 1985-1988, este órgão realizou atividades diversas. O CNDM solicitou ao então diretor do BNDS, Carlos Lessa, que exigisse das empresas a inclusão de um comprovante de que estavam cumprindo com a Lei de Creches. Em entrevista a Pitanguy e Alves, Ana Wilhelm destaca que colocar a creche como o direito à educação para crianças pequenas era uma perspectiva nova, até então a creche servia para que a mãe pudesse trabalhar. A proposta da comissão era de que a criança tivesse seus direitos garantidos e se relacionasse com a sociedade. O atendimento à primeira infância se dá pela educação. Organizaram um seminário no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, intitulado “Creche: um direito à Educação”. Também participaram de grupos de trabalho interministeriais, viajaram pelo país para levar esse debate, procuram cinco cadernos impressos (“Creche urgente”), que foram distribuídos em todos os municípios.²⁶⁰

Na área de segurança pública, o CNDM tentou coordenar a atuação das delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAMs). Segundo Malu Helborn, os delegados e delegadas não entendiam de violência contra a mulher, não entendiam o porquê da demanda

257 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 4063-4075. *E-book*.

258 *Ibid.*, posição 4081. *E-book*.

259 SCHUMAER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no Governo: álbi ou conquista? *Ponto de Vista*, ano 1, 348, 2º semestre de 93, p. 348-364, p.358.

260 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Op. cit.*, posição posição 3493-3499

de criação de uma delegacia especializada, especialmente entre os que não moravam nos grandes centros do Sudeste.²⁶¹ Ainda segundo Malu Helborn, na área de justiça combatiam a utilização da tese de legítima defesa da honra para o julgamento de crimes passionais. Outra dificuldade era reconhecer e punir a violência doméstica e sexual. O CNDM fez uma pesquisa nacional intitulada “Quando a vítima é mulher”, para analisar sentenças de crimes como estupro, homicídio e agressão e entregou os resultados ao Superior Tribunal de Justiça.²⁶²

Também participaram de reuniões de Conselhos Estaduais de Justiça para mostrar a responsabilidade do judiciário na prevenção e punição de tais formas de violência. Junto ao Ministério da Educação, o CNDM realizou a premiação de livros escolares que não discriminassem papéis sociais atribuídos às mulheres, produziu cadernos com capas mostrando meninos e meninas brincando indiscriminadamente, inclusive com papéis que a cultura patriarcal consideraria trocados, como meninas jogando futebol. Zuleide Teixeira destaca a parceria do CNDM com a CAPES para financiar pesquisas sobre a presença da mulher nos livros didáticos. Na cultura, promoveram festivais de cinema e vídeos, concursos de contos e de poesia.²⁶³

Buscaram órgãos produtores de estatísticas, como o IBGE, para questionar a escassez de dados sobre as mulheres, o que dificultava a elaboração de programas e ações afirmativas. Antes da criação do CNDM, não tinha estatística por sexo e cor amplamente divulgada. Estatísticas sobre candidatos eleitorais, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e Censos do IBGE não tinham informações fáceis sobre a mulher. O CNDM e parlamentares solicitaram a inclusão da variável sexo no formulário de inscrição eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. O CNDM buscou dados das DEAMs para produzir estatísticas sobre a violência contra as mulheres. Dialogou com a CAPES e o CNPq para incluir termos apropriados para recuperar informações e pesquisas sobre mulheres.²⁶⁴

O trabalho do CNDM influenciou políticas públicas, mas a atuação institucional tinha limites. Conseguiram articulações para abordar pautas sobre violência, creches e educação, mas não tinham apoio para enfrentar o racismo e temas como reprodução e sexualidade. O CNDM produziu a cartilha “Para viver o amor”, sobre métodos anticoncepcionais, em parceria com Mariska Ribeiro, do Instituto de Ação Cultural (IDAC), e Angela Freitas, do

261 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 3510-3516. *E-book*.

262 *Ibid.*, posição 3522. *E-book*.

263 *Ibid.*, posição 3529 3540. *E-book*.

264 *Ibid.*, posição 3547 3564. *E-book*.

SOS Corpo. Mas ela foi examinada por uma comissão que incluía a CNBB, que barrou a distribuição da mesma porque na época a Igreja era contrária ao DIU. Segundo Angela Freitas, além desta cartilha, a cartilha “Vida de mulher” também foi barrada.²⁶⁵

Apesar de o PAISM ter sido criado em 1983, foi difícil regulamentar o programa, o que só ocorreu em 1986 com o apoio de aliados no Ministério da Previdência. O CNDM também teve uma atuação importante para implementar o atendimento às vítimas de estupro para interrupção da gravidez na rede pública de saúde, reunindo-se com os Ministérios da Saúde e Previdência. O CNDM, junto com os movimentos, lutou para incluir a pauta da saúde da mulher na Conferência Nacional da Saúde, em 1986. As conclusões desta conferência foram fundamentais para afirmar que a saúde é um direito humano e dever do Estado. Inspirados pela Carta das Mulheres aos Constituintes elaboraram a Carta das Mulheres em Defesa do seu Direito à Saúde, com um relatório das propostas de direitos básicos da cidadania feminina, que incluíam: “possibilidade de decidir sobre seu próprio corpo e viver a maternidade como opção, assistência ao parto, contracepção, esterilização, cuidado com a saúde mental das mulheres especialmente no puerpério e terceira idade, além da inclusão da questão do aborto no debate político nacional.”²⁶⁶ Além disso, o CNDM atuou com o Ministério da Saúde para impedir que imagens colocando as mulheres como fonte de perigo para a contração de HIV/AIDS, estereotipando a mulher. Também nesta interação, fizeram uma campanha nacional para prevenção do câncer de mama.²⁶⁷

O debate sobre o racismo foi travado com a Comissão da Mulher Negra. Em 1988, foi criada a Fundação Palmares. A comissão fez um diagnóstico sobre a situação da mulher negra, recuperando a história das mesmas em calendário com resenhas biográficas, programas de TV, na mídia impressa, em encontros de mulheres negras e feminismo. A comemoração dos cem anos da abolição da escravidão, em 1988, foi um exemplo disso. Nesta ocasião, o CNDM organizou eventos em todo o país, uma campanha de comunicação, seminários sobre as diferentes dimensões do racismo e discriminação contra mulheres negras e simulação de um tribunal chamado Winnie Mandela para julgar a Lei Áurea, os cem anos da abolição e a capacidade de inclusão das mulheres negras. A experiência motivou a proposta de criação do Programa Nacional da Mulher Negra. Nomear o tribunal como Winnie Mandela também

265 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 3570-3595. *E-book*.

266 PIMENTA, Fabrícia Faleiros. *Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*. 2010. 328 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p.101

267 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Op. cit.*, posição 3601-3626. *E-book*.

provocou reações negativas do Ministério da Justiça e do Itamaraty pela associação à situação das mulheres negras sul-africanas em meio ao apartheid, contrariando o tom que o governo pretendia dar ao centenário mantendo a falácia de que o país era democracia racial. A mensagem era de que a abolição não foi concluída, é perversa e injusta. Apesar das pressões, mantiveram o nome do tribunal Winnie Mandela.²⁶⁸

Outro embate do CNDM foi sobre a questão da terra e a violência no campo. Em 1987, o livro “Violência contra mulheres e menores em conflitos de terra” foi publicado em parceria com a Coordenadoria de Conflitos Agrários do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD). A publicação foi enviada para a Anistia Internacional e órgãos das Nações Unidas e de proteção aos Direitos Humanos, gerando pressão do Ministério da Justiça sobre o CNDM, por publicar material que prejudicaria a imagem do governo.²⁶⁹

A licença maternidade oficial era de 90 dias e o conselho lutava pela extensão para 120 dias. Isso gerou uma forte reação de setores empresariais, que ameaçavam que quem perderia seriam as mulheres, que não seriam contratadas. Mas o CNDM atuou em campanhas nacionais, com o apoio de grupos feministas, movimento de mulheres, sindicatos e associações profissionais e garantiu a extensão. Outra vitória foi a inclusão do direito de licença paternidade, também sob os protestos e ameaças de empresários. A questão também foi comentada pelo Mulherio:

Na tentativa de preservar as poucas conquistas que obtiveram na Constituinte e lutar contra a pressão empresarial, o movimento de mulheres e a área sindical apontaram o dia 20 de abril como o Dia Nacional de Mobilização em favor da licença maternidade, licença paternidade, creches e a não demissão das trabalhadoras. Isto porque, em decorrência de uma possível efetivação dessas propostas, os empresários organizaram lobbies de pressão sobre a Constituinte, e, além disso, muitas trabalhadoras em todo o País vêm sofrendo ameaças e demissões. (...) A proposta de ação em favor das conquistas trabalhistas encampadas pelos grupos de mulheres e movimentos sindicais tem como principais metas a pressão junto aos constituintes, lideranças nacionais e à classe empresarial, além de um amplo projeto de conscientização popular através de panfletos, atos públicos, cartas, cartazes, passeatas e divulgação junto à grande imprensa. A Comissão do Trabalho do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, à frente desta campanha, elaborou um documento em favor dos 120 dias de licença à gestante trabalhadora.²⁷⁰

Em 1989, o CNDM apresentou a agenda dos direitos das mulheres para a campanha presidencial. Teve um programa em rede nacional pela TV Manchete no qual os candidatos

268 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 4112-4159. E-book.

269 PIMENTA, Fabrícia Faleiros. *Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*. 2010. 328 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p.95.

270 Mobilização nacional pelos 120 dias. *MULHERIO*, São Paulo, ano VIII, n. 39, abril/maio de 1988, p.18.

responderam sobre o tema e a posição sobre o aborto.²⁷¹ No entanto, cada vez mais o conselho se tornava um corpo estranho em um governo conservador. Depois da posse de Oscar Dias Correia como ministro da Justiça, Jacqueline Pitanguy foi convocada a seu gabinete para ser informada de que o orçamento e ação programática do Conselho seria cortado em 80%, ou seja, na mesma proporção das conquistas obtidas pelas mulheres na Constituinte. Queria acabar com a independência do Conselho, reduzindo o seu orçamento e interferindo no quadro de pessoal para inviabilizar a sua continuidade. Foram nomeadas 12 novas conselheiras, sem qualquer consulta prévia ao CNDM, aos movimentos de mulheres, sindicatos e outras organizações da sociedade civil. Em protesto, a presidente, as conselheiras e a maior parte da equipe pediram demissão coletiva, com o apoio do movimento feminista.²⁷²

Em solidariedade, mulheres de todo o país, grupos feministas, sindicatos, setores acadêmicos, presidentes dos conselhos estaduais marcharam com as até então integrantes do CNDM em percurso que saía do Ministério da Justiça em direção ao Palácio do Planalto, onde Jacqueline Pitanguy entregou a carta de demissão assinada pelo Conselho Deliberativo (Lélia González, Hildete Pereira de Melo, Tizuka Yamasaki, Marina Colasanti, Maria Betânia Ávila, Rose Marie Muraro e Jacqueline Pitanguy).²⁷³

Schumaer e Vargas apresentam o seguinte balanço do CNDM:

Analisando a (curta) trajetória do CNDM, de 1985-1989, pode-se dizer que sua atuação foi muito mais voltada para a articulação com o movimento de mulheres do que com o próprio governo, do qual fazia parte. Teve o mérito de não haver jamais atuado partidariamente ou ter se transformado em cabide de empregos. Tampouco foi "maternalista", na medida em que sempre devolveu aos grupos de mulheres a responsabilidade de pensar suas alternativas.

Mas, se cumpriu com as exigências do VII Encontro, não foi capaz de garantir sua permanência, nos moldes originais, dentro do aparelho de Estado. Um Ministro de ocasião provoca a renúncia coletiva das integrantes do órgão e nomeia um novo colegiado, sem nenhuma identidade com o movimento de mulheres. Os grupos feministas se unificam para expressar seu unânime repúdio à postura do governo, declarando a partir daí, o não reconhecimento desse órgão como instância de interlocução. Para completar o desastre, logo em seguida, na "era Collor", uma medida provisória acaba com sua autonomia administrativa e financeira.²⁷⁴

Para levar adiante as políticas que estavam sendo articuladas foi criado um Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher. Assim como foi criado, com o objetivo de publicar notícias e acompanhar o andamento de projetos que

271 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 4208-4233. *E-book*.

272 *Ibid.*, posição 4238-4251. *E-book*.

273 *Ibid.*, posição 4269. *E-book*.

274 SCHUMAER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no Governo: álbi ou conquista? *Ponto de Vista*, ano 1, 348, 2o semestre de 93, p. 348-364, p.359.

interessavam às mulheres, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) por Guacira Oliveira, Iáris Ramalho, Gilda Cabral, Marlene Libardoni e Malô Ligoeki, ex-funcionárias do CNDM.²⁷⁵

1.12 Considerações finais

O movimento feminista que ressurgiu neste período está enraizado na experiência das mulheres que participaram das organizações de esquerda, tanto das que permaneceram no país e aproveitaram a instituição do marco de 1975 pela ONU como uma oportunidade para atuar com uma fachada legal em meio à ditadura empresarial-militar, quanto das exiladas, que tiveram a oportunidade de repensar sua atuação política e a questão da mulher em coletivos compartilhados com outras mulheres latino-americanas e em contato com os movimentos feministas de outros países. Assim como bebe das lutas das mulheres nas periferias organizadas nos Clubes de Mães e Associações de Moradores, protagonistas do Movimento do Custo de Vida e do Movimento de Luta por Creches.

Esses movimentos populares explicitaram que as lutas no campo da produção e da reprodução social são uma só, em que a vida social também exprime as contradições da relação entre capital e trabalho. As políticas econômicas da ditadura baseadas na contenção das lutas sociais e no arrocho salarial estão diretamente relacionadas às condições de vida da classe trabalhadora no período, marcadas pela precaridade e a ausência de políticas públicas. As reivindicações contra o elevado custo de vida antecederam as lutas sindicais e forneceram ferramentas para a definição de índices de reajustes salariais das greves que eclodiram no ABC paulista no final da década de 1970, confluindo no processo mais geral de reorganização da classe trabalhadora no período.

A oposição entre lutas gerais e lutas específicas que marcou o discurso da esquerda, também está na base da distinção entre o movimento popular de mulheres e o movimento feminista, que viria a se consolidar na literatura especializada. Mas, mesmo as pautas consideradas exclusivas deste último e às quais são atribuídas um caráter pequeno-burguês, afetam principalmente as mulheres das classes populares, como a violência contra a mulher e a mortalidade decorrente de abortos em espaços clandestinos. Apesar de todas as divergências

275 PIMENTA, Fabrícia Faleiros. *Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*. 2010. 328 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p.108

na relação entre o movimento feminista e as esquerdas, há uma convergência na construção de um projeto de emancipação social tendo a classe como um elemento central.

Esse capítulo buscou acompanhar a trajetória dos movimentos feministas, a partir das experiências no Rio de Janeiro e em São Paulo, mostrando como avançaram em termos de pautas políticas e da construção de um projeto de igualdade entre homens e mulheres que conquistou políticas públicas que foram fundamentais para a melhoria da vida da população feminina, mesmo tendo enfrentado limitações e entraves.

CAPÍTULO 2- A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL

No capítulo anterior, analisamos a intensa mobilização feminina e o momento histórico em que sua atuação converge com os movimentos populares, possibilitando reflexões sobre o papel das mulheres nos espaços públicos e aprofundando discussões sobre temas até então pouco abordados, como a questão da sexualidade. Os frutos das lutas travadas são sentidos até hoje, com a melhora das condições de vida das mulheres, e lançaram as sementes de direitos que cabem às nossas gerações conquistar e aprofundar.

Agora o nosso olhar se volta para a atuação das mulheres nas entidades de classe, o que envolve compreender o crescente ingresso feminino na população economicamente ativa, suas condições do trabalho e a criação da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CNMT/CUT). A escolha da CUT reside no fato de ser herdeira das lutas sindicais do final da década de 1970-1980, conhecidas na literatura especializada e no movimento como novo sindicalismo²⁷⁶. Ela é a central com maior representatividade e capacidade de mobilização da classe trabalhadora no período analisado.

Segundo Delgado, entre 1970 e 1980, três processos criaram as condições históricas para a organização das mulheres trabalhadoras e a construção da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT-CUT): crescimento expressivo da participação das mulheres no mercado de trabalho; o novo sindicalismo; e o movimento de mulheres/feminismo.²⁷⁷ No momento, iremos nos debruçar sobre os dois primeiros aspectos, considerando que o terceiro já foi analisado.

2.1 Mulheres no mundo do trabalho

Na década de 1970, os estudos sobre a mulher entraram na academia brasileira a partir da análise do trabalho feminino. Contribuíram para isso a luta do movimento feminista para legitimar a condição da mulher como objeto de estudo; a ideia, difundida pelos feminismos europeu e estadunidense, de que a libertação da dona de casa seria possível através do

276 O debate sobre novos e velhos sindicalismos foi abordado na minha dissertação de mestrado. Para informações a respeito, recomendo a leitura de: MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos* - Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998

277 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996.

trabalho remunerado; e a aposta do feminismo brasileiro de que a trabalhadora seria o(a) agente transformador(a) da condição feminina. Além disso, o trabalho era uma temática predominante na teoria sociológica.²⁷⁸

Esses estudos logo questionariam a suposta libertação que as mulheres teriam ao ingressar no mercado de trabalho, assim como apontariam a necessidade de pensar o trabalho feminino na esfera reprodutiva, articulando o espaço produtivo e o familiar. No entanto, na sociologia do trabalho brasileira, as diferenças no trabalho de homens e de mulheres começariam a ser pensadas apenas com a incorporação do conceito de gênero nos anos 1980 e a formulação do conceito de divisão sexual do trabalho²⁷⁹.²⁸⁰

Grupos estudiosos do trabalho feminino também contribuiriam com críticas aos indicadores macrossociais e sua inadequação. Por muito tempo, o trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres em seus lares não foi considerado como trabalho pela metodologia das pesquisas. A naturalização e difusão do papel feminino no lar fizeram com que muitas mulheres informassem que ser dona de casa era a sua principal ocupação, mesmo quando realizavam outro tipo de atividade. Da mesma forma que, em atividades informais em zonas urbanas e rurais, o trabalho doméstico se confundia com atividades econômicas desempenhadas pelas mulheres. Portanto, estatísticas sobre a participação econômica feminina tenderam a subestimar a contribuição das mulheres.²⁸¹ Com o tempo, dados familiares seriam adotados nas pesquisas, tais como o tempo de união, a idade dos cônjuges e o número de filhos. Mudanças incorporadas no recenseamento de 1980 também trouxeram importantes questões teóricas a partir da adoção do conceito de atividade/inatividade econômica e o fim da associação do conceito de “chefe de família” apenas aos homens.²⁸²

Sueli Carneiro ao analisar a situação socioeconômica da mulher negra na década da mulher

278 BRUSCHINI, C. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Revista Estudos Feministas*, v.2, n.3, 1994, p.17-32.

279 O termo divisão sexual do trabalho foi utilizado inicialmente por etnólogos para analisar a divisão “complementar” de tarefas entre homens e mulheres em sociedades pré-capitalistas, complementaridade essa questionada por antropólogas feministas que entenderam esse processo como uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Trata-se de uma forma de divisão do trabalho social, historicamente adaptada a cada sociedade, que está estruturada com a separação entre o que seria trabalho masculino e trabalho feminino, com a hierarquização e a valorização do atributo masculino em detrimento do feminino. Ver: KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p.67-75, p.67.

280 BRUSCHINI, C. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Revista Estudos Feministas*, v.2, n.3, 1994, p.17-32.

281 BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, ano 2, 2º semestre de 1994, p. 179-199, p.179

282 BRUSCHINI, C. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Revista Estudos Feministas*, v.2, n.3, 1994, p.17-32.

(1975-1985) relata as mesmas dificuldades em relação aos dados do recenseamento – sem uma coleta sistemática sobre o quesito cor; poucas tabulações destinadas a ele quando coletado; e mudanças nos critérios de um recenseamento para outro, inviabilizando a comparação e a compatibilidade entre as informações - e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), um tratamento que comporia uma estratégia de invisibilização do(a) negro(a) na vida nacional.²⁸³

De acordo com Bruschini, os anos 1970 são marcados pelo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Esse aumento estava relacionado à deterioração do salário real dos trabalhadores, tendo o trabalho feminino um papel de complementação para a renda familiar. Essa mudança não afetou apenas mulheres pobres, mas também as provenientes de camadas médias. Outro elemento destacado por Bruschini era o aumento das expectativas de consumo com a proliferação de novos produtos, o que ressoou nas camadas pobres. A expansão econômica na década de 1970, com intensa urbanização e industrialização, também facilitou a incorporação de novos trabalhadores e trabalhadoras.²⁸⁴

Souza-Lobo destaca que os anos 1970-1980 foram de aumento da participação das mulheres na força de trabalho do setor industrial, com mudanças quantitativas e qualitativas que repercutiram na porcentagem global de operárias e na sua distribuição entre diferentes ramos industriais. Ela explica que a participação das mulheres na força de trabalho industrial se devia à necessidade de contribuir para o orçamento familiar com a queda do salário real a partir de 1964; a dinâmica do crescimento no Brasil, na qual foram criados novos empregos que exigiam destreza, comportamento minucioso e habilidade (qualidades que as mulheres são treinadas ao longo da vida para desenvolver); modificações no processo de trabalho que envolviam a decomposição de tarefas permitindo a contratação de trabalhadores sem qualificação; a transferência de tarefas de planificação e organização industrial de um lado e a criação de cargos de execução simplificada de outro; além de uma tendência do patronato para a contratação de mulheres e crianças para enfrentar a crise a partir de 1973, acreditando que seriam menos agressivos nas negociações.²⁸⁵

283 CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza. *A mulher negra brasileira na década da mulher*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985, p.1-2.

284 BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, ano 2, 2º semestre de 1994, p. 179-199, p.179.

285 SOUZA-LOBO, Elizabeth; GITAHY, Leda; HUMPHREY, John; MOYSÉS, Rosa Lúcia. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.17-46, p.17-19.

Os comportamentos sociais das mulheres foram alterados sob influência de diversos fatores, como os movimentos feministas, a crescente atuação pública das mulheres, que se tornaram mais disponíveis para o mercado, assim como a redução do número de filhos e a expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades. Apesar da crise econômica da década de 1980, a atividade feminina persistiu. O que também pode ser explicado pelos papéis de gênero predominantemente atribuídos às mulheres, com a consequente criação de redutos profissionais femininos. A articulação de papéis familiares e profissionais das mulheres se perpetuou com a manutenção de um modelo de família no qual estas eram responsáveis pelas atividades domésticas e socializadoras. Além disso, idade, escolaridade, estado civil, ter ou não filhos, características familiares e sua condição econômica influenciaram a disponibilidade feminina para o mercado de trabalho.²⁸⁶

Bruschini analisou dados da PNAD/IBGE de 1981 e 1990 e do Relatório Anual de Relações Sociais (RAIS) de 1988 e constatou o aumento da participação feminina no trabalho nas regiões urbanas. Embora as taxas de participação masculina fossem mais elevadas, houve um aumento constante na participação feminina. Houve uma mudança na tendência de diminuição da atividade feminina a partir dos 24 anos de idade, no qual as mulheres saíram do trabalho para cuidar das atividades domésticas, com aumento da presença feminina em todas as idades.²⁸⁷ A ampliação da participação de mulheres casadas no mercado de trabalho era maior entre os de nível mais alto de renda. Em geral, as maiores taxas de atividade estavam entre separadas, seguidas por solteiras e mais jovens. As casadas tinham menores taxas de participação por causa da discriminação, responsabilidades familiares e domésticas e ausência de creches. Ainda que, na década de 1970, as mulheres casadas tenham sido as que mais ingressaram no mercado de trabalho.

A presença de filhos também era um fator importante. Na região urbana, a presença feminina no trabalho diminuía quando ela tinha filho. A falta de política social para crianças de 0 a 6 anos dificultava a conciliação entre o cuidado e a família. Em 1985, apenas 23,2% de crianças de regiões metropolitanas frequentavam creches ou pré-escolas.²⁸⁸ A atividade econômica aumentou entre mulheres de todos os níveis de escolaridade, especialmente entre as mais instruídas. A escolaridade compensava a diferença do estado conjugal, já que as taxas de atividades entre mulheres do mesmo nível de escolaridade eram semelhantes.

286 BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, ano 2, 2º semestre de 1994, p. 179-199, p.180-182

287 *Ibid.* p.184.

288 *Ibid.*, p.187

A crise econômica que atingiu o país na década de 1980 provocou o aumento da inflação, desemprego e a deterioração da qualidade de vida, contribuindo também para alterar a distribuição da população economicamente ativa, deslocando trabalhadores dos setores primários e secundários para o terciário. Nos anos 1980, as mulheres estavam concentradas no setor de prestação de serviços (com empregos de menor prestígio e remuneração), no setor social, na agricultura, no comércio e na indústria. As mulheres continuavam a trabalhar em setores femininos e, em 1980, 70% das trabalhadoras estavam concentradas em trabalhos como: empregadas domésticas, lavradoras, operárias, secretárias, balconistas, professoras e enfermeiras.²⁸⁹ Na indústria, mulheres estavam presentes nos ramos elétrico e eletrônico, apesar de concentradas no ramo de vestuário.

Embora tenha havido diversificação na oferta de emprego, os salários femininos eram proporcionalmente menores do que os masculinos. A análise do Censo de 1980 mostrou que as trabalhadoras ganhavam menos do que os homens em todos os grupos ocupacionais. E as diferenças salariais persistiam e aumentavam com o tempo de serviço, quando contraditoriamente se adquiria experiência de trabalho. Dados do Ministério do Trabalho para 1988, indicaram que as diferenças salariais entre homens e mulheres com até seis meses de casa eram de 2,9 salários para homens e 2,2 para mulheres; mas a partir de 10 anos os homens recebiam 10,9 salários e mulheres apenas 7.²⁹⁰

A cor, associada ao sexo, também interferia nas desigualdades salariais. Trabalhadores pretos e pardos ganhavam menos do que homens e mulheres brancos, sendo as trabalhadoras não-brancas as mais discriminadas. Se os níveis de educação indicam o potencial de alocação na estrutura ocupacional, a situação da mulher negra era ainda mais preocupante: quase 90% das mulheres negras brasileiras só atingem até 4 anos de instrução, se comparado com 69,8% de mulheres brancas e 51% de amarelas. A força de trabalho negra está distribuída entre "agropecuária/extrativa vegetal e animal, indústria de transformação/construção civil e na prestação de serviços"²⁹¹, concentrando 66,1% da mão de obra negra em São Paulo e 70,6% no país. Ou seja, ocupam as atividades pior remuneradas e com baixos níveis de escolaridade, característico das atividades manuais de menor qualificação.²⁹² Mulheres tinham menos acesso a cargos de chefia e de supervisão. Além disso, segundo Bruschini, os baixos níveis de

289 BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, ano 2, 2º semestre de 1994, p. 179-199, p.192.

290 *Ibid.* p.193-194.

291 CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza. *A mulher negra brasileira na década da mulher*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985, p.12

292 *Ibid.*, p.11-12

sindicalização entre mulheres talvez tenham contribuído para explicar os baixos salários as trabalhadoras, especialmente no setor terciário, que não possuía uma tradição política e sindical.²⁹³

O crescimento da população economicamente ativa feminina identificado nos anos 1970 se manteve até o final da década de 1990, apesar das crises econômicas do período. A taxa de atividade feminina chegou a 47%, o que significa que mais de 47 mulheres trabalhavam ou procuravam emprego em cada 100 em idade de trabalhar. Esse aumento também pode estar relacionado à incorporação de atividades de produção familiar e voltadas para o autoconsumo no conceito de trabalho adotado pelo IBGE a partir de 1992.²⁹⁴ Lavinias apresenta dados da PNAD entre o início dos anos 1980 e o final da década de 1990 que indicavam que as mulheres aumentaram a participação em áreas urbanas não metropolitanas. Em 1981, a participação era de 53%, tendo aumentado para 61% em 1997.²⁹⁵

Outro fator que ajudaria a compreender o crescimento da população economicamente ativa feminina é a consolidação de mudanças demográficas, sociais e culturais com a queda da taxa de fecundidade de 5,8 em 1970, para 2,3 em 1999; alterações nos padrões de mortalidade; e redução do tamanho das famílias e aumento das chefiadas por mulheres chegando a 26% do total em 1998. O perfil da trabalhadora também mudou, elas estavam mais velhas, casadas e com filhos, com o aumento das taxas de atividade entre mulheres de 30 a 39 anos, chegando a 66% em 1998. Isto sugere que responsabilidades familiares deixaram de ser um fator impeditivo para o trabalho, ainda que fossem uma sobrecarga. As mulheres também possuíam nível de instrução maior que o dos homens, tanto por dados do número de inscritas no segundo grau e no ensino superior que, em 1997, chegou a 61% dos concluintes. No entanto, a sua distribuição pelas áreas de conhecimento manteve redutos tradicionais femininos que se reproduziam no mercado de trabalho. Bruschini e Lombardi também levantaram a hipótese de que a “sexualização das ocupações” das mulheres no mercado de trabalho começava na educação escolar.²⁹⁶

293 BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, ano 2, 2º semestre de 1994, p. 179-199, p.195.

294 BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: Trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*(17/18), 2001-2, p.157-196, p.160-161

295 LAVINAS, Lena. II.Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. In: LAVINAS, Lena; LEÓN, Francisco (Coord.). *Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho*. Naciones Unidas/CEPAL-ECLAC: Santiago do Chile, 2002, p.33-54. (Série Políticas Sociales, número 60, Volume 1), p.36

296 BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: Trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu* (17/18), 2001-2, p.157-196, p.163-169

Dados das PNADs da década de 1990, indicavam a manutenção de diferentes padrões de inserção feminina e masculina em setores/grupos de atividades econômicas. Mulheres encontravam maiores oportunidades de emprego na “prestação de serviços, a agropecuária, a extração vegetal e a pesca, o setor social, o comércio de mercadorias e a indústria”; enquanto os homens estavam “na indústria, nos trabalhos ligados à agropecuária, extração vegetal e pesca, no comércio de mercadorias e na prestação de serviços”.²⁹⁷ A inserção das mulheres no mercado de trabalho era caracterizada pela precariedade. Em 1998, 36% da força de trabalho feminina, equivalente a 10 milhões de mulheres, ocupavam postos de trabalho em nichos precários, como trabalhadoras domésticas ou em trabalhos não remunerados para consumo do grupo familiar ou próprio. Os dados para os homens é de 10% em trabalhos precários em 1998.²⁹⁸

Ocupações de menor reputação e menor remuneração representavam 50% da força de trabalho feminina com carteira assinada, enquanto ocupações de nível superior nas áreas jurídica, de artes e de ensino correspondiam a 18%. Dados de 1996, indicavam o ingresso de mulheres em carreiras de prestígio, tais como medicina, arquitetura e advocacia. As autoras explicaram esse movimento pelo aumento da escolaridade feminina a partir dos anos 1960, com o acesso à universidade, além de transformações nessas profissões, com especializações e assalariamento, perdendo o caráter mais autônomo. Ainda assim, mulheres continuariam recebendo menos que os homens no exercício do mesmo trabalho e a desigualdade aumentou quando se considerou negros e negras.²⁹⁹

Em geral, diminuiu o emprego formal urbano com a redução dos postos de trabalho industriais, principalmente no sudeste, afetando mais os homens do que as mulheres. Na distribuição salarial, houve uma tendência geral de deslocamento das faixas baixas para intermediárias, assim como a diminuição da desigualdade salarial entre homens e mulheres. As autoras explicaram a redução tanto pela forma como a flexibilização afetou a parcela masculina, quanto pelo ingresso de mulheres em postos de trabalho de maior qualificação e remuneração.³⁰⁰

Segundo Souza-Lobo, o reflexo dos papéis de gênero socialmente dominantes no trabalho feminino não cria a desigualdade das mulheres no mercado do trabalho nem a sua

297 BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: Trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu* (17/18), 2001-2, p.157-196, p.171-172

298 *Ibid.*, p.174

299 *Ibid.*, p.179-180

300 *Ibid.*, p.186-187

subordinação neste espaço, mas recria a opressão existente em outras esferas sociais. Tampouco se constrói exclusivamente o gênero masculino na produção e o feminino na reprodução: “A divisão sexual do trabalho se constrói como estratégia de gestão da força de trabalho, através de representações e de linguagem do capital, tanto quanto como estratégia de resistência das mulheres e dos homens nas relações com o trabalho e suas práticas sociais.”³⁰¹

Nogueira analisa o fenômeno de feminização do mundo do trabalho a partir dos anos 1970, relacionando o aumento da participação das mulheres na população economicamente ativa à resposta do capitalismo para a crise, em meio à adoção de políticas neoliberais e da reestruturação produtiva. As mulheres teriam passado a ser contratadas para empregos de menores remunerações, mais instáveis, em tempo parcial, temporários e mais precários, também estariam concentradas em atividades consideradas tipicamente femininas. Essa precarização do trabalho feminino poderia ser entendida como um experimento do capital para o desmantelamento das formas de emprego de toda a classe trabalhadora.³⁰²

No caso brasileiro, a precarização dos empregos seria marcada a partir dos anos 1980, com modificações tecnológicas no setor produtivo e de serviços e, dos anos 1990, com a adoção de políticas neoliberais. É importante frisar que a intensificação da precarização do trabalho feminino teria sido motivada pela falta de proteção às mulheres, tanto em termos de legislação quanto em organização sindical. A atuação da mulher nas esferas produtiva e reprodutiva também consistia em um problema. O argumento de que a mulher deveria conciliar a vida profissional e familiar justificaria a sua alocação em empregos de menor duração e contribuiria para a flexibilização da jornada de trabalho.³⁰³

Por fim, é importante fazer uma ressalva: o aumento da participação feminina no emprego formal foi uma novidade no período, no entanto, mulheres das classes populares sempre trabalharam, ainda que na informalidade.

2.2 Trabalhadoras sob o olhar dos jornais feministas

O ABC paulista tornou-se o centro dinâmico do crescimento industrial brasileiro, concentrando indústrias metalúrgicas e automobilísticas. A industrialização na região e as

301 SOUZA-LOBO, Elizabeth, SOARES, Vera. Masculino e feminino na linha de montagem – divisão sexual do trabalho e controle social. In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.47-62, p.61

302 NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A Feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

303 *Ibid.*

transformações no capitalismo brasileiro possibilitaram a emergência de novas práticas operárias. Segundo Souza-Lobo, a retomada de lutas operárias depois da onda de greves em 1978, em São Paulo, contribuiu para que aumentasse a taxa de sindicalização entre trabalhadores de ambos os sexos, sendo que entre operárias o crescimento se dá a partir de 1976.³⁰⁴ O aumento das mulheres no mercado de trabalho - somado à crescente conscientização da classe trabalhadora a partir de meados da década de 1970 - teria impulsionado a participação sindical feminina, junto com iniciativas pela sindicalização de mulheres e o movimento social de mulheres que se fortaleceu no país em meados dos anos 1970.

Segundo Souza-Lobo, apenas 9% das metalúrgicas de São Bernardo eram sindicalizadas em 1977. Poucas mulheres eram empregadas nas grandes linhas de montagem de automóveis. As montadoras representavam 50% dos metalúrgicos, 2/3 dos sindicalizados. As operárias sindicalizadas de São Bernardo eram em média mais velhas do que as operárias da Grande São Paulo, eram mais antigas no emprego e mais qualificadas.³⁰⁵

O sindicalismo em vias de reestruturação de São Bernardo chamou o primeiro congresso de trabalhadoras depois do golpe empresarial-militar. O 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema ocorreu em 1978, convocado por uma direção sindical da qual nenhuma mulher participava, ainda que ciente da necessidade de aumentar a participação feminina nos espaços sindicais. No entanto, segundo Souza-Lobo, era perceptível nos jornais sindicais o medo desta direção de que tal congresso se confundisse com um espaço feminista. Os trabalhadores reproduziam em seus materiais um pensamento conservador que concordava com os papéis do homem na produção e da mulher na reprodução, ainda que compreendessem que a mulher era mais explorada que o homem. De todo modo, a partir desta iniciativa, diversas categorias se reuniram nos setores metalúrgico, químico e têxtil em São Paulo denunciando opressões específicas das mulheres. Souza-Lobo chamou a atenção para o fato de que as práticas reivindicatórias das operárias teriam ficado restritas a esses congressos.³⁰⁶

Segundo o Jornal Nós Mulheres, a proposta era de realização do 1º Congresso das Metalúrgicas em novembro de 1976, depois do 2º Congresso dos Trabalhadores das Indústrias

304 SOUZA-LOBO, Elizabeth; GITAHY, Leda; HUMPHREY, John; MOYSÉS, Rosa Lúcia. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.17-46, p.17

305 *Ibid.*, p.33

306 *Ibid.*, p.35-36

Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema ocorrido em setembro de 1976. De acordo com Souza-Lobo, a ideia deste congresso era debater a tentativa de legalizar o trabalho noturno para a mulher. A direção do sindicato era contrária à mudança da CLT, mas tinha expectativa de discutir o tema com as trabalhadoras e receber sugestões que reforçassem a opinião já formada a respeito. Souza-Lobo destacou, ainda, a importância que a consulta às bases tinha para o sindicalismo de São Bernardo, que dependia da capacidade de mobilização dos(as) operários(as) para os enfrentamentos com as empresas.³⁰⁷

De acordo com o Jornal Nós Mulheres, entre as reivindicações das operárias por melhores salários, redução da jornada de trabalho, férias, estabilidade, melhores condições de trabalho e garantias de direitos sindicais, também estavam presentes a demanda por creches e o problema da diferença salarial entre homens e mulheres. O jornal frisou, ainda, que os cursos profissionalizantes eram de difícil acesso para mulheres. Nos raros casos em que era especializada, a trabalhadora era paga como “ajudante geral” ou “empregada de máquina”; mulheres recebiam menos que os homens no exercício da mesma função; reclamavam do excesso de força física exigido em alguns trabalhos; da competição para agradar o chefe e da falta de coleguismo entre trabalhadoras; e apontaram a dupla jornada de trabalho na qual a mulher metalúrgica deveria dar conta do trabalho doméstico além das 48 horas de trabalho na fábrica. A reportagem concluiu com a importância de se realizar um congresso para que as trabalhadoras pudessem discutir a sua situação.³⁰⁸

No Jornal Brasil Mulher também era visível a preocupação com o trabalho feminino, em especial com as metalúrgicas de São Bernardo do Campo. No artigo “Precisa-se: Maria Salário Mínimo”, indagaram sobre a vida das mulheres que atuavam no trabalho fabril:

Maria Salário-Mínimo, na semi-escurecida da tradicional passividade e ignorância feminina, é quem melhor sabe onde está o último furo do cinto. Sua estória começa e termina em qualquer fábrica. Na realidade, Maria Salário-Mínimo são muitas. Cada uma falando uma linguagem diferente, descrevendo imagens distintas, se refere à mesma coisa: pobreza e trabalhadeira.

Essas Marias estão espalhadas aos milhares por diversas indústrias: alimentícias, têxteis, metalúrgicas, químicas. Há mulheres trabalhando em tornos, furadeiras, prensas e em diversos outros tipos de máquinas. Que porção da força de trabalho representam na sociedade industrial?³⁰⁹

307 SOUZA-LOBO, Elizabeth; GITAHY, Leda; HUMPHREY, John; MOYSÉS, Rosa Lúcia. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.17-46, p.35

308 NÓS MULHERES, 1976, n. 3, p.6

309 BRASIL MULHER, ano I – ano internacional da mulher, dezembro de 1975, p.8.

O jornal enviou repórteres à São Bernardo do Campo para observar como vivia a operária que trabalhava na indústria automobilística. Sem dados concretos, o Sindicato dos Metalúrgicos estimava que 10 mil mulheres eram empregadas nesta indústria, mas apenas 1.171 seriam sindicalizadas de um total de 29 mil sócios(as).³¹⁰

O artigo relatou a fala dos sindicalistas com o machismo explícito, por vezes, sem desnaturalizá-lo, outras apresentando contrapontos. Por exemplo, mencionou a entrevista feita ao então presidente do Sindicato, Luís Inácio Lula da Silva, no qual ele explicava a ausência de participação feminina nas atividades sindicais por uma docilidade e passividade da mulher no trabalho, que não procurava a entidade para reclamar. Cito do Jornal:

Sobre as causas dessa ausência de participação na vida sindical, o presidente do sindicato explica: ao contrário do que ocorre com o homem, a mulher é dócil no trabalho. Não se queixa, não reivindica, não procura o sindicato nem para reclamar, nem para esclarecer-se. Não existe estímulo para a mulher, existe exploração, disse ele.

Ainda segundo o presidente, a mulher obreira é contratada quando há carência de homens ou quando a empresa quer diminuir sua folha de pagamentos. No segundo caso, a mulher não vai ao chefe, não pede aumento, não sabe quais são os seus direitos, a maioria, por medo, não procura saber. Quando aceita esse trabalho pesado, industrial, é porque está em má situação e não quer perder o seu pão.

Comprovadamente, a mulher ganha menos que o homem para desempenhar as mesmas tarefas, com algumas exceções. Além de todas as vantagens que oferece para o empregador, proporciona ainda outra concentra-se melhor no trabalho. O único problema, para o empresário, é a gravidez, que normalmente constitui motivo para demissão, continuou o presidente do sindicato.³¹¹

Depois desse trecho, Lula desabafou sobre o sindicato estar desacreditado, oferecendo serviços, mas sem ter condições de proporcionar garantias efetivas ou aumento salarial devido à perda do direito de greve, que constituía a força dos trabalhadores para negociar com o patronato. Ele também comentou que consciência de classe não se formaria repentinamente e que ainda não se tinha uma geração industrial, que frequentemente chegavam novos trabalhadores do interior que enfrentavam condições de trabalho ainda piores.

A reportagem continuou, explicitando a importância do jornal sindical como meio de conscientização dos trabalhadores e apresentou a seguinte ponderação sobre a mencionada “passividade feminina”: “Existe todo um sistema fiscalizador, repressivo, montado nas fábricas para intimidar as mulheres. Desinformadas, são levadas a acreditar no que dizem os encarregados, chefes de seção ou outras pessoas ligadas ao zelo da produção patronal.”³¹² A docilidade, o medo e a passividade até poderiam ser atributos presentes nessas trabalhadoras,

310 *BRASIL MULHER*, ano I – ano internacional da mulher, dezembro de 1975, p.8-9.

311 *Ibid.*, p.8-9.

312 *Ibid.*, p.9.

mas isso era construído na relação de trabalho, na pressão, intimidação e controle empregados(as) para conter a mão de obra feminina, domando as resistências. Além disso, o desconhecimento que essas mulheres possuíam dos direitos trabalhistas reforçava a sua exploração.

Apesar da expressa proibição de entrada na produção, o Brasil Mulher conseguiu entrevistar algumas mulheres que saíram da fábrica no intervalo do almoço para complementar sua alimentação. Na continuação do artigo:

No início da entrevista, houve muitos sorrisos, tudo ótimo. Depois, silêncio, reticências. A conversa ia caindo quando resmungos se avolumaram e uma moça de 18 anos, serena mas firmemente disse: “Acho que isso aí é uma porcária. Não dá pra ninguém vivê assim. É serviço pesado pra todo mundo. Não tem segurança nenhuma, falta “hingená”, falta respeito. Qualquer um chega na gente, falando palavrão, convidando pra sair (a jovem tem nível ginásial, lê jornais). Que significa o trabalho? Significa tudo, ué! Sem trabalho a gente não é nada”.

Continua: “nossos chefes dá muito ‘gancho’ - quero dizer que se a gente faltar sem justificativa, fica três dias sem receber nada. Se reclamar, vai para a rua ‘sem direito’ (acreditam que só têm direito a ganhar os dias trabalhados, quando são despedidas). É o domínio do medo gerado pelas ameaças, do medo da demissão com ou “sem direito”, do medo dos acidentes do trabalho – frequentíssimos – da filiação ao sindicato. Medo até de ir ao banheiro.

Segundo informações de funcionários do sindicato, numa das empresas em que trabalham alguns de seus associados, há um guarda no banheiro, cuja utilidade é a de anotar o número e vezes e o tempo de permanência das funcionárias nesse local. Embora não gere nenhum tipo de punição, a fiscalização cria um ambiente psicológico angustiante.”³¹³

José Roberto Machado e Geraldo Pereira de Lima, também do sindicato dos metalúrgicos onde desempenhavam a função do trabalho de base, comentaram que as mulheres ingressavam nas fábricas como ajudantes e com o salário correspondente, mas mesmo depois que passavam a operar máquinas continuavam registradas como ajudantes. Eles diziam que isso acontecia com as mulheres porque elas ficavam quietas, diferenciando-as dos homens que reclamavam por seus direitos:

No entanto, temos muitas sócias registradas como ajudantes, mas que já estão trabalhando há dois anos como prestatas. Com o homem é diferente: ele reclama, exige o registro correspondente à sua função real. O homem é mais rebelde, comprovadamente. Qualquer empresário pode confirmar. Talvez esse fator seja uma das determinantes da aceitação da mulher no processo de produção.³¹⁴

Além desse problema, o artigo apresentou que a maior parte das 387 empresas de grande e médio porte da base do sindicato apresentava questões de segurança, proteção e

313 BRASIL MULHER, ano I – ano internacional da mulher, dezembro de 1975, p.9.

314 *Ibid.*, p.9.

higiene e que a previsão era de passar a vigorar a Comissão Permanente de Prevenção de Acidentes (CIPA) a partir de 1976, por regulamentação do Ministério do Trabalho.³¹⁵

A reportagem encerrou apontando que as metalúrgicas também temiam a demissão sem direitos. As empresas obrigavam as trabalhadoras a assinarem acordos com aviso prévio de 60 horas, sendo que a lei previa 240 horas na época. Quem questionasse precisava recorrer à Justiça do Trabalho, cuja lentidão desanimava muitos(as) trabalhadores(as), que acabavam sem os seus direitos.

Apesar do jornal tentar explicar que o comportamento das trabalhadoras era gerado pelo ambiente de trabalho, este acabou reforçando o argumento do sindicato na medida em que mostrou que, de fato, essas mulheres não ofereciam resistência real e eram caracterizadas pela temeridade. Afinal, a Maria Salário-Mínimo vive na “semi-escuridão da tradicional passividade e ignorância feminina”. Também ficaram no ar, a partir da última fala do funcionário do sindicato, as seguintes perguntas: se os homens eram tão rebeldes, por que não eram empregadas as mesmas medidas de controle e repressão sobre eles? Seria isso fruto da forma como as mulheres eram vistas na sociedade, de que poderiam ser subjugadas e ter um tratamento pior do que seria atribuído aos homens? Ou seriam empregados os mesmos meios de contenção e, afinal de contas, os homens seriam mais respeitados em suas reclamações, enquanto as das mulheres seriam desconsideradas?

Em 1977, o jornal *Brasil Mulher* abordou a alteração da CLT para a garantia do trabalho noturno (das 22h às 5h) para as mulheres, até então previsto mediante autorização especial.³¹⁶ O tom da matéria era de questionar quem ganhava com o aumento da jornada de trabalho feminino no cenário de desemprego crescente. Segundo o artigo, a mudança era decorrente do fato de as mulheres reivindicarem menos do que os homens, de receberem salários menores e de se sujeitarem mais às pressões profissionais, favorecendo os patrões. Mencionou o jornal a *Tribuna Metalúrgica*, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, onde relataram a organização de um debate sobre o tema.

Trechos deste debate foram publicados pelo Jornal e destacamos a fala de uma operária dizendo que não queria saber de igualdade com os homens porque as mulheres seriam mais fracas (o discurso dela enfatizou diferenças biológicas, por exemplo, que o cérebro dos homens seria mais paciente que o da mulher). Outra operária destacava a

315 As CIPAS foram regulamentadas pelo Ministério do Trabalho através da portaria n.º 3.214, 08 de junho de 1978.

316 *BRASIL MULHER*, ano 2, n. 7, 1977, p. 11

diferença salarial, motivo pelo qual não via vantagem na possibilidade de trabalho noturno. Uma terceira trabalhadora entendia que já cumpria uma dupla jornada de trabalho e que tanto fazia o horário na fábrica, desde que tivesse condução para o trabalho noturno. Na reportagem, trabalhadoras reclamavam do controle sobre a ida ao banheiro e que isso não acontecia com os homens. Uma operária destacou que os homens discutiam com o encarregado sem serem demitidos ou sem levar advertência e o mesmo não acontecia com a mulher que tentasse discutir. Lula perguntou às operárias se achavam que os patrões preferiam a contratação de mulheres por serem mais fáceis de “dobrar” e três operárias concordaram. No final da reportagem, há um quadro com o que estava previsto na CLT sobre obrigações da empresa em relação ao trabalho feminino na época.

Enquanto o feminismo emergente questionava o discurso que naturalizava as diferenças de gênero, apontando que são construídas socialmente, as falas dessas trabalhadoras mostravam a contradição inerente a essas mulheres que estavam buscando participar de espaços de debate promovidos pelo sindicato, mas ao mesmo tempo reproduzindo opiniões tão cruéis sobre si mesmas.

Em 1977, o *Jornal Brasil Mulher* publicou reportagem sobre o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica³¹⁷. O artigo destacou que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo tinha 38 mil trabalhadores sindicalizados, dos quais 3 mil eram mulheres. No entanto, a participação da mulher no sindicato era praticamente inexistente. O mesmo ocorria em outras categorias, a presença feminina era dada como mínima nos sindicatos. As mulheres buscavam o sindicato para assistência médica, cursos e atividades sociais. Também denunciavam questões trabalhistas e o abuso de chefes.

Lula reconheceu que, por ser uma categoria majoritariamente masculina, a participação das trabalhadoras não era uma preocupação. Os papéis socialmente atribuídos a cada gênero marcavam os discursos de homens e mulheres ao pensar o sindicato como um lugar masculino e, de certa forma, hostil à participação feminina, relegando as mulheres ao lar:

O próprio presidente do sindicato, Luís Inácio, reconhece que pelo fato de a grande maioria dos trabalhadores da categoria serem homens, nunca houve uma preocupação maior no sentido de trazer a mulher a uma participação política. E que um dos problemas para a participação feminina reside no tabu que existe por parte dos próprios homens: “Eles não compreenderiam um relacionamento mais próximo entre os homens e mulheres no sindicato.” Por outro lado, os tabus são reforçados pelas próprias mulheres trabalhadoras, que não se sentem seguras para participar de um ambiente “tão masculino”. Afinal, ir às reuniões do sindicato é “coisa de

317 *BRASIL MULHER*, ano 3, n. 10, 1977, p.3

homem”. A mulher, quando chega do trabalho, deve ficar ao lado dos filhos, cuidar da casa, preparar o marmita para o dia seguinte, etc.³¹⁸

A reportagem continuou apontando que o trabalho noturno para a mulher era proibido por lei, mas estava em discussão a modificação nas leis trabalhistas para viabilizá-lo com a justificativa de que “equiparar-se ao homem” era uma reivindicação das mulheres. Motivo pelo qual, segundo o jornal, estava sendo organizado o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, previsto para os dias 21 e 28 de janeiro de 1978. Luís Inácio Lula da Silva explicou que a mudança da CLT era a principal motivação para a realização do Congresso:

Entrevistado pelo BM sobre o assunto, Luis Inácio disse: “Eu só acredito nessa argumentação se trouxer as mulheres metalúrgicas aqui no sindicato e elas disserem que querem exatamente isso. Porque o que eu percebo de longe é que se a lei for aprovada, a mulher metalúrgica vai entrar numa fábrica às 16:30 e sair às 3:20 da madrugada, com o filho em casa, sem poder pagar empregada, etc. É, eu acho que não vai ser nada bom. Por outro lado, eu acho que quem está interessado na mão de obra feminina é a classe empresarial, como meio de baratear o custo de mão de obra e não a mulher. Para as empresas, esta lei seria extraordinária: era mandar embora o homem que ganha cinco mil cruzeiros e admitiu uma mulher para ganhar dois mil. Você entende? Esse foi um dos motivos que nos levou à realização deste Congresso.”³¹⁹

Embora Lula tenha denunciado, corretamente, que a proposta de lei e o verdadeiro interesse empresarial na alteração da CLT visavam a ampliação da exploração do trabalho feminino e o rebaixamento salarial, utilizou argumentos que reproduziam papéis de gênero ao relegar às mulheres a responsabilidade por todo o trabalho reprodutivo não remunerado, além de naturalizar a hierarquização do trabalho feminino remunerado ao mencionar a “empregada”.

O jornal concluiu que a realização deste congresso foi a primeira iniciativa de trabalhar com as operárias, ampliando a participação política no sindicato. A proposta do sindicato era que o Congresso fosse organizado pelas próprias trabalhadoras, a partir de discussões prévias nas fábricas. Também estavam sendo elaborados estudos sobre a condição de vida e trabalho das metalúrgicas, além de filmes, slides e materiais diversos de apoio à discussão sobre três temas: a mulher no trabalho, a mulher no lar e a mulher no sindicato. O Brasil Mulher viu esta iniciativa como um passo para o desenvolvimento de solidariedade e unidade de interesses entre homens e mulheres trabalhadoras.

318 *BRASIL MULHER*, ano 3, n. 10, 1977, p.3

319 *Ibid.*, p.3

Na edição de 1978, o tema foi retomado³²⁰. O I Congresso da Mulher Metalúrgica teve destaque já na capa do jornal. No editorial, destacaram a divulgação do texto final da alteração da CLT sobre o trabalho feminino, concedendo às mulheres a permissão para o trabalho noturno e a liberação da hora extra pelo Ministério do Trabalho, em 23 de fevereiro de 1978, reforçando que: “O novo texto **estende às mulheres trabalhadoras** certas normas que já prejudicavam os trabalhadores em geral.”³²¹ Concluíram dizendo que congresso das metalúrgicas mostrou que o trabalho noturno e a hora extra não eram reivindicações das trabalhadoras.

O artigo principal sobre o Congresso destacou a repressão sobre as participantes do mesmo. Luís Inácio Lula da Silva teve que comparecer à polícia federal, em fevereiro de 1978, para apurar denúncias feitas por operárias depois do I Congresso da Mulher Metalúrgica. Dez operárias de uma só fábrica foram demitidas por participar do evento.³²²

Mesmo antes do congresso, Eva Elza Rodrigues, 19 anos, foi demitida da Blindex por dar entrevista ao jornal local denunciando problemas na empresa, tais como férias coletivas, problemas nos salários, condições de trabalho e de higiene, recusa da admissão de mulheres casadas e discriminação das mulheres em relação ao trabalho masculino. Maria Helena, que ajudou a organizar o congresso, também foi demitida como “exemplo” para manter as mulheres longe do sindicato. O sindicato tinha enviado a lista de participantes para as empresas, para justificar a falta, mas utilizaram-na para demitir as operárias. As empresas que não despediram deram advertência ou suspensão.

O artigo relatou as atividades: sábado, 21 de janeiro de 1978, com certo atraso, foi aberto o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema. Os conferencistas na mesa, dos quais nenhuma mulher³²³, e trezentas participantes. Eram oitocentas inscritas, mas as empresas fizeram a compensação do carnaval nos sábados 21 e 28, previstos para a realização do congresso. Além disso, empresas também ameaçaram de demissão quem participasse da atividade.³²⁴

O aumento no número de mulheres no setor metalúrgico era explicado como sendo decorrente do menor custo da mão de obra feminina. No entanto, a crescente contratação de

320 *BRASIL MULHER*, ano 2, 1978, n. 11.

321 *BRASIL MULHER*, ano 2, 1978, n. 11, p.2.

322 *Ibid.*, p.4

323 A própria reportagem apresenta uma contradição: a ausência de mulheres na mesa é destacada e, posteriormente, no desenvolvimento da matéria, há a menção da participação da socióloga Annez Andraus, do DIEESE.

324 *BRASIL MULHER*, ano 2, 1978, n. 11, p.5

trabalhadoras no setor não se expressava em termos de participação sindical. Nem cinco mulheres foram aos congressos metalúrgicos de 1974 e 1976.

O congresso se estruturou a partir de discussões em grupos e sessões plenárias. Almir Pazzianoto, advogado do sindicato, abordou o tema “A Mulher e a Legislação”. Ele diferenciou duas correntes em relação ao trabalho feminino: a que defendia leis especiais de proteção à mulher; e a que defendia igualdade de condições para homens e mulheres. As leis de proteção existentes não eram cumpridas pelas empresas (licença para gravidez, creche, trabalho insalubre e sem condições higiênicas, falta de descanso, etc). A lei também proibia a diferença salarial entre homens e mulheres, no entanto, uma metalúrgica ganhava em média 40% a menos que um metalúrgico, segundo dados do DIEESE. Paulo Vidal falou sobre “A mulher e a condição de trabalho”, tendo analisado os problemas que as trabalhadoras enfrentavam em indústrias metalúrgicas montadas sem prever a admissão de mulheres. Annez Andraus, socióloga do DIEESE, discursou sobre “a mulher e o sindicato”.

As mulheres se manifestaram contrariamente ao trabalho noturno para homens e mulheres. Em depoimentos das trabalhadoras citados na reportagem transpareceu a preocupação de que as mulheres casadas seriam obrigadas a fazer trabalho noturno pelas empresas e a possibilidade de isso vir a prejudicar a vida familiar. Por imposição das empresas, as mulheres já faziam muitas horas extras, ultrapassando 8 horas diárias. Também reivindicaram a igualdade salarial com os homens.

Depois das conferências foram formados 12 grupos de discussão no dia 21, e 14 grupos no dia 28, compostos por metalúrgicas, um coordenador do sindicato e uma relatora participante do congresso (o uso do gênero na matéria era esse: homens coordenadores do sindicato, mulher relatora. Cabe observar que essa divisão de tarefas coincide com o que corriqueiramente ocorre nos espaços do movimento e está baseada na concepção de que os homens pensam a política, enquanto as mulheres apenas atuam como secretárias ou organizadoras, sem um papel de formulação). Cito da reportagem:

Entre várias outras propostas – desde a criação de creches até o direito à greve e a igualdade de remuneração para funções iguais – e criação de um Departamento Feminino dentro do Sindicato dos Metalúrgicos foi uma das mais defendidas pelos grupos de discussão. Mas o presidente do Sindicato, Luiz Inácio da Silva, o Lula, acha que “um Departamento feminino viria dividir a luta dos trabalhadores”. Para ele, “O importante é trazer a mulher para dentro do sindicato, fazê-la participar da vida sindical”.

Grande parte das congressistas, entretanto, parece ir um pouco além das lutas gerais, lado a lado com o trabalhador. Para elas, há lutas específicas da mulher, e o Departamento Feminino seria um lugar para discussão desses problemas: “O sindicato tem fama de ser o lugar da perdição, onde os homens fazem propostas... O

Departamento Feminino pode acabar com essas ideias. Lá a gente pode discutir os problemas da gente. Vocês viram: na mesa que dirigiu o Congresso só tinha homem. É claro que eles vão puxar a brasa para a sardinha deles”.³²⁵

Esse trecho do artigo indica que as trabalhadoras teriam desenvolvido a consciência de que a sua experiência de classe se dá no feminino, onde ideias relacionadas à opressão e dominação da mulher na sociedade se reproduziam no ambiente de trabalho e no próprio sindicato. No entanto, o Departamento Feminino não foi criado. Foi eleita uma comissão aberta para atuar junto com a diretoria para analisar a melhor forma de participação das trabalhadoras nos sindicatos, além da decisão de que os Congressos femininos deveriam continuar a acontecer. Em março estavam previstos dois: um em Osasco e outro em Santo André.

O artigo concluiu que o Congresso da Mulher Metalúrgica foi um acontecimento importante pelo avanço da luta da mulher pela igualdade de participação em todos os campos da vida social e pelo fortalecimento da luta sindical. A avaliação do jornal era de que, apesar do mérito em organizar este congresso:

a diretoria não se mostrou suficientemente interessada em promover maior integração das operárias na vida Sindical, uma vez que nem os pronunciamentos da mesa, nem os encaminhamentos dados ao debate conduziram à criação de canais que permitissem a ampliação da participação da mulher na vida sindical. Os debates também não permitiram a discussão da relação entre a luta específica da mulher trabalhadora e a luta contra todos os aspectos de exploração e de opressão que atingem igualmente o conjunto da classe operária, tais como o arrocho salarial, a falta de liberdade sindical e o direito de greve.³²⁶

Apesar disso, apontou que o saldo do congresso foi positivo porque conseguiram debater diversos problemas específicos das trabalhadoras, possibilitando a incorporação dos mesmos como bandeiras da ação sindical. O congresso reconheceu que a trabalhadora era mais explorada que o homem na fábrica, recebendo salários menores pela mesma função, em parte porque o seu salário era visto como complementar ao do marido. O congresso também denunciou as falhas e o descumprimento da legislação trabalhista no que dizia respeito à falta de creches e berçários, à falta de restaurantes coletivos, à impossibilidade do direito de amamentar durante o trabalho e o desrespeito à estabilidade das gestantes. As mulheres destacaram que tais problemas não eram percebidos pelos homens. Mais do que falta de percepção, isso se explica porque, socialmente, o trabalho de cuidado dos filhos era atribuído como responsabilidade exclusivamente feminina, apesar do questionamento das feministas.

325 *BRASIL MULHER*, ano 2, 1978, n. 11, p.5

326 *Ibid.*, p.6

A proposta era de que o departamento feminino funcionasse como um setor auxiliar, buscando organizar a luta pelas reivindicações específicas das trabalhadoras e aumentar a sua participação na vida sindical, tendo sido rejeitada pela diretoria do sindicato que alegou que o departamento dividiria a luta. Ao que o jornal argumentou que a divisão já acontecia com a ausência das mulheres nos sindicatos e que ter um congresso específico para mulheres tampouco significou uma cisão. Concluiu afirmando que o departamento feminino somaria e poderia ser um canal para aumentar a participação sindical feminina. O Brasil Mulher listou as principais reivindicações apresentadas no Congresso:

- Salário igual para trabalho igual;
- acesso a cursos profissionalizantes e a cargos de chefia sem discriminação por sexo;
- iguais oportunidades de trabalho;
- contra o trabalho noturno para mulheres;
- contra a paquera dos chefes e o desrespeito à sua condição de mulher;
- pelo companheiro [companheirismo] entre trabalhadoras e trabalhadores nas fábricas;
- contra o controle do tempo para ir ao banheiro;
- pela criação de equipamentos públicos que permitam a redução da dupla jornada de trabalho;
- por creches e berçários nas fábricas;
- por restaurantes coletivos;
- pelo direito de amamentação durante o período de trabalho;
- por maior assistência médica à maternidade;
- pela estabilidade e segurança para a mulher casada e gestante;
- por melhor assistência médica;
- por uma maior participação política e sindical;
- pela criação do Departamento Feminino.³²⁷

A equipe Brasil Mulher também entrevistou 30 trabalhadoras presentes no congresso sobre temas como: trabalho, tarefas domésticas, participação da mulher na vida social e política, casamento e tabus sexuais. Das 30, 4 eram casadas, a maioria tinha até 25 anos.³²⁸

Quando perguntadas por que estavam participando do Congresso, essas mulheres responderam: que procurando o sindicato poderiam conhecer melhor a firma onde trabalhavam; para conhecer trabalhadoras de outras fábricas e buscar a união; para resolver os seus problemas; para melhorar a condição da mulher e que seria bem-vinda a participação dos homens em apoio e solidariedade à luta feminina.

Em termos de qual era a perspectiva com o Congresso, disseram: que esperavam que o sindicato cumprisse tudo o que foi dito; que fosse um incentivo para a mulher participar do sindicato; que faria as empresas cumprirem a lei e tratassem melhor as pessoas; expectativa de que as resoluções não seriam engavetadas, mas seriam incorporadas às reivindicações do

327 BRASIL MULHER, ano 2, 1978, n. 11, p.6

328 *Ibid.*, p.7

sindicato, contemplando homens e mulheres; que o resultado e as resoluções congressuais seriam divulgados nas fábricas.

Foram perguntadas se observavam diferenças entre o trabalho e o cargo de homens e mulheres nas empresas, ao que responderam que, em geral, os homens ocupavam postos de chefia enquanto as mulheres eram discriminadas. As mulheres eram afastadas das esferas de decisão em casa e no trabalho. As sessões das trabalhadoras eram as piores, com hora para ir ao banheiro.

Foram questionadas sobre o motivo de mulheres receberem salários inferiores, mesmo quando exerciam a mesma tarefa que os homens. As trabalhadoras explicaram que, enquanto os homens eram registrados como prensistas, as mulheres o eram como práticas de injetora. As trabalhadoras consideravam essa discriminação injusta, ao mesmo tempo que compreendiam que a causa estava em considerar o homem o pai de família, quem sustentava a casa. Houve quem tenha apontado que os homens se uniam, enquanto as mulheres se conformavam mais. Mas essa posição foi questionada na própria redação do texto, tendo destacado que o trabalho doméstico impedia a mulher de participar da assembleia do sindicato. Este isolamento a enfraquecia politicamente, deixando-a mais suscetível a ser enganada e explorada pelas empresas.

O jornal também perguntou a opinião das trabalhadoras sobre a preservação da virgindade até o casamento. Algumas responderam que a virgindade deveria ser preservada porque os homens davam importância a ela e, sem isso, passavam a desconfiar. Ou seja, a virgindade não era considerada uma escolha pessoal das mulheres. Outras responderam que não a consideravam tabu, mas que o homem deveria ser avisado e “vai depender da ignorância dele”. Outras disseram que não tinham que casar virgem.

Sobre o direito ao corpo e se uma mulher deveria poder ou não abortar, as trabalhadoras consideraram o aborto errado, reproduzindo argumentos como que “se fez, tem que ter a criança ou dar para alguém criar”, que “só fica grávida quem quer”. No entanto, neste aspecto o jornal apontou que a sociedade tirava da mulher o direito de escolher se queria ser mãe e quantos filhos queria ter. A ausência de educação sexual também constituía uma forma de repressão sexual, com a manutenção de um tabu entre casamento, sexo e maternidade. Das entrevistadas, 26 eram contra o aborto e apenas 4 a favor.

Foram perguntadas sobre os direitos da trabalhadora gestante, que tinham licença por 3 meses e as empresas não podiam mandar embora, mas não cumpriam com legislação.

Comentaram que as grávidas recebiam o pior serviço e eram obrigadas a trabalhar até o final da gestação. O jornal reforçou que toda fábrica com mais de 30 trabalhadoras era obrigada a ter creche e perguntou se a das trabalhadoras tinham. No entanto, o direito estava previsto na lei, mas não na realidade delas. Relataram o caso de uma operária ter sido mandada embora porque levou o filho para o local de trabalho.

Perguntaram a opinião sobre o casamento: uma trabalhadora respondeu que, nas sociedades de maior exploração, predominava a figura da mulher passiva, dependente, esposa e mãe; outra respondeu que queria cuidar do marido e dos filhos; e uma terceira disse que se o marido trabalhasse, a mulher não precisava trabalhar. O artigo foi construído com uma crítica ao condicionamento da mulher a ver o casamento como algo racional e o aquiescimento do lugar de esposa e mãe de forma passiva, entremeado com as respostas das trabalhadoras para reforçar essa aceitação. Outras mulheres comentaram que o casamento desgastava e envelhecia a mulher, enquanto o marido ficava preservado. A jornada de trabalho aumentava com o casamento.

As trabalhadoras foram perguntadas sobre quem fazia o serviço doméstico em casa. A resposta foi que a mulher sofria uma dupla opressão: como operária e como mulher. Segundo uma entrevistada, o homem só fazia o trabalho doméstico quando não tinha ninguém para fazer por ele. A baixa renda fazia com que as mulheres tivessem que assumir o sustento da família junto com os homens, o que fez com que percebessem sua dupla opressão.

Por fim, questionaram o que achavam da hora extra e do trabalho noturno. As trabalhadoras discordaram da hora extra para mulheres, já que tinham o trabalho doméstico. Outras acharam que a hora extra deveria ser uma opção e não uma imposição. O trabalho noturno acabava com a saúde e era muito cansativo. Algumas apontaram que o homem, por ser mais forte, aguentaria o trabalho noturno, diferente das mulheres. Em geral, reforçavam essa ideia sobre a diferença biológica entre homens e mulheres, naturalizando a divisão sexual de tarefas no trabalho e em casa.

Novamente, as entrevistas evidenciaram que as mulheres tinham consciência da necessidade de lutar pelos seus direitos, elaborando uma pauta de reivindicações mais ampla do que talvez teria ousado a diretoria do Sindicato, mas permaneciam presas em um discurso que naturalizava os papéis sexuais socialmente atribuídos a homens e mulheres. Enquanto o jornal, por sua vez, assumiu uma postura educativa, tentando problematizar algumas das posições das trabalhadoras, ao mesmo tempo que mostrava para as feministas o quanto os

debates deste movimento penetraram ou não entre operárias, oferecendo um panorama da consciência que tinham sobre a opressão sofrida.

A cobertura do Nós Mulheres sobre o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica destacou que o Sindicato não era só lugar de homem:

Pela primeira vez, no Brasil, surgiu a necessidade de criar um espaço onde as mulheres trabalhadoras possam discutir problemas que são especificamente seus: salário menos [menor] pelo mesmo trabalho, necessidade de creches, problemas relativos à época de gravidez e menstruação. Seria possível criar um Departamento Feminino que não caísse no erro das chamadas “atividades femininas”.³²⁹

Ainda segundo o Nós Mulheres, o Congresso das Trabalhadoras Metalúrgicas de janeiro trouxe a necessidade de continuar a discussão apenas entre mulheres. O jornal destacou que metalúrgicos de outras localidades também demonstraram preocupação com a participação feminina no sindicato. Em fevereiro, em Osasco, foram realizadas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos e a chapa da oposição elaborou um material específico para as mulheres. Em abril, a chapa da oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo incluiu em seu programa a criação de um Departamento Feminino. A incorporação das reivindicações femininas teria se tornado um ponto de discussão dos partidos, não estando restrita aos sindicatos.

O jornal defendeu que o movimento de mulheres deveria ser autônomo, da mesma forma que os demais movimentos (sindical, estudantil, etc). Mas a organização das mulheres em outras entidades, levando reivindicações específicas para partidos e sindicatos, merecia um debate mais aprofundado. Portanto, o jornal entrevistou duas metalúrgicas, Marta e Rosa, sendo que a primeira participava da chapa da oposição sindical ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

O jornal Nós Mulheres perguntou como as trabalhadoras poderiam se organizar para tratar de seus problemas específicos. Para Marta, o sindicato tinha que entender que as lutas específicas das trabalhadoras deveriam ser incorporadas às de todos os trabalhadores: “Esta questão está sendo discutida. Acho que as lutas específicas da mulher vão ser incorporadas junto com as outras, de todos os trabalhadores. E isto tem que ser entendido pelo sindicato. Porque senão, se há departamento feminino com essa função, só a trabalhadora assume a responsabilidade.”³³⁰

329 Ao se referir às “atividades femininas”, a matéria está pensando nos espaços organizados pelos sindicatos para as trabalhadoras que, em vez de discutir questões trabalhistas, reforçavam o papel de gênero atribuído à mulher na sociedade, tais como aulas de tricô, de culinária, orientações sobre o cuidado com crianças, etc.

Disponível em: *NÓS MULHERES*, n.8, junho/julho de 1978, p. 9

330 *NÓS MULHERES*, n.8, junho/julho de 1978, p. 9

O jornal questionou o porquê do conjunto dos trabalhadores ainda não ter assumido as reivindicações apresentadas pelas operárias. Para Rosa, só as mulheres poderiam lutar pelos seus problemas, os homens não iriam lutar por elas. O jornal perguntou, então, se presença das mulheres era necessária para que suas reivindicações passassem a ser assumidas. Marta respondeu que é por isso que defendia que o departamento feminino fosse transitório. Na medida em que houver outros espaços, por exemplo comissões de fábrica, a mulher deveria se incorporar a eles. Não seria esse instrumento que iria trazer a mulher para o sindicato. Já Rosa entendia que o problema era a continuidade. As mulheres de São Bernardo participaram de um congresso, mas isso não significava que estavam na luta. No entanto, se tivesse um departamento feminino funcionando, elas poderiam discutir as suas questões específicas. Marta estava preocupada com a função do departamento feminino e achava que tinha que discutir problemas mais amplos que só as questões específicas, tendo um papel educativo e de discussão das experiências gerais da classe trabalhadora. Enquanto Rosa defendia que o departamento tinha uma função muito particular para cuidar das pautas das mulheres.

O jornal indagou se elas imaginavam que as mulheres poderiam discutir qual o melhor tipo de creche em uma assembleia geral do sindicato. Marta achava que o sindicato deveria funcionar cotidianamente para discutir todos os problemas, inclusive os da mulher e do menor. O jornal insistiu, perguntando se os homens iriam se interessar em discutir uma questão que até então não tinham assumido. Rosa respondeu que havia questões que interessavam a homens e mulheres (creches) e questões que dependiam apenas da mulher (trabalho noturno pra mulheres). Ao que Marta revidou dizendo que o trabalho noturno também afetava os homens, já que nenhum marido iria querer sua esposa trabalhando nesse horário.

O jornal sondou se, caso fossem ameaçadas de perder o emprego, as mulheres ainda se organizariam para rejeitar a proposta de trabalho noturno. Marta insistiu que o homem deveria assumir esta luta. Rosa resgatou que em uma empresa na qual homens e mulheres ganhavam o mesmo salário, um “homem consciente” tinha se manifestado contra a igualdade salarial, dizendo que os homens tinham maior conhecimento que as mulheres. Homens e mulheres estavam atrasados na luta, concluiu.³³¹

Essa reportagem ilustra, pelos posicionamentos das entrevistadas, as diferentes abordagens para a incorporação das mulheres aos sindicatos: por um lado, um contato

331 *NÓS MULHERES*, n.8, junho/julho de 1978, p. 9

mediado, com a criação de um departamento feminino para fazer a ponte entre as trabalhadoras e o sindicato; por outro, a integração pontual de trabalhadoras mais atuantes na estrutura sindical, como é o caso de Marta, que compõe a chapa para disputar a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Além disso, a disparidade nas pautas masculinas e femininas presentes nas opiniões relatadas na reportagem reflete a oposição entre lutas gerais e específicas, que marcou por longo tempo a atuação das feministas vinculadas à esquerda.

Segundo Souza-Lobo, o Congresso das Metalúrgicas explicitou a discriminação das mulheres e as diferenças na opressão. O sindicato trabalhava com uma noção de unidade da classe que pressupunha uma igualdade e uma identidade comum masculina, que entrariam em contradição com o reconhecimento da discriminação e da diferença da opressão às trabalhadoras. Isso reforçaria a ideia de que as mulheres estariam dividindo a luta de classes, uma “luta dos homens”, como está escrito nos jornais sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Segundo Souza-Lobo:

Isso nos leva ao seguinte comentário: a ideia da unidade de classe, que modela a visão da classe operária associada a um modelo geral que, de fato, refere-se a práticas exclusivamente masculinas, impregna não apenas o discurso sindical e o movimento operário, mas também o discurso político e científico. Tal concepção impede que sejam colocadas as questões relativas à segmentação e heterogeneidade da classe operária. No entanto, a dinâmica das lutas recentes no Brasil trouxe esses problemas para a ordem do dia, seja no próprio movimento operário ou entre os pesquisadores.³³²

O I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo foi o acontecimento mais analisado pelos jornais feministas do período. A preocupação com a mulher trabalhadora se manteve, porém as reportagens eram mais objetivas e com foco em ocasiões específicas, como veremos a seguir.

Na edição de maio de 1978³³³, o Jornal Brasil Mulher informou que a chapa 3 estava concorrendo ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo como oposição. Apontou, ainda, a crítica da oposição à direção do sindicato, inclusive que a categoria teria obtido conquistas através de operações tartaruga, abaixo-assinados e pequenas paralisações, apesar da direção não ter participado das lutas. Além de ter destacado o Programa da chapa, com propostas como permitir que todos, sindicalizados ou não, participassem das decisões mais importantes da categoria, previa a criação de subsedes para o sindicato e de departamento feminino.

332 SOUZA-LOBO, Elizabeth; GITAHY, Leda; HUMPHREY, John; MOYSÉS, Rosa Lúcia. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. In: SOUZA-LOBO, Elizabeth, *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.17-46, p.38

333 BRASIL MULHER, ano 3, n.12, maio de 1978, p.6

Destacaram as mulheres que participaram da chapa 3: Marta Maria Rodrigues Costa, da Sandvick do Brasil, e Maria Liduína Silva, da Telemecanique S/A.

Nesta mesma edição, mostraram que o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo promoveu o Congresso da Mulher Trabalhadora do Setor nos dias 29 e 30 de abril de 1978, sobre o tema “O Trabalho da Mulher e a Reforma da CLT”. Participaram como conferencistas: Annez Andraus (DIEESE) e o deputado estadual Alimir Pazzianoto. Waldomiro Macedo, presidente do Sindicato, estimou a presença de 500 pessoas.³³⁴

O Brasil Mulher entrevistou trabalhadores que participaram da organização do primeiro de maio e de oposições sindicais para perguntar como esperavam que seria a participação da mulher neste dia e quais as reivindicações a serem colocadas para “aumentar a participação da mulher operária na luta dos trabalhadores”. A resposta da Oposição Metalúrgica de São Paulo foi de que, apesar da resistência, aumentou a presença das mulheres nas assembleias do sindicato, que buscavam reivindicações que lhes diziam respeito. Esse despertar das trabalhadoras pelos seus direitos teria acontecido já no Congresso das Metalúrgicas de São Bernardo, oriundo do seu amadurecimento. As mulheres só poderiam se defender das humilhações que lhes eram impostas, tais como as chapinhas para irem ao banheiro e promoções na fábrica com base em “cantada”, por meio da luta.³³⁵

Mencionaram, ainda, que o Movimento Bancário pela Transformação do Sindicato respondeu que as mulheres eram quase metade da oposição bancária. Uma das lutas empreendidas pelo sindicato era justamente pela estabilidade da mulher casada, porque as que casavam eram demitidas.

O entrevistado que participou da Oposição Metalúrgica de Osasco, cujo nome não foi publicado no jornal, relatou que as mulheres não participaram muito da campanha de reposição salarial, nem da eleição do sindicato. Mas as esposas dos militantes tinham sido ativas na divulgação da chapa de oposição. A maior participação das trabalhadoras teria sido no período de 1967-1968, marcado por maior ascensão das lutas dos trabalhadores. A explicação deste sindicalista era que: “O problema é que ela é educada desde criança para ser frágil e que Sindicato, luta e trabalho é coisa de homem, o que a leva a ter menos consciência.”³³⁶ Para ele, as mulheres deveriam acompanhar seus maridos nas manifestações

334 *BRASIL MULHER*, ano 3, n.12, maio de 1978, p.6

335 *Ibid.*, p.8-9

336 *Ibid.*, p.8-9

do primeiro de maio porque, apesar da opressão histórica à mulher, o seu maior problema eram os baixos salários. As mulheres eram mais exploradas na indústria e recebiam salário inferior ao do homem no exercício da mesma função, “a luta da mulher deve [deveria] ser integrada à luta do homem”. Sobre as reivindicações que mais interessariam às mulheres acreditava ser: salário igual para trabalho igual e por creches nas fábricas.

A Oposição Metalúrgica de Santo André reconheceu a dificuldade em fazer trabalho sindical com mulheres, apesar do aumento da participação política feminina, porque as mulheres seriam movidas pela luta por melhores condições de vida. A oposição Sindical dos transportes avaliava que a luta da mulher era a mesma dos homens, ainda que ela enfrentasse questões próprias, por serem mais exploradas, ganharem menos, serem consideradas objetos sexuais. Concluíram que era fundamental que a mulher se organizasse para se libertar, o que não impediria que os homens atuassem em parceria com elas. Por fim, o representante da Oposição dos Gráficos destacou que a vanguarda da luta das mulheres era delas próprias. Observou que as trabalhadoras eram ativas nas fábricas, em paralisações, apesar de não participarem dos sindicatos. Também havia participação nos bairros e no Movimento do Custo de Vida. Concluiu defendendo que as mulheres deveriam discutir com os homens para os conscientizar de seus problemas específicos.

O tema da mudança da CLT para a inclusão do trabalho noturno para mulheres também esteve presente no jornal como uma pauta importante para as trabalhadoras no período. Informaram que, em abril de 1977, o jornal *Tribuna Metalúrgica*, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, promoveu um debate sobre a liberação do trabalho noturno para a mulher, tendo concluído que só iria favorecer aos patrões. O *Brasil Mulher* entrevistou metalúrgicas, gráficas, químicas, têxteis, domésticas, borracheiras e donas de casa sobre o trabalho noturno. Em São Bernardo organizaram um abaixo-assinado contra o trabalho noturno nas fábricas. As operárias reclamavam da falta de um Departamento Feminino no Sindicato para garantir a estrutura necessária para ampliar a luta. Em São Paulo, também pensavam em organizar abaixo-assinados.³³⁷

Informaram que, nos dias 29 e 30 de abril de 1978, foi realizado o I Congresso das Trabalhadoras do Setor Químico e Farmacêutico de São Paulo. Das 300 inscritas, apenas 70 compareceram. As mulheres constituíam 37% da categoria e recebiam menos que os homens.³³⁸ Segundo o jornal *Nós Mulheres*, um estudo do DIEESE mostrou que os homens

337 *BRASIL MULHER*, ano 3, n.12, maio de 1978, p.11

338 *Ibid.*, p. 13

ganhavam 90% a mais que as mulheres no setor. Além disso, em muitas fábricas os banheiros eram mistos, desrespeitando a legislação. As mulheres queixavam-se da alimentação, da vigilância constante, da inexistência de creche, da imposição de horas extras, das condições de segurança e do grau de insalubridade. As trabalhadoras buscavam uma solução para os problemas. Não eram somente elas que deveriam participar mais do sindicato, mas era importante que este estivesse mais presente nas empresas.³³⁹ Segundo Delgado, foi criada uma comissão de mulheres que foi dissolvida pela direção do sindicato posteriormente.³⁴⁰

Não apareceu nos jornais, mas é interessante contabilizar como mais um congresso voltado para as trabalhadoras: em 1979, realizou-se o Congresso das Metalúrgicas de São Paulo. Apesar disso, os congressos mostraram a distância entre as reivindicações das mulheres e a prática sindical, porque as pautas não foram adotadas pelas categorias. As mulheres não tinham lugar na fábrica, nem no sindicato, por serem associadas ao ambiente doméstico.³⁴¹ O mesmo ficou evidente no 3º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, convocado em outubro de 1978, que não incorporou as reivindicações das operárias. Defendia maior força para o sindicato dentro da fábrica e o direito de intervenção sindical contra a arbitrariedade dos chefes.³⁴²

O jornal *Brasil Mulher*³⁴³ apresentou um balanço do movimento dos metalúrgicos do ABC e da participação da mulher. No dia 12 de março de 1979, metalúrgicos do ABC reunidos em assembleia decidiram entrar em greve por aumento salarial, estabilidade para dirigente sindical e piso salarial de três salários mínimos. A essas reivindicações acrescentaram, posteriormente, o pagamento dos dias parados e o fim da intervenção no sindicato. O movimento contou com a solidariedade da população com atos públicos em todo o país em apoio. Foi formado em São Paulo um Comando Geral de Greve. Na greve, mulheres participaram dos piquetes, distribuíram comida, acompanharam seus maridos e filhos nas assembleias, participaram da coleta de dinheiro e mantimentos para o fundo de greve.

339 NÓS MULHERES, n. 8, junho/julho de 1978, p.10

340 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.51.

341 *Ibid.*, p.12.

342 SOUZA-LOBO, Elizabeth; GITAHY, Leda; HUMPHREY, John; MOYSÉS, Rosa Lúcia. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.17-46, p.39

343 *BRASIL MULHER*, ano 4, n.15, abril de 1979, p.8

Destacaram ainda a participação fundamental das trabalhadoras da Pirelli para a adesão à greve. Segundo o jornal *Brasil Mulher*, a Pirelli era uma das fábricas metalúrgicas mais importantes de Santo André com oito mil operários(as). Todos sabiam do chamado de greve, mas foram poucos(as) os(as) que tentaram fazer piquetes, tendo sido duramente reprimidos(as). Em meio à indecisão da categoria, 10 mulheres decidiram parar a fábrica com um piquete no dia 15 de março, às 4h30, no qual falaram aos demais que, em todo o ABC, 170 mil metalúrgicos tinham paralisado por aumento salarial e que a Pirelli também tinha que parar. Conseguiram convencer os trabalhadores e, conforme aumentavam os que estavam do lado de fora da fábrica, a polícia apareceu para reprimir, mas não reagiu por ter apenas mulher. O piquete funcionou até as 8h e, em seguida, foi realizada a assembleia do sindicato, na qual aderiram à greve.³⁴⁴

Em abril de 1980, foi realizado o I Congresso da Mulher Metalúrgica, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem a partir da mobilização anterior das mulheres que pressionaram o sindicato. As mulheres eram 15% da categoria. Nas palavras de Delgado:

Inseridas em todo o processo de lutas sociais da região, algumas operárias começaram a frequentar o Sindicato, no final de 1978, culminando na criação de um grupo de mulheres que se reuniu durante todo o ano seguinte e decidiu pela organização do congresso e pela criação do Departamento Feminino no Sindicato. O Departamento Feminino teria a finalidade “de mobilizar e organizar a trabalhadora metalúrgica em relação às suas lutas específicas, integrando-as nas lutas gerais”. Apesar da mobilização das trabalhadoras, do sucesso do Congresso e da criação do Departamento, a atuação deste não ultrapassou um período curto do ano em que foi fundado. Para algumas de suas fundadoras, essa vida breve foi resultado da demissão das lideranças femininas da categoria, depois do I Congresso (Neves, 1995).³⁴⁵

Além das reportagens, é importante mencionar os demais congressos operários porque, segundo Souza-Lobo, a participação das mulheres no período que se seguiu aos congressos foi importante. O significativo número de mulheres grevistas em certas fábricas com elevada porcentagem de trabalhadoras, onde eram justamente elas que desencadearam o movimento grevista, contribuiu para mudar a relação homem-mulher, uma vez que os homens ficaram impressionados com a combatividade feminina. No entanto, não houve aumento da participação feminina nas atividades sindicais, tais como reuniões e assembleias. Neste caso, a diferença se deveu ao fato das greves terem ocorrido durante o horário de trabalho, um tempo

344 *BRASIL MULHER*, ano 4, n.15, abril de 1979, p.9

345 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.51

que não competia com o trabalho doméstico de quem cumpria uma dupla jornada com as responsabilidades familiares, nem estava incluído entre as proibições impostas por maridos, já que homens e mulheres identificavam o sindicato como um espaço masculino.³⁴⁶

Buscamos apontar que houve uma mudança na composição da força de trabalho e que os sindicatos tiveram que considerar o aumento da participação feminina nas categorias.³⁴⁷ No final da década de 1970, a emergência do novo sindicalismo a partir das greves dos metalúrgicos do ABC também constituiu um momento de intenso debate sobre as mulheres no trabalho fabril e na vida sindical, que se expressou com a realização de diversos congressos de diferentes categorias sindicais na região da grande São Paulo. Ainda que, inicialmente, as mulheres tenham sido convocadas para discutir temas como a alteração da CLT para a inclusão do trabalho noturno, ficou evidente que elas possuíam reivindicações mais amplas que não chegaram a ser incorporadas pelas entidades de classe. A vinculação e organização das trabalhadoras foi permeada de diversas contradições, presentes tanto nas próprias trabalhadoras quanto na organização de congressos de trabalhadoras sem a incorporação de suas pautas. As trabalhadoras tinham consciência da importância de sua organização e dos preconceitos e discriminações de gênero vividos e reproduzidos, sem contar o temor do “feminismo”, por vezes, entendido erroneamente como uma luta contra os homens. Talvez até mesmo por causa disso, suas falas estão sempre pontuando a necessidade dos homens apoiarem a sua luta e a importância do companheirismo e da solidariedade.

O movimento feminista, influenciado pela presença da esquerda e da perspectiva de um feminismo classista, demonstrou intenso interesse na vida dessas trabalhadoras, descrito nas páginas de dois dos principais jornais do período. Além dos relatos das atividades sindicais, muitos foram os artigos narrando a vida das mulheres que atuavam em diversas categorias, destacando sua opressão específica. Esses jornais contribuíram com um contraponto crítico ao machismo dos dirigentes sindicais e à naturalização dos papéis de gênero atribuídos às trabalhadoras, que, por vezes, também estava presente na própria fala dessas mulheres.

346 SOUZA-LOBO, Elizabeth; GITAHY, Leda; HUMPHREY, John; MOYSÉS, Rosa Lúcia. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.17-46, p.40

347 Entre 1970 e 1978, aumentaram as taxas de sindicalização das mulheres em 178%, para 87% dos homens. Esse aumento não foi homogêneo, tendo coincidido com momentos de emergência das lutas populares e dos movimentos grevistas. Ver: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; DAU, Denise Motta; et al. *Mulheres na CUT: uma história de muitas faces*. São Paulo: CUT Brasil, 2006, p. 18.

2.3 Mulheres no movimento sindical

A ditadura que começou em 1964 empreendeu uma “operação limpeza”, como foi denominada no meio militar, que consistiu em uma política de perseguição, prisão, torturas, cassação de direitos políticos e destituição de civis e militares considerados aliados do governo de João Goulart e/ou comunistas da esfera do governo e de entidades civis e militares a partir da instalação de inquéritos policiais militares.³⁴⁸ Nesta esteira, entre 1964 e 1967, os sindicatos sofreram intervenções e seus(suas) militantes foram perseguidos(as). A legislação autoritária criou mecanismos para diminuir o poder de luta dos trabalhadores e trabalhadoras e ampliar a exploração de classe que seria implementada pela política econômica da ditadura.³⁴⁹

A política de controle salarial, baseada na proibição das greves e no controle dos reajustes salariais, era uma das três principais estratégias do primeiro Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966), junto com a imposição de uma rigorosa política de crédito ao setor privado e a redução do deficit governamental. Em junho de 1964, foi aprovada a Lei de Greve nº 4330 que, ao definir as condições em que as greves seriam consideradas legais, servia na prática para impedir a realização das mesmas. Segundo Alves: “Das 154 greves realizadas em 1962 e das 302 de 1963, o total caiu para 25 em 1965, 15 em 1966, 12 em 1970 e nenhuma em 1971.”³⁵⁰ A diminuição do poder de luta dos(as) trabalhadores(as) era essencial para a superexploração que se desenhava.

A lei nº 4.725, de julho de 1965, foi o marco inicial da política de arrocho salarial. Foi fixada uma fórmula de reajuste que, para estabelecer o salário dos 12 meses seguintes, acrescentava uma porcentagem calculada sobre o aumento da produtividade no salário real médio dos 24 meses anteriores. Seis meses depois, incluíram as estimativas das taxas de inflação neste cálculo. E, em 1966, determinaram que os índices de ajustes salariais seriam decretados pelo Executivo.³⁵¹

Outra medida foi a criação, em setembro de 1966, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para acabar com a segurança no emprego, remanescente das leis trabalhistas anteriores à aprovação deste programa. Trabalhadores(as) empregados(as) na mesma empresa entre um e dez anos tinham direito a indenização por demissão sem justa causa. Também

348 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 52-70.

349 MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.102-103.

350 ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 77.

351 *Ibid.*, p. 77- 82.

tinham direito a aviso prévio de 30 dias antes de serem demitidos(as) e a um pagamento extra equivalente a um mês de salário. Os(as) empregados(as) há mais de dez anos tinham direito à estabilidade, com demissão apenas em caso de falta grave comprovada na Justiça, além disso, chegavam a pisos salariais mais altos. Se o(a) empregador(a) perdesse na Justiça, era obrigado(a) a arcar com os custos judiciais, recontratar o(a) trabalhador(a) e a pagar os salários atrasados. Pela ótica da classe empresarial, essa política limitava o fechamento de fábricas e a mudança para locais que tinham menores custos de trabalho, tornando caro demitir trabalhadores(as) em massa. A solução oferecida era o FGTS, que não reconhecia a estabilidade e reduzia os custos de demissão. Os(as) empregadores(as) passaram a depositar 8% do salário mensal do(a) trabalhador(a) em uma conta em seu nome, formando assim um fundo que substituiria as indenizações em caso de demissão. Com isso, além da manutenção dos baixos índices salariais, aumentou a rotatividade da força de trabalho.³⁵²

A partir de 1967, com a posse do Marechal Arthur da Costa e Silva, veio a promessa de uma política de relativa abertura, buscando aliviar tensões com a oposição. Como parte dessa mudança, o Ministério do Trabalho adotou um discurso de liberalização progressiva das atividades sindicais, buscando enfatizar o papel do sindicato como órgão previdenciário e de assistência social. Novas entidades foram criadas e organizadas na estrutura sindical oficial.³⁵³ Apesar da forte presença de interventores, foi menor a cassação de dirigentes eleitos(as) e abriu um espaço para a formação de movimentos sindicais de oposição à política salarial do governo, como o Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA).³⁵⁴

Parte dos(as) dirigentes sindicais era herdeira da atuação de comunistas em aliança com os trabalhistas no período anterior ao golpe e tinha dificuldade para conciliar a necessidade de mobilização das bases contra a ditadura com o receio do afastamento das diretorias sindicais. No entanto, a realização de oposição moderada não era unânime entre todos os grupos da esquerda. Setores vinculados à luta armada atuavam no plano sindical em defesa das greves e pela construção de formas de organização autônoma dos(as) trabalhadores(as) nos locais do trabalho, desvinculando-se das restrições impostas pela estrutura corporativista, ainda que também tivessem conquistado direções sindicais. As greves de Contagem (MG) e Osasco (SP) em 1968 exemplificaram a aposta em um programa de

352 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989, p.97-99.
353 *Ibid.*, p. 112.

354 MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.102-106.

oposição mais ofensiva. Mas se a primeira greve contou com o efeito surpresa, a segunda foi brutalmente reprimida e inaugurou um novo ciclo de perseguições.³⁵⁵

A conjuntura de avanço da oposição à ditadura, iniciada com uma articulação informal em 1967 que, em 1968, resultaria em grandes manifestações nas ruas de estudantes e trabalhadores(as), mas também com o fortalecimento da oposição nas esferas institucionais, se encerraria com a decretação do Ato Institucional nº 5, que fechou o Congresso Nacional temporariamente, instituiu censura prévia à imprensa, cassou mandatos e direitos civis.³⁵⁶

A década de 1970 foi marcada por intensa repressão do regime militar às oposições, especialmente aos grupos de esquerda que apostaram na luta armada, e também pelos elevados índices de crescimento econômico. Esse crescimento, que foi apelidado de “milagre econômico”, foi construído, em parte, com o aumento da lucratividade do capital a partir do arrocho salarial e da superexploração da força de trabalho, garantidos pelo controle sobre os sindicatos.³⁵⁷

No início dos anos 1970, depois de uma nova onda de intervenções nos sindicatos, o governo buscou ressignificá-los como órgãos integrados aos sistemas de assistência e previdência social, voltados para a oferta de serviços por meio de financiamentos e doações, em meio ao início da crise da saúde pública e dos institutos de aposentadora e pensões. Os sindicatos poderiam servir como mediação entre o governo e os(as) trabalhadores(as), somando-se aos demais instrumentos do governo na propaganda do desenvolvimento acelerado brasileiro, buscando convencer os trabalhadores(as) dos benefícios do “milagre”. Porém, ainda que a repressão tenha contido as greves e os grupos políticos da esquerda, ativistas mantiveram a mobilização dos(as) trabalhadores(as) nas empresas. Esse trabalho resultou em movimentos grevistas de pouca duração, contra atrasos no pagamento e acidentes de trabalho. Também foram realizadas greves de fome, greve da “dor de barriga” - na qual os(as) trabalhadores(as) pararam o trabalho para fazer fila na enfermaria - e outras formas de paralisação ou diminuição do ritmo de trabalho.³⁵⁸

No final da década de 1970, o modelo econômico da ditadura entrou em crise e aumentaram as dissidências no interior do bloco do poder. Os militares começaram uma transição lenta e gradual para a volta dos civis ao governo, buscando manter o controle deste

355 MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.108.

356 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 115-137.

357 MATTOS, M. B. *Op. cit.*, p.109.

358 *Ibid.*, p.113

processo. Nesse sentido, adotaram medidas liberalizantes de caráter dúbio, tais como: o fim do AI-5 para, em seguida, aprovar um pacote de medidas que previa o fechamento do congresso, instituição de eleições indiretas para o senado, escolha indireta de governadores, entre outras; aprovação da lei da anistia em 1979, beneficiando torturadores; e aprovação da reorganizando partidária com o objetivo de dividir a oposição. Por outro lado, ampliava-se a pressão exercida pelos movimentos sociais.³⁵⁹

Em 1977, o Banco Mundial divulgou a fraude nos índices de inflação de 1973/1974 promovida por Delfim Netto, Ministro da Fazenda de Médici. A partir disso, os(as) metalúrgicos(as) de São Bernardo fizeram uma campanha pela reposição dessas perdas calculadas em 34,1%. Em 12 de maio de 1978, em São Bernardo, na fábrica Scania Vabis, começou a primeira de várias greves conhecidas como “greve de braços cruzados, máquinas paradas”, em que trabalhadores e trabalhadoras permaneceram nos postos de trabalho, sem trabalhar. A onda grevista se espalhou por São Paulo e por outras categorias, exigindo aumentos para compensar o arrocho salarial, o fim da ditadura, direito de greve, liberdade e autonomia sindicais. Esse movimento defendia que um “novo sindicalismo” deveria nascer da mobilização consciente da classe trabalhadora e da ruptura com a estrutura sindical.³⁶⁰

O “novo sindicalismo” foi construído a partir da experiência das greves do final da década de 1970 e das oposições sindicais - as críticas ao atrelamento dos sindicatos ao Estado e as formadas contra as direções sindicais corporativas - somada às mudanças na forma de organização dos(as) trabalhadores(as). Segundo Souza-Lobo, esse movimento também teria contribuído para o surgimento do discurso das operárias devido à ampliação dos temas de discussão e as mudanças nas formas de mobilização dos(as) trabalhadores(as), como as ações descentralizadas e a formação de grupos de discussão.³⁶¹

Ainda que na literatura especializada se estude, separadamente, os movimentos gerais da classe, invisibilizando a atuação das trabalhadoras, ou focando apenas nas mobilizações femininas, visando a compreensão de suas especificidades, gostaríamos de refletir sobre a atuação de homens e mulheres neste período como parte de um só movimento no processo de reorganização da classe trabalhadora. O ingresso das mulheres no mercado de trabalho não é um fenômeno recente, ainda que tenha passado por uma mudança qualitativa a partir dos anos

359 MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.118.

360 GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes, 1991, p.26

361 SOUZA-LOBO, Elizabeth, SOARES, Vera. Masculino e feminino na linha de montagem – divisão sexual do trabalho e controle social. In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.47-62, p.66.

1970, e reconhecemos que parte das categorias com tradição sindical ainda mantinham um contingente majoritariamente masculino. No entanto, a crescente mobilização das trabalhadoras no final da década de 1970 se manteria ao longo da década de 1980, com tentativas de chamar a atenção para as discriminações de gênero e a luta pela criação de espaços próprios nos sindicatos, como departamentos/secretarias/comissões de mulheres que funcionariam como um lugar de organização e de formulação de política. Essas propostas não estão dissociadas da discussão geral dos rumos do sindicalismo brasileiro. Afinal, lutar por liberdade e autonomia sindicais envolve uma forma de pensar o sindicato visando a sua democratização e a ampla participação da base, refletindo uma mudança na concepção e na prática sindicais, assim como a formação de novos(as) dirigentes.

Das greves e do cotidiano operário no ABC paulista surgiram novos(as) atores/atrizes no movimento sindical, que viriam a coexistir com setores que foram duramente atingidos com o golpe empresarial-militar de 1964 e mantiveram o trabalho silencioso no chão de fábrica, além do lento avanço de setores progressistas na estrutura sindical oficial. Em meados da década de 1970, começaram a se redefinir os blocos atuantes no movimento sindical.³⁶² Rodrigues também destaca a importância da atuação da Igreja Católica nos movimentos populares, inspirada pela Teologia da Libertação, que viria a contribuir para o estabelecimento de relações e de uma atuação conjunta entre os ativistas católicos, oposições sindicais e sindicalistas autênticos(as), com a perspectiva de aproximação entre os movimentos popular e sindical.³⁶³

No V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 1978, destacou-se um grupo de sindicalistas, com os(as) novos(as) atores/atrizes e militantes do PCB, que se diferenciavam dos(as) “pelegos”(as) na proposta de uma ação sindical mais combativa. Ficaram conhecidos como sindicalistas “autênticos”. Desta atuação conjunta criaram um organismo denominado Intersindical e redigiram uma Carta de Princípios com reivindicações como o fim do regime militar, por eleições gerais e convocação

362 SANTANA, Marco Aurélio. Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 1970/1980. *Perseu: História, Memória e Política*, n.1, p.37-67, 2007, p.39. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/3>> Acesso em 09 de julho de 2023.

363 RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, Armando, [et al]. *O sindicalismo brasileiro anos anos 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.11-42, p.17.

de um Assembleia Nacional Constituinte, liberdade sindical, direito de greve, entre outras. No entanto, a Intersindical teve uma vida breve.³⁶⁴

Nos congressos sindicais em 1979, tornou-se perceptível a divergência entre esses(as) sindicalistas sobre a estrutura sindical. No Congresso dos Metalúrgicos de Poços de Caldas (1979), a distinção entre os grupos aumentou. Além dos(as) Autênticos(as), formou-se um novo bloco chamado Unidade Sindical (US), juntando sindicalistas que foram próximos dos(as) autênticos(as) e setores mais conservadores do movimento, assim como militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Houve também um terceiro agrupamento formado pelas oposições sindicais.³⁶⁵

Os(as) autênticos(as) eram oriundos da estrutura sindical, mas defendiam a sua alteração, assim como eram favoráveis à ampliação da participação das oposições sindicais e possuíam uma visão de sindicalismo mais combativo. Enquanto a Unidade Sindical reunia “pelegos”(as) que se beneficiavam da estrutura sindical e militantes do PCB que avaliavam que movimentos audaciosos poderiam colocar em risco o processo de redemocratização em curso, em clara discordância com os(as) autênticos(as). A Unidade Sindical também recusava a possibilidade de juntar forças do movimento sindical e do movimento popular em articulações sindicais, movimento este empreendido pelos(as) autênticos(as) que chegaram a compor a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anamos).³⁶⁶

Por outro lado, as oposições sindicais se articulavam no combate à estrutura sindical oficial. Em abril de 1979, foi realizado o I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP) que propôs um encontro nacional das oposições sindicais. Na reunião preparatória deste encontro, realizada em janeiro de 1980, evidenciaram-se as divergências entre as oposições, com um setor que queria um congresso só entre oposições (OSMSP) e outro, que saiu vitorioso nesta disputa, que visava se aproximar do setor Autêntico, com a concepção de que deveriam ter uma atuação combativa dentro da estrutura sindical buscando a sua democratização. A proposta foi de realização de um Encontro das Oposições e Sindicalistas Autênticos: o Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), dias 13 e 14 de setembro de 1980, em Nova Iguaçu. A ideia de uma

364 ALMEIDA, Gelso Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 109-110.

365 SANTANA, Marco Aurélio. Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 1970/1980. *Perseu: História, Memória e Política*, n.1, p.37-67, 2007, p.46. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/3>> Acesso em 09 de julho de 2023.

366 *Ibid.*, p.48.

atuação conjunta ganhava peso e a perspectiva era de realização a I Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) em 1981.³⁶⁷

Concomitantemente ao ENTOES, sindicalistas oriundos de sindicatos oficiais, mas combativos, organizaram o Encontro de João Monlevade (MG), em fevereiro de 1980, com o objetivo de estimular a articulação entre o movimento sindical e o movimento popular da cidade e do campo. Neste encontro, os presentes estabeleceram princípios básicos de atuação como a defesa da democratização da estrutura sindical, o fim da restrição ao direito de greve, entre outras. A proposta visava a construção de mecanismos de consulta, de reuniões e trocas de experiências.³⁶⁸

Foram organizados mais dois encontros com o mesmo objetivo: o Encontro de São Bernardo (SP), em junho de 1980, e o Encontro de Vitória (ES), em julho de 1981. Sendo que sindicalistas vinculados(as) ao PCB já não participaram do último encontro. De um espaço para o outro, as reivindicações foram se tornando mais radicais. No Encontro de Vitória, foram incorporadas pautas como a defesa da reforma agrária sob controle dos(as) trabalhadores(as) e pela realização de uma greve geral envolvendo sindicatos, movimentos populares e associações urbanas e rurais. Rodrigues destaca, no entanto, que as associações sindicais eram minoria nesses espaços, com predomínio de sindicatos de profissionais de formação universitária e, pelo setor industrial, de metalúrgicos.³⁶⁹

Esses encontros resultaram na criação da Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical (ANAMPOS), em junho de 1982. Segundo Rodrigues, a concepção de unificação entre os movimentos sindical e popular contida na ANAMPOS entendia o segundo como “uma retaguarda permanente de organizações”. Ainda de acordo este autor: “Por sua vez, quando ligados ao sindicalismo, os movimentos populares romperiam ‘a barreira de suas próprias reivindicações localizadas por melhorias das condições de vida, acompanhando as lutas gerais das classes trabalhadoras do país.’”³⁷⁰ O que indica que, apesar de apontar a unidade, esses setores ainda tinham uma concepção que restringia a luta da classe trabalhadora às lutas sindicais, apesar da relação, perceptível na experiência das pessoas, entre

367 SANTANA, Marco Aurélio. Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 1970/1980. *Perseu: História, Memória e Política*, n.1, p.37-67, 2007, p.49. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/3>> Acesso em 09 de julho de 2023.

368 RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, Armando, [et al]. *O sindicalismo brasileiro anos anos 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.11-42, p.17-18.

369 *Ibid.*, p.21-22.

370 *Ibid.*, p.22

o salário e as condições de vida. Isso também explica porque setores da esquerda viam com desconfiança as organizações populares em associações de moradores e entidades similares. Sem contar que as lutas pelo custo de vida, transporte, creche, saneamento básico, iluminação, entre outras foram marcadas por forte presença feminina, enquanto os sindicatos seriam o “lugar dos homens”. De todo modo, segundo Gianotti e Lopes Neto, esta articulação já teria em si os princípios do que viria a ser a CUT.³⁷¹

Nos Encontros Nacionais da Classe Trabalhadora (ENCLATs) realizados em âmbito estadual, já se percebia a polarização entre as distintas posições. Os ENCLATS foram realizados em 17 estados, sendo que no Rio de Janeiro predominava a Unidade Sindical e, em São Paulo, os(as) autênticos(as). Foram discutidos os pontos de consenso entre os setores do movimento sindical que acabaram por constituir o temário da CONCLAT, que seria realizada entre 21 e 23 de agosto de 1981.³⁷²

No jornal Mulherio, aparece uma chamada com o prazo para os sindicatos enviarem suas teses para a Secretaria Geral da CONCLAT, destacando que é uma oportunidade para as trabalhadoras incluírem a discussão de temas de seu interesse, tais como: salário igual para trabalho igual, ampliação da licença-maternidade, instalação de creches nas empresas e fim da discriminação contra a mulher.³⁷³

A ideia da CONCLAT surgiu em outubro de 1977, com a realização da Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), pelos empresários. O tempo decorrido desde a defesa da realização da CONCLAT e a sua concretização possibilitou a construção de pontes entre diferentes tendências do movimento sindical que convergiam nas reivindicações, embora divergissem sobre o papel dos sindicatos e sua relação com as bases e com as oposições sindicais.³⁷⁴

A realização da CONCLAT em si foi uma vitória, tendo reunido 5.036 delegados(as), representantes de 1.091 entidades do campo e da cidade³⁷⁵, com a participação de todas as forças políticas atuantes no movimento sindical. Mas o espaço foi marcado por discordâncias,

371 GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes, 1991, p.34-35.

372 SANTANA, Marco Aurélio. Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 1970/1980. *Perseu: História, Memória e Política*, n.1, p.37-67, 2007, p.53. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/3>> Acesso em 09 de julho de 2023.

373 MULHERIO, ano 1, n. 2, julho/agosto de 1981, p. 23.

374 ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p.116

375 Centro de informação documentação e análise sindical. *Tudo sobre a CONCLAT: à caminho da Central Única*. São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981, p.11.

especialmente sobre como enfrentar a crise política e econômica. Enquanto o bloco autêntico apontava a saída na mobilização, com a convocação de uma greve geral e buscando avançar na luta por autonomia e independência sindical; o setor próximo aos PCs defendeu uma política de conciliação para garantia da transição democrática.³⁷⁶ Um dos pontos que gerou acirrado debate foi sobre a indicação da composição da Comissão Nacional Pró-CUT, no qual militantes do PCB defenderam a unidade até o limite de ter maioria da Unidade Sindical.³⁷⁷

As reivindicações das trabalhadoras foram inseridas em um único ponto do temário do CONCLAT que constava no Regimento Interno aprovado, dentro do Grupo de Direito do Trabalho, que previa as seguintes discussões:

- a) Reforma da CLT.
- b) Estabilidade no Emprego e FGTS.
- c) Direito de Greve.
- d) Contrato Coletivo de Trabalho.
- e) Salário Mínimo Real e Unificado.
- f) Justiça do Trabalho.
- g) Fiscalização do Trabalho: Insalubridade e Periculosidade.
- h) Direito de Sindicalização dos Funcionários Públicos.
- i) Direitos e reivindicações da Mulher: Salário igual para trabalho igual, profissionalização e creche.³⁷⁸

É o único tema que englobava as reivindicações das trabalhadoras, não tendo nenhum item a respeito nos demais grupos de trabalho sobre Sindicalismo; Previdência Social; Política Salarial e Econômica; Política Agrária; e Problemas Nacionais. Neste grupo, debateram se sindicatos deveriam ou não criar departamentos femininos. Segundo o Jornal Mulherio: “E a decisão, condenando os departamentos, só foi tomada na reunião plenária do Congresso, depois que uma assistente social de Minas Gerais falou: ‘A classe trabalhadora está dividida entre patrões e empregados e não entre homens e mulheres. Portanto, as discussões devem se dar em conjunto, lado a lado, como está ocorrendo aqui.’” O jornal não fez comentários sobre a fala. O texto seguiu com informações sobre o CONCLAT, indicando que 30% dos 5.250 delegados de 420 sindicatos eram mulheres, que não houve repressão no evento e apontando as mulheres participantes na Comissão Nacional Pró-CUT.³⁷⁹

376 GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes, 1991, p.38.

377 SANTANA, Marco Aurélio. Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 1970/1980. *Perseu: História, Memória e Política*, n.1, p.37-67, 2007, p.53. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/3>> Acesso em 09 de julho de 2023.

378 Centro de informação documentação e análise sindical. *Tudo sobre a CONCLAT: à caminho da Central Única*. São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981, p.14

379 MULHERIO, ano 1, número 3, setembro/outubro de 1981, p.23. O jornal Mulherio menciona 5250 delegados(as), no entanto, no livro “Tudo sobre a CONCLAT” apresentam números distintos, falando em 5.036 delegados(as) na p.11 e 5.247, de 1.126 entidades, na carta de reivindicações remetida ao Presidente da República na p.51. Fonte: Centro de informação documentação e análise sindical. *Op. cit.*, p.11-51.

Esta comissão foi composta por 56 sindicalistas, sendo 24 rurais e 32 urbanos, dos quais apenas 2 mulheres: Venize Nazaré Rodrigues, da Associação Profissional dos Professores do Estado do Pará, e Clara Levin Ant, do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo. A comissão executiva foi composta por 23 membros efetivos e 6 suplentes, mas nenhuma mulher ocupou esses cargos. Nos dados sobre a participação sindical por estado e o número de delegados(as) não foram especificadas as informações sobre gênero.³⁸⁰

As mulheres apresentaram as suas reivindicações no evento, registradas nas resoluções da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, no item “13. Direitos da mulher da trabalhadora”:

- eliminação de todo e qualquer princípio que crie discriminações entre o homem e a mulher, garantindo a ela uma real equiparação salarial, quando no mesmo trabalho;
- direito de a gestante mudar de função, quando a exercida for prejudicial à gestação;
- proibição da exigência de exame de gravidez quando da admissão de mulheres;
- ampliação da licença-maternidade para seis meses;
- obrigatoriedade da construção e manutenção de creches nas empresas e bairros, mantidas pelas próprias empresas e pelo poder público, sob controle efetivo dos trabalhadores através de seus sindicatos;
- lutar pela mudança da lei, para que a exigência de creches se refira ao número de trabalhadores, sem diferença de sexo, e não de mulheres na empresa;
- as crianças devem ficar nas creches até a idade escolar, estando vinculada a sua saída da creche à matrícula em escola pública;
- comemorar no dia 12 de outubro o “dia de defesa do filho do trabalhador”;
- direito de acesso da mulher aos cursos profissionalizantes;
- abolição das discriminações em relação à mulher quando das promoções nas empresas;
- extensão de fato dos direitos trabalhistas às mulheres que realizam trabalho a domicílio,
- aposentadoria da mulher aos 25 anos de trabalho.³⁸¹

A Comissão Nacional Pró-CUT tentou concretizar as demandas propostas, organizando jornadas de luta contra o desemprego, a carestia e o pacote previdenciário, pela reforma agrária, liberdade e autonomia sindical, direito à moradia e por liberdades democráticas - aparentemente, as reivindicações das operárias passaram longe das preocupações. Mas a convivência entre os setores era difícil. A decisão de realizar uma nova CONCLAT em 1982, ou adiá-la, viria a acirrar os embates.³⁸²

380 CONCLAT. Resoluções da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, dias 21, 22 e 23 de agosto, em Praia Grande-São Paulo, p.31-35. Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>

381 *Ibid.*, p.4.

382 SANTANA, Marco Aurélio. Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos nos 1970/1980. *Perseu: História, Memória e Política*, n.1, p.37-67, 2007, p.56. Disponível em:

Em reunião da comissão nacional pró-CUT, estabeleceram que o novo CONCLAT seria realizado nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 1982, mas em reunião posterior votaram pelo adiamento. Passadas as eleições, momento em que o PT e as esquerdas comunistas também divergiram sobre o voto útil no PMDB, defendido pelos comunistas com a política de “todos unidos contra a ditadura”, e a tentativa de eleger seus/suas próprios(as) candidatos(as), como era o caso do PT que estava em construção. A comissão nacional pró-CUT reuniu-se novamente em 7 de agosto de 1983, quando aceitaram a possibilidade de eleger delegados(as) em reuniões paralelas às entidades sindicais. Essa decisão foi alvo de críticas da Unidade Sindical, tendo sido denunciada pela CONTAG como uma tentativa de manipulação do Congresso para impor uma concepção divergente.³⁸³

A CONTAG e demais federações e confederações recusaram-se a participar de um congresso que acusavam de privilegiar as oposições sindicais em detrimento das entidades. O congresso foi adiado por mais duas vezes. A divisão entre os setores sindicais se confirmou em reunião da comissão realizada em 11 de agosto de 1983, em São Paulo. Setores vinculados à ANAMPOS decidiram manter o CONCLAT nos dias previstos, 26, 27 e 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo. A posição oficial do PCB a respeito foi de que a ANAMPOS estava disposta a fazer o seu próprio congresso sindical, sem reconhecer as instâncias decisórias do movimento. Os(as) comunistas discordaram de um congresso marcado pelo “paralelismo sindical” e continuaram aliados dos setores mais conservadores. Setores da Unidade Sindical, por sua vez, convocaram um congresso para os dias 4, 5 e 6 de novembro de 1983, em Praia Grande. A CUT foi fundada no congresso de São Bernardo, promovido pela ANAMPOS. Enquanto o congresso da Unidade Sindical criou, não uma central, mas uma Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que não contemplava os(as) comunistas em sua executiva.³⁸⁴ Em 1986, a CONCLAT se reuniria em outro congresso para formar a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), da qual participariam o PCB, PCdoB, MR-8, sindicalistas ligados(as) ao PMDB e dirigentes próximos(as) do sindicalismo norte-americano.³⁸⁵

<<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/3>> Acesso em 09 de julho de 2023.

383 SANTANA, Marco Aurélio. Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 1970/1980. *Perseu: História, Memória e Política*, n.1, p.37-67, 2007, p.56. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/3>> Acesso em 09 de julho de 2023, p.58-59.

384 *Ibid.*, p.60-61.

385 RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, Armando, [et al]. *O sindicalismo brasileiro anos anos 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.11-42,

A Central Única dos Trabalhadores defendia a sua independência dos patrões, do governo, de partidos políticos e credo, unificada na luta pela autonomia e liberdade sindical, pela organização por local de trabalho e pela organização por ramo de atividade produtiva, diferenciando-se da posição dos demais blocos atuantes no sindicalismo sobre a estrutura sindical.³⁸⁶ Outrossim, os sindicatos que participaram da fundação da CUT, em 1983, já tinham experiências prévias de organização das trabalhadoras. Assim como algumas categorias profissionais e ramos de produção que formaram a Central tinham expressivo contingente feminino, como bancários e entre servidores públicos atuantes nas áreas de saúde, educação, serviço social.³⁸⁷ No entanto, entre as resoluções congressuais do 1º Congresso da CUT são tímidas as menções às reivindicações femininas. Neste documento, o plano de lutas incorpora as reivindicações pela estabilidade para as mulheres grávidas; pela criação de creches nos locais de trabalho; contra qualquer discriminação social e econômica às mulheres. Além disso, no ponto sobre liberdades democráticas inclui, em termos genéricos: “Contra todo tipo de discriminação do negro, da mulher e das minorias.”³⁸⁸

Rodrigues diferencia o que consta no programa de lutas dos congressos da CUT e a prática sindical cotidiana. Se o programa era mais ambicioso em suas reivindicações - seja pela defesa do fim da estrutura sindical, por reforma agrária sob controle dos trabalhadores, pela defesa da organização de uma greve geral -, a CUT, que estava em fase de construção, não teria condições de colocar todas essas demandas em prática sozinha. Portanto, os planos de lutas dos primeiros congressos indicavam a necessidade de construção de uma identidade que diferenciasse a CUT das demais organizações sindicais e refletia as disputas entre as diferentes tendências internas. A cada congresso, aprofundava-se a divisão entre os que viam a CUT como um instrumento de luta pelo socialismo e os que a viam apenas como um mecanismo de coordenação das lutas sindicais.³⁸⁹

O que deixa no ar outra questão: a inserção das reivindicações das mulheres nas resoluções congressuais talvez reflita a posição de um grupo de militantes que atuava com

p.35.

386 RODRIGUES, Lêoncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.7.

387 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduaos em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.41

388 CUT. RESOLUÇÕES DO 1º CONGRESSO NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA. 1º CONCLAT- 26, 27 e 28 de agosto de 1983, São Bernardo do Campo (SP), p.5 . Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>

389 RODRIGUES, Lêoncio Martins. *Op. cit.*, p.10-11.

este tema nos sindicatos, buscando afirmar a importância de um sindicalismo atento às necessidades do conjunto da classe trabalhadora e que incorpore as demandas femininas, do que uma expressão da ampla mobilização das trabalhadoras em seus respectivos sindicatos. Mas, ainda que a inclusão dessas reivindicações seja fruto da afirmação de uma posição, foi empreendido um esforço de organização e aproximação das trabalhadoras.

As trabalhadoras da CUT enfrentaram a desigualdade na participação de homens e mulheres nas instâncias da direção; o desinteresse dos sindicalistas sobre o debate da opressão das mulheres e o impacto disso no trabalho e no sindicato; a ausência de políticas sindicais para combater a desigualdade de gênero; a dificuldade para inserção da temática do trabalho feminino na agenda da central; o machismo do meio sindical; e a dificuldade de participação das mulheres.³⁹⁰ Apesar disso, entre 1985-1986, instâncias da CUT realizaram encontros de trabalhadoras regionais/estaduais, como: “CUTs estaduais de São Paulo (fevereiro/1985), Minas Gerais (agosto/1985), Paraíba (março/1986, em conjunto com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo), CUT Regional do ABC, no estado de São Paulo (setembro/1986).”³⁹¹Tais iniciativas, segundo Delgado, acumularam e caminharam para a proposta de criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora em 1986.

É importante destacar o pioneirismo das mulheres da Paraíba, que, no I Congresso Estadual da CUT Paraíba, em Campina Grande, realizado em outubro de 1985, apresentaram a proposta de criação de uma Secretaria da Mulher, que teria entre os seus objetivos a sindicalização das trabalhadoras urbanas e rurais. A criação desta Secretaria se deu no mesmo período da consolidação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT) e o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB), ambos na região do Brejo (PB). Essa secretaria foi importante para a consolidação de um movimento sindical que articulasse as trabalhadoras rurais. Depois do 2º CONCUR, em 1986, a Secretaria viria a se tornar a Comissão Estadual sobre a Mulher Trabalhadora.³⁹²

Esse parece ser um movimento mais geral, no qual o debate sobre a organização das mulheres também foi colocado para outras centrais sindicais como uma realidade que não poderia mais ser ignorada. Como é o caso do 1º Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora,

390 LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; DAU, Denise Motta; et al. *Mulheres na CUT: uma história de muitas faces*. São Paulo: CUT Brasil, 2006, p. 15.

391 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.54

392 LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; DAU, Denise Motta; et al. *Op. cit.*, p. 28.

promovido dias 17 a 19 de janeiro de 1986, em São Paulo, pela CONCLAT. E mesmo a Força Sindical organizou uma Secretaria Nacional da Mulher, Criança e Adolescente em 1991.³⁹³ Além disso, a incorporação de reivindicações das mulheres nas pautas de negociação do sindicato com o patronato tornou-se crescente, com demandas como a estabilidade para trabalhadoras que retornavam da licença-maternidade, creches, proibição da exigência de exames de gravidez e de atestados de laqueadura, garantia de licença para mulher que sofreu aborto, absorvente disponível nos locais de trabalho, licença-maternidade para mãe adotante, entre outras.³⁹⁴

A criação da Comissão sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNMT), no 2º CONCUR de 1986, foi resultado da luta das mulheres pela ocupação de espaços sindicais a partir do final dos anos 1970. No entanto, o próprio nome da comissão destacando ser “sobre a questão da mulher trabalhadora”, indica que não foi constituída para ser um espaço/uma comissão de mulheres, mas para a discussão da organização da trabalhadora apenas do ponto de vista sindical geral. Apesar disso, a ideia de compor essa comissão surgiu em 1986, através do diálogo entre militantes feministas e sindicalistas na comemoração do 08 de março:

Nesse 8 de Março, como já era tradição aqui em São Paulo, dividiram-se quatro temas de discussão: saúde, creche, educação e trabalho. Eu fiquei no grupo que discuti trabalho, onde havia algumas pessoas próximas do trabalho sindical e lá se tirou uma ideia de dar continuidade a essa discussão de mulher e trabalho e de fazer uma discussão em relação ao Congresso da CUT daquele ano, porque as pessoas que estavam no sindicato já tinham esse desejo de que a CUT tivesse uma discussão mais organizada sobre a questão das mulheres.³⁹⁵

Militantes de SP e de outros estados deram início a esse debate no processo de organização do 2º Encontro da CUT, o que resultou no Encontro Nacional de 28 e 29 de junho de 1986, apoiado pela Secretaria Nacional de Formação da CUT, naquela época dirigida por Ana Lúcia Silva, da CUT pela Base. Esse encontro reuniu representantes urbanas e rurais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Amazonas, Goiás, Pará, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que elaboraram o texto “Documento de subsídio sobre a questão da mulher trabalhadora”, que deveria ser encaminhado ao 2º CONCUR. As mulheres que participaram deste encontro saíram dele com a tarefa de conversar com as que participariam do congresso nacional da CUT para que o documento

393 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.54

394 *Ibid.*, p.54

395 Entrevista de Maria Berenice Godinho Delgado a Nalu Faria Silva em 03/05/95. Ver: *Ibid.*, p.58-59.

fosse aprovado nos congressos preparatórios estaduais, visando a articulação das mulheres em uma reunião a ser realizada durante o 2º CONCUT para promover a defesa da proposta e o convencimento dos(as) delegados(as). Também procuraram o apoio da Executiva Nacional e da Direção Nacional da CUT, que sugeriu que um dos dirigentes da Executiva Estadual da CUT de São Paulo fizesse a defesa da proposta no Congresso Estadual. Para as trabalhadoras, ter uma defesa feita por homens e mulheres passaria a ideia de que a criação da comissão era uma demanda ampla. A proposta foi aprovada nos congressos estaduais de São Paulo, Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro.³⁹⁶

O documento inicial elaborado pelas mulheres continha seis páginas, mas foi reduzido a duas a pedido da Executiva Nacional da CUT. Segundo Delgado, o documento original incorporava reivindicações próprias do movimento feminista, como o direito ao aborto e a defesa da criação de restaurantes e lavanderias públicas no Estado, visando a socialização do trabalho doméstico. No entanto, representantes da Executiva Nacional da CUT solicitaram a supressão desses trechos do documento final que entrou nas Resoluções Congressuais do 2º CONCUT. A proposta de licença paternidade tampouco foi incluída.³⁹⁷

Segundo Delgado, esse documento na versão original representou, pela primeira vez, uma visão feminista na CUT por organizar ideias sobre a discriminação das mulheres a partir de uma discussão coletiva entre sindicalistas de todo o país, além de buscar compreender a mulher trabalhadora e sua relação com o movimento sindical, servindo também como orientação para a ação da CNMT, que passaria a ser atualizada ao longo do tempo a partir de novas formulações do movimento feminista.³⁹⁸ No entanto, só tivemos acesso ao documento reduzido que consta nas resoluções do 2º CONCUT e, nele, muito do que é apresentado por Delgado como influência das pautas feministas se perdeu. Aparenta ser mais um texto que busca organizar as trabalhadoras para a luta de classes, sem abordar a opressão de gênero. Delgado compreende que as reivindicações eram muito avançadas para o que a CUT tinha de discussão sobre o tema, tanto que as sindicalistas que fizeram a proposta não teriam insistido na manutenção do texto original.

As duas versões do documento foram aprovadas em congressos estaduais, o que, no 2º CONCUT, teria confundido muitas delegadas que pensaram ser duas propostas diferentes. A

396 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.59.

397 *Ibid.*, p.67-68.

398 *Ibid.*, p.65

direção da CUT, segundo Delgado, embora avaliasse ser inevitável a criação da comissão, receava servir a uma disputa entre tendências internas, assim como tinham medo de que a proposta servisse para “dividir a classe”, já que acreditavam que a luta contra a opressão das mulheres deveria estar subordinada à luta de classes.³⁹⁹

O documento que consta na resolução congressual do 2º CONCUR analisou a participação da mulher trabalhadora na luta de classes, presente nas greves e manifestações, sem, no entanto, ter uma militância cotidiana organizada, o que era dificultado, em parte, pela dupla jornada de trabalho. Portanto, a tarefa de organização as trabalhadoras e incorporação de suas lutas deveria ser realizada pelo conjunto da classe e pela CUT. Buscando conscientizar e incentivar a participação da trabalhadora na luta geral da classe foi proposta a criação da Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora, subordinada à Secretaria de Política Sindical com as seguintes funções:

- a) Elaboração de propostas e projetos políticos sobre a questão da mulher trabalhadora para subsidiar a Direção da CUT Estadual e CUT Nacional e sindicatos filiados à CUT;
- b) Subsidiar a Secretaria de Formação da CUT na preparação de atividades de formação, publicações e materiais de formação sobre a questão da mulher trabalhadora;
- c) Elaborar propostas à Direção da CUT para a realização de encontros, seminários e levantamentos da situação das mulheres trabalhadoras para a definição das formas de luta sobre suas questões;
- d) Incentivar a assessorar os Sindicatos filiados e oposições sindicais em programas e projetos no sentido de buscar uma maior participação das mulheres trabalhadoras dentro de sua entidade sindical, nas lutas específicas de sua categoria e nas lutas gerais da classe trabalhadora.⁴⁰⁰

Além disso, parte da proposta era a construção da campanha nacional “Creche para Todos”, com os objetivos de: unificar o conjunto da classe trabalhadora, porque a luta por creches era uma pauta que já mobilizava as trabalhadoras e seria uma forma de conscientizar os homens sobre a importância desta reivindicação; ser um instrumento de pressão contra a classe patronal; ser uma tentativa de unificação com a luta popular, já que o movimento de mulheres atuava nesta questão desde o final da década de 1970; e por ter um potencial de realização imediata e de ser viabilizada em cada local.⁴⁰¹

399 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.60

400 CUT. RESOLUÇÕES DO 2º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto de 1986, no Rio de Janeiro, p.21. Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>

401 CUT. RESOLUÇÕES DO 2º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto de 1986, no Rio de Janeiro, p.22. Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>

A tendência CUT pela Base e agrupamentos afins tiveram a iniciativa de formular a proposta que seria apresentada no 2º CONCUT, ainda que a ela tivessem se incorporado sindicalistas ligadas ou próximas aos grupos que formariam, posteriormente, a Articulação. Na CUT pela Base, a Democracia Socialista era a tendência com maior cultura de debate de gênero, formação política sobre o tema e de estímulo à participação de mulheres, tendo contribuído para aproximar outras mulheres que compunham a CUT pela Base do tema e da CNMT. Enquanto a Articulação não se identificava com nenhuma linha de orientação política marxista, identificando-se como “fluida” e “flexível” neste quesito, não organizava cursos de formação, nem tinha relação com o movimento feminista.⁴⁰²

O 2º CONCUT (1986) se caracterizou pela intensificação das disputas internas através da formalização das tendências. Zanetti identifica três eixos principais de discussão neste congresso: a CUT como instrumento na luta pelo socialismo; o estabelecimento de uma campanha nacional de lutas; e a aprovação de uma proposta de estrutura sindical alternativa.⁴⁰³ Apesar de ter adotado uma orientação mais à esquerda, com a aprovação de uma resolução que afirmava o socialismo como objetivo final dos trabalhadores, o congresso terminou com a ascensão da Articulação Sindical como direção majoritária da CUT, atingindo 59,9% dos votos.⁴⁰⁴ Essas disputas internas repercutiram tanto na desconfiança com a qual a proposta de criação a CNMT foi recebida, quanto ecoavam entre as tendências que participavam da comissão. Apesar disso, a direção da CNMT se preocupou em construir a unidade acima da divergência entre correntes, tratando as diferenças políticas respeitosamente, tendo sido um importante espaço de superação das tendências sectárias que as militantes identificavam em si mesmas. Delgado entende que essa abordagem tinha muitas razões de ser: porque o ambiente era majoritariamente masculino e dependiam da unidade para atuar na CUT; porque elas se unificavam pelo respeito à trabalhadora como sujeito político, tendo assumido para si, independente da posição política, a necessidade de incorporar o tema das relações de gênero

402 DELGADO, M. B. G. A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.48.

403 ZANETTI, Lorenzo. *O “novo” no sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993, p.103.

404 TEIXEIRA, R. D. *Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-1995)*. 2009. 237f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009.

na CUT; e porque, influenciadas pelo movimento autônomo de mulheres, buscavam construir relações com base na solidariedade entre mulheres.⁴⁰⁵

Entre as mulheres que participaram do 2º CONCUT encontravam-se dirigentes sindicais mais experientes que tinham postos de destaque em suas entidades de base ou na CUT, cujo foco de atuação no Congresso eram as definições sobre o caráter da CUT, não tendo participado da proposta de organização das mulheres trabalhadoras; e militantes diretamente envolvidas com a questão da mulher que formularam a proposta de criação da comissão, além das que se interessaram pela discussão no próprio CONCUT - em geral, ambas eram delegadas de base de seus estados e que não acompanhavam as articulações políticas mais gerais da CUT.⁴⁰⁶

A proposta foi discutida em alguns grupos de trabalho do Congresso e encaminhada à plenária final, quando delegadas que não participaram das discussões prévias apresentaram divergências sobre a criação da Comissão, propondo que fosse constituída depois dos encontros estaduais da CUT. As sindicalistas que apresentaram a proposta discordaram da vinculação da criação da comissão aos encontros estaduais, com medo de que não chegasse a ser implementada de fato, e foram majoritárias quando a questão foi colocada em votação. Também fizeram questão de que a proposta fosse lida na íntegra para o plenário, o que a mesa coordenadora não queria fazer para “economizar tempo”.⁴⁰⁷

Nas resoluções congressuais do 2º CONCUT, além do documento pela criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora e da campanha “Creche para todos”, a plataforma de lutas continha os seguintes pontos:

- direito de creche para os filhos de todos os trabalhadores, gratuita, mantida pelo Estado e pelos patrões, sob controle dos trabalhadores; (...)
- contra todas as formas de discriminação e diferenças de direitos entre homens e mulheres, nas condições de trabalho e emprego, na família, em todos os aspectos da sociedade, independente do estado civil, cor ou opção sexual;
- contra qualquer forma de intervenção ou interferência do Estado ou do FMI na definição do planejamento familiar;
- reconhecimento e regulamentação do trabalho da empregada doméstica;
- garantia de licença maternidade para todas as mulheres trabalhadoras, inclusive empregadas domésticas e trabalhadoras rurais;(...)
- descaracterização legal do homossexualismo como doença;⁴⁰⁸

405 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.49-50.

406 *Ibid.*, p.63.

407 *Ibid.*, p.64.

A campanha “Creche para todos” não foi oriunda de um debate consensual entre as formuladoras do documento que propôs a criação do CNMT. Um grupo de mulheres defendia que a campanha prioritária deveria ser por salário igual para trabalho igual, por colocar no centro a discriminação das mulheres, enquanto a creche seria uma luta mais geral. A diferença salarial também era questionada por ser uma luta geral, porque dependendo do cargo e do tipo de contrato, homens também recebiam salários diferentes ao exercer o mesmo trabalho. No entanto, a recusa em adotar essa campanha se deveu à compreensão de que a igualdade salarial seria mais difícil de se obter e não teria apoio dos sindicalistas homens.⁴⁰⁹

Cabe salientar que é visível em materiais da CUT a subordinação da organização das trabalhadoras à luta de classes, sem fazer deste processo um movimento duplo de conscientização também sobre o machismo. A sensação ao ler os materiais ainda é de que as mulheres estariam se incorporando a uma “luta dos homens”: “O II Congresso Nacional da CUT deliberou que cabe a cada CUT, como direção do movimento sindical, manter uma política de conscientização e incentivo à participação da mão de obra feminina da luta geral da classe trabalhadora.”⁴¹⁰

Depois do 2º CONCURTO, as sindicalistas envolvidas com a temática da trabalhadora se empenharam em dar prosseguimento às deliberações aprovadas. A CUT Estadual de São Paulo agilizou a formação da Comissão Estadual sobre a Questão da Mulher Trabalhadora seguindo as orientações congressuais também no que tange à campanha Creche para Todos. A criação da comissão se deu em 31 de agosto de 1986, em reunião convocada pela Secretaria Estadual de Política Sindical com os sindicatos filiados à CUT, tendo comparecido 11 entidades da capital, ABC e zona leste de São Paulo. As sindicalistas consideraram a importância deste fato, dando visibilidade às ações das trabalhadoras, apesar da resistência que o tema suscitava entre direções sindicais e as dificuldades de organização das trabalhadoras. Segundo Delgado, ainda prevalecia a ideia do desinteresse político da mulher para se organizar no sindicato. No entanto, a atuação da comissão viria a contribuir para

408 CUT. RESOLUÇÕES DO 2º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto de 1986, no Rio de Janeiro, p.14. Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>

409 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.72-73

410 Documento: Relatório da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora – elaborado pela Comissão da Mulher Trabalhadora/Secretaria de Política Sindical, em junho de 1987, p.1.

iluminar outros aspectos do problema, como o desconhecimento das direções sindicais sobre a base feminina dos sindicatos e a falta de políticas voltadas para a mesma.⁴¹¹

A primeira atividade da Comissão Estadual da CUT de São Paulo foi convocar o movimento autônomo de mulheres e entidades da sociedade civil para um ato público, em janeiro de 1987, contra o pacote de medidas sobre planejamento familiar proposto pelo governo Sarney. O ato contou com 200 participantes e teve mais de 60 entidades representadas.⁴¹² No resto do país, no entanto, as iniciativas seguiam em ritmos distintos.

Em Relatório da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora de junho de 1987, informaram que, desde a criação da comissão até março de 1987, a Comissão se reuniu nacionalmente pela primeira vez nos dias 21 e 22 de março de 1987 para discutir sua implementação. Também listaram as atividades desenvolvidas até então:

- a.) documento sobre creche para Seminário Sindical de Políticas sociais realizado na Venezuela *
 - b.) material para as CUTs Estaduais sobre o dia 8 de março, dia Internacional da Mulher *
 - c.) cartaz comemorativo do Dia Internacional da Mulher
 - d.) documento de subsídio e denúncia sobre o pacote de controle da natalidade do Governo Sarney com dossiê sobre o assunto Para as CUTs Nacionais
 - e.) Participação no ato público contra o Pacote do Controle da Natalidade em São Paulo, janeiro/87, coordenado pela Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora da CUT Estadual, São Paulo.
 - f.) Participação no Seminário sobre Liberdade e Autonomia Sindical e Contratação Coletiva (Brasil e Itália), promovido pela CUT e CGIL, abril de 1987, São Paulo
 - g.) documento de subsídio sobre a “Situação da Mulher Trabalhadora Brasileira”;
 - h.) vídeo sobre a mulher trabalhadora.
- *OBS.: material discutido e elaborado com a Comissão de São Paulo.⁴¹³

Além disso, incluíram no plano de lutas a organização de uma ampla campanha nacional sobre os direitos das mulheres na Constituinte, com a organização de abaixo-assinado e a proposta de organização de um Dia Nacional de Luta previsto para agosto, com data a ser definida de acordo com a dinâmica do Congresso; a organização da Campanha Nacional Creche para Todos; a elaboração de um Dossiê sobre Mulher e Violência; e a proposta de realização de um encontro nacional de mulheres trabalhadoras da CUT no segundo semestre de 1987.⁴¹⁴

411 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p. 75-76

412 *Ibid.*, p.76

413 CUT. Relatório da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora / Secretaria de Política Sindical. Junho de 1987, p.1-2. Disponível no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT.

414 CUT. Relatório da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora / Secretaria de Política Sindical. Junho de 1987, p.2. Disponível no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT.

Nesta ocasião, avaliaram que a implantação da comissão estava se dando de forma lenta e desigual nos estados. O que também se expressou no comparecimento a esta reunião de março de 1987, com a presença de apenas 6 estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás). As ausências dos demais estados foi explicada por dificuldades financeiras ou por não terem iniciado os trabalhos da comissão. Apenas três direções estaduais da CUT implementaram a comissão. Compreenderam que isso se devia à pouca importância atribuída à comissão por grande parcela do movimento sindical e pelas direções que não respaldavam o trabalho político das companheiras que estavam tentando tomar iniciativa. A comissão ainda não dispunha de recursos, comunicação, infraestrutura e materiais.⁴¹⁵

Segundo Delgado, nesta reunião de março de 1987 também discutiram a situação da mulher no espaço doméstico e no trabalho assalariado, assim como o controle da natalidade e o aborto, apontando a necessidade de maior interferência nas políticas públicas de saúde, como o Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Também sinalizaram a necessidade de maior integração com o movimento feminista e o movimento popular para integrar à CUT a esses movimentos e reforçar as iniciativas.⁴¹⁶ Além disso, a aproximação com os mesmos também seria uma forma das sindicalistas que estavam à frente da CNMT se sentirem acolhidas e com respaldo na sua atuação, considerando as dificuldades para o desenvolvimento de suas atividades na central.

Sobre a organização da CNMT, ela seria composta por duas representantes de cada CUT Estadual que já tivesse formado a Comissão Estadual sobre a Questão da Mulher Trabalhadora e uma representante dos estados onde o trabalho ainda estivesse sendo estruturado. A CNMT fez ainda mais duas reuniões em 1987, nos dias 6 e 7 de junho e em 14 de dezembro. Em dezembro, criaram uma coordenação da CNMT composta por representantes do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná e uma coordenadora geral indicada pela Executiva Nacional, que era vinculada à corrente majoritária e tinha acompanhado as discussões desde o início, indicando uma limitação da autonomia da comissão.⁴¹⁷ Além disso, discutiram a retomada da campanha “Creche para Todos”; a

415 CUT. Relatório da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora / Secretaria de Política Sindical. Junho de 1987, p.3. Disponível no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT.

416 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.78

417 *Ibid.*, 79-81

preparação do 8 de março de 1988; a realização de atividades de formação sobre a mulher em parceria com a Secretaria Nacional de Formação da CUT; e organização do Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. Sobre a relação com o movimento de mulheres, várias sindicalistas já tinham tido contato ou participado desse movimento, especialmente entre as trabalhadoras rurais:

Em relação ao movimento autônomo de mulheres, a CUT deve participar dele defendendo, de forma articulada, as posições cutistas. No entanto, no interior da CUT, a organização das mulheres se dá de forma diferenciada, inserida na estrutura da CUT e respeitando as suas características como entidade.⁴¹⁸

Essa forma de se relacionar com o movimento de mulheres expressava a diferença da forma de atuação do movimento sindical, porque o primeiro teria uma organização mais flexível e não hierarquizada, distinta da tendência do segundo de centralização das decisões na diretoria – centralização que também foi imposta às mulheres que atuavam no movimento feminista, que defenderiam não as posições de suas tendências internas, mas o que tinha sido decidido na CNMT/CUT. Outro fator que contribuiu para as dificultar a implementação da CNMT é a noção de que as temáticas feministas seriam muito destoantes da realidade sindical, o que coincide com a concepção predominante entre sindicalistas de que a classe trabalhadora seria homogênea e que o reconhecimento da especificidade/diferença das trabalhadoras romperia com a unidade da classe.⁴¹⁹

Outra preocupação era sobre o relacionamento entre trabalhadoras urbanas e rurais, tendo sido pauta de uma reunião da Coordenação da CNMT em fevereiro de 1988, devido à organização autônoma das trabalhadoras rurais em alguns estados com a participação de sindicalistas da CUT na direção desses movimentos na Paraíba e no sul do país. Enquanto no nordeste havia diálogo entre urbanas e rurais, nos demais estados os grupos não tinham integração. As sindicalistas urbanas viam a construção da CNMT como um esforço próprio, já as rurais entendiam que era uma decisão da “cúpula”. Nesta reunião, chegaram a um acordo de que as sindicalistas rurais reforçariam a construção da CNMT. Posteriormente, em 19 e 20 de março de 1990, foi realizado o I Seminário Nacional sobre a Mulher Trabalhadora Rural, organizado pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR) e pela CNMT, cujas resoluções foram aprovadas no I Congresso do DNTR, quando foi criada a

418 CNMT, Relatório, 1988. *Apud* DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.80

419 *Ibid.*, p.81

Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora Rural, vinculada a esse departamento.⁴²⁰

Em 1, 2 e 3 de julho de 1988 foi realizado o I Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, espaço considerado por Delgado como um marco por conferir legitimidade nacional à comissão, mas também um teste, já que ter êxito na organização deste evento contribuiria para ampliar sua sustentação política na central. As organizadoras do encontro privilegiaram a participação do maior número de instâncias horizontais da CUT, com o comparecimento de 66 delegadas provenientes de 14 estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Amazonas) e representando 25 categorias profissionais.⁴²¹

O então presidente da CUT, Jair Meneghelli, abriu o encontro com uma mesa sobre conjuntura nacional. As pesquisadoras feministas Helena Hirata, Lena Lavinias e Rosalina Santacruz⁴²² foram convidadas para abordar os temas a serem discutidos, como o trabalho feminino em relação à crise econômica, à área rural e à luta de classes. O objetivo consistia em preparar as mulheres para as lutas em curso, articular trabalhadoras urbanas e rurais e ser um espaço de formação para construir uma base comum sobre a participação das mulheres no sindicato.⁴²³

Na fala de Jair Meneghelli, destaco o fosso ainda existente na articulação das lutas feminista e sindical. Em 1988, os homens da CUT ainda precisavam ser convencidos da importância da organização das mulheres no sindicato e da luta por direitos iguais, apesar do esforço das sindicalistas, desde pelo menos meados da década de 1970, para ocupar os espaços sindicais e apresentar suas pautas:

Eu tenho a certeza absoluta de que a tarefa de vocês é convencer os homens, é convencer os dirigentes da CUT e dos sindicatos de que nós temos que trabalhar junto com vocês para conquistar a igualdade. Por que eu não acredito que, na sua maioria, quando os homens falam sobre a mulher, eles falam o que de fato pensam. Eles falam muito mais por um fator demagógico do que propriamente do que estão pensando. É a

420 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.96

421 *Ibid.*, p. 83

422 As mulheres citadas se destacam pela atuação acadêmica, no entanto, é interessante apontar que Helena Hirata participou da revista *Mulherio*; Lena Lavinias foi fundadora da Revista *Estudos Feministas* junto com feministas “históricas”, ou seja, atuantes desde 1975 no CMB-RJ; e Rosalina Santa Cruz Leite foi uma das editoras do *Brasil Mulher*. Ou seja, além da contribuição em pesquisas sobre questões da mulher, representam uma ponte com o movimento feminista na mesa deste encontro.

423 DELGADO, M. B. G. *Op. cit.*, p. 84

opinião que tiro de conversas com companheiros no dia-a-dia (*sic.*). Hoje nós não podemos ter absoluta certeza de que o homem lutará em benefício de direitos iguais entre homens e mulheres. Será uma tarefa das mulheres convencerem os homens para que eles lutem pelos mesmos direitos, salários e melhores dias, de igualdade, como nós imaginamos. Eu estive lendo recentemente alguns documentos e resoluções dos encontros de vocês e percebo que muitas das resoluções dos encontros das mulheres não são contemplados na pauta de reivindicações, que majoritariamente são elaboradas por homens, e veremos que não são.⁴²⁴

A mesa “A opressão da mulher e a luta de classes” foi a que mais se aproximou de temáticas do movimento feminista, abordando a especificidade da opressão da mulher no sistema capitalista, destacando a heterogeneidade da classe trabalhadora e a necessidade de superação ideológica e material da subordinação da mulher e de outras formas de opressão. Entrando em questões relacionadas ao trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres no lar, ao controle da sexualidade feminina, a necessidade de legalizar o aborto e discutir a violência contra as mulheres, questionando o discurso predominante na sociedade de culpabilização da vítima.⁴²⁵

A realização do encontro se deu no mesmo ano de aprovação da nova Constituição, com intensa mobilização de diversos movimentos sociais para garantir a ampliação de direitos. No entanto, as discriminações patronais se intensificaram contra as mulheres antes mesmo de aprovadas reivindicações como a licença maternidade de 120 dias. A CNMT/CUT aproveitou a oportunidade para denunciar as pressões contra as trabalhadoras na imprensa. As sindicalistas também se mostraram críticas da Criação dos Conselhos de Condição Feminina, vistos como parte de uma política de propaganda e captação do estado, sem contribuir para mudar as condições das mulheres:

Como resposta a este movimento sem retorno, o Estado brasileiro tem atuado no sentido de capitalizar para a sua órbita a questão da mulher, buscando dispersar o movimento independente e autônomo ou ligado às entidades próprias dos trabalhadores. Assim é que o governo tem criado e estimulado a implantação de “Conselhos de Condição Feminina” nos Estados e instalou o “Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”, órgãos oficiais dos governos estaduais e federal, que unidos de recursos e de infraestrutura, mais respaldo oficial, têm aparecido como interlocutores das mulheres na sua luta por igualdades de direitos.⁴²⁶

De certa forma, a crítica aos Conselhos evidencia os encontros e desencontros entre essas sindicalistas e o movimento feminista, ainda que o último também tenha tido divergências internas quanto à participação em espaços institucionais e a preocupação com a

424 *Não é blá, blá, blá... - Mulher trabalhadora.* (Elaborado pela Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora). Cadernos da CUT, São Paulo: Gráfica do Sindicato dos Bancários de São Paulo, setembro de 1988, p.12.

425 *Ibid.*, p.42-48.

426 *Ibid.*, p.60

preservação de sua autonomia. Apesar disso, a atuação do movimento de mulheres na Constituinte mostrou unidade e capacidade de interlocução com a sociedade em defesa das suas reivindicações, tendo obtido vitórias significativas na Constituição, além de impedir retrocessos na questão do aborto. A leitura sobre o CNDM também reflete os embates entre as diferentes estratégias políticas do campo de oposição no processo de abertura, tendo sido uma proposta das mulheres do PMDB, e as divergências internas na CUT sobre a participação no processo da Constituinte, um dos pontos de tensão no 3º CONCURTO.

Entre as Resoluções Congressuais do 1º Encontro Nacional da CUT sobre a Questão da Mulher Trabalhadora constam como reivindicações: manutenção da creche como bandeira de luta prioritária e estabelecimento, junto com o movimento de mulheres e popular, do 12 de outubro como Dia Nacional de Luta por Creches; lutar contra todas as formas de discriminação da mulher no trabalho e na sociedade (diferença salarial, violência, discriminação às mulheres casadas, às mulheres negras, etc); direito da licença maternidade aprovada na Constituinte; igualdade de direitos entre trabalhadoras urbanas e rurais; extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas; início de uma discussão interna na CUT sobre a questão do aborto, que deveria ser entendida como parte da saúde global da mulher; avaliação de que o governo lida com o planejamento familiar como um corte de políticas sociais e de que seria preciso uma política séria de informação sobre métodos contraceptivos com o acompanhamento médico em um sistema público de saúde de qualidade.⁴²⁷

Assim como medidas para fortalecer a comissão nas instâncias da CUT, tais como: fortalecimento da comissão e buscar implantá-la nos estados onde ela ainda não existia; elaborar estudos sobre a situação das trabalhadoras nos ramos de produção, de forma a incorporar as suas pautas nas negociações; e desenvolver atividades de formação para o conjunto da militância da CUT.⁴²⁸ Também buscaram o envolvimento de instâncias verticais da CUT, como os Departamentos Profissionais por ramos de atividade econômica e serviços, para fazer levantamentos sobre a situação das trabalhadoras em ramos e suas reivindicações. Em janeiro de 1989, a CNMT viria a definir quatro Departamentos Profissionais para construir uma atuação prioritária: metalúrgico, químico, bancário e rural.⁴²⁹

427 *Não é blá, blá, blá... - Mulher trabalhadora.* (Elaborado pela Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora). Cadernos da CUT, São Paulo: Gráfica do Sindicato dos Bancários de São Paulo, setembro de 1988, p.65-66.

428 *Ibid.*, p.66

429 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA.* 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p. 85.

Outro debate foi sobre o lugar da comissão na CUT, o que não chegou a ser discutido nem votado devido a um acordo feito entre militantes da CUT pela Base e da Articulação para adiar a questão até o II Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora. Para as militantes que defendiam a criação de uma Secretaria da Mulher, entre elas, sindicalistas da CUT pela Base, o problema de atuar apenas como comissão era que esse tipo de instância não constava no regimento da Central; não tinha estrutura, dependia dos funcionários da Secretaria de Política Sindical que já estavam sobrecarregados; e tampouco tinha representação direta na Executiva Nacional. Enquanto os que defendiam a manutenção da comissão, incluindo representantes da Articulação Sindical, entendiam que o trânsito entre diferentes instâncias da Central era mais fácil via comissão, já que as secretarias seriam atravessadas pelas disputas políticas entre diferentes correntes. Outra discussão que ganhou relevo foi sobre a criação de cotas para mulheres nas direções da CUT.

Por fim, no I Encontro, a coordenação da CNMT avaliou que a campanha nacional “Creche para todos” não chegou a ser implementada de fato, em parte, porque não chegou a ser assumida com uma bandeira geral de lutas pelo conjunto da CUT, não teve um plano de campanha e eixos de ação, no máximo algumas categorias incorporaram essa reivindicação em seus boletins e planos de lutas, por vezes, na forma de auxílio-creche ou auxílio-babá, desobrigando o empresariado de garantir creches e relegando à família, geralmente à mulher, a busca por uma creche compatível com o valor do auxílio previsto no acordo coletivo. A pauta continuou sendo vista como um “problema das mulheres”, segundo Delgado.⁴³⁰

Em avaliação posterior, consideraram que a campanha foi importante para divulgar a reivindicação das creches; ampliar na própria CUT a compreensão sobre a importância desta demanda para as trabalhadoras; aumentar a presença da reivindicação na pauta de acordos coletivos de diversas categorias. Além disso, a garantia na Constituição do direito à creche e a pré-escola para crianças de zero a seis anos teria confirmado a creche como direito social e os problemas decorrentes de sua escassez.⁴³¹

As resoluções foram aprovadas no 3º CONCUR, realizado de 7 a 11 de setembro de 1988, em Belo Horizonte. Como só eram encaminhados para a discussão os temas polêmicos nos grupos de trabalho, as propostas das mulheres não chegaram a ser discutidas. Apesar

430 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.74.

431 LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; DAU, Denise Motta; et al. *Mulheres na CUT: uma história de muitas faces*. São Paulo: CUT Brasil, 2006, p.31.

disso, consideraram vitoriosa a inclusão da reivindicação por creches na pauta da Jornada Nacional de Lutas e da orientação de incorporação da mesma às campanhas nacionais da central, assim como a luta pelo fim de demissões de mulheres grávidas.⁴³²

O ano de 1988 pode ser considerado um ponto de inflexão na conjuntura brasileira que significou tanto a consolidação do processo de transição controlada com a elaboração da Constituição⁴³³, quanto uma mudança na postura política da CUT para uma fase mais conciliadora. O movimento sindical questionava os limites da transição democrática e defendia que, primeiro, deveriam ser aprovadas medidas para democratizar a participação política antes da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, o que não ocorreu. Os(as) sindicalistas caracterizaram, então, o Congresso Constituinte como uma tentativa de legitimação da nova ordem burguesa para manutenção de sua dominação depois do esgotamento da ditadura militar, sem real participação popular. Portanto, a tarefa da classe trabalhadora consistiria em trazer essa discussão para a luta de massas com a construção de um projeto próprio. Paralelamente a isso, a CUT deveria se empenhar para eleger uma expressiva bancada de representantes dos trabalhadores na Constituinte.⁴³⁴

A Secretaria de Política Sindical, com uma assessoria de advogados, deveria organizar as propostas da CUT para a Constituição tendo por referência as propostas do 2º CONCURTO sobre direitos dos trabalhadores, mulheres, educação, saúde, entre outros. A ideia era criar uma *Plataforma dos Trabalhadores para a Constituição*, para orientar parlamentares constituintes e viabilizar a discussão com a população. Dentre os principais pontos da proposta constavam: direito ao trabalho e segurança no emprego, com o estabelecimento de uma política de pleno emprego e igualdade de oportunidades na escolha da profissão, sem limitações por idade, sexo, religião, cor, etc; direito de criação de comissão nos locais de trabalho com proteção legal para que seus membros não fossem demitidos; liberdade e autonomia sindicais; direito de greve; que trabalhadores(as) passassem a controlar o ritmo da produção e a implantação da automação nas empresas; salário mínimo unificado nacionalmente e com reajuste automático acompanhando o aumento do custo de vida, de

432 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.85

433 LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo*, v.2, n2. Jan/jul. 2014.

434 FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013, p.138-143.

acordo com levantamentos do DIEESE, FGV e IBGE; proibição de diferença salarial por trabalho igual; garantia de licença maternidade de 180 dias; entre outros.⁴³⁵

Articulando as reivindicações de diferentes atores do movimento sindical também foi criado, em 1983, por iniciativa do advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende - que contou com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais (CONTTMAF) - o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), visando a organização das reivindicações consensuais dos trabalhadores para que fossem transmutadas para normas legais a serem apresentadas ao Congresso. A inspiração para o DIAP surgiu em 1968, com o convite do governo estadunidense para que Riedel e outros advogados visitassem a American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO). Durante a visita, destacaram-se a atuação de dois departamentos da AFL-CIO: um para a obtenção de recursos para o financiamento de campanhas e outro para a elaboração de projetos de leis para o Congresso, com a devida pressão para que os mesmos se concretizassem. De forma semelhante, o DIAP atuou com a elaboração, monitoramento e emissão de pareceres de estudos e projetos de lei, além da atribuição de notas aos parlamentares de acordo com a sua atuação em questões de interesse dos(as) trabalhadores(as).⁴³⁶

O DIAP formulou oito projetos de atuação, seis dos quais antecederam os trabalhos da Constituinte, mas que tiveram continuidade nesse período. De acordo com Costa:

- Projeto Um: proibição de demissão imotivada, defendido antes mesmo da Constituinte através de projeto de lei ordinária que foi aprovado no Congresso. No entanto, com o início da Constituinte não chegou a ser apreciado pelo Senado. Foi retomado na ANC por meio de uma emenda popular, mas não foi aprovado.
- Projeto Dois: poder normativo da Justiça do Trabalho, aprovado na Constituinte, foi inserido no Art. 115, 2º, da Constituição Federal.
- Projeto Três: organização sindical, não foi bem-sucedido devido às divergências internas entre as várias correntes sindicais.
- Projeto Quatro: ampla garantia ao direito de greve, foi aprovado na Constituição (Art. 9º).
- Projeto Cinco: conjunto de propostas do DIAP para a Constituinte, como a participação dos trabalhadores nos lucros, a cogestão, a reforma agrária, entre outros. Foi em parte conquistado no texto constitucional de 1988.

435 ALMEIDA, Gelso Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p.294-298.

436 A Comissão Organizadora do Departamento foi composta por Ulisses Riedel Resende e representantes da CONTTMAF; Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL); Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas; Federação Nacional dos Estivadores; e pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesa Telefônica. Ver: COSTA, Lucas Nascimento Ferraz. O lobby dos trabalhadores no processo constituinte de 1987-88: um estudo sobre a atuação do DIAP. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 767-786, setembro-dezembro 2016, p.771-773

- Projeto Seis: proposta de salário mínimo. Foi bem-sucedido na Constituinte, pois garantiu a impossibilidade de o governo fixar seu valor por decreto, além de ter ampliado os itens que devem ser cobertos pelo mesmo.
- Projeto Sete: regulamentação de itens constitucionais, como a proibição de demissão imotivada, participação nos lucros, cogestão, entre outros.
- Projeto Oito: revisão constitucional de 1993. Contou com três etapas: pesquisa com formadores de opinião; pesquisa com demais parlamentares; publicação do livro *A cabeça do Congresso Nacional – Quem é quem na Revisão Constitucional*.⁴³⁷

Foram realizados cinco congressos nacionais do DIAP com adesão do movimento sindical. Dez confederações, três centrais sindicais e a ANDIFES assinaram o documento que formalizou o projeto do DIAP. No entanto, a atuação não foi destituída de conflitos, principalmente entre a CUT e a CGT.⁴³⁸

Deputados constituintes do PT, PCB, PCdoB, PSB e PDT atuaram juntos durante os trabalhos da Constituinte, porém totalizavam apenas 52 representantes. Para pressionar o Congresso Constituinte foi necessária muita mobilização, com a criação de uma Coordenação Nacional para a divulgação e articulação da pressão pela reforma agrária, pela garantia de direitos para os trabalhadores, direitos para os indígenas, liberdades políticas e individuais, entre outras questões urgentes, resultando em manifestações em Brasília e nos estados, na redação de 122 propostas emendas populares, recolhimento de mais de 15 milhões de assinaturas, envio de telegramas e realização de visitas aos deputados constituintes, além de reuniões ampliadas dos movimentos sindical e popular. Sobre Direitos dos Trabalhadores, a CUT elegeu os seguintes pontos como prioritários: salário mínimo, jornada de trabalho de 40 horas semanais, direito de greve e liberdade e autonomia sindicais.⁴³⁹ Ainda que esses pontos afetassem a vida das trabalhadoras, cabe salientar que pautas relativas a homens e mulheres, ainda que pudessem ser consideradas como específicas das últimas, não foram incorporadas entre as prioritárias. No entanto, é preciso considerar que a atuação do movimento feminista incorporava questões trabalhistas e atuou em parceria com sindicalistas nesses temas.

A CUT possuía diferenças internas profundas sobre a nova constituição, tendo sido o maior ponto de discordância do 3º CONCUR. Enquanto a corrente majoritária Articulação Sindical exaltava a conquista dos direitos sociais, correntes mais à esquerda apontavam a falta de avanços na questão da estrutura sindical, um debate caro para militantes que formaram a

437 COSTA, Lucas Nascimento Ferraz. O lobby dos trabalhadores no processo constituinte de 1987-88: um estudo sobre a atuação do DIAP. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 767-786, setembro-dezembro 2016, p.774.

438 *Ibid.*, p.779.

439 ALMEIDA, Gelso Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p.301-311.

central.⁴⁴⁰ A Constituição de 1988 trouxe conquistas como o direito de sindicalização para o funcionalismo público, a criação de centrais sindicais e a extinção do poder do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, mas manteve a unicidade sindical, o monopólio da representação, o imposto sindical e o poder normativo da Justiça do Trabalho – ou seja, as bases da estrutura sindical corporativista.⁴⁴¹

Entre cada CONCUR diminuiu progressivamente a participação dos delegados de base, com o aumento proporcional dos delegados de diretoria, o que também contribuiu para a diminuição da participação de mulheres nos congressos por serem, em geral, minorias nas categorias. Depois de submetida a forte pressão das tendências da esquerda no 2º CONCUR, a Articulação Sindical - que foi majoritária no 3º CONCUR - aproveitou a ocasião para aprovar mudanças estatutárias de forma a garantir a sua supremacia nos futuros congressos regionais, estaduais e nacionais da CUT. A participação nos congressos tornou-se restrita a entidades filiadas, o número de delegados(as) não mais seria determinado em função da base da categoria, mas a partir do número de sindicalizados(as). Ou seja, foram adotados critérios para limitar a participação das oposições sindicais, assim como aumentaram o intervalo entre os congressos de dois para três anos, dando maior autonomia para a direção da CUT tomar decisões.⁴⁴²

Também deve-se considerar que a Articulação, enquanto corrente política interna ao PT, fez a experiência com a institucionalidade e constatou a possibilidade de galgar espaços e de conseguir “vitórias” por esta via. Em 1988, o PT conquistou diversas prefeituras a nível nacional e se preparava para a possibilidade concreta de eleger um dos principais dirigentes sindicais à presidência. A Articulação tinha um projeto político próprio de reforma para o país, de “aprofundamento da democracia” e promoção da distribuição de renda – embrião de uma orientação propositiva que viria a se tornar, posteriormente, a concepção do “sindicalismo cidadão”.⁴⁴³

No que diz respeito à CNMT, no 3º CONCUR foi criada uma Secretaria de Políticas Sociais e isso levantou o debate se a CNMT deveria mudar para esta secretaria. No entanto, as sindicalistas que atuavam na comissão defenderam a sua permanência na Secretaria de Política Sindical, por compreenderem que a CUT ainda não tinha estabelecido uma política

440 FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013.

441 MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

442 RODRIGUES, Lêoncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.19-21.

443 FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013.

sindical para as trabalhadoras. Antes da criação da CNMT pensaram em criar uma Secretaria de Mulheres, o que não foi proposto por não terem respaldo político para tal e porque a criação de uma secretaria própria atravessaria a relação dos diferentes grupos políticos que compunham a CUT. A preocupação era garantir a ocupação de um espaço oficial na central.⁴⁴⁴

A partir de 1988, tornou-se prioritária a tentativa de aproximar militantes e dirigentes da CUT da questão da mulher trabalhadora para incorporar as relações de gênero nas práticas cotidianas. Para isso, fizeram um esforço de desenvolver formação voltada para o tema; construir uma ação unificada entre trabalhadoras urbanas e rurais; produzir materiais formativos que também baseariam a implementação de atividades sindicais nas instâncias da Central e entidades a ela filiadas.

Apesar de constar entre as resoluções do 2º CONCUR o desenvolvimento de atividades de formação sobre a questão da mulher trabalhadora, a CNMT não conseguiu desenvolver um programa a respeito, devido às limitações financeiras e para a consolidação da comissão. Depois do I Encontro, a CNMT recebeu apoio financeiro da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), central sindical internacional com a qual a CUT mantinha proximidade e à qual viria a se filiar em 1992.⁴⁴⁵

Em 1989, a indicação de sindicalistas para representar a CUT em atividades internacionais entre mulheres sindicalistas gerou conflito entre a CNMT e a Executiva Nacional, porque a última queria fazer as indicações. No entanto, conseguiram garantir que a CNMT cumprisse esse papel. Ludmila Gerbi Frati, em entrevista concedida a Delgado em 03 de abril de 1995, destacou a importância do intercâmbio internacional: “as relações internacionais vieram para fortalecer; nós podíamos nos respaldar em experiências anteriores. E saber que os problemas enfrentados aqui são basicamente os mesmos que lá fora dá impulso e força para continuar o trabalho.”⁴⁴⁶

Entre 1989 e 1990, a CNMT desenvolveu um Programa de Formação sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, que contou com o apoio de militantes do movimento de mulheres e pesquisadoras. O programa objetivava a formação de lideranças, estabelecer planos de ação e prioridades a partir da realidade regional, ampliar o projeto de formação para as CUTs estaduais e regionais. Foram realizados cinco seminários regionais (com atividades no

444 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.69-70

445 *Ibid.*, p. 89

446 *Ibid.*, p.82

sudeste, centro-oeste, sul e norte do país) e um curso envolvendo 157 pessoas em discussões sobre: mulheres no mercado de trabalho, trabalhadoras rurais, saúde e condições de trabalho, participação das mulheres e ação sindical. Também começaram a introduzir o tema feminismo nas discussões para superar visões preconceituosas e estabelecer parcerias com outros movimentos sociais.⁴⁴⁷

Ainda que o movimento feminista tenha impulsionado a participação social das mulheres e a sua organização nos locais de trabalho, essa relação não ficava evidente para os(as) militantes, inclusive pelo caráter negativo associado ao termo “feminismo”. Em meados da década de 1980, a dirigente sindical Ivete Garcia comentou que: “Nessa época a gente começou a ouvir falar em feminismo, ser convidada para coisas do movimento de mulheres, mas a gente não podia assumir isso dentro do Sindicato e nem entendia direito o que era feminismo. A gente dizia assim: ‘nós lutamos pelos direitos da mulher, nós não somos feministas.’”⁴⁴⁸

Entre 1990 e 1991, seminários internacionais de formação e troca de experiências entre sindicalistas de diferentes países foram organizados em parceria pela Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), organização regional da CIOSL; ILDES/Fundação Friedrich Ebert, da Alemanha; Confederação de Sindicatos Nacionais (CSN do Quebec/Canadá); e Confederação Geral Italiana de Trabalhadores (CGIL). No entanto, segundo Delgado, o esforço de formação nem sempre encontrava solo propício para germinar como ação no meio sindical.⁴⁴⁹

A relação com centrais sindicais internacionais e instituições financiadoras de outros países estimulou a ampliação da política nacional de formação da CUT, com a elaboração de programas diversificados, a implantação de escolas de formação sindical e a inclusão do tema da mulher trabalhadora como parte da política formativa. Isso teria contribuído para introduzir também análises a partir de idade, raça/etnia e orientação sexual.

A CNMT participou do Instituto Cajamar (INCA) - escola de formação de militantes da CUT, do Partido dos Trabalhadores(PT) e de movimentos populares - para incorporar as relações de gênero como tema. Além disso, em 1990, a CNMT participou da criação do Coletivo de Gênero do INCA, com representantes do INCA e de outras entidades, tais como a

447 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.89

448 Ivete Garcia em entrevista concedida a Maria Berenice Godinho Delgado em 27/3/1995. In: *Ibid.*, p.90

449 *Ibid.*, p. 92

SOF (Sempreviva Organização Feminista). O Coletivo era responsável pela elaboração da proposta de formação sobre mulheres. Posteriormente, somaram-se ao Coletivo de Gênero do INCA a ELAS (Elizabeth Lobo Assessoria – Trabalho e Políticas Públicas) e a Fé Mínima, entidade de mulheres de Santo André-SP.⁴⁵⁰

O II Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora foi realizado de 20 a 23 de junho de 1991, em Praia Grande-SP, com 130 delegadas e 1 delegado, representando 19 CUTs Estaduais e 11 Departamentos e Federações. Neste encontro, encaminharam dois temas considerados polêmicos que foram aprovados no 4º CONCUT: a defesa da descriminalização e legalização do aborto e a adoção de uma cota mínima para a participação de mulheres na direção da Central.⁴⁵¹

A presença de um delegado homem no espaço está relacionada à indefinição sobre a CNMT. Se para alguns grupos era visto como um espaço para mulheres, outros entendiam ser um espaço sobre mulheres, no qual a participação masculina era desejada. Em geral, as atividades da CNMT eram abertas a homens e mulheres, tomando o cuidado de estabelecer proporções para evitar que os homens monopolizassem um espaço das mulheres. Mas as atividades realizadas nos sindicatos eram apenas para mulheres, para que as participantes se sentissem mais à vontade para apontar os seus problemas e pudessem romper com a dificuldade de participação.⁴⁵²

Delgado compara as reivindicações do I e do II Encontro da Mulher Trabalhadora, indicando a permanência e a inclusão de novos temas, tais como: o fim das discriminações às mulheres no mercado de trabalho, inserindo o reconhecimento das trabalhadoras rurais; incluíram um bloco sobre saúde da mulher, contemplando a assistência integral à saúde da mulher, saúde preventiva, direito ao aborto, combate à esterilização das mulheres, medidas de proteção para trabalhadoras grávidas que trabalham com radioatividade, produtos químicos e em contato direto com o público, como a reivindicação de afastamento do trabalho no primeiro trimestre da gravidez; garantir a representação feminina proporcional à presença de mulheres na base da categoria entre os representantes sindicais responsáveis pelas atividades de formação da CUT; além da necessidade da Direção Nacional da CUT reforçar o

450 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.94

451 LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; DAU, Denise Motta; et al. *Mulheres na CUT: uma história de muitas faces*. São Paulo: CUT Brasil, 2006, p.43-44.

452 DELGADO, M. B. G. *Op. cit.*, p.100-101

cumprimento das resoluções sobre trabalhadoras, a CNMT propôs abrir o diálogo sobre como estruturar o trabalho das mulheres na CUT, se em comissões ou secretarias; foi aprovada a defesa da descriminalização e legalização do aborto; pela primeira vez propuseram campanhas de sindicalização que considerassem a diversidade de gênero e voltadas para mulheres; denúncia e combate à violência sexual contra mulher nos locais de trabalho e pela criação de uma instância para apurar denúncias de discriminações de todos os tipos (racial, religiosa, sexual, etc.) na CUT; cota para mulheres na direção da CUT; em um bloco geral, defenderam a democratização da escola pública, melhores condições de ensino, revisão de conteúdos que reproduzem preconceitos e estereótipos sobre os papéis de homens e mulheres nos materiais didáticos, aposentadoria por tempo de serviço, reforma agrária e defesa das crianças de rua.⁴⁵³

No 4º CONCURTO (1991) aprovaram as resoluções do II Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora. Embora a luta pela descriminalização e legalização do aborto tenha sido o auge da discussão, a decisão sobre as cotas para mulheres nas direções ainda precisava ser construída:

Durante mais de dois anos viajamos o Brasil fazendo o debate das cotas. Era um turbilhão de emoções. Ao mesmo tempo em que me sentia corajosa, destemida, segura e convencida do nosso objetivo; convivía com certa tristeza, ao descobrir que a maioria de nossos “príncipes” - dirigentes nos quais nos espelhávamos – tinham virado sapo, pois se comportavam como qualquer homem comum. E acreditavam piamente que os cargos de maior representatividade e poder de decisão, eram “naturalmente” deles. A tristeza aumentava com várias companheiras pensando da mesma forma.

Fomos descobrindo que não havia uma adesão imediata das mulheres às nossas teses, bem como não havia um repúdio imediato de alguns homens. Fomos construindo aliados e aliadas, e penso que a idealização daquele companheiro; dirigente perfeito; infalível; com as melhores respostas para todas as situações, foi se dissipando e o romantismo diminuindo. A percepção, portanto, de que nós mulheres éramos diferentes deles, mas muito parecidas na capacidade de dirigir a CUT; fortalecia a nossa luta. (Sandra)⁴⁵⁴

As mulheres organizaram seminários, debates e reuniões nos estados e em entidades por ramo de atividade. Divulgaram boletins, publicações como “CUT – Espaço de Mulheres e Homens” (1993), e depoimentos de militantes favoráveis às cotas. O tema foi apresentado na 5ª Plenária Nacional da CUT, mas não teve força suficiente para ser votado, a sua aprovação

453 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.102-104

454 LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; DAU, Denise Motta; et al. *Mulheres na CUT: uma história de muitas faces*. São Paulo: CUT Brasil, 2006, p.46.

se deu apenas na 6ª Plenária Nacional da CUT, em 1993, com o estabelecimento de um percentual de no mínimo 30% e um máximo de 70% de cada sexo na composição das direções nacional, estadual e regional.⁴⁵⁵

A década de 1990 foi marcada pela introdução de políticas neoliberais, com abertura ao capital estrangeiro e privatizações. Essas mudanças vieram acompanhadas da reestruturação produtiva e, conseqüentemente, o aumento da rotatividade, com demissões e terceirizações. Nesse cenário adverso, a CUT assumiu uma postura mais conciliadora. No plano mais geral, o período entre 1990 e 1992 foi de formação da proposta do sindicalismo propositivo na central, que, segundo Andréa Galvão, seria caracterizado por priorizar a ação no plano institucional, fazendo concessões ao governo e ao capital em negociações consideradas “realistas”, evitando o confronto. A fundação da Força Sindical pela corrente do “sindicalismo de resultados” em 1991; e a ascensão de lideranças centristas que queriam ocupar espaços institucionais para negociar saídas para os problemas econômicos de setores industriais são fatores apontados pela autora para explicar essa inflexão política.⁴⁵⁶ Boito Jr. destaca a importância do desemprego ao se considerar seu efeito sobre importantes setores do sindicalismo cutista, afetando metalúrgicos e bancários, principais bases da Articulação. Não se tratava de uma questão numérica, mas de colocar os trabalhadores na defensiva. Novas plantas industriais foram implantadas em regiões de pouca tradição sindical, servindo para manter o movimento sindical em baixa. Com a correlação de forças desfavorável e o impacto da ideologia neoliberal no imaginário popular, a perspectiva adotada foi a política do “menos pior”.⁴⁵⁷

Segundo Boito Jr., a social-democracia europeia não só foi base para a inspiração da estratégia adotada pela Articulação como ela contou com a assistência direta desses sindicatos, financiando atividades da CUT como cursos de formação.⁴⁵⁸ É necessário lembrar que este espaço de formulação de política internacionalmente seria compartilhado com a Força Sindical. Outra mudança na organização interna da CUT a partir de 1992 é a substituição dos departamentos nacionais e estaduais por federações e confederações nacionais cutistas que poderiam ser criadas a partir de departamentos já existentes (como é o

455 LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; DAU, Denise Motta; et al. *Mulheres na CUT: uma história de muitas faces*. São Paulo: CUT Brasil, 2006, p.47

456 GALVÃO, A. La CUT en la encrucijada: impactos del neoliberalismo sobre el movimiento sindical combativo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Venezuela: vol 10, num 1, 2004, p.220. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17710112>> Acesso em fev. 2016

457 BOITO JR, A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

458 *Ibid*.

caso da Confederação Nacional dos Metalúrgicos⁴⁵⁹) ou pelas próprias confederações (como a CONTAG).⁴⁶⁰

A partir do 4º Congresso, realizado em 1991, começaria a aparecer a questão da “cidadania”, assim como uma política de entendimento com Collor e maior participação em fóruns tripartites. A memória da CUT também passa por uma disputa a partir da caracterização da década de 1980 como um momento de sindicalismo reativo, que só combatia as políticas sem apresentar alternativas. Na Resolução do 4º CONCUR, a estratégia da CUT se dá a partir da articulação de sete eixos centrais, dos quais destacamos dois:

c) avançar na articulação com os setores democráticos populares para aprofundar a democracia, construindo coletivamente uma nova hegemonia e formulando uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda. Nesse sentido, devem ser incorporados ao cotidiano da luta sindical temas como a defesa do direito à cidadania, o combate aos preconceitos, a busca de novos padrões de comportamento, a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, entre outros.

d) Lutar pela democratização do Estado. Reafirmar o papel insubstituível do Estado na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos grandes problemas sociais, negando os vícios patrimonialistas, privatistas, autoritários e as práticas descaracterizadoras da função social do Estado. No Brasil, como em todo o mundo moderno, sem a ação do Estado não haverá combate eficaz à inflação, nem retomada do desenvolvimento, nem solução da questão social. Trata-se, portanto, de promover a democratização do Estado, desprivatizando-o e colocando-o a serviço dos interesses públicos. Para isso, é fundamental a criação e o fortalecimento de órgãos de controle da ação estatal. Um Estado que fortaleça e organize a vida democrática, que seja transparente, que preste contas de suas decisões e explicitamente as intenções de seus atos.⁴⁶¹

Essa mudança de perspectiva política, enfatizando a luta pela democratização do Estado e a incorporação do direito à cidadania, viria a ter influência direta na forma como a CUT ampliaria suas pautas, tais como a questão ambiental, a defesa dos direitos das crianças e adolescentes com a criação de comissões para discutir o trabalho infantil e acesso à formação profissional como um “exercício radical de cidadania”.⁴⁶²

Jair Batista da Silva⁴⁶³, em sua tese sobre racismo e sindicalismo, apresenta a hipótese de que a CUT encaminhou o problema racial como afirmação de cidadania plena a partir da década de 1990, aproximando-se do discurso do movimento negro de integração do negro à

459 O mesmo congresso que fundou a Confederação Nacional dos Metalúrgicos em 1992 deliberou pela filiação à Federação Internacional dos Metalúrgicos (IMF), também vinculada à CIOSL.

460 MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

461 RESOLUÇÕES DO 4º CONGRESSO NACIONAL DA CUT - 4 a 8 de setembro de 1991, Palácio das Convenções do Anhembi - São Paulo - SP, p.8

462 RESOLUÇÕES DO 5º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 19 a 22 de maio de 1994, Centro Comunitário do Pessoal da Caixa Econômica Federal - São Paulo - SP, p.48

463 SILVA, Jair Batista da. *Racismo e sindicalismo: reconhecimento, redistribuição e ação política das centrais sindicais acerca do racismo no Brasil (1983-2002)*. 2008. 375 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, p.184-212.

sociedade e coerente com os processos de institucionalização da central. Se no I, II e III CONCUTs a questão racial avançava lentamente, progredindo de formulações genéricas ao estímulo à militância do trabalhador negro, em 1992 seria criada a Comissão Nacional de Luta contra a Discriminação Racial (CNDR) da CUT, dando encaminhamentos mais concretos à questão.

A organização das mulheres é anterior e melhor estruturada na CUT, mas essa virada também viria a contribuir para a forma como a questão seria debatida: “O eixo de ação sindical para a mulher trabalhadora, no próximo período, deve ser ‘Cidadania: igualdade de oportunidades na vida, no movimento sindical e no trabalho’.”⁴⁶⁴

Segundo Galvão, o período entre 1995-1999 seria de formulação do sindicalismo cidadão. A autora identifica uma mudança qualitativa na atuação da CUT cuja intervenção nos espaços institucionais se daria como “prestadora de serviços”, a partir da criação de cursos de requalificação profissional. As transformações na orientação da política de formação profissional da CUT também ganharam destaque no trabalho de Teixeira, que considera este o fator que melhor ilustra a adesão da Central à ordem e seu exercício sob a órbita de dominação da burguesia. Se no discurso a CUT manteve a sua “combatividade” ao capitalismo, na prática passaria a funcionar sob uma lógica social-liberal.⁴⁶⁵

O sindicalismo cidadão seria, então, um desdobramento do sindicalismo propositivo: além de negociar com governos e patrões em torno de propostas “realistas”, cumpriria também o papel de prestação de serviços aos trabalhadores. Assim, ao mesmo tempo em que criticava o governo pelo desemprego, a CUT legitimava a política neoliberal. A ênfase na cidadania é consequência do abandono da ideia de oposição entre as classes.⁴⁶⁶

2.4 Balanço sobre a trajetória da CNMT

Em um livro organizado pelas mulheres da CUT, foram identificados três momentos, entre 1986 e 1993, na trajetória da Comissão Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, pensando a conquista e consolidação de espaços internos. O primeiro momento de conquista do espaço para organização das mulheres na CUT remontaria a meados dos anos

464 RESOLUÇÕES DO 5o CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 19 a 22 de maio de 1994, Centro Comunitário do Pessoal da Caixa Econômica Federal – São Paulo – SP, p.62

465 TEIXEIRA, R. D. *Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-1995)*. 2009. 237f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009.

466 FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013.

1970 com os encontros das mulheres trabalhadoras em várias categorias sindicais; passando, em 1986, pela fase preparatória ao 2º CONCUT e a aprovação da CNMT-CUT neste encontro; destacaram ainda a implementação das resoluções do 2º CONCUT, o início do funcionamento da CNMT, culminando com o I Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora em 1988.⁴⁶⁷

O segundo momento de ampliação do espaço na CUT, de 1988 a 1991, também tendo início com o I Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, por conter nova possibilidade de incorporação da pauta das mulheres na CUT. Destacaram atividades de formação sobre a temática das relações de gênero e a organização das trabalhadoras rurais. Até o 4º CONCUT, quando foram aprovadas as resoluções do II Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, incluindo a defesa da descriminalização do aborto e a proposta de criação de cotas para mulheres na direção da central. O terceiro momento, de 1991 a 1993, seria do II Encontro Nacional até a instituição das cotas, aprovadas na 6ª Plenária Nacional da CUT, em 1993.⁴⁶⁸

Essa trajetória enfrentou dificuldades no interior da CUT que, em parte, não diferiam dificuldades da CUT para se relacionar com sua base sindical, como a falta de articulação entre as ações local e geral, o que também permeava a atuação das comissões e secretarias. Da mesma forma que a CNMT não chegava aos sindicatos, não conseguiu estabelecer relação com as organizações por ramos de atividade econômica por ela escolhidos como prioritários em 1989: metalúrgico, químico, bancário e rural. A CNMT não tinha organização permanente das metalúrgicas, apesar de ter uma representante da CNMT no Departamento Nacional dos Metalúrgicos. As químicas participaram da preparação do 2º CONCUT através dos Sindicatos dos Químicos de São Paulo e do ABC e a Confederação Nacional dos Químicos passou a participar da CNMT, além de incorporar uma ação constante sobre as relações de gênero. As bancárias participaram da CNMT no período da pesquisa de Delgado (1986-1991), afastando-se posteriormente. E o DNTR estabeleceu uma relação mais constante com a CNMT.⁴⁶⁹

Muitas reivindicações e propostas da CNMT dependiam da existência e fortalecimento das organizações por local de trabalho para atingir a base sindical para interferir nos

467 LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; DAU, Denise Motta; et al. *Mulheres na CUT: uma história de muitas faces*. São Paulo: CUT Brasil, 2006, p.27.

468 *Ibid.*, p.27.

469 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.118.

problemas enfrentados pelas trabalhadoras no cotidiano. Outras dificuldades para mudanças na opressão das mulheres no mundo do trabalho também eram decorrentes da falta de trabalhadoras nas mesas de negociação para garantir suas pautas. Além disso, a Central ainda não tinha assimilado a questão de gênero, cuja importância sequer era reconhecida pelos membros das direções. Segundo Jair Meneghelli, em entrevista concedida a Maria Berenice Godinho Delgado em 08/05/1995: “Quando fazíamos pauta das reuniões da Executiva ou da Direção, a questão das mulheres era o último ponto. Se desse tempo de discutir, bem. Se não, passava para outra reunião e assim conseqüentemente.”⁴⁷⁰

Apesar do esforço, permaneceram antigas concepções nos sindicatos, tais como a noção de que sobretudo as mulheres deveriam se encarregar do trabalho sindical com as trabalhadoras; de que não seria necessária uma intervenção diferenciada para mulheres por parte do movimento sindical; do suposto desinteresse feminino por questões políticas e sindicais, não valendo a pena insistir em um trabalho sindical para mulheres; de que outros problemas sindicais seriam mais importantes do que discussões de gênero; ou, ainda, de que as mulheres estavam disputando com os homens por espaço, inclusive no sindicato.⁴⁷¹

As dirigentes sindicais não eram liberadas do trabalho assalariado para desenvolver a CNMT. No meio sindical, as mulheres precisavam ser reconhecidas nas discussões gerais para serem respeitadas na sua atuação com questões de gênero. A dinâmica de funcionamento e as exigências às militantes eram coniventes com as desigualdades nas relações de gênero. Exigiam dedicação integral à militância para homens e mulheres, enquanto os primeiros relegavam as tarefas de cuidado e de reprodução social às suas mães e esposas, o que não acontecia com as segundas. O que contribuiu para que sindicalistas homens tendessem a ver o acúmulo de funções das mulheres como desinteresse, desqualificando a participação feminina. Segundo uma dirigente da CNMT:

É muito conflitante. Para a gente ter família, ter marido e filho e ter uma militância sindical é quase impossível. A maioria de nós, que já está há algum tempo no movimento sindical, ou é separada ou tem um companheiro que é do meio, mas também esta relação é tumultuada. Não é pelo fato de ser do meio que eles dividem a tarefa com a companheira. É quase que você ter duas vidas e você tem que dar conta das duas vidas.⁴⁷²

470 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p. 121

471 *Ibid.*, p.123-124

472 Isabel Conceição da Silva, entrevista concedida a Maria Berenice Godinho Delgado em 4/04/1995. *In: Ibid.*, p.130

Para serem aceitas, as mulheres que ocupavam cargos de direção por vezes passaram a atuar como os homens, sem aparentar interesse em temas “das mulheres” ou adquiriam um comportamento mais agressivo para se impor em um ambiente predominantemente masculino. Isso é perceptível na fala desta entrevistada:

Acho que os homens aceitam a participação da mulher nos cargos de execução se ela se coloca como igual a eles. Igual não em oposição a desigual, mas igual como oposição a diferente... Com a mesma postura, a mesma linguagem, com a mesma disponibilidade, não de tempo, mas disponibilidade de corpo, de alma, de espírito, de vida, com as mesmas carências. Então eles aceitam. E a mulher, para ser aceita, via de regra tende a assumir este comportamento – de que é igual nesse sentido de não diferente. No modo de vestir, no modo de falar, no modo de encarar a vida, no modo de encarar as disputas, de como ela vê o poder, a família, a sociedade, dos seus valores, da sua emoção (que ela precisa esconder)... Precisa esconder as diferenças.⁴⁷³

Ainda assim, na distribuição das tarefas, por vezes, relegavam às mulheres funções auxiliares. Segundo Delgado, a CNMT contribuiu para que as sindicalistas criassem uma outra imagem de si mesmas, para que se sentissem valorizadas e se auto reconhecessem como sujeito político. Mesmo as mulheres que não atuavam diretamente na comissão passaram a se perceber nas assimetrias de gênero. A partir da organização de mulheres na CNMT, a CUT passou a ser considerada uma interlocutora legítima para o movimento de mulheres, ONGs e instituições governamentais que atuavam com políticas públicas sobre relações de gênero, além de ter o seu prestígio aumentado nas relações com centrais sindicais internacionais.⁴⁷⁴

No entanto, a trajetória da CNMT não é distinta do caminho percorrido pela CUT. Se conseguiram manter a unidade entre diferentes tendências políticas a partir de um objetivo comum, as disputas internas na Central foram motivo para segurar os debates travados pela Comissão e impedir a sua incorporação à estrutura, dando o peso político merecido. Pautas importantes para as trabalhadoras não foram incorporadas, seja por considerarem que a base sindical não estava preparada para esses debates, seja para evitar “desgastes” e “polêmicas desnecessárias”.

Apesar do recorte deste trabalho se encerrar em 1988, ultrapassamos o limite temporal por considerar que o desenvolvimento e a estruturação da CNMT avançava significativamente na década de 1990, período marcado por transformações políticas na concepção no sindicalismo da CUT a partir do processo mais geral de redemocratização do Brasil.

473 Rosiver Pavan, entrevista concedida a Maria Berenice Godinho Delgado em 24/05/1995. In: DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.141.

474 *Ibid.*, p.143-149

2.5 Considerações finais

Neste capítulo, buscamos apresentar as transformações no mundo do trabalho com a crescente participação da mulher na população economicamente ativa, ainda que essa incorporação tenha se dado de forma desigual, se comparamos fatores como sexo e raça/etnia. Esse aumento foi acompanhado pela participação feminina nas entidades de classe, o que foi percebido pelos jornais feministas que manifestaram intenso interesse na vida dessas trabalhadoras dentro e fora do ambiente de trabalho, possibilitando vislumbrar em que medida as pautas do movimento feminista ecoavam entre as operárias e oferecendo também um contraponto ao machismo dos dirigentes sindicais e à naturalização de papéis de gênero.

O novo sindicalismo, que surge a partir do final da década de 1970, enraizado nas bases e estimulando o debate político, tinha características que propiciaram a abertura espaços de discussão sobre os direitos trabalhistas e a organização sindical feminina a partir da realização de diversos congressos femininos. No entanto, as reivindicações das trabalhadoras não foram de fato incorporadas pelos sindicatos e a trajetória da CNMT ilustra esse processo. Mesmo com a atuação das mulheres da CUT, no período estudado ainda predominava o preconceito em relação ao feminismo e o menosprezo das pautas apresentadas pelas trabalhadoras, relegadas a segundo plano.

CAPÍTULO 3- RELACIONANDO CLASSE E GÊNERO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA ENTRE A CUT E O MOVIMENTO DE MULHERES

3.1 Influência da esquerda e do sindicalismo no movimento feminista

O movimento feminista, que toma corpo a partir da década de 1970, tinha entre suas fileiras muitas mulheres que também militavam em partidos da esquerda comunista e foi fortemente marcado pela polêmica entre lutas gerais (luta de classes) versus lutas específicas (neste caso, as lutas contra a opressão de gênero). A defesa da primazia da luta de classes sobre a feminista por vezes recaía em uma visão instrumental da segunda, como um meio de atrair mulheres da classe trabalhadora para o campo político e para a luta revolucionária. Assim como aplicava um recorte às pautas feministas, priorizando apenas o que se encaixaria na realidade das trabalhadoras mais precarizadas, consideradas mais oprimidas. No entanto, essa disputa não é peculiar a este momento histórico e ela também atravessa a relação entre o movimento feminista e o movimento sindical desde seus primórdios. Segundo Arruzza, o movimento operário tendeu a criar hierarquias artificiais entre opressão e exploração, vendo a organização autônoma das mulheres como uma ameaça à unidade da classe, defendendo que o fim do capitalismo acabaria com a opressão às mulheres. Porém, com isso perdeu a oportunidade de entender interconexões entre essas lutas.⁴⁷⁵

A classe trabalhadora não é uma entidade abstrata, sendo composta por homens e mulheres que no fazer-se da sua vida cotidiana reproduzem as relações sociais do modo de produção capitalista, assim como preconceitos, discriminações e opressões, muitas vezes funcionais ao capital e às hierarquias da divisão social do trabalho. Isso explica a forma como as mulheres e suas pautas foram tratadas por sindicatos e partidos: as trabalhadoras, ao se auto-organizarem, eram acusadas de dividir a luta, suas reivindicações não eram incorporadas pelo conjunto da classe e não sobrava tempo para discussão em reuniões e assembleias sobre as questões trazidas por elas, para ficar em alguns exemplos. Mas esse problema também possui raízes mais profundas no pensamento da esquerda, relacionadas a uma leitura deturpada do conceito de classe social em Marx que identificaria o sujeito revolucionário com o operário industrial masculino.

475 ARRUZZA, Cinzia. *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina, 2019, p.99.

Quando Marx e Engels utilizavam o termo “proletariado” referiam-se aos que precisavam vender a sua força de trabalho para sobreviver, não tendo restringido esse termo ao operário industrial, conforme a leitura adotada por muitos setores da esquerda comunista.⁴⁷⁶ De acordo com Marcelo Badaró Mattos:

Marx não distinguiu sempre de forma muito precisa a terminologia com que se referiu à classe, mas dois são os termos fundamentais que encontramos, quase sempre como sinônimos intercambiáveis, em sua obra: proletariado e classe trabalhadora. Por proletariado podemos entender todos aqueles que nada possuem, ou melhor, não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, do que vender, como tal, a sua força de trabalho. A expressão classe trabalhadora é normalmente associada, nos textos de Marx e Engels, ao conjunto daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho, quase sempre em troca de um salário.⁴⁷⁷

A defesa de um projeto classista centrado na figura do operário por vezes adquire um caráter identitário, no qual o sujeito revolucionário é do sexo masculino, branco e heterossexual.⁴⁷⁸ No que diz respeito especificamente às trabalhadoras, não se tratava apenas de uma rejeição à incorporação de suas reivindicações. Operários foram contrários ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho, porque ocupavam vagas de emprego com salários menores. A solução apontada por eles não era a defesa da igualdade salarial, mas a volta das mulheres ao lar. A classe e suas organizações - sindicatos e partidos – eram entendidos como “lugares de homem”. Perde-se com isso a dimensão ampla e heterogênea da composição da classe trabalhadora, impedindo a incorporação de pautas feministas, do movimento LGBTQIAPN+, do movimento negro, indígena, entre outras manifestações de lutas sociais de setores oprimidos.

Marx e Engels viveram o processo de formação da classe trabalhadora e, ao longo de suas vidas, participaram das lutas políticas do mesmo e salientaram a importância de diferentes setores oprimidos na construção da luta revolucionária. Segundo Marcelo Badaró Mattos:

Marx não percebeu esse potencial de outros grupos sociais submetidos à dominação do capital apenas nos anos finais de sua vida. Na década de 1850, ele já antevia a possibilidade de que as lutas de classes nas colônias asiáticas (China e Índia em

476 Para uma discussão sobre a validade da categoria analítica “classe trabalhadora” para a compreensão da vida social no capitalismo contemporâneo, a partir de um resgate sobre o conceito na tradição do materialismo histórico dialético e sua compreensão e uso pela historiografia do trabalho ver: MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.

477 MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. *Outubro*, n.21, 2º semestre, 2013, p. 90

478 O caráter identitário se manifesta tanto no sentido que aponte, mas também pode ser discutido em oposição à universalidade, ou seja, o estabelecimento de um caráter identitário a partir de determinada categoria profissional ou como trabalhador, perdendo a dimensão de uma luta que vai além da conquista de direitos e melhorias momentâneas.

especial) tivessem impacto decisivo no processo da revolução proletária europeia. Em seus escritos dos anos 1860 sobre a dimensão revolucionária da superação da escravidão na guerra civil dos Estados Unidos, Marx avançou no entendimento dos trabalhadores escravizados em luta por sua liberdade como sujeitos de sua história. Em *O Capital*, afirmou taxativamente que “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro”.⁴⁷⁹

Essa citação está relacionada à discussão da importância da dimensão internacional do processo revolucionário e como, no desenvolvimento do modo de produção capitalista, são combinadas formas diferentes de exploração, assalariadas e pré-capitalistas, sendo necessário um olhar mais atento às especificidades históricas de cada sociedade aliadas à totalidade, a partir de um projeto que pense a universalidade da emancipação socialista. A universalidade é essencial porque a classe trabalhadora, para Marx, contém em si uma contradição: a luta por sua emancipação é ao mesmo tempo a sua destruição, assim como a de todas as demais classes sociais. Portanto, é fundamental respeitar e incorporar numa mesma luta diferentes projetos societários de grupos subordinados à opressão do capital. Nesse sentido, por que não incorporar demandas específicas de setores oprimidos da classe trabalhadora que fogem à pauta puramente econômica?⁴⁸⁰

A defesa da universalidade também está presente em Lênin e em Trotsky. Em *O que fazer?*, escrito entre 1901 e 1902, Lênin critica o economicismo do jornal *Rabótchaia Misl*, defendendo que a formação política e a consciência de classe passa pela denúncia de cada manifestação da opressão, que afeta diversas classes da sociedade e diferentes aspectos da vida, não apenas na atividade sindical:

Será certo que a luta econômica é em geral [c] “o meio mais amplamente aplicável” para integrar as massas à luta política? Absolutamente errado. Medidas não menos “amplamente aplicáveis” para tal “integração” são todas e quaisquer manifestações da opressão policial e dos desmandos da autocracia e de modo algum apenas as manifestações ligadas à luta econômica. Por que razão os chefes do zemstvo [1-Em russo: земский начальник/zémski natchálnik]. Em 1899, com o propósito de reforçar o poder dos latifundiários sobre os camponeses, o governo tsarista instituiu o cargo administrativo de chefes do zemstvo (zémski natchálnik); designados entre os latifundiários nobres locais, tinham não só enormes atribuições administrativas,

479 MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 136.

480 O impacto desta discussão e oposição entre lutas gerais x específicas está presente até hoje. Em 2017, o movimento de mulheres que estava organizando a manifestação no 08 de março, no Rio de Janeiro, novamente se dividiu sobre a pauta central do ato: a luta contra o feminicídio e a violência contra a mulher ou contra a reforma da previdência, que afetaria principalmente as mulheres trabalhadoras. Ambas as pautas são importantes, mas por que a luta contra a reforma da previdência foi vista como prioritária pelas feministas da esquerda se o feminicídio e a violência contra a mulher afetam principalmente as mulheres da classe trabalhadora? Além disso, a luta contra a reforma da previdência estava sendo travada em outras frentes, pelos sindicatos, enquanto o combate à violência contra a mulher, infelizmente, é uma pauta restrita ao movimento feminista. Apesar dos sindicatos incorporarem a discussão das mulheres, tampouco o fazem a ponto de mobilizar a base e ter uma coluna própria em atos do movimento feminista.

mas também direitos judiciais sobre os camponeses, inclusive o direito de os encarcerar e submeter a castigos corporais. (N. R. T.)) e os castigos corporais infligidos aos camponeses, a corrupção dos funcionários e a maneira como a polícia trata a “plebe” das cidades, a luta contra os famintos, a perseguição às aspirações do povo à cultura e ao saber, a cobrança de impostos, a perseguição dos membros das seitas religiosas, a dura disciplina do chicote imposta aos soldados e o regime de caserna a que são obrigados os estudantes e a intelligentsia liberal, por que razão todas essas manifestações de opressão, assim como milhares de manifestações idênticas, que não têm ligação direta com a luta “econômica”, vão representar, em geral, meios e motivos menos “amplamente aplicáveis” à agitação política para integrar as massas à luta política? Muito pelo contrário: no conjunto total dos casos cotidianos em que o operário sofre (ele próprio e as pessoas que lhe são próximas) privação de direitos, arbitrariedade e violência, é indiscutível que os casos de opressão policial precisamente no terreno da luta sindical não constituem senão uma pequena minoria. Para que então restringir de antemão a amplitude da agitação política, declarando como “mais amplamente aplicável” somente um dos meios, ao lado do qual, para um social-democrata, devem-se colocar outros que, falando em geral, não são menos “amplamente aplicáveis”?⁴⁸¹

Ainda sobre a necessidade de superação do economicismo, na discussão do jornal do partido e como elevar o nível de atividade política da massa operária:

Na realidade, só é possível “elevar a atividade da massa operária” nas condições em que não estamos circunscritos à “agitação política no terreno econômico”. E uma das condições essenciais para essa extensão indispensável da agitação política é organizar denúncias políticas que abarquem todos os lados. De outra maneira que não seja com base nessas denúncias, não se poderão formar a consciência política e a atividade revolucionária das massas. (...) A consciência da classe operária não pode ser uma verdadeira consciência política se os operários não estão acostumados a reagir contra todo e qualquer caso de arbitrariedade e opressão, de violências e abusos de toda a espécie, quaisquer que sejam as classes afetadas; e a reagir, além disso, do ponto de vista social-democrata, e não de um outro qualquer. A consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprenderem, com base em fatos e acontecimentos políticos concretos e, além disso, necessariamente presentes (da atualidade), a observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações da sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar na prática a análise materialista e a apreciação materialista de todos os aspectos da atividade e da vida de todas as classes, camadas e grupos da população. Aquele que volta a atenção, o espírito de observação e a consciência exclusivamente à classe operária, ou ainda que prioritariamente a ela, não é um social-democrata, pois o autoconhecimento da classe operária está inseparavelmente ligado a uma clara compreensão não só dos conceitos teóricos... ou melhor dizendo, não tanto dos conceitos teóricos quanto das ideias elaboradas com base na experiência da vida política sobre as relações entre todas as classes da sociedade atual. É por essa razão que a defesa de nossos “economistas” da luta econômica como o meio mais amplamente aplicável para integrar as massas ao movimento político é, por seu significado prático, tão profundamente nociva e tão profundamente reacionária. Para se tornar um social-democrata, o operário deve ter uma ideia clara da natureza econômica e da fisionomia política e social do latifundiário e do padre, do dignitário e do camponês, do estudante e do vagabundo, conhecer seus pontos fortes e seus pontos fracos, saber orientar-se nas frases mais correntes e sofismas de toda a espécie com que cada classe e cada camada encobre seus apetites egoístas e suas verdadeiras “entradas”, saber distinguir que instituições e leis refletem e como precisamente refletem estes ou aqueles interesses. E não é nos livros que se pode obter essa “ideia clara”: só a podem dar quadros

481 LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. São Paulo: Boitempo, 2020. Livro eletrônico, p.75-76.

vivos, denúncias sobre os acontecimentos, de tudo o que acontece num dado momento a nossa volta, do que todos estão falando ou, pelo menos, murmurando, à sua maneira, do que se manifesta em determinados acontecimentos, números, sentenças judiciais e assim por diante e adiante. Essas denúncias políticas que abarcam todos os aspectos da vida são uma condição indispensável e fundamental para educar a atividade revolucionária das massas.⁴⁸²

Lênin argumenta sobre a necessidade de direcionar a luta dos descontentes para além dos interesses imediatos, contra todo o regime político, como parte da aquisição de conhecimentos e da formação política da classe operária e da luta pelas tarefas democráticas gerais. Isso porque todas as classes da população possuem setores insatisfeitos que podem ser receptivos às denúncias políticas em defesa de aspirações democráticas, podendo ser mobilizados. No entanto, essa atuação nas inter-relações entre todas as classes e camadas com o Estado e o governo não implica em abandonar o ponto de vista da classe trabalhadora, sendo fundamental manter uma atitude social-democrata (comunista). Mas é justamente na atuação em todas as frentes que é possível desenvolver a consciência política da classe.

A perspectiva universalista também está presente em Trotsky que, em *Literatura e Revolução*, valoriza as criações e realizações de uma arte e cultura proletárias, que contribuiriam inclusive com um caráter de formação, mas compreende que o objetivo é outro, a construção de uma arte e cultura humanas em uma sociedade livre de classes sociais.

Podemos, ainda, extrapolar esse pensamento para reforçar a necessidade de incorporar demandas do movimento feminista, visto muitas vezes com desconfiança pela esquerda por abarcar mulheres de diversas classes sociais. Se as militantes da esquerda se aproximaram do movimento feminista com a perspectiva de organizar as mulheres da classe trabalhadora, rejeitando inicialmente as bandeiras como sexualidade, contracepção, aborto e violência, consideradas “pequeno-burguesas” e “alheias à preocupação das operárias”, o fizeram presas pelo economicismo, obstinadas pela construção de um “feminismo classista”, quando mais importante seria a construção de um feminismo universalista, visando à superação das classes sociais e incorporando a pauta feminista nesta luta. É importante lembrar que, ao contrário do discurso de setores da esquerda, a experiência do movimento feminista com as mulheres da periferia de São Paulo mostrou, na verdade, que discutir sexualidade, prazer e métodos contraceptivos também era uma necessidade das últimas.

482 LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. São Paulo: Boitempo, 2020. Livro eletrônico, p.85-86.

A defesa de uma perspectiva universal não descarta a importância da identidade. Esta faz parte do processo de tomada de consciência da classe trabalhadora ao se identificar com a sua categoria e também contribuiu para ter organizações compostas apenas por mulheres, organizações de mulheres negras, organizações de negros, LGBTQIAP+, entre outras para discutir seus problemas, uma vez que em espaços mais amplos isso nem sempre foi possível. No entanto, lidar com a luta de classes apenas a partir da criação da identidade “operário”, excluindo as demais, só contribuiu para aprofundar abismos entre as lutas, descartando aspectos sociais essenciais para a organização dos oprimidos e oprimidas em um programa e ação revolucionários.⁴⁸³

A hierarquização das lutas gerais sobre as específicas se deu em um contexto em que todas as lutas convergiam para a defesa da redemocratização, pela anistia, por eleições diretas. Esse caldo contribuiu para que as diferenças entre o movimento de mulheres e os demais atores políticos ficassem em segundo plano. Ainda que grupos de reflexão fossem vistos com desconfiança pelas militantes da esquerda por um lado, e militantes independentes desconfiassem de qualquer tentativa de institucionalização do movimento por outro, distintas tendências internas do movimento feminista coexistiram. Ao mover o seu olhar para as mulheres da classe trabalhadora moradora da periferia e de favelas, dividindo esses espaços muitas vezes com setores da Igreja Católica, o movimento feminista ampliou a sua consciência política e a sua capacidade de articulação. Isso também influenciou a forma de organização deste movimento, voltado para fora, para a disputa de ideias e concepções, buscando alcançar cada vez mais gente e contribuindo para que diferentes atores e atrizes sociais passassem a se organizar de forma autônoma.

A ênfase na “luta geral” compreendia a linha política de um dos setores que atuavam no movimento feminista, mas também se tornaria um traço característico deste movimento, marcando sua origem, constituição e a sua forma de organização. Parte da formação teórica disponível a esse movimento em formação foi elaborada a partir desta concepção, como é o caso dos jornais feministas analisados nesta pesquisa, que foram discutidos em diversos grupos de mulheres por todo o país. Em entrevista feita a Moema Toscano, ela os aponta como parte da bibliografia feminista a qual tinha acesso:

483 Não é nosso objetivo aprofundar o tema, mas para interessados na discussão sobre identidade, política identitária e universalidade, sugerimos a leitura de: HAIDER, A. *A armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta, 2019.

O Segundo, O Segundo Sexo (R - era a bíblia) era a bíblia. Mas já havia, a Carmen já estava publicando, já havia os jornais, aquelas revistas. Jornais de mulheres. (R – O Nós Mulheres) Nós Mulheres, O Brasil Mulher, tenho as coleções todas ainda. Então nós tínhamos de nos alimentar da bibliografia. Depois você da uma olhadinha na minha estante feminista tá lá tudo. Quando saía um livro sobre feminismo, a gente corria. A Rose Marie teve papel muito importante, pois ela era da editora Vozes. Ela é que dizia o que iria se publicar na Vozes. Tinha um papel importantíssimo. E ela então sacava o que é que tava saindo, que vinha do exterior. A grande mestra, orientadora, guia de leituras era a Rose Marie Muraro. Mas como eu tinha esse compromisso.⁴⁸⁴

A preocupação em ter a mulher trabalhadora como sujeito da luta do movimento de mulheres estava presente no jornal Brasil Mulher e se manteve em diferentes graus nos jornais que foram criados posteriormente, Nós Mulheres e, em menor escala, no Mulherio - este não tinha a rigidez política dos anteriores e inclusive apresentava um caráter mais acadêmico, preocupado em aprofundar debates, com a divulgação de bibliografia, grupos de pesquisas e seminários voltados aos estudos de gênero, assim como os diversos encontros do movimento feminista.

Outra influência para a organização de diferentes grupos feministas em todo o país era o próprio Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro:

Essa questão de como divulga suas idéias, desde o início o Centro da Mulher Brasileira assumiu um papel de liderança, de história de como organizar o movimento de mulheres centradas nas suas bandeiras principais e foi isso que nós tentamos levar para o resto do país. Todas nós éramos freqüentemente convidadas pra fazer palestras, orientar seminários, pra encaminhar teses. (...) Então, essa divulgação de idéias foi pra nós foi a parte de militância mesmo que nós fizemos por todo o Brasil, todas nós percorremos inúmeros Estados sempre com o apoio do embrião do feminismo que havia nesses lugares e levando sempre com muito público, nós conseguíamos financiar nossas passagens, financiar o hotel (...)⁴⁸⁵

Essa entidade foi fortemente marcada pela disputa entre a luta geral e a luta específica, além de buscar atuar com o movimento popular, ampliando a luta das mulheres, mesmo que nem sempre fosse possível colocar esse compromisso em prática:

O grupo de reflexão era muito nesta coisa psicológica de catarse, grupos de auto-análise a partir (R- de desconstruir...) É... da minha experiência particular: os casamentos que iam mal, novos casamentos. Era muito centrado nessa... Essa divisão ficou muito nítida desde o início no Centro da Mulher. Grupo da Santinha, eu mais umas três ou quatro éramos mais pela militância, pela via da prática. Como é que podemos chegar às mulheres fazendo trabalho nas favelas. Tentamos organizar as favelas. Foi quando a Benedita da Silva começou a sua liderança aqui na favela do Leme. Foi nessa época, exatamente nessa época. Só que pra nós não tinha muita continuidade. Marcávamos uma reunião no morro do Leme, aí não aparecia ninguém. (...) Isso aconteceu diversas vezes. Falta de compromisso. Amarrar mais as coisas. As

484 TOSCANO, Moema. Entrevista concedida a Roselane Neckel. (1 fita cassete). Rio de Janeiro, Brasil, 16/02/2005. Acervo do LEGH/UFSC. p. 10.

485 *Ibid.*, p. 18.

mulheres, nós não tínhamos muita disciplina de trabalho. Quando eu digo nós eu sempre me incluo, mas eu sempre tive mais, a Santinha sempre teve mais, teve um grupo que era mais firme, com mais disposição, e outros que não era tanto. Então, Isso desgastou muito. Mas de qualquer forma nós conseguimos ainda fazer um trabalho pelos subúrbios, pelo interior do estado do Rio.⁴⁸⁶

Portanto, o peso da esquerda na formação do movimento feminista brasileiro ultrapassa a presença das correntes atuantes neste movimento, vindo a contribuir para a formação feminista de muitas mulheres que estavam se aproximando desta discussão. Em parte, porque a esquerda já tinha uma tradição política e um debate acumulado sobre a organização das mulheres, além de maior experiência de organização e construção de um trabalho político, obtendo certa vantagem inicial sobre as demais bibliografias feministas que seriam publicadas no Brasil e sobre as militantes independentes.

A perspectiva de atuação com um olhar apurado para as trabalhadoras se manteve mesmo com as cisões e o processo de reorganização do movimento feminista a partir de 1980 (analisado no capítulo 1), em que determinados setores passaram a enfatizar pautas como o combate à violência contra a mulher, planejamento familiar e aborto. Isso porque foi mantida a forma de atuação que era característica de parte do movimento feminista vinculada à esquerda, que era para fora, buscando movimentos populares, participar de organizações de mulheres em bairros e construir referências de atendimento. Um exemplo disso consta na entrevista feita a Nalu Farias que comenta a criação da Casa da Mulher do Grajaú, em São Paulo:

A Samira era da Casa da Mulher do Grajaú⁴⁸⁷, e a Casa da Mulher em Grajaú era um dos espaços que, tinha sido assim, a partir do trabalho que as feministas fizeram nos primeiros anos, grupos de reflexão, elas tiveram essa ideia também do meio que a gente levava esse trabalho pros bairros e foi essa a criação da casa da mulher. E a Casa da Mulher de Grajaú já no início era um espaço bem importante, bem mobilizador, pra fazer um trabalho já no bairro, e tal. E tinha essas coisas que a casa da mulher tinha, trabalho com a saúde da mulher, curso profissionalizante, atenção jurídica, então, na minha chegada, eu tinha um pouco de contato com a casa da mulher de Grajaú, só que como eu fui trabalhar num escritório, era muito pouco, era mais papo mesmo sábado e domingo quando a família ia pra lá, quando tinha festa, quando tinha assim uma coisa maior, mas não do dia a dia.⁴⁸⁸

Além da atuação junto às mulheres da classe trabalhadora em associações de bairros, outra inspiração para a criação dessas Casas de atendimento eram as experiências do

486 TOSCANO, Moema. Entrevista concedida a Roselane Neckel. (1 fita cassete). Rio de Janeiro, Brasil, 16/02/2005. Acervo do LEGH/UFSC. p. 9-10.

487 A Casa da Mulher do Grajaú foi uma conquista da Associação de Mulheres do Grajaú (bairro na zona sul de São Paulo), tendo sido inaugurada, depois de três anos de luta, no final de fevereiro de 1983. Ver: MULHERIO, São Paulo, ano III, n. 12, março-abril de 1983, p.23.

488 Nalu Faria Silva. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. São Paulo (1 fita cassete) - SP, Brasil, 26/08/2005. Acervo do LEGH/UFSC, p.16

feminismo europeu e estadunidense. A ausência de políticas públicas que atendessem às mulheres fazia com o que próprio movimento buscasse suprir as lacunas das instituições. Rosiska Darcy de Oliveira, em artigo publicado no *Mulherio*⁴⁸⁹, comenta sobre a iniciativa de self-help (autoajuda) desenvolvida em Genebra, por sua vez inspirada por experiências de feministas estadunidenses na década de 1970. Mulheres atuantes em diferentes áreas da saúde, incluindo, por exigências legais, duas médicas, passaram a se reunir para aprender a fazer exame ginecológico, reconhecer infecções, examinar o colo do útero, os seios, etc. Elas estruturaram uma casa de atendimento denominada “Dispensário”, onde passariam esse conhecimento a outras mulheres e fariam um atendimento preventivo. A concepção é de saúde como uma questão de educação e prevenção, ou seja, quando mulheres passam a conhecer melhor os seus corpos, retomam o controle sobre os mesmos e procuram atendimento médico antes que determinado problema de saúde se agrave. Ainda segundo o artigo, o ambiente não remetia a uma clínica médica, tampouco utilizavam o termo paciente. As mulheres atuantes no “Dispensário” herdaram uma rotina do movimento feminista que previa o trabalho em meio período para ter tempo de ficar com os filhos, participação das usuárias na gestão da clínica e evitavam atendimento de alta rotatividade. Experiência semelhante também foi reproduzida no Brasil:

Inspirados diretamente na experiência do Dispensário de Genebra, oito grupos de auto-ajuda funcionam há um ano no Recife. Eles foram formados por Regine Nogueira e Dolores Wanscheer, que moram atualmente na cidade. Regine, suíça, socióloga, 30 anos, morava em Genebra quando teve contato com as mulheres do Dispensário. Dolores, catarinense, bióloga, 30 anos, viveu a mesma experiência em Paris, entre 1978-1980.⁴⁹⁰

A trajetória dos movimentos de mulheres no Brasil manteve certa coerência com as tendências políticas mais influentes na sua formação, como o olhar para a mulher trabalhadora, herança das mulheres de esquerda e da atuação em comunidades e com movimentos populares, além das experiências do movimento feminista europeu e estadunidense, trazidas por exiladas políticas e por estrangeiras residentes no Brasil.

No entanto, se o movimento feminista conseguia administrar os diferentes interesses políticos em seu interior, a partir de distintas comissões e frentes de atuação, houve uma

489 OLIVEIRA, Rosiska Darcy. As bruxas estão de volta. *MULHERIO*, ano II, n. 5, janeiro/fevereiro de 1982, p. 18. Além desse artigo, neste mesmo número do jornal fazem menção ao movimento feminista sueco que também organizou Casas da Mulher e possui um equivalente ao SOS, ou seja, um serviço de atendimento a mulher vítimas de violência, que atende estrangeiras residentes em Estocolmo e seus filhos. Ver: *MULHERIO*, São Paulo, ano II, n. 5, janeiro/fevereiro de 1982, p.5

490 BOTELHO, Virgínia. O SOS Corpo. *MULHERIO*, São Paulo, ano II, n. 5, janeiro/fevereiro de 1982, p. 18.

quebra de confiança com a tentativa de setores da esquerda de assumir a direção deste movimento no final da década de 1970, início da década de 1980. Isso coincidiu com a identificação de uma crise do movimento feminista, explicada por um lado pelo seu aspecto geracional, a partir da falta de renovação e da incapacidade de mobilizar mulheres de gerações mais novas⁴⁹¹; e, por outro, pela desestruturação e fim de diversos coletivos feministas. Além disso, é possível acrescentar mais um elemento: ao romper uma relação de confiança, diferentes setores seguiram seus próprios caminhos, passando a se dedicar a determinado tema de atuação, o que contribuiu para a fragmentação do movimento.

Esse processo viria a sofrer uma alteração qualitativa quando as conquistas democráticas avançaram e os campos políticos se diferenciaram e se reorganizaram partidariamente, intensificando as disputas entre setores que já possuíam uma linha de ação comum. Felizmente esta atuação ocorreu não só em busca da hegemonia do movimento, mas apresentando diferentes caminhos políticos para a redemocratização e promovendo o debate político entre essas diferentes posições.

3.2 A influência do movimento feminista na esquerda e no sindicalismo

Se por um lado o movimento feminista foi uma frente de atuação possível para setores da esquerda em um contexto de ditadura, as ideias feministas que foram gestadas, a atuação política e a experiência contribuíram para convencer parte dessas mulheres com dupla militância (na organização partidária e no movimento de mulheres) da importância dessa luta. Inclusive porque essas mulheres passaram a perceber o machismo presente nas suas próprias organizações e relações pessoais. Isso não significou uma ruptura com a concepção de um feminismo classista, mas viram a importância de abrir espaço para as mulheres nos partidos e sindicatos.

O movimento feminista foi essencial para garantir o lugar da mulher no espaço público, condenando a participação desigual e promovendo mudanças nas relações sociais. Ele contribuiu para fortalecer mulheres atuantes em diferentes movimentos sociais, mesmo

491 A preocupação com a renovação da militância feminista, que não empolgaria as novas gerações de mulheres, sendo uma coisa de “balzaquianas”, está presente no número 18 do *Mulherio* tanto na entrevista a Marie Claire Boons (p.8-9), quanto na reportagem “São Paulo: secundaristas discutem sexualidade”(p.14). Fonte: *MULHERIO*, São Paulo, ano IV, n. 18, setembro-outubro de 1984.

que essas ainda compreendessem o feminismo, erroneamente, como uma “luta contra os homens”. A ênfase das militantes feministas na mulher trabalhadora e nas donas de casa de zonas populares serviu para difundir nesses espaços o potencial transformador da luta feminina, contribuiu para a sua organização e para fortalecer a luta dessas mulheres em diferentes frentes de atuação, assim como no movimento dos bairros e nos sindicatos.

Os jornais feministas deram grande visibilidade para a vida cotidiana das trabalhadoras, denunciando a dupla jornada de trabalho, assim como explicitaram quais eram seus direitos legais, quase sempre ignorados pelas empresas, além de destacarem suas reivindicações. Quando se analisa uma resolução congressual e se encontra uma reivindicação específica das mulheres, a aparência é de que se trata de um consenso, ainda que o texto geralmente pareça deslocado de todo o resto. Mas o fato de ter essa incorporação significa que não é mais possível negar a existência desta luta e a importância que ela adquiriu, embora possa ser tratada quase como uma questão de princípio, incorporada no discurso, sem real vinculação com uma prática transformadora - o que casa muito bem com a crença de que o socialismo, por si só, vai acabar com a opressão da mulher. Toda a luta política, toda a resistência e a necessidade de convencimento, ficam ocultas sob a incorporação de uma demanda no papel. As disputas que envolvem essa luta transparecem na concretude ou não dessa reivindicação, se a luta por ela de fato vai se tornar realidade. Os jornais feministas ajudaram a apontar justamente que não era mais possível ignorar a existência da luta das trabalhadoras e sua especificidade, assim como escancararam a resistência dos sindicatos em reconhecer o direito dessas mulheres, em incorporar suas demandas, em abrir espaço para a sua organização autônoma. Nesse sentido, ajudaram a dimensionar a mobilização das trabalhadoras que levou à incorporação da proposta na resolução e em que medida conseguiram vencer as resistências.

A auto-organização das mulheres não é estranha à tradição da esquerda. Mas, da mesma forma que a ênfase em levar o movimento feminista para fora de si, para as favelas e periferia, influenciou a forma de organização e de disputa política do mesmo visando a mobilização popular, a experiência concreta das organizações de mulheres nesse período deve ter contribuído para lembrar a esquerda sobre a importância de ter esses organismos separados, ainda mais em espaços profundamente masculinizados como os sindicatos. Tanto que um jornal como o Brasil Mulher, apesar de nem sempre problematizar as falas masculinas

de que as mulheres não participavam da luta por serem submissas, questionou o argumento de que a criação de um departamento feminino no sindicato poderia dividir a luta.⁴⁹²

Em termos de reivindicações, a perseguição às trabalhadoras casadas, a imposição de realização periódica de testes de gravidez e a ausência de creches, mesmo de acordo com o mínimo que era exigido por lei com a CLT à época, são temas que se destacaram nos jornais feministas e nas reivindicações das trabalhadoras. No entanto, é interessante notar que as reivindicações sistematizadas a partir dos debates do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo, de 1978, são muito mais amplas do que as que constam nas resoluções da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada dias 21 a 23 de agosto de 1981, ou em documentos iniciais da CUT. No I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo, além de questões relacionadas à maternidade e creches, constam igualdade de acesso, remuneração e oportunidades, o problema das “cantadas” de chefias, a criação de um departamento feminino, por maior participação política e maior companheirismo entre trabalhadores e trabalhadoras nas fábricas. Na CONCLAT, têm maior destaque as propostas vinculadas à gravidez e creches, assim como aparece a dimensão da igualdade no acesso a cursos profissionalizantes e a cargos de chefias. Por ser mais amplo do que o congresso de uma categoria, aparecem demandas como a extensão dos direitos trabalhistas às mulheres que realizam trabalho a domicílio e aposentadoria. Enquanto nas resoluções congressuais da CUT, o tema inicialmente ou aparecia de forma genérica na luta contra todas as formas de discriminação ou enfatizava a dimensão da maternidade, como se o diferencial da trabalhadora fosse esse, associando por vezes a luta das mulheres às questões relacionadas ao trabalho infantil.

Isso pode ser explicado, em parte, por uma perspectiva machista que limitaria a mulher à maternidade e à esfera reprodutiva; pela tentativa de associação com o movimento de luta por creches que expôs uma necessidade urgente das trabalhadoras e dos trabalhadores; por uma avaliação de que determinadas pautas não caberiam aos sindicatos ou de que as bases poderiam ser refratárias a determinados temas, como a questão do aborto.

Pensando o problema do assédio sexual, ele já estava presente nas falas das trabalhadoras entrevistadas pelos jornais feministas, ainda sob a terminologia da “cantada”. A discussão do movimento feminista sobre a violência contra a mulher viria a contribuir para caracterizar a “cantada” também como uma forma de violência, tirando a naturalização que a

492 Por exemplo, ver: *BRASIL MULHER*, ano 2, nº 11, 1978, p.5

encobria. Nos documentos da CUT, há menção à elaboração de dossiê sobre violência contra a mulher em 1987⁴⁹³ e às “cantadas” nos documentos da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora de 1988. Neste trecho, é interessante notar que o ponto de partida é a consciência da opressão da mulher e como isso influencia a sua inserção diferenciada no mundo do trabalho:

Nós, que somos mulheres trabalhadoras sindicalistas, começamos a pensar na perspectiva deste trabalho dentro da CUT primeiro porque somos mulheres, e como tal, ao sentir no cotidiano da nossa vida a dificuldade que nos é colocada para nos tornarmos um ser integral, desde a casa até a sociedade, começamos a pensar que esse trabalho tem que ser levado para todos os campos. Portanto, a primeira consciência que tivemos é de que somos mulheres e em todos os locais onde estamos nós estamos em um espaço de luta contra a dominação da mulher. Segundo, porque somos trabalhadoras e como tal sentimos diretamente o que significa a desigualdade, exploração da mulher dentro dos locais de trabalho, com a questão dos salários mais baixos, da violência das chefias, da violência sexual, das ‘cantadas’, do desrespeito à mulher, as dificuldades de profissionalização e de todas aquelas questões que são objetivas e que em qualquer categoria nós sentimos. E, terceiro, porque somos trabalhadoras que acreditamos na CUT, somos identificadas com o projeto político da CUT e identificamos que é o projeto político da classe trabalhadora que vai efetivamente levar à construção da organização dos trabalhadores, apontando na perspectiva de uma sociedade sem exploração, sem explorados e sem exploradores.⁴⁹⁴

Além disso, em documentos gerais, ou seja, que não foram produzidos pela Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora, a primeira menção a assédio sexual está presente nas Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT, realizado entre 19 e 22 de maio de 1994.⁴⁹⁵ Porém, por mais que as discussões avancem entre as mulheres, parecem não chegar ao conjunto da Central com uma incorporação real.

Um ponto a destacar na plataforma de lutas aprovada nas resoluções congressuais do 2º CONCUR (1986) - além de creches, contra todas as formas de discriminação, regulamentação do trabalho da empregada doméstica, licença maternidade e descaracterização legal da homossexualidade como doença - é o item “contra qualquer forma de intervenção ou interferência do Estado ou do FMI na definição do planejamento familiar”, por ser uma denúncia muito frequente nos espaços do movimento feminista e que está relacionada à

493 Relatório da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora – elaborado pela Comissão da Mulher Trabalhadora/Secretaria de Política Sindical, em junho de 1987, p.2.

494 *Não é blá, blá, blá... - Mulher trabalhadora*. (Elaborado pela Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora). Cadernos da CUT, São Paulo: Gráfica do Sindicato dos Bancários de São Paulo, setembro de 1988, p.15. O assunto também é abordado no item “A opressão das mulheres e a luta de classes – Por Rosalina Santacruz (professora da PUC-SP e militante feminista)”, p.47, onde defende a importância de discutir violência contra a mulher. Vindo a ser incorporada nas bandeiras de luta das Resoluções do 1º Encontro Nacional da CUT sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, 1988.

495 RESOLUÇÕES DO 5º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 19 a 22 de maio de 1994, p.62.

discussão dos direitos reprodutivos e ao aborto. Isso é um indicativo de como esses debates não eram alheios às militantes da CUT, que transitavam entre os movimentos.

A defesa da legalização do aborto foi uma reivindicação do movimento feminista que disputou esse debate nos anos 1980 com a Igreja e setores conservadores da sociedade, visando modificar o estatuto de crime ou a ampliação dos casos para permissão legal para interromper a gravidez. Foi tema de campanhas nacionais, inclusive durante a elaboração da Constituição de 1988, quando o movimento de mulheres impediu o retrocesso de incluir “o direito à vida desde a concepção” no texto constitucional. Em 1995, setores conservadores tentaram aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para eliminar qualquer possibilidade de realização de aborto legal. Em meio à polêmica que ocupava a sociedade, a CNMT buscou garantir o posicionamento da CUT sobre o tema, já que era uma preocupação das sindicalistas presente na proposta apresentada ao 2º CONCUR, em 1986, que tinha sido retirada a pedido da Executiva Nacional da CUT para não melindrar setores oriundos da Igreja Católica e trabalhadores mais conservadores, assim como pela falta de discussão do assunto no meio sindical e a organização mais frágil das mulheres na Central.⁴⁹⁶

O tema tinha retornado em 1987 em uma Plenária Nacional da CUT, segundo Maria Silva Portela de Castro:

Eu me lembro que teve uma reunião prévia da então Comissão que tirou uma série de propostas colocadas na Plenária, entre elas uma moção a favor da descriminalização do aborto. Como na hora em que foram ler as propostas das mulheres ninguém prestou atenção, “passou batido”. Depois, quando foram fazer o relatório, deram-se conta de que havia essa moção. Aí a Direção simplesmente discutiu e tirou uma moção aprovada em Plenária, porque achava que a CUT não tinha condições de assumi-la. Este é um exemplo bem claro do espaço da discussão da participação feminina na época.⁴⁹⁷

A CNMT não tentou reverter a ação da Direção Nacional. Segundo Delgado, o I Encontro sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, em julho de 1988, militantes da CUT Pela Base resgataram a discussão defendendo a urgência de ter uma deliberação da CUT sobre o tema. Enquanto sindicalistas vinculadas à Articulação entendiam que, apesar de necessária, a discussão era prematura, tendo proposto iniciar o debate no 3º CONCUR, para deliberar até o congresso seguinte. Na ocasião, a CUT emitiu uma resolução reconhecendo o aborto como

496 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.106

497 Maria Silva Portela de Castro em entrevista concedida a Maria Berenice Godinho Delgado em 31/5/95. *In: Ibid.*, p.107

um problema social que atinge as trabalhadoras, assim como uma questão de saúde, e apontou um processo interno de debate sobre o tema. No entanto, não houve ampla discussão sobre o assunto. Foram divulgados materiais, atividades foram sugeridas às CUTs estaduais, mas poucas foram as iniciativas incorporadas pela Central. Não era um tema entendido como parte do debate sindical.⁴⁹⁸

No II Encontro sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, a questão foi retomada por mulheres das diferentes correntes sindicais que concordavam sobre a necessidade da CUT definir uma posição no 4º CONCURT. Na ocasião, foram as trabalhadoras rurais que ponderaram que este era um tabu no meio rural devido à forte religiosidade, mas a maioria decidiu levar o tema ao 4º CONCURT, não só por acreditar que a CUT não poderia continuar se omitindo, como por acreditar que uma posição favorável ao aborto permitiria a atuação da CUT junto com o movimento autônomo de mulheres para reforçar esta luta.⁴⁹⁹

No 4º CONCURT, em setembro de 1991, a defesa da legalização do aborto foi levada à plenária final, mas o coordenador da mesa dos trabalhos queria delegar a decisão para a Executiva Nacional, alegando falta de tempo. As sindicalistas da CNMT não abriram mão da importância política do tema, tendo feito a defesa da descriminalização e legalização do aborto. Um militante se apresentou pra defender a posição contrária, mas acabou retirando a inscrição. Por fim, a proposta foi aprovada por maioria em um plenário majoritariamente masculino. Após o congresso, dirigentes da CNMT solicitaram a inclusão da CUT na Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.⁵⁰⁰

Também foi nesse congresso de 1991 que ocorreu a mudança do nome da comissão de Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora – nome pensado para demonstrar que as mulheres não queriam construir um espaço exclusivo - para Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora. Não houve debate a respeito, a CNMT assinou um documento com esse novo nome e, com a aprovação do mesmo como resolução, consideraram que a alteração da nomenclatura tinha sido incorporada. Mas, apesar disso, Delgado entende que a mudança do nome foi pensada para demarcar uma mudança na compreensão da discriminação da mulher na sociedade pelas integrantes da comissão, a partir da noção das “relações de gênero”.

498 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p. 107

499 *Ibid.*, p.108

500 *Ibid.*, p.109

Segundo Delgado, a adoção do conceito de relações de gênero pelas sindicalistas indicaria um intercâmbio com pesquisadoras, além da preocupação de que a questão da mulher fosse debatida por homens e mulheres. Também atribui a isso uma ampliação de perspectivas que vai desde o debate de temas na CUT como a questão racial, AIDS, entre outros até a incorporação das políticas sociais como uma área de atuação sindical, em meio a uma conjuntura de desmantelamento de políticas públicas.⁵⁰¹

Se as pesquisas não tivessem descoberto esse termo, a gente devia ter descoberto, porque foi um achado para trabalhar no movimento sindical. ... Quando a gente começou a falar na construção social do gênero masculino e feminino, parece que os homens começaram a escutar melhor. A importância de utilizar este termo é que a gente trabalha num movimento misto e ele dá uma contribuição para a formação dos companheiros, para que eles se pensem, além de abrir um grande espaço para trabalhar a situação das mulheres. ... Para nós, sinceramente, abre não uma trilha, abre uma estrada!⁵⁰²

É preciso apontar a ressalva de Álvaro, de que a difusão do conceito de gênero no Brasil se deu a partir da tradução do texto de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, realizada pelo SOS Corpo em 1991. A popularidade do mesmo viria se combinar com o avanço de estudos de gênero sem a perspectiva de classe, ajustando a atuação política do movimento feminista à institucionalização, processo já vivenciado na Europa e nos Estados Unidos, e norteando a atuação de ONGs.⁵⁰³

Apesar das dificuldades enfrentadas pela CNMT em garantir que a Central incorporasse as questões das mulheres de fato, foi mantida a interlocução e atuação em espaços do movimento feminista. Militantes da CUT participaram do X Encontro Nacional Feminista, realizado em Bertioga-SP, em 1989; do 5º Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho, realizado em San Bernardo (Argentina), em 1990, onde atuaram em parceria com a PIT-CNT, central sindical uruguaia, pela criação de um grupo de discussão sobre sindicalismo e feminismo, o que não estava previsto na programação do encontro. A CNMT também estabeleceu parcerias com ONGs feministas e universidades, que foram convidadas para participar de reuniões de trabalho, assessorar encontros e seminários, contribuindo na

501 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.112

502 *Ibid.*, p.56-57

503 Álvaro, M. C. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p.194.

formação e na produção de artigos e textos sindicais, tendo qualificado a atuação de muitas sindicalistas.

No entanto, a relação com o movimento feminista também pode ser considerada pontual, tendo sido mais intensa nas comemorações do 08 de março, na campanha das mulheres na Constituinte e nos seminários com centrais sindicais estrangeiras. Segundo Ludmila Gerbi Frati em entrevista concedida a Maria Berenice Godinho Delgado em 03/04/1995: “Houve uma troca bem intensa. O que não sei é se essa troca aconteceu em torno de pessoas ou se a presença dessas pessoas representava a organicidade do movimento de mulheres.”⁵⁰⁴ No entanto, algumas militantes do movimento de mulheres também viam com desconfiança a organização das mulheres em uma entidade mista, ou seja, com homens e mulheres.

José Olívio Miranda de Oliveira, em entrevista concedida a Maria Berenice Godinho Delgado em 02/06/1995, afirmou que: “a questão da mulher vinha de um movimento social colocado anteriormente de maneira bem agressiva, onde se colocava uma espécie de grito pela emancipação de direitos consolidando um movimento social que em alguns momentos confundia os adversários.”⁵⁰⁵ Manifestando, assim, o seu desconforto e desconfiança com o movimento feminista pelo seu caráter policlassista e a noção equivocada do mesmo como uma luta contra os homens. É possível se questionar quem de fato estava confuso sobre os verdadeiros adversários.

Se em determinado momento as mulheres conseguiram se livrar do estigma imputado ao termo “feminista” e passaram a se identificar desta forma no movimento de mulheres, no movimento sindical a carga negativa continuou presente a partir da identificação das militantes das comissões nacionais e estaduais da mulher trabalhadora como feministas, em oposição ao que corresponderia à imagem da “boa sindicalista”, envolvida com questões da luta sindical propriamente dita:

Muitas vezes a gente passa a ser olhada como “a feminista” e isso nos dá uma sensação de exclusão. Algumas vezes vivi momentos de angústia em que ficava pensando: o que é que eu vou fazer naquele espaço? Quando chego os homens já ficam me olhando de forma diferente, porque sabem que sou questionar, vou perguntar por que só os trabalhadores e não trabalhadoras e trabalhadores, vou questionar isso e

504 DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós- Graduaos em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.134

505 *Ibid.*, p.132

aquilo... Isso dá uma certa tristeza, uma desilusão e a gente tem muita vontade de ir embora.⁵⁰⁶

O movimento feminista teve um papel fundamental em promover mudanças significativas na vida das mulheres, tendo chegado mesmo a pautar o debate público durante a Constituinte. No entanto, alijado da luta de classes ou de um projeto de emancipação social, visando apenas uma atuação nos marcos institucionais, é um fim em si mesmo, sendo muitas vezes capturado por correntes liberais. Por outro lado, apesar do feminismo continuar presente no discurso da esquerda, está longe de ser uma atuação prioritária, permanecendo a oposição entre lutas gerais e específicas.

3.3 Transição política e os atrativos da institucionalidade

A transição política da ditadura para a democracia foi fruto da ação de muitos agentes históricos, dentro e fora dos espaços políticos tradicionais. A classe trabalhadora, em diferentes frentes, lutou contra formas de carência material decorrentes do modo de produção capitalista. O governo, responsável pelo aparato repressivo, compunha o campo adversário, representando os interesses das classes dominantes. A oposição no campo institucional, o MDB, abrigava de setores que passaram pela ARENA a militantes de esquerda cujas organizações estavam proscritas. Essa composição era justificada por uma política de frente ampla das oposições defendida pelo PCB, mas não contemplava parte dos sujeitos provenientes das lutas sociais que buscavam uma expressão política própria.

As mudanças políticas da década de 1980 colocaram a democracia no centro da política nacional. Mas a luta pela democracia e por cidadania para o PT e para a CUT não estava dissociada da noção de independência de classe e autonomia. Os sujeitos sociais que emergiam das lutas do período se reconheciam enquanto classe trabalhadora e atuavam na cena política com esta identidade. Mesmo movimentos sem um contorno de classe definido, como o feminista, foram marcados por uma perspectiva classista. A redemocratização e a tentativa de disputa popular da Constituinte merecem uma atenção especial por expressarem como o processo de reorganização da hegemonia das classes dominantes respondia às

506 Maria Ednalva Bezerra de Lima, depoimento em abril de 1995. In: DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996, p.125.

contradições sociais e as diferentes concepções de cidadania que estavam sendo forjadas naquele momento.

O projeto de uma “transição possível” supunha um amplo acordo com setores do regime anterior e um compromisso político com suas instituições, a partir dos quais foram pensados a forma, prazos e pré-requisitos para o processo Constituinte, evitando assim uma “ruptura democrática” com a realização de eleições diretas.⁵⁰⁷ A campanha por eleições diretas para presidente da República, quando multidões ocuparam as ruas e praças em 1984, é considerada por Michiles uma reivindicação por democracia que carrega consigo a palavra de ordem “Constituinte Já”, livre e soberana. Em abril de 1984, com a votação que recusou a emenda Dante de Oliveira por eleições diretas, o movimento se viu frustrado e teria ampliado esforços pela Assembleia Nacional Constituinte. No entanto, este autor também menciona a resistência dos movimentos sociais para realizar uma ampla luta por uma Assembleia Nacional Constituinte, o que atribui ao distanciamento deste assunto do cotidiano da população.⁵⁰⁸ Cabe salientar que a ênfase na disputa institucional era o objetivo do MDB, tendo sido bem sucedido em convencer setores dos movimentos sociais a integrar a campanha por uma Assembleia Nacional Constituinte que viria a ser discutida por sindicatos, associações e movimentos de base; e, no caso do movimento feminista, a encampar os Conselhos da Condição Feminina.

Ao longo de 1985-1986, movimentos sociais defenderam maior participação da sociedade na elaboração da nova Constituição com a criação de organizações sociais, tais como o Movimento Nacional pela Constituinte, no Rio de Janeiro, e o Plenário de São Paulo Pró-Participação Popular na Constituinte, ambos em 1985. A atuação desses movimentos se deu de forma complementar, o do Rio de Janeiro frisou a articulação nacional das iniciativas populares, estimulando a criação de movimentos constituintes municipais e estaduais para que a própria população pudesse elaborar a sua Constituição. Enquanto o de São Paulo estava preocupado com a garantia de instrumentos de participação popular e divulgação de informações sobre a Constituinte, articulando entidades e militantes. Iniciativas semelhantes foram construídas em todo o país. Além disso, o movimento também contou com a assessoria

507 Garcia, Marco Aurélio. *Construir o amanhã: reflexões sobre a esquerda (1983-2017)* /textos selecionados de Marco Aurélio Garcia; Bruno Gaspar, Rose Spina (org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019, p.33-34.

508 MICHILES, Carlos, *et al. Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989,p.19-21.

de entidades e ONGs como CEDAC, IBASE, FASE, CPO, CPT, CEDI, ISER e SEP, as quais organizaram o “Projeto Educação Popular Constituinte”.⁵⁰⁹

Com a possibilidade de adoção da iniciativa popular no regimento interno, plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na Constituinte se articularam para pensar estratégias para garantir este instrumento e seu uso efetivo, através de ampla divulgação e de elaboração de uma cartilha especial. O Movimento Gaúcho da Constituinte ficou responsável por redigir um esboço dos mecanismos de participação a partir de propostas que já tinham sido discutidas em reuniões e encontros nacionais.⁵¹⁰

Em março de 1987, foi aberta a possibilidade de apresentação de emendas populares ao projeto da Constituição. Em reunião nacional de plenários, comitês e movimentos pela participação popular na Constituinte realizada em maio de 1986, no Rio de Janeiro, os mecanismos de participação popular foram discutidos tanto como instrumentos previstos no texto final da Constituição quanto vinculados ao processo em curso.⁵¹¹

Os plenários enviaram uma delegação à Brasília no início de 1987 para apresentar as propostas visando assegurar a inclusão das iniciativas populares, como o envio de sugestões da sociedade civil desde que tivessem pelo menos 30 mil assinaturas. Estas propostas enfrentaram forte resistência dos setores conservadores. A disputa pelas emendas populares marcou a aliança dos setores atuantes nos Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte com os constituintes, não somente de esquerda. O clero também viria a pressionar os constituintes a respeito.⁵¹² Inclusive, setores religiosos foram responsáveis por apresentar uma série de emendas populares, algumas por direitos dos trabalhadores, outras com caráter conservador e visando retrocessos em reivindicações das mulheres (manifestando-se contrariamente à utilização de métodos contraceptivos, ao aborto e à dissolução do casamento, por exemplo).

O mecanismo das emendas populares suscitou diferentes avaliações dos movimentos sociais sobre o seu papel e alcance, especialmente ao se considerar o perfil conservador do congresso. Alguns apostaram em apresentar propostas mais palatáveis que poderiam ser

509 MICHILES, Carlos, *et al. Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.40-42.

510 *Ibid.*, p.93-94.

511 *Ibid.*, p.56.

512 BRANDÃO, Lucas Coelho. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. 2011. 328 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.63-69.

incorporadas e outros defenderam a importância de não recuar no conteúdo, mesmo que não fosse absorvido, como forma de estimular e influenciar o debate social a respeito. Apesar do sentimento comum de ceticismo sobre a possibilidade de que as demandas fossem de fato incorporadas, a abertura institucional conquistada foi utilizada para ampla agitação social. Ao longo desse intenso processo de mobilização, os movimentos se redefiniram em relação às estratégias, articulações com outros movimentos, pautas, na relação com a mídia e na pressão a parlamentares e partidos.⁵¹³

Vimos, nos capítulos anteriores, como cada movimento atuou na Constituinte e agora vamos analisar as emendas populares apresentadas, as quais sintetizam muitas das lutas sociais travadas no período.⁵¹⁴

3.4 Aposentadoria para donas de casa e creches

Olga, tecelã durante 22 anos, agora afastada do trabalho em consequência das próprias condições de seu trabalho, casada, fala de suas experiência como mulher trabalhadora e dona de casa.

Puxa vida! Vou te dizer! O trabalho mais desgraçado que existe - eu sempre trabalhei em fábrica e trabalhei na enxada, você vai carpir um pedaço de terra, quando você chegou no fim, você não tem que fazer mais nada. Se você tá trabalhando nos teares, quando terminou sua hora, você deixa pra outra continuar o serviço e terminou. Agora, em casa, você não termina nunca. Serviço de casa não termina nunca. Você acabou de lavar uma xícara, daí cinco minutos ela está suja no mesmo lugar de onde você tinha tirado ela antes. Então você não ganha nada, trabalha o dia inteiro, e, outra coisa, se já não bastasse você não receber um tostão por esse serviço, ninguém reconhece. Então eu diria assim: nós mulheres devíamos parar. Não muito, só dez dias nós devíamos pegar de férias, todas as donas de casa, para ver o que acontece, porque ninguém dá valor nenhum. Eu por mim fazia uma greve entre as mulheres, uma greve do lar.

Eu geralmente aqui em casa sou o ministro da Saúde, Finanças, sou acho que tudo, ministro da Economia, tesoureira, sou a enfermeira, a cozinheira, a costureira, a lavadeira, eu sou tudo aqui dentro. Então se eu vou fazer um salário pra cada coisa que eu faço, eu ia ganhar muito dinheiro. Então, não é questão de nós querermos nos igualar a eles. Eu gostaria de igualar ao ordenado deles, e as regalias deles. Se um homem pode se aposentar com trinta anos de serviço, nós também podemos. Com trinta anos de serviço, oito horas por dia, com sábado, domingo e feriados que são 104 parece que por ano, e mais dez dias santos de guarda, seriam 114, mais os 28 dias de férias que nós teríamos os mesmos direitos, sem ficar no fogão fazendo comida,

513 BRANDÃO, Lucas Coelho. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. 2011. 328 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.76-78.

514 A comissão de sistematização só informa as três primeiras entidades, quantificando as demais. Por esse motivo, não é possível informar todos os signatários das emendas. As emendas populares consultadas estão disponíveis nos seguintes links:

<<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-230.pdf>> e <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-231.pdf>>

porque férias da mulher é na cozinha. Então você tira as férias da fábrica e fica enfiada dentro de casa. Isso não é férias. Então eu acho que devíamos querer as mesmas regalias que querem os homens.⁵¹⁵

PE00019-9/1P20689-8: “Art. Fica assegurada a Aposentadora das Donas-de-casa, que poderão contribuir para a Seguridade Social.”⁵¹⁶

Com 132.528 assinaturas, apresentada pela Federação das Associações de Bairro de Salvador (FABS-BA), Associação de Moradores de Plataforma (AMPLA), Salvador-BA, Associação de Mulheres de Cosme de Farias (AMCF), Salvador-BA, apoiada pelos Constituintes Siqueira Campos, Cunha Bueno e quatorze entidades. A justificativa ressalta a contribuição do trabalho doméstico para a renda familiar, além de destacar que seria uma medida reparadora porque o trabalho no lar impossibilita o desenvolvimento de atividades profissionais para muitas mulheres.⁵¹⁷

Vimos que espaços como associações de donas de casa estiveram no centro das mobilizações das mulheres, pautando lutas por creches e contra o aumento do custo de vida. Além disso, o trabalho doméstico viria a ser uma interface importante da discussão sobre o trabalho feminino e sua condição precarizada. Não é à toa que essa foi a emenda do movimento de mulheres com maior número de assinaturas, talvez por dialogar com grande parte da população feminina e por envolver um retorno financeiro.

O fato é que o trabalho doméstico foi alvo de muitos debates e teve certa centralidade no movimento feminista na década de 1970. Em relação aos jornais feministas *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, por exemplo, são muitos os artigos sobre o tema, abordando aspectos como: o isolamento da dona de casa que a impede de ver que o problema não é individual, mas geral, afetando o conjunto das mulheres; a invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico; a dupla jornada de trabalho; a sobreposição do trabalho doméstico sobre o período de descanso da trabalhadora, que continua trabalhando apesar das férias e dias de descanso; a questão familiar e a maternidade; a necessidade do trabalho doméstico para reproduzir a força de

515 Nós mulheres: operárias. *NÓS, MULHERES*, n. 1, junho de 1976, p.9

516 ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 1987-88, Comissão de Sistematização. Emendas Populares. v.2. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987, p.19. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-231.pdf>

517 ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 1987-88, Comissão de Sistematização. Emendas Populares. v.1. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987,p.19. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-230.pdf>

trabalho; a condição da empregada doméstica, diferenciando emprego doméstico do trabalho doméstico gratuito; e a utilização de charges e humor para problematizar a questão.⁵¹⁸

No campo da esquerda, a análise envolvia o papel do trabalho doméstico para o barateamento dos salários e problematização da falta de dados sobre o tema em pesquisas e estatísticas, apontando a importância do reconhecimento do mesmo como um trabalho. Inspiradas pela luta de classes, também surgiram leituras que identificavam mulheres como uma classe oprimida pelo sistema familiar (patriarcal). Essas abordagens foram a sustentação de campanhas pelo pagamento de salários para donas de casa, responsáveis pela produção da mercadoria força de trabalho.⁵¹⁹

Em 1976, o Jornal Nós Mulheres questionou donas de casa brasileiras sobre a proposta de determinados grupos feministas europeus que defendiam o pagamento de um salário pelo trabalho no lar. As posições variaram. No campo das discordâncias, questionamentos sobre a medida acabar sendo um empecilho para o progresso da mulher, seja em termos de se tornar mais consciente, seja em termos de passar a trabalhar fora. No campo das possibilidades, propostas como estabelecer uma jornada de trabalho, exigir salários maiores, direitos como férias e avançar rumo ao objetivo final, que esses direitos consistissem em uma etapa para a coletivização do trabalho reprodutivo. As creches não estão dissociadas dessa discussão e são mencionadas como uma necessidade.⁵²⁰

Segundo Soraia Carolina de Mello, nos anos 1970, o problema do trabalho doméstico era entendido como um problema coletivo das mulheres enquanto “categoria”, vindo a perder espaço na década de 1980 para outras temáticas, como direitos reprodutivos e violência. Essa pesquisadora também menciona que muitas mulheres engajadas na luta feminista repassavam os encargos domésticos para outras mulheres em piores condições sociais, o que gerava um certo constrangimento por parte das militantes ao entender que a sua atuação pública só foi possível devido à desigualdade e exploração do trabalho de outras mulheres.⁵²¹

518 Mello, Soraia Carolina. A questão do trabalho doméstico: recortes do Brasil e da Argentina. In: Pedro, Joana Maria; Wolff, Cristina Scheibe; Veiga, Ana Maria (Organização). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011, p. 71-91, p.73.

519 *Ibid.*, p.83-84

Quem tiver interesse na discussão sobre a posição do movimento feminista socialista a respeito do trabalho feminino e da reprodução social, ver o livro: FERGUSON, Susan. *Women and Work – Feminism, Labour and Social Reproduction*. London: Pluto Press, 2020.

520 Bate papo. *NÓS MULHERES*, n. 2, setembro/outubro de 1976, p.14.

521 MELLO, Soraia Carolina de. *Memórias de militantes feministas na ditadura e na abertura política no Brasil: a questão do trabalho doméstico como reivindicação democrática (1964-1990)*, p. 5-7. Disponível em: <https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/94614/Documento_completo.pdf?sequence=1>

Por outro lado, menciona o trabalho de Dominique Fougeyrollas-Schwebel, para quem a associação do trabalho doméstico a uma esfera “extratrabalho” levaria a uma compreensão do primeiro como uma atividade de lazer da mulher. Muitas feministas assumiam para si o trabalho doméstico entendendo que os homens poderiam dar uma ajuda a um trabalho que não é seu, levando a uma falsa divisão de tarefas que perpetuaria desigualdades. A “lógica do dom” seria a naturalização dessas tarefas pelas mulheres, que assumiriam essas obrigações para si. Por essa via, passa a ser questionado o papel da educação das meninas para formar uma suposta aptidão “nata” da mulher para o cuidado e da maternidade como seu “destino biológico”.⁵²² Uma referência presente nos jornais analisados sobre essa questão da educação é o livro “O descondicional da mulher”, de Elena Gianini Belotti.⁵²³

Isso levou a um olhar mais atento das feministas também sobre os livros didáticos no reforço do papel da mulher como dona de casa e mãe, gerando ações como a de um grupo de feministas que foi à Brasília para se reunir com a então ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, para entregar um abaixo assinado pela eliminação do preconceito contra a mulher em materiais didáticos. Grupos feministas também foram orientados a entrar em contato com as comissões responsáveis pela seleção de livros didáticos de 1982 para evitar que os livros mais “grotescamente preconceituosos” fossem adotados.⁵²⁴

Sobre a proposta de aposentadoria para donas de casa, ela não surge com a emenda popular. Em artigo no número 7 do *Mulherio* de 1982, Wanda Nestlehner aponta que, mediante a apresentação no congresso de um projeto que previa a inscrição da dona de casa na previdência social desde que contribuísse com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o movimento estava dividido entre as mesmas questões: a defesa deste direito, por um lado, e setores que receavam que a aposentadoria legitimaria a posição da mulher como dona de casa, tirando a responsabilidade do homem em relação ao trabalho doméstico, por outro. Para estes últimos, a alternativa seria defender o fim do trabalho da dona de casa e a instalação de restaurantes, creches e lavanderias coletivas.⁵²⁵

Acesso em 25 de abril de 2025.

522 MELLO, Soraia Carolina. A questão do trabalho doméstico: recortes do Brasil e da Argentina. In: Pedro, Joana Maria; Wolff, Cristina Scheibe; Veiga, Ana Maria (Organização). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011, p. 71-91, p.86

523 Ver: *BRASIL MULHER*, ano 2 – ano internacional da mulher, 1976, p.12; *NÓS MULHERES*, n. 6, agosto/setembro de 1977, p.7; e crítica a outro livro dessa autora com uma abordagem semelhante no *MULHERIO*, São Paulo, ano V, n. 23, outubro, novembro, dezembro, 1985, p. 4-5

524 Educação – Sexo não tão explícito. *MULHERIO*, São Paulo, ano II, n. 10, novembro-dezembro de 1982, p.23.

525 *MULHERIO*, São Paulo, ano II, no 7, maio/junho de 1982, p.7.

A proposta também foi alvo de mulheres da área do Direito que há muito já estavam se debruçando sobre o novo Estatuto Civil da Mulher para tornar as leis mais igualitárias, além de fazer revisões na lei trabalhista; no direito penal em relação aos crimes que afetam mulheres, como o estupro, para que deixassem de ser considerados contra os costumes, mas contra a pessoa; para incluir na legislação que a violência contra a mulher é um crime; e alterar a visão do código penal de que mulher é a criminosa em casos de aborto.⁵²⁶

As creches aparecem junto com esse debate sobre o trabalho doméstico, também como um meio de retirar o peso do trabalho reprodutivo das costas da mulher e pelo reconhecimento da maternidade e da paternidade como uma função social. No entanto, a emenda PE00073-3/1P20753-3, sobre direito à creche, obteve apenas 18.258 assinaturas, não cumpriu as exigências regimentais e foi indeferida pela comissão de sistematização. A proposta foi apresentada por Movimento de Luta Pró-Creche, Belo Horizonte-MG, Associação de apoio a creche comunitária casa da Vovó, Belo Horizonte-MG, Fundação Fé e Alegria do Brasil, São Paulo-SP, e apoiada pelo Constituinte Cunha Bueno.

Apesar da creche ser identificada como uma das principais lutas das mulheres entre 1975-1985, entendendo o cuidado com crianças de 0 a 6 anos como um direito⁵²⁷, tendo sido eleita pauta prioritária pelo Congresso da Mulher Paulista e ser o tema da Campanha da CNMT-CUT em 1986, “Creche para todos”, a emenda popular não obteve o mínimo de assinaturas. Pode-se questionar se foi uma questão de desarticulação em relação à coleta de assinaturas ou se houve alguma influência do fato das lutas por creches terem se dado em âmbito municipal. Não parece plausível que o movimento feminista tenha contado com a inserção dessa pauta nas reivindicações do movimento sindical, porque a emenda popular que sintetiza diferentes reivindicações das mulheres aborda aspectos trabalhistas.

Segue um breve resumo da emenda: entende a educação como direito natural de todo cidadão e dever do Estado para que seja universal, pública, gratuita, em todos os níveis e períodos, desde o primeiro ano da criança. Assegurar ao “cidadão-criança”, de 0 a 6 anos, o direito à creche e à educação pré-escolar através da criação de dispositivos legais para regulamentar uma política de educação pré-escolar: com percentuais mínimos para a educação pré-escolar e manutenção de creches sob responsabilidade de estados e municípios; criação de uma rede pública de creches; obrigatoriedade das empresas criarem e manterem creches e pré-

526 Direito - a balança está torta. *MULHERIO*, São Paulo, ano V, n. 21, abril-maio-junho, 1985, p.23

527 CAMPOS, Maria Malta. Creche – Um fato político inquestionável. *MULHERIO*, São Paulo, ano V, n.21, abril-maio-junho, 1985, p.15

escolas para os filhos dos trabalhadores. Uma lei especial deve dispor sobre o reconhecimento da importância do papel social desempenhado pelas creches e pré-escolas de iniciativa comunitária. Recursos públicos devem se destinar exclusivamente ao ensino público. A educação pré-escolar é de responsabilidade principal dos municípios, estados e territórios, cabendo à União o papel normativo e supletivo. Uma legislação complementar disporia sobre a criação do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente.

Outra emenda que merece destaque, apesar de ter conseguido apenas 10.042 assinaturas é a 00114-4/1P20783-5, de direitos das empregadas domésticas, apresentada pela Associação Profissional dos Empregados Domésticos de São Paulo-SP; Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santa Catarina, Florianópolis-SC; Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Uberlândia-MG.

O texto defende a extensão de direitos da Previdência Social às empregadas domésticas, aposentadoria (25 anos de trabalho para a mulher, 30 para o homem), proibição de exploração do trabalho do(a) menor de idade sob pretexto de criação e educação, proibição de diferença de salário para trabalho igual, salário de trabalho noturno superior ao diurno em 50%, alimentação, 13º, férias, reajuste mensal de salário de acordo com o índice do custo de vida, repouso remunerado aos sábados, domingos e feriados, fundo de garantia por tempo de serviço, entre outros direitos.

As empregadas domésticas já se organizavam desde a década de 1930 em busca do reconhecimento de sua profissão. Na década de 1970, esse trabalho é retomado com a ajuda da JOC- Juventude Operária Católica, estruturando núcleos em todo o país. As suas propostas para a Constituinte foram tomando corpo a partir das reivindicações de Congressos Nacionais de Empregadas Domésticas.

A primeira edição do Mulherio informa sobre o IV Congresso Nacional, realizado em Porto Alegre, em 1981, com representantes de 8 estados, com as seguintes reivindicações: jornada de 8 horas, salário mínimo profissional, 13º salário, aviso prévio, FGTS, salário família, prevenção de acidentes de trabalho e férias de 30 dias. Outro problema muito debatido estava relacionado à própria história de vida de muitas dessas trabalhadoras, o envio de meninas de 7-8 anos para cidades aos cuidados de famílias sob o pretexto de que cuidariam de sua educação, mas que, na prática, passavam a atuar como empregadas domésticas e babás,

perdendo a oportunidade de estudar, sem receber salários e sujeitas a humilhações, violência psicológica e física.⁵²⁸

O V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas foi realizado em Olinda, em 1985, onde foram reiteradas as reivindicações anteriores e denunciadas as condições de trabalho. A partir desse acúmulo, entregaram, em maio de 1985, em Brasília, uma proposta de projeto de lei pelo reconhecimento da profissão.⁵²⁹

Essa categoria tinha uma particularidade na sua composição, em sua maioria mulheres negras, que, mesmo tendo pontes de diálogo com os movimentos de mulheres, negros(as) e sindical, a deixavam em um campo a parte. Além disso, viam o movimento feminista com certa desconfiança. O 9º Encontro Nacional Feminista, realizado em Garanhuns, Pernambuco, de 4 a 6 de setembro de 1987, teria sido organizado com o intuito de popularizar o feminismo, tendo convidado diversos segmentos dos movimentos de mulheres, inclusive dirigentes das associações de empregadas domésticas. Segundo o *Mulherio*, 80% das participantes, aproximadamente oitocentas mulheres, eram oriundas de movimentos populares e se consideravam novas no feminismo.⁵³⁰

Segundo o jornal, essa reunião de diferentes frentes de atuação de mulheres não se deu sem divergências, ressuscitando a oposição entre lutas gerais e específicas. Além disso, o relato é interessante por trazer elementos sobre a repercussão das reivindicações feministas nas militantes de outros movimentos de mulheres:

O conflito da junção do movimento feminista com os movimentos populares ficou bem nítido no grupo de empregadas domésticas, que resolveu discutir num grupo de interesse (voltado para um tema específico) o que elas estavam fazendo num Encontro Feminista. Para Noêmia Martins (Associação dos Empregados Domésticos de Campina Grande), o feminismo é querer a igualdade. Já Nair Jane (presidente da Associação das Empregadas Domésticas do Rio), preferiu apontar algumas contradições: "Como eu posso aderir a algumas questões feministas, como o aborto, se passei a vida inteira lutando para dar melhores condições de vida ao favelado?"

Até Lenira Carvalho (Associação de Domésticas do Recife) e membro da Coordenação Nacional do Encontro, tinha suas dúvidas: "Eu não sei bem o que vim fazer aqui. Por ser Encontro e não Congresso, nem reivindicação será possível tirar para as trabalhadoras." Algumas mulheres, por outro lado, analisavam a questão de maneira simples e direta: como Rocilda de Oliveira (costureira de Fortaleza): "Muitas mulheres vêm ao Encontro para passear, outras para ficar um pouco longe de casa e outras para participarem e aprenderem. É o meu caso."

528 PILLA, Sônia. Domésticas: as máquinas que servem o lar. *MULHERIO*, São Paulo, ano 1, n. 0, março/abril de 1981, p.2.

529 NATALE, Denise. Domésticas tentando sair da cozinha. *MULHERIO*, São Paulo, ano V, n. 21, abril-maio-junho, 1985, p.21

530 SILVEIRA, Santamaria. Encontro feminista em busca de abertura. *MULHERIO*, São Paulo, ano VII, n. 33, outubro de 1987, p.9

(...)

"Com a abertura, muita gente ficou receosa de que o Encontro Feminista se tornasse um 'Encontro de Trabalhadoras', pondera Dulcinéia Xavier, "mas conseguimos segurar a discussão em torno do feminismo, tema debatido no primeiro dia. Depois, tornar-se feminista acontece um dia, porque não pode ser num encontro como este?" Uma tese simplesmente e sem consenso, Geuza Ferreira Selim (São Paulo), por exemplo, questiona o trabalho de conscientização que perde a perspectiva feminista: "Isto acaba confundindo de novo a luta específica com a luta geral e trazendo à baila esta antiga discussão."⁵³¹

Apesar das desconfianças mútuas, elas não impossibilitaram a tentativa de aproximação desses movimentos e a abertura ao diálogo. Também chama a atenção que, em 1987, voltar o olhar para setores do movimento popular de mulheres é visto como um risco de perder a perspectiva feminista.

Encontrei diferentes versões sobre a entrega de um documento com as reivindicações da categoria em Brasília. De acordo com o *Mulherio*, a Associação Profissional de Empregados Domésticos de São Paulo teria elaborado um documento com as principais reivindicações da categoria que foi entregue ao deputado Nelson Carneiro, no Congresso Constituinte em Brasília, em 12 de agosto de 1987.⁵³² Segundo Gabriela Ramos, a Carta das Trabalhadoras Domésticas teria sido elaborada em encontro reunindo 23 associações de trabalhadoras domésticas de 9 estados nos dias 18 e 19 de abril de 1987, em Nova Iguaçu.⁵³³

3.5 Direitos e garantias da mulher

A emenda PE00020-2/1P20696-1, sobre direitos e garantias da mulher, obteve 45.162 assinaturas⁵³⁴, apresentada pela Rede Mulher, São Paulo-SP, Serviço de Informação da Mulher, Campo Grade-MS, SOS-Corpo, Recife-PE, apoiada por duas entidades. Segundo o levantamento realizado por Michiles, 29.840 assinaturas desta emenda eram provenientes da região sudeste, tendo também elevado índice de participação no centro-oeste, correspondendo

531 SILVEIRA, Santamaria. Encontro feminista em busca de abertura. *MULHERIO*, São Paulo, ano VII, n.33, outubro de 1987,p.9

532 *MULHERIO*, São Paulo, ano VII, n. 35, dezembro de 1987, p.21

533 RAMOS, Gabriela Batista Pires. "*Como se fosse da família*": o trabalho doméstico na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018, p.61.

534 O número de assinaturas e entidades varia em relação ao documento consultado: essa informação é o que consta na p.19, do volume 230 (v.1). No volume 231(v.2), informam que foi subscrita por 42.444 pessoas e oito entidades associativas.

a 0,19% do eleitorado.⁵³⁵ Esse texto sintetizava muitas propostas: igualdade perante a lei; propostas trabalhistas, como a proibição de diferença salarial e adoção de critérios de sexo, cor ou estado civil para admissão, e descanso remunerado antes e depois do parto; assistência gratuita, pública e integral à saúde da mulher em todas as fases de sua vida; questões familiares: proteção do Estado à família constituída de direito ou de fato, igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges, reconhecimento da maternidade e da paternidade como função social, garantindo aos pais os meios necessários para alimentação, saúde, segurança e educação dos filhos; assistência médica e psicológica às mulheres vítimas de violência sexual; ampla informação sobre uso e efeitos de métodos contraceptivos e liberdade de determinar o número de filhos sem interferência do Estado e de entidades privadas; garantia do direito individual da posse da terra para homens e mulheres; o Estado deve assegurar a defesa dos interesses individuais ou da comunidade, contrariados por atos discriminatórios ou pela propaganda da violência. Há uma diferença no texto que consta no volume 231 e o texto da ata da audiência pública realizada no dia 26/08/1987, com os seguintes acréscimos no último: sobre a licença remunerada da gestante inclui o período (não inferior a 180 dias) e incorpora como beneficiárias mulheres que tiveram a gravidez interrompida; garantia e manutenção de creche e escola maternal pelos empregadores, para os filhos e dependentes de seus empregados, até no mínimo seis anos de idade; extensão de direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e empregados e empregadas domésticas; considera atividade econômica aquela exercida no recesso do lar.⁵³⁶

Michiles fez um levantamento com o percentual dos setores responsáveis pela coleta de assinaturas de algumas emendas, entre elas a número 20. Reproduzo a tabela aqui porque permite verificar a participação de diferentes entidades, em especial, para o que interessa a este trabalho, o engajamento de entidades de trabalhadores neste tema. A coluna “em branco” se refere a folhas de assinaturas sem a identificação do responsável pela subscrição.

Tabela 7-A EMENDA:020 -DIREITOS E GARANTIAS DA MULHER

ASSINATURAS POR RESPONSÁVEIS PELA COLETA (CONFORME IDENTIFICAÇÃO CONSTANTE NAS FOLHAS DE ASSINATURAS), SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO, REGIÃO E TOTAL BRASIL – EM PORCENTAGEM

UF/	Mov.	Igrejas	Entidades	Org.	Plenários e	Partidos	Diversos	Pessoas	Em	Total
-----	------	---------	-----------	------	-------------	----------	----------	---------	----	-------

535 MICHILES, Carlos, et al. *Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.166.

536 Ata da Audiência Pública: 26/08/1987, p.358, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituinte/comissao-de-sistematizacao/COMSist20ext27011988.pdf>

Região	mulheres			trabalhadores		Moradores	Comitês			físicas	branco		
		* Org. Relig.	CPT	** OTU	*** OTR							PT	N
Rondônia	0,66	-	98,68	-	-	-	-	-	-	0,66	-	151	100,00
Acre	33,33	-	-	-	-	-	-	-	66,67	-	-	3	100,00
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	1	100,00
Roraima	-	-	-	100	-	-	-	-	-	-	-	30	100,00
Pará	0,51	-	-	-	-	-	-	-	71,36	9,46	18,67	390	100,00
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Norte	0,70	-	25,87	5,21	-	-	-	-	48,78	6,77	12,67	575	100,00
Maranhão	31,14	68,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	228	100,00
Piauí	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	100,00
Ceará	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100,00
Rio Grande do Norte	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,00
Paraíba	13,95	9,30	-	18,61	-	-	-	-	4,65	53,49	-	180	100,00
Pernambuco	73,72	0,08	-	15,89	-	-	-	-	7,52	2,79	-	1.261	100,00
Alagoas	71,43	-	-	28,57	-	-	-	-	-	-	-	7	100,00
Sergipe	5,89	94,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51	100,00
Bahia	0,44	9,51	-	0,05	0,16	86,67	-	-	0,05	3,12	-	1.829	100,00
Nordeste	30,30	9,83	-	6,78	0,08	44,79	-	-	2,99	5,23	-	3.570	100,00
Minas Gerais	7,03	1,25	-	27,19	-	0,47	1,72	-	2,19	60,15	-	791	100,00
Espírito Santo	61,39	-	-	-	-	-	-	-	18,36	20,25	-	1.496	100,00
Rio de Janeiro	17,46	-	-	-	-	-	73,43	-	0,09	9,02	-	5.478	100,00
São Paulo	54,90	5,71	-	2,25	-	7,03	1,10	0,32	8,51	20,18	-	13.075	100,00
Sudeste	44,11	3,70	-	2,27	-	4,52	19,92	0,20	6,79	18,49	-	20.840	100,00
Paraná	77,97	-	-	-	4,82	-	-	-	0,62	16,59	-	2.282	100,00

Santa Catarina	6,50	33,33	-	56,10	-	-	-	0,81	1,63	1,63	-	123	100,00
Rio Grande do Sul	29,28	67,25	-	-	-	-	0,74	-	0,25	2,48	-	405	100,00
Sul	67,77	11,20	-	2,48	3,91	-	0,11	0,03	0,61	13,89	-	2.810	100,00
Mato Grosso do Sul	41,35	16,74	6,90	0,90	0,59	-	0,59	1,53	9,76	21,64	-	8.134	100,00
Mato Grosso	7,61	-	-	-	-	-	-	1,09	18,48	72,82	-	77	100,00
Goiás	1,61	1,83	-	-	-	71,56	0,23	-	12,16	12,61	-	436	100,00
Distrito Federal	74,11	-	-	-	-	2,68	0,89	-	-	22,32	-	97	100,00
Centro Oeste	39,39	15,57	6,39	0,83	0,55	3,69	0,57	1,43	9,85	21,73	-	8.744	100,00
Brasil	42,78	7,59	1,90	2,44	0,44	7,83	11,62	0,46	7,33	17,41	0,20	36.539	100,00

Fonte: Pesquisa sobre as emendas populares (CEAC/UnB – Plenários – PEPC).

* Mitras, Arquidioceses, Dioceses, Paróquias e Movimentos Leigos.

** Organizações de Trabalhadores Urbanos, Sindicais ou não.

*** Organizações de Trabalhadores Rurais, Sindicais e Movimento dos Sem-Terra.⁵³⁷

A campanha de coleta de assinaturas para esta emenda não alcançou todo o país, 13 unidades da Federação não a apoiaram. Os movimentos de mulheres são os principais responsáveis, tendo contribuído com mais de 40% das assinaturas, liderando no sul, sudeste, centro-oeste e nordeste. Além disso, o setor religioso, incluindo a Comissão Pastoral da Terra, superou 9% das assinaturas, tendo se destacado em Rondônia, Rio Grande do Sul e no Maranhão. Organizações de moradores são responsáveis por 8%; organizações de trabalhadores urbanos superaram os rurais na coleta de assinaturas; e dos partidos, somente o PT conseguiu atingir índice registrável, com menos de 0,5% em todo o país.⁵³⁸

Cabe observar que questões das emendas mencionadas anteriormente aparecem neste documento, como considerar como econômica a atividade exercida no recesso do lar, mas o texto não inclui a extensão dos direitos previdenciários para donas de casa; também aponta a obrigatoriedade de empregadores garantirem creches, nesse caso, o foco é o(a) trabalhador(a) enquanto a emenda sobre o tema desenvolve a creche como direito da criança.

537 MICHILES, Carlos, et al. *Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.190-191

538 *Ibid.*, p.200-201.

Na justificativa do documento apontam que mulheres sofrem uma dupla opressão, como mulheres e como parte dos setores populares, motivo pelo qual lutam contra toda forma de discriminação e desigualdade que materializa a subordinação da mulher ao homem e também por direito à terra, saúde, trabalho, moradia, lazer, transporte e segurança. Essa emenda resultou, segundo informam no documento, do esforço conjunto de centenas de grupos de mulheres em todo o país que, por 2 anos, desenvolveram o projeto "Nós e a Constituinte" e sintetizou os dossiês de propostas oriundos de encontros, seminários e assembleias.

Essa emenda não aborda a questão do aborto, já que um setor do movimento defendia que não se tratava de uma questão de natureza constitucional, assim como avaliava que o melhor caminho para avançar na pauta seria por reformas no código penal. A partir da forte reação de setores religiosos para impor retrocessos aos casos de aborto legal, o movimento feminista se mobilizou para apresentar a emenda PE00065-2/1P20723-1, sobre saúde da mulher (aborto), com 33.338 assinaturas (no texto da comissão de sistematização mencionam 32.995 eleitores), apresentada por Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde de São Paulo-SP, União de Mulheres de São Paulo-SP, Grupo de Saúde Nós Mulheres do Rio, Rio de Janeiro-RJ, apoiada por 19 entidades. O texto da emenda determina que compete ao poder público prestar assistência integral à saúde da mulher nas diferentes fases da vida, direito de livre determinação do número de filhos, assegurar o acesso à educação, informação e métodos adequados à regulamentação da fertilidade, respeitadas opções individuais; a mulher tem o direito de conceber, evitar a concepção ou interromper a gravidez indesejada até 90 dias de seu início e esse direito deve ser garantido pelo Estado ao prestar assistência integral às mulheres na rede de saúde pública; serão respeitadas as convicções éticas e religiosas individuais.

Apresentam como justificativa que a mulher deve ter o direito de escolha. A maternidade é, ao mesmo tempo, uma função social (deve contar com a proteção do estado) e uma opção individual. Cada mulher deve ter o direito de determinar a conveniência ou não e o melhor momento para ter filhos, caso assim deseje. As mulheres que se submetem a "recursos" violentos para interromper uma gravidez são uma realidade de saúde pública. Os profissionais de saúde devem estar preparados para prestar um serviço considerando aspectos psíquicos, emocionais e biológicos. O direito à interrupção da gravidez deve ser garantido às mulheres, sem ser confundido como um método contraceptivo, mas consistindo em um último

recurso para evitar o sofrimento de uma gravidez indesejada. O direito ao abortamento na Constituição não é impositivo e respeita convicções éticas e religiosas individuais.

Inicialmente, o aborto não era um tema consensual mesmo entre as militantes feministas. A discussão se misturava com as políticas de “controle da natalidade” e as diversas denúncias sobre a esterilização da população sem a devida orientação e consentimento, assim como a distribuição de anticoncepcionais por agências estrangeiras como a BENFAM visando setores mais pobres. No entanto, o movimento, ao passar a discutir os direitos reprodutivos da mulher, não pôde se desvencilhar do tema por muito mais tempo. Especialmente ao ter conhecimento de estimativas de mortes de mulheres decorrentes de abortos clandestinos. As primeiras reivindicações eram pela descriminalização, mas, paulatinamente, progrediram para a defesa da legalização do aborto, sem deixar de enfatizar a importância da educação sexual para prevenir uma gravidez indesejada.

A campanha pelo aborto ganhou corpo em 1980, a partir do caso de uma menina de 12 anos que engravidou após ser estuprada pelo padrasto. A mãe, Cícera, abriu um processo pelo direito ao aborto legal para casos de estupro, permitido desde 1940. No entanto, a demora do processo judicial e a recusa dos médicos inviabilizaram a permissão legal ao aborto. O juiz declarou não ser lícito autorizar, nem proibir. O caso gerou grande repercussão na imprensa e o Centro da Mulher Brasileira e o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro se mobilizaram.⁵³⁹

Mesmo com a autorização do Juizado de Menores, os hospitais se recusaram a fazer o aborto na menina. Um grupo de mulheres do CMB foram até a casa de Cícera, em Jacarepaguá, prestar apoio à família. Apesar de ter o direito legal, para garanti-lo era preciso conseguir a cooperação de um médico. Mulheres do CMB chegaram a fazer uma vaquinha para pagar o aborto para a menina, mas como a gravidez já tinha passado de 4 meses, a mãe ficou com medo de levar o procedimento adiante.⁵⁴⁰

Em 1979, o movimento já tinha se manifestado publicamente em frente a uma delegacia de polícia pela intervenção em uma clínica clandestina de aborto na qual prenderam as pacientes. Essa luta era uma pauta exclusivamente das mulheres, não tinha apoio da Igreja, partidos, associações ou sindicatos. Uma vertente da luta pelo aborto foi demandar que o Código Penal de 1940 fosse implementado para que as mulheres pudessem ter acesso ao aborto legal e seguro. Por este código, o aborto era permitido em caso de gravidez resultante

539 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 2398 -2403. *E-book*.

540 *Ibid.*, posição 2410 -2416. *E-book*.

de estupro ou quando traz risco à vida da mulher. Com a pressão do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o STF admitiu ser legal o aborto em caso de feto com anencefalia. Porém, persiste o movimento pela retirada do aborto do direito penal para ser incorporado à saúde pública.⁵⁴¹

No Rio de Janeiro, a deputada estadual Lucia Arruda, na época do governo de Leonel Brizola, exerceu um mandato feminista coletivo (1982-1986) e assumiu a questão dos direitos sexuais e reprodutivos. Em 1984, Lucia criou uma Comissão Parlamentar Especial dos Direitos da Reprodução na ALERJ. Também apresentou um projeto para regulamentar o atendimento hospitalar às vítimas de estupro, incluindo o aborto. Em 1983, Cristina Tavares, deputada pernambucana, apresentou um projeto de lei (590-A) que previa a ampliação das circunstâncias para a realização do aborto legal, que foi rejeitado pelo Legislativo.⁵⁴²

Durante a ditadura militar, prevalecia a ideia de que era preciso povoar o país. Os militares tinham uma política natalista que se sustentava no milagre econômico (de 1968 a 1973), mas não existia uma política de planejamento familiar. Com o fim deste período, os militares desistiram desta política e a ausência do Estado possibilitaria o aparecimento de organizações interacionais com uma agenda de controle de natalidade visando a diminuição do crescimento populacional nos países subdesenvolvidos, lançando mão de métodos de esterilização. A Igreja Católica também investiu no controle da sexualidade feminina, opondo-se aos métodos contraceptivos.⁵⁴³

Na década de 1980, setores progressistas ainda argumentavam contra a realização de uma campanha nacional pela legalização do aborto, alegando ser um tema com forte resistência na sociedade, o que impediria a união de setores que lutavam pela transformação social, e por associar a campanha ao discurso neomalthusiano de controle da natalidade como forma de manutenção do *status quo*. No entanto, como muito bem responderam as feministas: “se o novo nunca for proposto, jamais ocorrerá”. Nada justifica a omissão dos setores progressistas sobre o tema e a defesa de aguardar uma mudança espontânea na resistência das massas. Estudos apontavam que a legalização do aborto não afetava as curvas de natalidade e que o planejamento familiar poderia mudar condições materiais das famílias latino-americanas.⁵⁴⁴

541 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 2449-2475. *E-book*.

542 *Ibid.*, posição 2481-2500. *E-book*.

543 *Ibid.*, posição 2506-2525. *E-book*.

544 BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; CUNHA, Maria Carneiro da Cunha. *O que é o aborto*. São Paulo: Coertez Editora, 1980. Material elaborado para a Frente de Mulheres Feministas de São Paulo, p.67-69.

Internacionalmente, o movimento adota a bandeira de luta “o nosso corpo nos pertence” e “o corpo é político”. Grupos feministas em todo o país levantaram as bandeiras de luta pelo direito de decidir sobre a maternidade, a garantia de serviços públicos de saúde, informações sobre métodos contraceptivos, aborto, informações sobre o tratamento de DSTs e assistência à gestação.⁵⁴⁵

Nos anos 1980, o movimento segue em sua luta por saúde integral e pleno exercício de direitos sexuais e reprodutivos para as mulheres. Uma aliança entre feministas da área da saúde, técnicas engajadas no movimento sanitaria, médicos da UNICAMP e a Divisão Nacional de Saúde Materno-Infantil do Ministério da Saúde elaboraram o Programa Integral de Saúde da Mulher (PAISM), lançado em 1983. A implantação do PAISM foi alvo de inúmeras discussões no movimento de mulheres, inclusive com muitas críticas ao programa formulado pelo governo.⁵⁴⁶ Entre setores que o defendiam, também havia a proposta da participação popular no mesmo, atuando para a sua modificação.⁵⁴⁷

Uma boa síntese do acúmulo do movimento sobre o tema foi o Encontro de Mulheres sobre Saúde, Sexualidade, Contracepção e Aborto, realizado no Rio de Janeiro, entre 4 e 6 de março de 1983, por iniciativa os grupos Casa da Mulher, Coletivo de Mulheres, Mulherando, CERES e Projeto Mulher do IDAC. Na ocasião, o dia 22 de setembro foi definido como Dia Nacional pelo Direito ao Aborto, como parte de uma campanha nacional.

Participaram do encontro cerca de 300 mulheres representantes de 57 grupos de todo o país (exceto Maranhão, Pará e Sergipe) e parlamentares. O encontro foi organizado em painéis sobre: “Mulher e sexualidade”, “Corpo e reprodução”, “Métodos contraceptivos e interrupção da gravidez”, “Movimento feminista internacional e a luta pelo aborto”, “A política de reprodução no Brasil” e “Perspectivas do movimento feminista sobre a política de reprodução no Brasil”. O filme “Vida de mãe é assim mesmo?”, de Eunice Gutman, foi exibido no encontro. Trata-se do primeiro filme sobre o tema produzido no Brasil. Aprovaram um manifesto do encontro, assim como um texto escrito por Zuleika Alambert, da Frente de Mulheres Feministas de São Paulo.

Foi publicado um resumo das propostas do manifesto no Mulherio:

545 ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, posição 2525 -2538. E-book.

546 Contracepção: o drama nosso de cada dia. *MULHERIO*, São Paulo, ano IV, n. 17, julho-agosto de 1984, p.6.

547 ETHEL, Leon. A visão dos grupos feministas. *MULHERIO*, São Paulo, ano IV, n. 17, julho-agosto de 1984, p.7.

-Combater energicamente toda e qualquer política autoritária do Estado com relação à natalidade: sonegação de informações às mulheres, o que lhes impede o exercício do direito de escolha: esterilização forçada; uso de mulheres como cobaias para testes de anticoncepcionais, por vezes já condenados em outros países; distribuição indiscriminada de pílulas sem o devido acompanhamento médico e a individualização no tratamento.

-Criticar permanentemente as posições natalistas que atribuem qualquer planejamento familiar a ação do imperialismo (posição das esquerdas); um atentado ao direito à vida (posição da Igreja); necessidade da segurança nacional (setores nacionalistas), deixando de lado, por completo, o direito da mulher, por conta própria, decidir ter ou não ter filhos, como um legítimo direito de controle sobre seu próprio corpo.

-Colocar como eixo da discussão da política de reprodução a defesa do direito da escolha pela mulher e não o ato de ser contra ou a favor da natalidade. Isto daria à discussão um sentido mais global, isto é, de abrangência simultânea dos interesses da comunidade de um lado e, de outro, dos interesses culturais particulares e específicos das mulheres.

No que concerne à criação das condições políticas, econômicas, sociais, culturais e jurídicas que permitam à mulher o direito de escolha e conseqüentemente o controle do próprio corpo:

- Criação de condições materiais para que aquelas que desejam ter filhos possam tê-los e criá-los condignamente. Isto compreende: medidas que conduzam à garantia de alimentação, habitação adequada, proteção à saúde, fornecimento de saneamento básico, construção de escolas e creches, combate da poluição e defesa do meio ambiente. Proteção concreta à mãe e à criança como dois dos grupos mais vulneráveis da população. Compreensão da maternidade como função social, o que implica apoio de toda a sociedade para que ela possa ser exercida sem maiores ônus para a mulher. Criação daquelas condições que se dirijam à realização de profundas transformações estruturais que criem em nosso país uma sociedade mais igualitária e menos seletiva do que aquela em que vivemos, onde a riqueza e a fartura de uma exígua parcela da população se constrói à custa da miséria de milhões de brasileiros.

- Estabelecimento de um sistema de informações sobre a reprodução humana e o planejamento familiar paralelo à organização de um serviço de educação sexual e organização sanitária que realmente permitam a aquelas que não desejam ter filhos, não tê-los. A planificação familiar deve ser considerada como elemento importante dos serviços sanitários de base, particularmente os concernentes à proteção materno-infantil assim como a promoção da saúde familiar. Para tanto, torna-se necessário:

a) criação de uma ampla rede de instituições especializadas de caráter médico-sanitário capaz de informar aos casais sobre o planejamento familiar e de fornecer meios anticoncepcionais sob controle médico. Utilizar no mesmo sentido os meios de comunicação de massa: rádio, TV, imprensa, etc;

b) estabelecimento de um programa de educação sexual nas escolas, concebido como um aspecto da educação sanitária e inseparável da formação moral; este tipo de educação seria progressivo, adaptado aos diferentes estágios da evolução dos dois sexos e naturalmente integrada à educação geral; levaria em conta as questões pertinentes ao assunto e repousaria em noções de responsabilidade e de respeito por si mesmo e pelos outros;

c) direito ao aborto como última medida para resolver o caso de uma gravidez indesejada. Ampla campanha de esclarecimento sobre a questão do aborto incluindo os perigos que ele acarreta para a saúde da mulher se realizado sem assistência médica. Sua gradativa liberação deverá compreender total assistência ginecológica gratuita, incluindo-se a prática do aborto nos serviços de assistência médica oferecidos pela Previdência Social.

Somente uma política assim considerará a mulher como sujeito e não objeto. E, por isso mesmo, será por ela apoiada e defendida, pois mais do que nunca estamos conscientes: nosso corpo nos pertence!⁵⁴⁸

As emendas populares incorporaram muitos debates travados pelo movimento de mulheres em sua trajetória. O trabalho/emprego doméstico e creches, relacionados à vivência das mulheres atuantes em movimentos por bairros, clubes de mães e o quanto o movimento cresceu em termos de reivindicações e formulações para o cuidado da saúde da mulher.

O movimento sindical também incorporou demandas das mulheres em suas emendas. O Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, Santos-SP; Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, Santos-SP; com apoio dos Constituintes Del Bosco Amaral, Rita Camata e Siqueira Campos apresentaram a proposta de emenda PE00023-7/1P20690-1, sobre aposentadoria da mulher, com 32.040 assinaturas: “Art. É assegurada aposentadoria integral para a mulher após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição para a Previdência Social.”⁵⁴⁹

A justificativa leva em consideração o aumento do número de mulheres trabalhando que não teria sido acompanhado pela legislação sobre o trabalho feminino. A Constituinte representaria uma oportunidade de avançar na formulação de leis para a “proteção” da mulher que trabalha. O texto tem um caráter paternalista na escolha das palavras, com a ideia que a mulher precisaria ser amparada pelo Estado. No entanto, é provável que esta emenda tenha sido apresentada a partir de demandas das trabalhadoras. Também critica a dupla jornada de trabalho da mulher.

A emenda popular PE00054-7/P20717-7, sobre direitos dos trabalhadores, com 743.718 assinaturas, foi apresentada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), São Paulo-SP; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo-SP; e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Goiânia-GO. O texto também sintetiza muitas lutas do período nas propostas relacionadas ao salário mínimo, em especial a garantia de reajuste automático mensal de acordo com a variação do custo de vida; proibição de qualquer intervenção do poder público para limitar o direito de greve; e liberdade sindical de livre organização, constituição e

548 BROWN, Leslie. Primavera, início de ação conjunta. *MULHERIO*, São Paulo, ano III, n. 12, março-abril de 1983, p.10

549 ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 1987-88, Comissão de Sistematização. Emendas Populares. v.2. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987, p.23. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-231.pdf>

regulamento interno das entidades sindicais. Também é importante mencionar a defesa da redução da jornada de trabalho de 48 horas semanais para 40 horas semanais (com jornada diária de 8 horas) e proibição de trabalho a menores de 14 anos.

Questões que podem afetar tanto homens como mulheres: "proibição de distinção de direitos por trabalho manual, técnico ou intelectual, quanto à condição de trabalhador ou entre os profissionais respectivos"; "garantia de manutenção de creche e escola maternal pelos empregadores, para os filhos e dependentes menores de seus empregados; e pelo estado no caso dos trabalhadores rurais autônomos"; "proibição de diferença de salário por trabalho igual, qualquer que seja o regime jurídico do prestador, inclusive nos casos de substituição ou sucessão do trabalhador, bem como proibição de diferença de critérios de admissão e promoção, por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, militância sindical, nacionalidade, idade, estado civil, origem, deficiência física, condição social ou outros motivos discriminatórios"; e "alimentação custeada pelo empregador, servido no local de trabalho, ou em outro de mútua conveniência".⁵⁵⁰

E as mais diretamente relacionadas a mulheres, como "licença remunerada da gestante antes e depois do parto, ou no caso de interrupção da gravidez; pelo prazo total de 180 dias;" e aposentadoria aos 25 anos de trabalho para mulher, 30 para o homem; para trabalhadores rurais, 50 anos de idade para homens e 50 para mulheres.⁵⁵¹

Esta emenda também consta no levantamento feito por Michiles sobre a coleta de assinaturas. Infelizmente, não tem dados específicos sobre o movimento de mulheres que está incluído em “diversos”, mas tem uma coluna destacada para a CUT:

Tabela 7-E EMENDA:054 -DIREITO DOS TRABALHADORES

ASSINATURAS POR RESPONSÁVEIS PELA COLETA (CONFORME IDENTIFICAÇÃO CONSTANTE NAS FOLHAS DE ASSINATURAS), SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO, REGIÃO E TOTAL BRASIL, EM PORCENTAGEM

UF/Região	Igrejas		Entidades trabalhadores			Org. Moradores	Plenários e Comitês	Partidos PT	Diversos	Pessoas físicas	Em branco	Total	
	* Org. Relig.	CPT	** OTU	*** OTR	CUT							N	%

550 ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 1987-88, Comissão de Sistematização. Emendas Populares. v.2. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987, p.54. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-231.pdf>

551 ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 1987-88, Comissão de Sistematização. Emendas Populares. v.2. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987, p.54. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-231.pdf>

Rondônia	-	52,89	-	-	-	-	0,10	-	5,26	-	41,75	970	100,00
Acre	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	100,00
Amazonas	14,46	2,04	-	-	-	-	-	-	80,29	2,04	1,17	685	100,00
Roraima	54,75	34,75	-	-	-	-	-	-	-	-	10,50	495	100,00
Pará	0,91	7,47	-	64,49	-	0,56	-	0,78	9,78	6,60	9,41	12.456	100,00
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Norte	3,36	11,37	-	54,69	-	0,48	0,01	0,67	12,50	5,69	11,23	14.626	100,00
Maranhão	2,46	2,63	0,02	51,38	0,63	-	-	-	37,75	1,42	3,71	4.103	100,00
Piauí	29,90	6,10	-	12,69	8,42	-	0,02	0,09	39,67	2,06	1,05	9.016	100,00
Ceará	0,03	75,19	0,29	13,80	-	1,05	-	3,52	0,03	1,87	4,22	35.133	100,00
Rio Grande do Norte	28,80	6,71	-	3,58	-	-	30,14	0,71	-	5,28	24,78	1.118	100,00
Paraíba	37,97	0,82	7,51	29,27	-	-	0,04	0,01	20,29	3,41	0,68	11.760	100,00
Pernambuco	2,40	2,27	1,13	16,08	-	-	2,46	0,69	54,92	17,84	2,21	1.586	100,00
Alagoas	15,07	-	0,24	50,63	-	-	28,05	0,83	-	2,38	2,80	1.679	100,00
Sergipe	0,47	-	-	5,69	-	-	-	43,84	49,76	-	0,24	422	100,00
Bahia	26,14	18,31	0,38	9,97	0,01	0,71	0,21	2,07	11,57	26,01	4,62	76.509	100,00
Nordeste	19,86	28,93	0,92	14,38	0,58	0,64	0,72	2,15	12,46	15,33	4,03	141.582	100,00
Minas Gerais	18,83	42,18	6,79	4,11	-	9,84	5,90	3,46	1,95	1,98	4,96	79.377	100,00
Espírito Santo	1,27	48,58	22,12	23,36	-	-	0,01	0,07	1,16	-	3,43	10.765	100,00
Rio de Janeiro	35,77	1,51	-	-	24,01	-	0,36	0,14	20,14	4,45	13,62	1.395	100,00
São Paulo	9,99	0,13	5,94	0,29	-	0,95	8,29	1,31	4,90	17,35	50,85	179.830	100,00
Sudeste	12,38	14,40	6,79	2,31	0,12	3,53	7,22	1,89	3,97	12,08	35,31	271.951	100,00
Paraná	10,79	28,58	6,25	23,96	-	0,89	10,90	0,05	12,65	0,81	5,12	58.688	100,00
Santa Catarina	22,49	9,58	4,96	18,81	0,08	-	0,09	0,22	27,09	8,66	8,02	53.010	100,00
Rio Grande do Sul	39,59	18,71	1,15	9,80	0,38	-	0,40	4,68	15,60	4,32	5,37	148.068	100,00

Sul	29,63	19,17	3,07	14,81	0,24	0,20	2,74	2,74	17,19	4,37	5,84	259,766	100,00
Mato Grosso do Sul	16,09	-	0,01	53,97	-	-	-	0,12	3,51	7,81	18,49	7.075	100,00
Mato Grosso	4,12	12,36	-	3,49	0,07	-	0,07	0,07	2,86	14,95	62,01	1.432	100,00
Goiás	10,89	51,61	0,14	8,73	-	-	0,09	3,82	0,58	4,32	19,82	16.607	100,00
Distrito Federal	23,37	0,58	0,37	-	-	-	0,05	5,91	63,59	1,06	5,07	1.895	100,00
Centro Oeste	12,75	32,61	0,12	19,49	-	-	0,06	2,81	5,91	5,56	20,69	27.009	100,00
Brasil	19,93	19,61	3,89	10,92	0,25	1,56	3,89	2,26	10,68	9,63	17,38	714.351	100,00

Fonte: Pesquisa sobre as emendas populares (CEAC/UnB – Plenários – PEPC).

* Mitras, Arquidioceses, Dioceses, Paróquias e Movimentos Leigos.

** Organizações de Trabalhadores Urbanos, Sindicais ou não.

*** Organizações de Trabalhadores Rurais, Sindicais e Movimento dos Sem-Terra.⁵⁵²

A coleta de assinaturas se deu em todo o país, exceto o Amapá, com maior concentração no sul e sudeste. As organizações religiosas foram responsáveis por 40% das assinaturas, enquanto entidades de trabalhadores somam 15%, sendo 11% de trabalhadores rurais. A presença da CUT é pequena, com apenas 0,25%. Os setores “diversos”, “pessoas físicas” e “em branco” somam 38%.⁵⁵³

O mesmo texto desta emenda, com algumas alterações, também consta na PE00066-1/P20746-1, apresentada pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT), São Paulo; Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Brasília-DF; Central Única dos Trabalhadores (CUT), São Paulo-SP; e apoiada por 18 entidades, com 272.624 assinaturas.

Se recuperarmos as reivindicações do Congresso das Metalúrgicas de São Paulo, por exemplo, vemos que essas propostas atendem às pautas de igualdade salarial para trabalho igual, iguais oportunidades de trabalho, creches e berçários nas fábricas e restaurantes coletivos. Em relação às reivindicações das trabalhadoras no CONCLAT, incorporam as seguintes propostas: eliminação de todo e qualquer princípio que crie discriminações entre o homem e a mulher, garantindo a ela uma real equiparação salarial, quando no mesmo

552 MICHILES, Carlos, et al. *Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.198-199.

553 *Ibid.*, p.222.

trabalho, ampliação da licença-maternidade para seis meses, abolição das discriminações em relação à mulher quando das promoções nas empresas e aposentadoria da mulher aos 25 anos de trabalho.

Outras reivindicações das trabalhadoras que poderiam ter sido incorporadas em alguma emenda popular, seja do movimento feminista, seja do movimento sindical, mas que não foram lembradas são: pelo direito de amamentação durante o período de trabalho; contra o assédio sexual e o desrespeito à mulher; pela estabilidade e segurança para a mulher casada e gestante; e especificar nos critérios desiguais para admissão: a proibição da exigência de exame de gravidez quando da admissão de mulheres.

Infelizmente, não foi possível aprofundar sobre as mobilizações das trabalhadoras rurais, mas é importante mencionar que foram ativas na defesa da concessão de título de posse da terra à mulher, em prol da licença maternidade de 120 dias, pelos direitos dos(as) empregados(as) domésticos(as) e pelo reconhecimento da união estável, tendo realizado um Seminário Nacional da Categoria em julho de 1988 na Câmara dos Deputados.⁵⁵⁴

Além disso, há emendas populares de sindicatos cobrindo outros temas como: contra a censura; por participação popular; monopólio estatal das telecomunicações; imposto de renda; ensino público gratuito; reforma agrária, política agrícola e fundiária; regulação estatal da ordem econômica e social; direitos de participação popular com a instituição de conselhos de participação popular na administração pública e, inclusive, garantia de ação popular nas empresas privadas; direitos e garantias de pensionistas e aposentados; participação nos lucros e democratização da administração das empresas; proventos da aposentadoria; imposto de renda sobre salários; reforma urbana; direitos da criança e do adolescente; preservação das entidades: SESC, SENAC, SESI e SENAI; planejamento e desenvolvimento regional; planos de previdência das estatais e parlamentar; independência, autonomia e federalização do judiciário; reforma agrária e política agrícola; serviço público estadual; princípios e garantias relativos à arte; manutenção da censura (movida por censores e pela associação nacional dos servidores do departamento de polícia federal); diretas já; democratização dos meios de comunicação; forças policiais e corpos de bombeiros; aposentadoria dos trabalhadores; organização sindical para categorias diferenciadas; aposentadoria do trabalhador rural; exclui a proibição das atividades de intermediação de mão de obra; aposentadorias dos bancários e

554 BRANDÃO, Lucas Coelho. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. 2011. 328 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 139

securitários; terapias e métodos alternativos de assistência à saúde; direitos dos empregados domésticos; monopólio estatal do petróleo e seus derivados e do gás natural; e ensino público gratuito. Assim como emendas assinadas por movimentos de mulheres sobre direito à cidadania, concurso público e proteção ao consumidor. No entanto, para não ficar muito exaustivo, selecionamos para análise as mais significativas e relacionadas à CUT no caso sindical.

O processo Constituinte foi um momento em que os interesses de diferentes classes sociais foram contrastados e disputados. Houve forte reação dos setores empresariais e ruralistas contra direitos defendidos pelos movimentos sociais (estabilidade no emprego, direito de greve, a licença maternidade de 120 dias e licença paternidade de 8 dias, redução da jornada de trabalho e reforma agrária, por exemplo), visando obter apoio nas ruas e também na articulação de parlamentares que se aglutinaram para reverter conquistas da classe trabalhadora com emendas supressivas, tentar acabar com os mecanismos de participação popular e garantir a sua própria agenda. A dinâmica da Assembleia Nacional Constituinte envolveu diferentes períodos de mobilização, com distintas estratégias, de acordo com as janelas de oportunidades e ameaças do processo legislativo. Em determinado momento, os movimentos tiveram que avaliar avanços e recuos. Nesse intuito, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e os movimentos de mulheres lançaram uma plataforma no dia 01 de agosto de 1988 com os itens inegociáveis:

a licença maternidade de 120 dias, licença paternidade de oito dias, proibição de diferença salarial entre homens e mulheres, creche nas empresas, educação gratuita para crianças de zero a seis anos, igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher, igualdade na sociedade conjugal, reconhecimento da união estável como entidade familiar, direito de posse à terra também à mulher, direitos trabalhistas e previdenciários da empregada doméstica e garantia de mecanismos para coibir a violência em casa.⁵⁵⁵

Segundo os dados da assessoria da Comissão de Sistematização da Constituinte e dos técnicos do Serviço de Processamento de Dados do Senado, 27% das emendas apresentadas pelos constituintes (64.058) teriam sido aproveitadas; em relação às emendas populares (122), 35% foram aproveitadas de forma integral ou parcial. Ainda que o aproveitamento da emenda popular não esteja necessariamente relacionado à mobilização pela mesma, é um indício da

555 Cf. Plataforma da mulher tem 11 pontos-chave. *Jornal da Constituinte*. Brasília, DF, n. 56, 1 ago.1988. Apud BRANDÃO, Lucas Coelho. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. 2011. 328 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.139.

influência de diversos atores e atrizes sociais nas negociações.⁵⁵⁶ E é preciso considerar que os textos incorporados incluem emendas de setores conservadores e das classes dominantes, que, em alguns casos, tiveram vantagens numéricas na quantidade de assinaturas em determinadas questões, como a defesa do direito à vida desde a concepção como uma forma de extinguir as formas previstas de aborto legal.

Ainda assim, o balanço da Constituinte feito pelo CNDM foi positivo, de conquista de 80% das suas reivindicações. Embora as emendas sobre aposentadoria para as donas de casa, creches e saúde da mulher não tenham sido incorporadas, algumas reivindicações estão presentes em mais de um documento e foram incluídas. Contribui para essa avaliação, muito provavelmente, o fato de terem impedido o retrocesso de incluir o “direito à vida desde a concepção” na Constituição.

Em suma, as mulheres conquistaram: igualdade entre homens e mulheres perante a lei; proibição de diferença de salário ou critérios de admissão baseados em sexo, idade, cor e estado civil; licença maternidade de 120 dias sem prejuízo do salário e do emprego; licença-paternidade de 8 dias; o reconhecimento da união estável; igualdade de direitos dos cônjuges; liberdade de determinar o número de filhos; o direito à posse e propriedade da terra para mulheres; direito ao atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. No entanto, não foi incluída qualquer menção à divulgação de informações sobre métodos contraceptivos, garantia de assistência integral à saúde da mulher em todas as fases da vida, a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual, especificações sobre a igualdade conjugal para o registro de filhos, à fixação do domicílio da família e à titularidade e administração dos bens do casal.

As donas de casa não foram contempladas, mas as empregadas domésticas sim, com direito ao salário mínimo, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, aviso prévio, aposentadoria e a obrigatoriedade do empregador garantir creche. No entanto, dos 34 incisos do artigo 7º sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, as trabalhadoras domésticas só foram contempladas com 9. Parte dos direitos dos quais foram excluídas constavam na sua emenda popular: proibição de diferença salarial por trabalho igual e diferença nos critérios de admissão por motivo de raça, cor, etc; proibição de distinção de direitos por trabalho manual, técnico ou intelectual; seguro desemprego; salário de trabalho

556 BRANDÃO, Lucas Coelho. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. 2011. 328 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.163

noturno superior ao diurno; e direito de greve. Seus direitos foram restringidos conforme o conjunto de direitos da classe trabalhadora, mas também pela peculiaridade de sua ocupação e as contradições herdadas da escravidão.

Dos pontos prioritários eleitos pela CUT, conforme mencionamos no capítulo anterior:

a) Salário mínimo: conquistaram o salário mínimo nacionalmente unificado, com reajustes periódicos para preservar seu poder aquisitivo; não foi incluído salário família; não foi estipulado o quanto o salário noturno seria superior ao diurno, a proposta do movimento sindical era de 50%; e 13º salário. b) Jornada de trabalho de 40 horas semanais: essa foi uma das pautas que enfrentou maior resistência de setores das classes dominantes. Conseguiram uma vitória parcial, com jornada diária não superior a oito horas diárias, mas com jornada semanal de quarenta e quatro horas; além disso, jornada de seis horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento. c) Direito de greve sem restrições pela legislação, sendo vedado às autoridades públicas qualquer intervenção que possa limitá-lo: o texto final prevê o direito de greve, cabendo aos trabalhadores decidir sobre o momento de exercê-lo, mas inclui que serviços e atividades essenciais serão definidas por lei e que os “abusos” estão sujeitos a penalidades legais. d) Liberdade e autonomia sindicais: foi vedada a interferência e intervenção do Poder Público na organização sindical, ou seja, a lei não pode exigir autorização do Estado para criar um sindicato, mas foi mantida a unicidade sindical, sendo proibida a criação de mais de uma organização sindical da mesma categoria profissional/econômica na mesma base territorial; assim como mantiveram o imposto sindical e o monopólio da representação. Também é uma vitória a equiparação de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais, especialmente para as mulheres.

Nas resoluções congressuais de 1986, a CUT fez a leitura de que as classes dominantes queriam limitar a transição aos canais institucionais, sem participação popular e dentro das regras legadas pela ditadura. Portanto, era necessário que a classe trabalhadora garantisse forte mobilização no local de trabalho e fora dele e buscasse eleger um “bloco parlamentar verdadeiramente comprometido com seus anseios de justiça” para garantir conquistas, mesmo que em um cenário adverso.⁵⁵⁷

O processo constituinte foi visto como uma oportunidade para mobilizar, organizar e conscientizar os trabalhadores, tanto no que diz respeito à formulação de suas propostas a

557 CUT. RESOLUÇÕES DO 2o CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto de 1986, no Rio de Janeiro, p.12-13 . Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>

partir de lutas concretas em curso (greves, ocupações de terra, lutas por moradia, creche, saúde, educação, etc), como porque a posição de diferentes partidos e candidatos(as) em relação às reivindicações desmascararia “os falsos aliados dos trabalhadores”. Nesse sentido, a CUT se comprometeu a defender o direito à realização de assembleias mensais nos locais de trabalho com a participação do Sindicato para discutir temas da Constituinte e a formação de comissões para organizar a participação dos(as) trabalhadores(as) no debate em curso.⁵⁵⁸

A avaliação da atuação se deu no Congresso seguinte, em 1988, reforçando que foi correta a decisão de pressionar o Congresso Constituinte em defesa dos direitos da classe trabalhadora, apesar do cenário conservador. O caráter antipopular da nova Constituição deveria ser denunciado, apoiando o voto contrário ao texto global final. E alertava que a garantia dos direitos inscritos na Constituição dependeria de contínua capacidade de mobilização, o que também poderia ser impulsionado pelas eleições municipais, já que não houve eleição presidencial em 1988.

Na avaliação realizada mencionaram, ainda, que faltou centralizar/unificar a pressão em torno de uma plataforma de lutas comum que poderia ser articulada pelas emendas populares. As caravanas à Brasília foram numerosas, mas por setores e espalhadas ao longo do calendário sem um saldo organizativo para a intervenção.⁵⁵⁹ Nos termos da própria Central:

A avaliação dos resultados da Constituinte deixa claro que muitas reivindicações não foram alcançadas. Vários direitos não estão inscritos. As diretas-já foram derrotadas e Sarney garantiu seus 5 anos. A estrutura sindical, embora registre algumas modificações, não assegura a ampla liberdade de organização que a classe trabalhadora brasileira exige (ao manter a unicidade e o imposto sindical). Sobretudo, a nova Carta se ergue contra a reforma agrária – marcando inclusive um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra redigido pelos militares – e define as Forças Armadas como fiadoras e guardiãs da Constituição. Coloca, portanto, a sociedade brasileira sob a tutela militar, num permanente convite ao golpe, cuja realização está, de antemão, juridicamente legitimada. Mas é impossível não reconhecer que houve conquistas no novo texto constitucional. Estas foram o resultado do inteligente e firme trabalho desenvolvido pelos parlamentares identificados com a causa da classe trabalhadora, respaldados pelo amplo processo de mobilização (destacando-se os cartazes de denúncia dos ‘traidores do povo’) que a CUT e demais entidades populares levaram a cabo, embora nem sempre com a homogeneidade, clareza e empenho necessários. Foi a partir dos abaixo-assinados pelas emendas populares, da pressão exercida através das passeatas, dos protestos, das greves e das caravanas ao Congresso Constituinte, que alguns direitos sociais dos trabalhadores foram aprovados na nova Constituição. O mais importante de todos é o direito de greve, antiga reivindicação da classe trabalhadora brasileira. Outros são a redução da jornada de trabalho, salário-férias de um terço, extensão para cinco anos do prazo para prescrição de ações trabalhistas,

558 CUT. RESOLUÇÕES DO 2o CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto de 1986, no Rio de Janeiro, p.12-13 . Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>
As pautas prioritárias dos(as) trabalhadores(as) na Constituinte estão disponíveis na p.14 desta Resolução Congressual.

559 RESOLUÇÕES DO 3o CONGRESSO NACIONAL DA CUT - 7 a 11 de setembro de 1988, Ginásio do Mineirinho - Belo Horizonte – MG, p.10-13.

licença-paternidade, aumento da licença-maternidade, máximo de seis horas para turnos ininterruptos, verbas vinculadas para o seguro-desemprego, aposentadoria com salário integral, direitos trabalhistas iguais para trabalhadores rurais e urbanos. Também houve avanços políticos: voto aos maiores de 16 anos, maior liberdade de organização partidária, reforço dos poderes do legislativo, redução do poder arbitrário do Executivo, mandado de injunção, iniciativas legislativas populares. Em que pesem estas conquistas, o III Concut entende que devemos denunciar o caráter global profundamente antipopular da nova Constituição e não reconhecer no projeto global nenhuma legitimidade para cercear a democracia, as reivindicações e as lutas do povo. A luta continua!⁵⁶⁰

Essa avaliação revela a dificuldade da CUT em conciliar os diferentes posicionamentos das correntes internas, já que os setores que não compunham a tendência majoritária defendiam a denúncia do caráter conservador da Constituição e sua rejeição. Assim como reflete os limites da incorporação dos direitos sociais no texto constitucional, apesar de intensa mobilização social. Da mesma forma que o processo de redemocratização suscitou debates no movimento feminista em relação à institucionalidade, o movimento sindical enfrentava a mesma tensão que, cada vez mais, reposicionava as divergências internas da CUT e a busca por novas formulações.

Além das diferentes perspectivas políticas de cada setor, as nuances dessas distinções também estão alicerçadas na trajetória de cada um no novo sindicalismo. A Articulação Sindical enfatizava experiências em que as lutas sociais poderiam se combinar às ações institucionais, até mesmo pela atuação a partir dos sindicatos oficiais no final da década de 1970, tendo apostado na luta pelas Diretas e na mobilização popular para a Constituinte, estando mais sensível às mudanças institucionais com a redemocratização. Inclusive, apesar da CUT ter relações com organizações sindicais não oficiais, a sua estratégia de crescimento se dava a partir dos sindicatos oficiais. Enquanto os setores minoritários da CUT, oriundo das oposições sindicais fortemente críticas à estrutura sindical oficial, priorizavam as ações diretas, vendo o risco de burocratização e capitulação presente nas instituições.⁵⁶¹

O dispositivo das emendas populares, complementado por outros, como as audiências públicas, não foi uma concessão aos movimentos e esteve ameaçado em diferentes momentos do processo constituinte. Contrariamente à vontade dos congressistas conservadores, foi um canal de poder e legitimação dos movimentos sociais. Assim como representou a

560 RESOLUÇÕES DO 3o CONGRESSO NACIONAL DA CUT - 7 a 11 de setembro de 1988, Ginásio do Mineirinho - Belo Horizonte – MG, p.6

561 OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *SINDICALISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL: ATUALIZAÇÕES DO NOVO SINDICALISMO AO SINDICATO CIDADÃO*. 2002. 562 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p.181-183.

institucionalização dos mesmos na sua relação com parlamentares. Por outro lado, esse canal também foi aproveitado pela direita e setores das classes dominantes.

A mobilização social durante a Constituinte convergia sobre as possibilidades dos mecanismos de participação popular e os seus limites, tendo as emendas populares no centro das mobilizações. Essa experiência com a institucionalidade foi marcada por ações de contestação, reforçando a autonomia dos movimentos, mas também por estratégias de negociações e, legitimou o processo institucional de transição apesar do seu caráter conciliatório com setores oriundos da ditadura.

Os mecanismos de participação popular também abriram novos canais de negociação e uma nova dinâmica para as mesmas. Paulo Paim destacou a experiência acumulada nas negociações, com uma compreensão de que a disputa no âmbito do Estado teria sido mais favorável aos trabalhadores, por não ter os mecanismos repressivos e de pressão sobre entidades sindicais:

Tenho dito, também, que ficou provado para mim nesse embate permanente na Assembléia Nacional Constituinte que estão muito mais preparados para a negociação e para a discussão os representantes dos trabalhadores e dos empresários. Os representantes da área empresarial se postaram aqui como se estivessem numa mesa de negociações com sindicalistas, mas só que naquela oportunidade, eles tinham atrás de si o direito de greve, o direito de suspender salários, o direito à demissão e todo o aparato de repressão do seu lado. Aqui dentro, eles não tinham isso, o debate dava-se tanto na tribuna, como também no campo ideológico e na mesa de negociação.

Frente a esse quadro, eles foram irredutíveis, não tiveram "jogo de cintura" e em nosso campo, com muito mais clareza, com um método também correto, atuamos em duas faixas: uma foi a negociação aqui dentro, a articulação, a negociação, a discussão, a defesa na tribuna e também a outra faixa conseguiu um trabalho na base, pressionando os constituintes, deixando claro que aqueles que votassem contra os interesses da classe trabalhadora, teriam já a volta das eleições futuras, onde o povo repudiaria essa postura.⁵⁶²

No cenário de transição para a democracia, havia um sentimento de verdadeira abertura histórica para mudanças. A avaliação de Paim é condizente com a leitura de que o Estado estaria mais permeável aos diferentes atores sociais, podendo se constituir em um terreno da luta de classes. Esta perspectiva estava presente no debate entre diferentes setores de esquerda que voltaram sua atenção para a questão da democracia, discutindo o tema a partir do balanço do chamado socialismo real em crise e da crítica à tradição da Terceira Internacional, que teria sido predominante na esquerda brasileira.

O debate passou tanto por questões históricas, quanto por discussões teóricas e de concepção política. Nas primeiras, partiu da crítica ao PCB e às organizações comunistas

562 São positivas as conquistas trabalhistas. *Jornal da Constituinte*. Brasília, DF, n. 61, 5 a 11 set.1988, p.12

criadas no pós-1964 para enfatizar o pouco apreço destas a questões relativas à democracia, seja internamente ou em relação aos projetos políticos. Nas segundas, apresentou-se que a chegada do marxismo ao Brasil, a partir da Revolução Russa de 1917, teria marcado a concepção de transformação socialista por meio de uma revolução violenta. O pensamento da Terceira Internacional também teria influenciado o marxismo brasileiro a adotar um modelo objetivando eliminar os restos feudais e afastar a influência imperialista para desenvolver o capitalismo no país. Desta forma, avaliaram que a questão democrática era abordada de forma instrumental e subordinada a um modelo etapista, o qual previa a necessidade de uma revolução democrático-burguesa antes da transformação socialista.⁵⁶³

Como parte desse processo de balanço, Carlos Nelson Coutinho, a partir da leitura de Gramsci, defende que a luta pela democracia é parte da luta pelo socialismo, visando construir um “reformismo revolucionário” através de reformas de estruturas, com uma concepção processual. Reforma e revolução, comumente entendidas como projetos contrapostos, tornar-se-iam complementares. Ele se manifesta contrariamente à caracterização da democracia como “burguesa” ou “proletária”, reivindicando conquistas democráticas gestadas nas revoluções burguesas e as que foram conquistadas por meio de lutas populares e que se consolidaram no capitalismo. Isso porque os elementos para a construção de uma nova democracia já estariam presentes no seio de regimes sob a hegemonia burguesa, construídos em oposição aos interesses das classes dominantes.⁵⁶⁴ A partir deste entendimento, ele concluiu que a própria dinâmica do capitalismo estimularia a socialização da política, ampliando o número de pessoas e grupos atuando de forma organizada em defesa de seus interesses. No entanto, isso mostrou-se falso, porque o que ocorreu foi uma neutralização da participação política visando a acomodação à ordem. Além disso, a incorporação de alguns mecanismos democráticos defendidos por setores populares não retira o caráter de classe e as limitações da democracia nas sociedades capitalistas.

A abertura de um espaço formal no Estado para a disputa de diferentes classes seria a forma encontrada pela burguesia para obter consenso e legitimidade, mas, para Carlos Nelson, a democratização decorrente desta socialização da política teria alterado a natureza do Estado capitalista, que passaria a expressar a correlação de forças na sociedade, ainda que sob a hegemonia de uma classe ou fração de classe. Isso reposicionaria as lutas por transformações

563 GARCIA, Marco Aurélio (org.) *As esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra e CEDEC, 1986.

564 COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992, p.17-22. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.51)

para o âmbito da sociedade civil, visando a conquistas de espaço nos aparelhos do Estado. Não seria mais o momento de uma revolução como ruptura violenta para a tomada do poder, vinculada a um Estado funcionando como um “comitê de negócios da burguesia”.⁵⁶⁵ Não é o caso de Carlos Nelson Coutinho, mas a leitura de alguns neogramscianos caminhava perigosamente para uma dissociação entre um Estado-coerção que requeria uma revolução e o Estado ampliado que atuaria na esfera do consenso e poderia ser transformado por meio de reformas. A partir dessa divisão, as possibilidades de mudanças sociais residiriam na disputa institucional.

No caso brasileiro, uma dinâmica contraditória teria caracterizado o processo de transição. O regime militar não foi capaz de subordinar a crescente sociedade civil a uma “fachada legal”. Progressivamente, o MDB se tornou uma frente política de oposição, sindicatos teriam rompido com o corporativismo, novos partidos foram criados e parlamentares estariam mais abertos a pressões “de baixo”. Foi desencadeado um processo de transição “pelo alto” com esforço de cooptação de elementos moderados da oposição para o bloco de poder, para manter o projeto de abertura sob controle. Mas a transição “relativamente ‘negociada’” combinou processos “pelo alto” e “por baixo” e tinha em si o risco de manter traços sociais autoritários e excludentes. De fato, Carlos Nelson Coutinho caracteriza a transição como tendo sido fraca, com manutenção da tutela militar, clientelismo, criminalização da oposição popular, esvaziamento da Constituinte, o peso político do latifúndio e do grande capital intocado, etc. Isto teria criado as condições para um projeto antipopular nas primeiras eleições diretas após o fim da ditadura. O projeto liberal-corporativo ou neoliberal estimula a auto-organização da sociedade civil de forma corporativa e privatista, regulada pela lógica de mercado, operando através de partidos não explicitamente ideológicos e de um sindicalismo pretensamente apolítico, incentivando a baixa participação política⁵⁶⁶

De certa forma, o debate e autocrítica feitos pela esquerda enfatizando a “democracia como valor universal” e ecoando as críticas ao autoritarismo do socialismo real, ainda que tenha apontado elementos importantes que uma organização com um projeto revolucionário deve encarar, caminhou para a ênfase na disputa institucional, priorizando êxitos eleitorais, assim como paulatinamente ficou para trás o princípio da independência de classe que unificou diferentes setores para a construção do PT e da CUT.

565 COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo*: questões de princípio e contexto brasileiro. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992., p.23-38.

566 *Ibid.*, p.50-57.

A cidadania consiste em uma mediação social construída historicamente, conforme a correlação de forças, as condições do processo de disputa de hegemonia e as possibilidades objetivas da ordem social dominante. Abreu analisou a forma como as classes dominantes historicamente buscaram contornar os obstáculos e a resistência da classe trabalhadora para consolidar uma ordem social na qual seus valores perdessem a aparência do seu caráter particular (de classe) para serem universalizados e assegurar a obediência de setores subalternos. Parte desse esforço foi teorizado pela academia.⁵⁶⁷ As interpretações dominantes nas ciências sociais ainda entendem cidadania a partir de direitos e deveres que um indivíduo possui, mediados por identidades sociais e coletivas. De acordo com Abreu:

As lutas por direitos frequentemente desconsideram os nexos entre direito privado, alienação do trabalho, divisão desigual e hierárquica da vida social, fetichismo da mercadoria e estranhamento entre indivíduo e sociedade, os quais transfiguram a cidadania existente em um mito. Desconsiderando que tais elementos são constitutivos e indissociáveis das carências dos cidadãos na sociedade capitalista e que o estatuto da cidadania vigente é inseparável da reprodução desse ordenamento social, as lutas cidadãs tendem a não ultrapassar os limites das condições de reprodução do estatuto existente, reproduzindo a própria ordem que engendra as carências.⁵⁶⁸

No que diz respeito ao movimento feminista, a mesma visão positiva da institucionalidade está presente no balanço sobre esse período, porque a atuação neste campo era fundamental para garantir a existência de políticas públicas para as mulheres. Com a diferença de que essas eram pensadas, inicialmente, a partir de projetos formulados pelos movimentos, como os termos para a criação e funcionamento dos Conselhos da Condição Feminina. No entanto, a organização institucional através de ONGs se deu com maior naturalidade, a partir das próprias divisões internas do movimento, do abandono da perspectiva de construção de um feminismo socialista e do redirecionamento da atuação de militantes para determinadas temáticas.

Cisne compreende que o processo de institucionalização do movimento feminista chegaria ao auge nos anos 1980, a partir da expansão das ONGs e da “profissionalização” das militantes, o que afetaria não só o movimento feminista, mas também o conjunto dos movimentos sociais. A experiência nos conselhos de mulheres, nas conferências internacionais, como as promovidas pela ONU, e nas ONGS viriam a limitar o movimento

567 ABREU, Haroldo. *Para além dos direitos. Cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p.11-13.

568 *Ibid.*, p.348

feminista ao “monitoramento estatal profissionalizado”, especialmente a partir da Conferência de Pequim em 1995, ocasião na qual o conceito de gênero também se popularizou.⁵⁶⁹

Desde a Constituição de 1988, a posição das ONGs se tornou proeminente em temas como direitos humanos, meio ambiente, fome, questões relacionadas a mulheres, a negros e negras, LGBTQIA+, etc para propor políticas ao Poder Executivo, pressionar o Congresso Nacional e ocupando espaços, tais como conselhos e conferências, como representantes de parcelas da sociedade ou assessorando movimentos sociais, tratando de assuntos que não estão no centro das preocupações tradicionais partidos políticos. Muitas ONGs surgiram dos movimentos sociais, marcando uma profissionalização da militância, como é o caso das ONGs feministas da década de 1990, coordenadas por militantes dos movimentos feministas das décadas de 1970-1980.⁵⁷⁰

Na década de 1960, as ONGs tinham uma atuação para assessorar e angariar recursos para os movimentos sociais, vindo a se transformar nas décadas de 1980 e 1990, durante um contexto de avanço neoliberal e desmobilização dos movimentos sociais. Ao desenvolver trabalhos em “parceria” com o Estado ou empresas, desenvolveriam um perfil “filantrópico-empresarial” em estreita relação com agências financiadoras do grande capital, tais como Banco Mundial, Fundações Ford e Rockefeller. As ONGs passaram a mediar a relação, recebendo os recursos destinados aos movimentos sociais em uma parceria que contribuiria para descaracterizar o movimento como luta social, subordinando-o aos interesses do capital. Através da onguização, há uma alteração na linguagem a partir da assimilação de conceitos/categorias neoliberais. As ONGs contribuiriam para construir um consenso ideológico dando a aparência de que o governo se preocupa com questões humanitárias, sendo que a ação promove a fragmentação e o controle das lutas. Demandas sociais passaram a ser “negociadas” entre “parceiros”, despolitizando e esvaziando organizações populares.⁵⁷¹

A Constituição de 1988 alargou formalmente os direitos civis públicos da cidadania, mas grande parte destas conquistas não chegaram a se concretizar devido à correlação de forças. Conforme o movimento sindical e os partidos de esquerda foram tendo sua força política e influência social reduzidas, os excedentes socialmente produzidos que deveriam ser

569 CISNE, M. A. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. 2013 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p. 184-198.

570 PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 3, 2006, pp. 651 a 613.

571 CISNE, M. *Op. cit.*, p. 184-198.

destinados ao bem-estar social foram progressivamente capturados pelo capital financeiro. Por fim, o projeto de hegemonia neoliberal acabou se impondo e a ideologia que legitima a cidadania brasileira passou a residir no mercado, individualizando e privatizando as alternativas.

3.6 Considerações finais

Buscamos discutir a relação entre os movimentos sindical e feminista a partir de autores que eram referências para as militantes de esquerda que atuaram no período, de forma a ressaltar que não há incompatibilidade teórica nem entre essas frentes de luta e que a defesa de um feminismo classista de viés economicista foi em parte prejudicial ao próprio avanço da luta das mulheres trabalhadoras.

Além disso, o processo Constituinte foi um importante momento histórico que possibilitou analisar em que medida os movimentos sociais conseguiram enraizar suas reivindicações na sociedade, assim como o quanto chegaram a avançar em termos de elaboração das mesmas. Essa experiência com a institucionalidade, em meio à crise do socialismo real, contribuiu não só para assegurar diversos direitos, como para a ilusão de possibilidades reais de mudança somente por esta via.

CONCLUSÃO

As mudanças na forma de acumulação capitalista, especialmente a partir do golpe de 1964, alteraram profundamente as condições de vida da população, com a concentração das classes trabalhadoras em áreas urbanas sem a garantia de serviços básicos como saneamento, iluminação, transporte, educação e saúde, além de promover transformações nas relações familiares, com a crescente participação das mulheres e menores no mercado de trabalho. A experiência da classe, marcada pela expropriação, precariedade e carência em variados graus, é vivida em todos os campos da vida, nos locais de trabalho e moradia, nos espaços de lazer, nos quais também vivenciam opressões de gênero e raciais. Se o salário é calculado a partir do que é preciso para a reprodução da força de trabalho, a escala dessas necessidades varia com a luta de classes. O arrocho salarial afetou diretamente a reprodução das condições materiais da vida, o que se expressa nas formas de luta empregadas pela população no período, com o surgimento de movimentos contra o aumento do custo de vida, associações de moradores e entidades afins, em um caldo de insatisfação social que culminou com as greves do final dos anos 1970.

Esse processo complexo envolveu a articulação de diferentes forças sociais, com a sobrevivência de setores da esquerda do pré-1964 - apesar das prisões, torturas e assassinatos - e com o surgimento de novos atores sociais, organizações e formas associativas. Nesse processo, o feminismo incorporou o anseio pela transformação social mais profunda. Mesmo as correntes que estavam preocupadas com grupos de reflexão e em promover uma transformação aparentemente individual, caminharam para complexificar questões de sexualidade, saúde reprodutiva e violência que afetavam principalmente a vida das mulheres pobres, buscando desenvolver trabalhos para que essas mulheres pudessem se reapropriar de seus corpos e de suas vidas. Em meio a tantas tendências contraditórias, do feminismo liberal, ao radical e ao classista/socialista, o movimento feminista convergiu em um projeto de emancipação da classe trabalhadora e acolheu as formas de luta e reivindicações das mulheres de setores populares.

Era recorrente a acusação de que o movimento feminista servia para “dividir” as lutas da classe trabalhadora. No entanto, foi justamente esse movimento que contribuiu para uma compreensão mais ampla do que seriam de fato essas lutas, incluindo nestas as questões de moradia, direito à saúde e educação, direito à sexualidade e ao prazer, e se opondo às formas

desiguais como as mulheres são incorporadas ao mercado de trabalho. Mesmo as vertentes que defendiam “as lutas gerais” em detrimento das “específicas” viam o potencial da mobilização das mulheres na periferia, cujas demandas por creches foram progressivamente escanteadas dos movimentos que elas ajudaram a criar, e das trabalhadoras que estavam organizando congressos sindicais, lutando pela consolidação de um espaço onde pudessem colocar suas reivindicações e ser bem recebidas. Militantes feministas classistas souberam apoiar essas mulheres nos esforços pela criação de departamentos femininos quando as direções sindicais, às vezes até da mesma vertente política e compostas majoritariamente por homens, rechaçavam essas propostas.

Ao mesmo tempo que essa visão do feminismo classista motivou o reconhecimento dessas lutas e da importância da organização de mulheres das classes populares, ao ecoar o receio da luta das mulheres dividir a luta geral da classe, promoveu um efeito danoso no movimento sindical reforçando a divisão das lutas e priorizando questões gerais, especialmente entre trabalhadoras que já tinham atuação sindical e viriam a se manifestar contra a criação de departamentos femininos ou formas de auto-organização das mulheres. Até porque isso entrava em contradição com o próprio caminho encontrado por parte das dirigentes sindicais mulheres para ocupar esse espaço e serem encaradas com seriedade: se “masculinizar” na forma de agir e evitar temas “menores” relacionados a opressões. Na própria CUT, a proposta de criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora ganha força entre militantes que não ocupavam cargos de direção, que haviam tido um contato mais recente com o movimento sindical e que participaram previamente de espaços do movimento feminista, como a organização dos atos no dia internacional da mulher, apesar de reivindicarem a herança dos congressos sindicais femininos, como o Congresso da Mulher Metalúrgica.

Entender em que medida esse feminismo classista contribuiu para dar visibilidade aos movimentos de mulheres não justifica a forma como setores da esquerda agiram no movimento feminista, com tentativas de aparelhamento e tentando calar determinadas pautas, subordinando-as aos interesses mais gerais de manutenção do apoio da Igreja Católica, mas também pelo próprio machismo arraigado em suas organizações. Essa postura colaborou para a fragmentação do movimento feminista ao longo da década de 1980, no qual grupos de mulheres com uma atuação independente/autônoma passaram a ver com desconfiança espaços compartilhados com militantes organizadas. A perspectiva de ampliação da Coordenação

montada para organizar o II Congresso da Mulher Paulista, com a participação de sindicatos, associações profissionais e movimentos populares foi, contraditoriamente, uma demonstração de força, unidade e ampliação social do feminismo ao mesmo tempo que expôs suas fragilidades, convertendo a vitória em derrota, disseminando desconfianças, promovendo rupturas. Mas também é preciso considerar que o processo mais geral de reorganização da esquerda e das diferentes estratégias para o processo de transição proporcionou o maior impacto. O feminismo ganhava visibilidade social, mas se fragmentava enquanto movimento social, com a dissolução de grupos.

Esse caldo social pelos direitos das mulheres ganhou um contorno progressista e se tornou corriqueiro no discurso da esquerda, tendo sido incorporado pela CUT. No entanto, isso não significou uma verdadeira incorporação das reivindicações das trabalhadoras de suas propostas. A disputa entre diferentes correntes e seus projetos políticos repercutiu na preocupação com que setores da direção da CUT viam a articulação das trabalhadoras, segurando os anseios por um espaço formal, recursos e incorporação na estrutura organizacional da CUT. É sintomático que, somente quando a corrente majoritária assegura o seu domínio na direção da Central, é que a discussão avança para a recomendação de cotas para mulheres na direção (1993) e para a criação de uma Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (2003).

Ao analisar a interação desses movimentos, ficam explícitas as divergências e desencontros entre eles. No entanto, também houve aprendizado. Há uma convergência mais profunda no sentido de construção de um projeto de transformação social. Olhar atentamente para essas questões permite a sua superação para uma real incorporação das reivindicações de diversos grupos oprimidos.

Por fim, é fundamental pontuar que, apesar de saber o desenrolar da história, espero não ter recaído no erro de apresentar o cenário das lutas da década de 1980 como algo fadado a dar errado. O período de transição da ditadura foi definido pela dinâmica das lutas de classes e pela esperança de possibilidades reais de mudanças. Ainda que setores da esquerda pudessem ver com desconfiança a participação na Constituinte, pelo projeto de transição pelo alto e pela aposta de setores da oposição em negociações e ocupação de espaços institucionais, os direitos assegurados na Constituição de 1988, ainda que frágeis e rapidamente atacados, foram fundamentais para evitar retrocessos ainda maiores para a classe trabalhadora.

FONTES

1- Materiais sindicais da CUT⁵⁷²

As condições da Mulher Trabalhadora no Brasil – CUT – São Paulo, abril de 1987. Delúbio Soares de Castro – Secretário de Política Sindical da CUT Nacional.

Relatório da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora – elaborado pela Comissão da Mulher Trabalhadora/Secretaria de Política Sindical, em junho de 1987.

Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora. São Paulo: 20 de fevereiro de 1988.

Não é blá, blá, blá... - Mulher trabalhadora. (Elaborado pela Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora). Cadernos da CUT, São Paulo: Gráfica do Sindicato dos Bancários de São Paulo, setembro de 1988.

Texto para Debate na CNQMT-CUT – Comissão ou Secretaria, 1990.

Participação das mulheres nas direções da CUT. São Paulo: maio de 1992, elaborado pela Comissão sobre a Mulher Trabalhadora.

Plenária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, São Paulo, 23 e 24 de novembro de 2001.

CIDAS. Tudo sobre a CONCLAT: a caminho da Central Única. São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981.

Resoluções do I CONCUT, 1984.

Resoluções do II CONCUT, 1986.

Resoluções do III CONCUT, 1988.

Resoluções do IV CONCUT, 1991.

Resoluções do V CONCUT, 1994.

Resoluções do VI CONCUT, 1997.

Resoluções do VII CONCUT, 2000.

Resoluções da Plenária Nacional, 1984.

Resoluções da Plenária Nacional, 1985.

Resoluções da Plenária Nacional, 1987.

572 Documentos disponíveis no site: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>> Acesso em 29.jun.2025.

Resoluções da Plenária Nacional, 1989.

Resoluções da Plenária Nacional, 1990.

2. Jornais da Imprensa Alternativa Feminista

Brasil Mulher, 1975-1979

Nós Mulheres, 1976-1978

Mulherio, 1981-1988

3. Entrevistas do acervo do LEGH/UFSC

TOSCANO, Moema. Entrevista concedida a Roselane Neckel. (1 fita cassete). Rio de Janeiro, Brasil, 16/02/2005. Acervo do LEGH/UFSC. p. 10.

Nalu Faria Silva. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. São Paulo (1 fita cassete) - SP, Brasil, 26/08/2005. Acervo do LEGH/UFSC, p.16

4. Materiais da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 1987-88, Comissão de Sistematização. Emendas Populares. v.1. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987,p.19. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-230.pdf>> Acesso em 29.jun.2025.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 1987-88. Comissão de Sistematização. Emendas Populares. v.2. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987, p.19. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-231.pdf>> Acesso em 29.jun.2025.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 1987-88, Comissão de Sistematização. Emendas Populares. v.2. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987, p.23. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-231.pdf>> Acesso em 29.jun.2025.

Jornal da Constituinte. Brasília, DF, n. 61, 5 a 11 set.1988, p.12

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Haroldo. *Para além dos direitos. Cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ALMEIDA, Gelso Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

ÁLVARO, M. C. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p.194.

ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. E-book.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina, 2019.

_____. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, p. 33-58, 1 sem. 2015

BAKAN, Abigail B. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. *Revista Outubro*, n. 27, novembro de 2016, pp.44-76

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e memórias – Movimento Feminista no Brasil*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BANNERJI, Himani. Construindo a partir de Marx: reflexões sobre “raça”, gênero e classe. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 2022, p. 2079-2101.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; CUNHA, Maria Carneiro da Cunha. *O que é o aborto*. São Paulo: Coertez Editora, 1980. Material elaborado para a Frente de Mulheres Feministas de São Paulo, p.67-69.

BARSTED, L.L. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S. (comps.). *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 17-40. Bahianas collection, v. 19. ISBN 978-85-232-2016-7

BHATTACHARYA, T. (Ed.). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017.

BOITO JR, A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BRANDÃO, Lucas Coelho. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. 2011. 328 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRUSCHINI, C. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Revista Estudos Feministas*, v.2, n.3, 1994.

BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: Trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*(17/18), 2001-2, p.157-196.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, ano 2, 2o semestre de 1994, p. 179-199.

CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 132f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), ECA - Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2004, p.57-58.

CARDOSO, Elizabeth. IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA PÓS- 1974. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(N.E.), p. 37-55, set-dez/2004, p.42-43.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza. *A mulher negra brasileira na década da mulher*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

COSTA, Lucas Nascimento Ferraz. *O lobby dos trabalhadores no processo constituinte de 1987-88: um estudo sobre a atuação do DIAP*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 767-786, setembro-dezembro 2016, p.771-773.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992, p.17-22. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.51)

DELGADO, M. B. G. *A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - A COMISSÃO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1996.

DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. *O PROTAGONISMO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA PERIFERIA: memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo (1978-1988)*. 203f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Sarah Pinho da; SANTOS, Elyssan Frota dos. Experiências e desafios da segunda onda feminista brasileira: organizações sob vigilância no Ceará. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (Orgs). *Mulheres de luta. Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019. E-book.

FERGUSON, Susan. *Women and Work – Feminism, Labour and Social Reproduction*. London: Pluto Press, 2020.

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p.16

FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013.

GALVÃO, A. La CUT en la encrucijada: impactos del neoliberalismo sobre el movimiento sindical combativo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Venezuela: vol 10, num 1, 2004, p.220. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17710112>> Acesso em fev. 2016

GARCIA, Marco Aurélio (org.) *As esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra e CEDEC, 1986.

Garcia, Marco Aurélio. *Construir o amanhã: reflexões sobre a esquerda (1983-2017) / textos selecionados de Marco Aurélio Garcia; Bruno Gaspar, Rose Spina (org.)*. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2019.

GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A força da periferia – A luta das mulheres por creches em São Paulo*. Vozes: Petrópolis, 1985.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1983. 225f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

GONZÁLEZ, Lélia. Mulher negra. In: GONZÁLEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia González em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p.265-282.

HAIDER, A. *A armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta, 2019.

HIRATA, Hirata (Org.), LABORIE, Françoise (Org.), LE DOARÉ, Hélène (Org.), SENOTIER, Danièle (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2009.

LAVINAS, Lena. II. Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. In: LAVINAS, Lena; LEÓN, Francisco (Coord.). *Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho*. Naciones Unidas/CEPAL-ECLAC: Santiago do Chile, 2002, p.33-54. (Série Políticas Sociais, número 60, Volume 1).

LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2. Jan/jul. 2014.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. São Paulo: Boitempo, 2020. Livro eletrônico.

LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; DAU, Denise Motta; et al. *Mulheres na CUT: uma história de muitas faces*. São Paulo: CUT Brasil, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. *Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

_____. *A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo*. São Paulo, Boitempo, 2019.

_____. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico”. *Revista Outubro*, n.21, 2º semestre de 2013, p.81-117, p.90. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/21/out21_03.pdf> Acesso em 29 jun.2015.

_____. *Novos e velhos sindicalismos - Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. Sobre classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, n.20, pp. 33-55, 2007.

_____. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. *Outubro*, n.21, 2º semestre, 2013.

MCNALLY, David. Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Teoria da reprodução social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Elefante, 2023. p.155-179, p.176.

MELLO, Soraia Carolina de. *Memórias de militantes feministas na ditadura e na abertura política no Brasil: a questão do trabalho doméstico como reivindicação democrática (1964-1990)*, p. 5-7. Disponível em: <https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/94614/Documento_completo.pdf?sequence=1> Acesso em 25 de abril de 2025.

MELLO, Soraia Carolina. A questão do trabalho doméstico: recortes do Brasil e da Argentina. In: Pedro, Joana Maria; Wolff, Cristina Scheibe; Veiga, Ana Maria (Organização).

Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011, p. 71-91.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 1996.

MENEZES, Valderiza Almeida. Evitando “a proliferação de uma sub-raça”: as estratégias da BEMFAM na defesa do controle de natalidade (1965-1980). *Mneme. Revista de Humanidades*, v. 20, n. 43 (jan./jun. 2019), p.114-138

MICHILES, Carlos, et al. *Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em Movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo: Nobel, Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A Feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *SINDICALISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL: ATUALIZAÇÕES DO NOVO SINDICALISMO AO SINDICATO CIDADÃO*. 2002. 562 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PALMER, Bryan. Reconsiderations of class: Precariousness as proletarianization. *Socialist Register*, 2014, n .50, Toronto, 2013, p.46-57.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, v.26, n.52, p.250-272.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. *Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*. 2010. 328 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção História do Povo Brasileiro).

POPADIUK, Barbara; SCHMITT, Elaine; WOITOWICZ, Karina Janz. Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 80. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (Orgs). *Mulheres de luta. Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p.56-74, p.61.

RAMOS, Gabriela Batista Pires. “Como se fosse da família”: o trabalho doméstico na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de Poder no Feminismo Paulista – 1975-1981*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, Armando, [et al]. *O sindicalismo brasileiro anos anos 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil - o caso da creche. *Cad.Pesq.*, São Paulo (51), 73-79, nov.1984. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n51/n51a07.pdf> Acesso em 26 jun.2025.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos nos 1970/1980. *Perseu: História, Memória e Política*, n.1, p.37-67, 2007. Disponível em:

<<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/3>> Acesso em 09 de julho de 2023.

SCHUMAER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no Governo: álibi ou conquista? *Ponto de Vista*, ano 1, 348, 2o semestre de 93, p. 348-364.

SILVA, Jair Batista da. *Racismo e sindicalismo: reconhecimento, redistribuição e ação política das centrais sindicais acerca do racismo no Brasil (1983-2002)*. 2008. 375 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOIHET, R. Cisões, Alianças e Sucessos dos Feminismos no Rio de Janeiro. Anos 1970-1980. *Revista la manzana de la discordia*, v.2, n.1, p. 37-53, 2007.

SOUZA-LOBO, Elizabeth, SOARES, Vera. Masculino e feminino na linha de montagem – divisão sexual do trabalho e controle social. In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.47-62.

SOUZA-LOBO, Elizabeth; GITAHY, Leda; HUMPHREY, John; MOYSÉS, Rosa Lúcia. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.17-46.

TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. 142f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TEIXEIRA, R. D. *Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-1995)*. 2009. 237f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches. In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs). *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015, p.21-34.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo é História. 145).

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e falsa consciência. In: THOMPSON, E. P. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 269-281.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. *A revolução das mulheres: Um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

ZANETTI, Lorenzo. *O “novo” no sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.